

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

LUIZ FERNANDO DA SILVA BRUMANA

**O GRITO DA RESISTÊNCIA: O JORNAL POSIÇÃO E A
COBERTURA DA ABERTURA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO
(1976 A 1981)**

VITÓRIA
2016

LUIZ FERNANDO DA SILVA BRUMANA

**O GRITO DA RESISTÊNCIA: O JORNAL POSIÇÃO E A
COBERTURA DA ABERTURA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO
(1976 A 1981)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Linha de Pesquisa: Sociedade e movimentos políticos

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Brumana, Luiz Fernando da Silva, 1988-

B893g O grito da resistência: o jornal Posição e a cobertura da
abertura política no Espírito Santo (1976 a 1981) / Luiz
Fernando da Silva Brumana. – 2016.
247 p. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Jornalismo. 2. Censura. 3. Abertura política. 4. Brasil -
História - 1964-1985. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LUIZ FERNANDO DA SILVA BRUMANA

**O GRITO DA RESISTÊNCIA: O JORNAL POSIÇÃO E A
COBERTURA DA ABERTURA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO
(1976 A 1981)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História.

Aprovada em 10 de outubro de 2016

Comissão examinadora

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Vitor Angelo de Amorim
Universidade de Vila Velha
Membro Externo

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Patrícia Maria da Silva Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno Suplente

AGRADECIMENTOS

Produzir um trabalho acadêmico requer dedicação e responsabilidade hercúleas. Afinal, é um desafio que se apresenta a todos aqueles que se aventuram na vida de pesquisador. Esta dissertação foi o meu desafio. Horas, dias, semanas e meses foram destinados à investigar, colher depoimentos, ler obras de referência e analisar documentos. Um trabalho extenso e, acima de tudo, enriquecedor. Porém, quando temos a sorte de contar com variadas formas de ajuda e de ter contato com pessoas de ideologias e profissões diferentes, a pesquisa se torna ainda mais gratificante. Por isso, seguem os agradecimentos àqueles com quem tive a satisfação de conviver durante essa caminhada.

A opção pela vida acadêmica foi, acima de tudo, uma forma de sanar a sede por novos conhecimentos, principalmente referente à área da História, já que desde a graduação em Comunicação Social os temas históricos me intrigam – minha monografia teve como título *“Fotoclubismo: os impactos de um movimento organizado da fotografia no Espírito Santo”*. As aulas no curso de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, ministrada por Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos e Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, além de Prof. Dr. Michael Alain Soubbotnik em certo ponto me propiciaram o que desejava. Cada um dos docentes conseguiu, ao seu modo, expandir o meu horizonte, trazendo novos autores, novas explicações e outros questionamentos – afinal este é o combustível de todo pesquisador. Fica aqui no meu agradecimento a todos, professores e funcionários do curso e da universidade.

Entre eles destaco o meu orientador Pedro Ernesto Fagundes, que possibilitou a produção deste trabalho e que não se negou a ajudar a superar uma trajetória repleta de surpresas durante dois anos. Sempre solícito, me deu tranquilidade para ultrapassar todas as barreiras que se colocavam à minha frente. Além de orientador, supervisionou o estágio de docência no curso de Arquivologia, uma oportunidade única de conviver com alunos que me ensinaram muito.

Já a banca de qualificação – formada pelos professores Dr. Vitor Angelo de Amorim e Dr. Ueber José de Oliveira, além do orientador – foi de extrema importância para traçar os caminhos que a pesquisa deveria percorrer, o objetivo

que almejava alcançar e os pontos que deveriam ser aprimorados. Orientações sem as quais esta pesquisa não seria possível. Os mesmo docentes fizeram parte da banca de defesa, que também contou com a participação do Dr. Sebastião Pimentel Franco, que, com sensibilidade e perspicácia, analisaram os resultados com olhar crítico e apontando melhorias indispensáveis.

Na contribuição para a dissertação alguns nomes não podem ficar de fora. Lino Resende que clareou dúvidas em vários momentos; Tânia Mara Ferreira que compartilhou comigo ideias, dados e o seu acervo sobre o *Posição*; e o jornalista Vinícius Valfré que me disponibilizou as reportagens que elaborou sobre os 50 anos do Golpe Militar no Espírito Santo. Além daqueles que me concederam seu precioso tempo e suas memórias, como Jô Amado, Laura Coutinho, Rogério Medeiros, Namy Chequer, Orlando Eller, Robson Moreira, Adilson Vilaça, Luiz Aurich, Umberto Martins, Perly Cipriano e Manoel Ceciliano Salles de Almeida.

O agradecimento especial vai ao mestre do jornalismo político, com quem tive a honra de trabalhar, aprender e de suceder, Luiz Trevisan. Ao Arquivo Público do Espírito Santo, aos membros da Comissão da Verdade da Ufes que me disponibilizaram parte do trabalho de preservação que vêm desenvolvendo e à Fundação de Amparo à Pesquisa no Espírito Santo (Fapes).

Aos amigos que fiz durante a pós-graduação, companheiros de alegrias e de vários momentos de apreensão, fica aqui o meu obrigado, em especial para a cachoeirense orgulhosa Karolina Dias, os destemidos Leonardo, Ayala e Louise, além daqueles que o estudo e a paixão pelo cinema e por uma certa história com sete livros aproximou: Roni, Alex e Karolina Rocha.

Meu agradecimento rotineiro, por tudo que já fizeram, se estende à Juliana Gotardo, sempre ao meu lado, literalmente, me policiando dos erros. Ao Pedro Ferrari pelo apoio, palavras certas e amizade irreduzível nos momentos mais difíceis que passei até hoje. À equipe do IDR pela motivação.

Por fim, entretanto de extrema importância: minha família. À minha mãe por injetar em mim o vírus da leitura, que tem como sintoma a curiosidade e a sede pelo saber. Ao meu pai por sempre ser o exemplo de responsabilidade. Aos meus irmãos, que compartilharam comigo tantos momentos importantes e muitos que ainda virão. E a Deus, sem o qual nada disso seria possível.

A Norma, Fernando, João e Gabriel

“Seja breve para que eles leiam; claro para que eles gostem; original para que eles não se esqueçam e, acima de tudo, preciso, para que sejam guiados por sua luz”

Joseph Pulitzer

RESUMO

Durante os 20 anos da Ditadura Militar, grupos de oposição se articularam para denunciar as atrocidades do regime. No Espírito Santo, um expoente de luta era o jornal *Posição*, criado na segunda metade da década de 1970, quando bandeiras como da Anistia e a volta da democracia ganhavam força entre a população. É exatamente a forma com que as ações em prol da Anistia e a fase final do processo ditatorial foram abordados pela efêmera publicação capixaba que serão discutidos nesta dissertação. Buscando investigar as pautas, o motivo de cobrir com tanto afinco as campanhas da Anistia e como as reportagens contribuíram com os presos políticos – em especial com o ex-estudante da Universidade Federal do Espírito Santo Perly Cipriano – uma extensa programação de pesquisa foi promovida a partir da análise documental das mais de sessenta edições do *Posição* e do livro “A Esquerda Armada”, de autoria de membros do jornal. Além disso, entrevistas foram concedidas por jornalistas, colaboradores do periódico e autoridades da época para melhor contextualizar aquele período. A partir daí se pode constatar a importância histórica da publicação alternativa *Posição* para a trajetória do jornalismo capixaba e da própria história do Espírito Santo.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Jornalismo, Anistia, Posição

SUMMARY

During the 20 years of the Military Dictatorship, oppositional groups have articulated to denounce the regime's atrocities. In Espírito Santo, an exponent of struggle was the newspaper called *Posição*, created in the second half of the 1970s, when subjects like Amnesty and the return of democracy gained strength among people. It is the way actions for Amnesty and the end of the dictatorial process were described by the ephemeral *Capixaba* publication that will be discussed in this dissertation. Looking for investigate the guidelines, the reason for covering Amnesty campaigns so well and how the reports contributed to the political prisoners - especially with the former student of the Federal University of Espírito Santo Perly Cipriano - an extensive research program was promoted from the documentary analysis of more than sixty editions of the *Posição* and the book "*A Esquerda Armada*", written by members of the newspaper. Also, interviews were given by journalists, newspaper contributors and officials of the time to contextualize that period. From where we can see the historical importance of the alternative publication *Posição* for the trajectory of the Espírito Santo journalism and the history of Espírito Santo itself.

Keywords: Military Regime, Journalism, Amnesty, Position

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vendagem dos jornais alternativos ----- 32

Tabela 2 – Fases do jornal *Posição* ----- 129

LISTA DE SIGLAS E SIGNIFICADOS

AESIS - Assessoria Especial de Segurança e Informação

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência

AIB - Ação Integralista Brasileira

AI-1 - Ato institucional nº 1

AI-2 – Ato institucional nº 2

AI-5 – Ato institucional nº 5

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAFRU – Conselho de Administração de Funcionários do Restaurante
Universitário

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CCBFE – Companhia Central Brasileira de Força Elétrica

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CENIMAR – Centro de Informação da Marinha

CEI – Comissão Estadual de Investigações

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CIE – Centro de Informação do Exército

CoCa – Projeto Comunicação Capixaba

COHAB – Companhia Habitacional do Espírito Santo

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DER/ES – Departamento de Estradas e Rodagem do Espírito Santo

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social

DETRAN-ES – Departamento de Trânsito do Espírito Santo

DPPS – Departamento de Polícia Política e Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Pública e Social

ECEM – Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil

IPI – Inquérito Policial Militar

LIBELU – Liberdade e Luta

LTDA – Empresas de responsabilidade limitada e empresas de sociedade limitada

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado

MRV – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

OAB-ES – Ordem de Advogados do Brasil seccional do Espírito Santo

OBAN – Operação Bandeirantes

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PPD – Partido Popular Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

Sesac – Semana de Estudo sobre Saúde Comunitária

Sindiupes - O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo

SII – Serviço de Investigação e Informação

SNI – Sistema Nacional de Informação

STM – Superior Tribunal Militar

TFR – Tribunal Federal de Recursos

UBES – Congresso Nacional da União dos Estudantes Secundaristas

UESE – União Espírito-santense de Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UMES – União Municipal de Estudantes Secundaristas

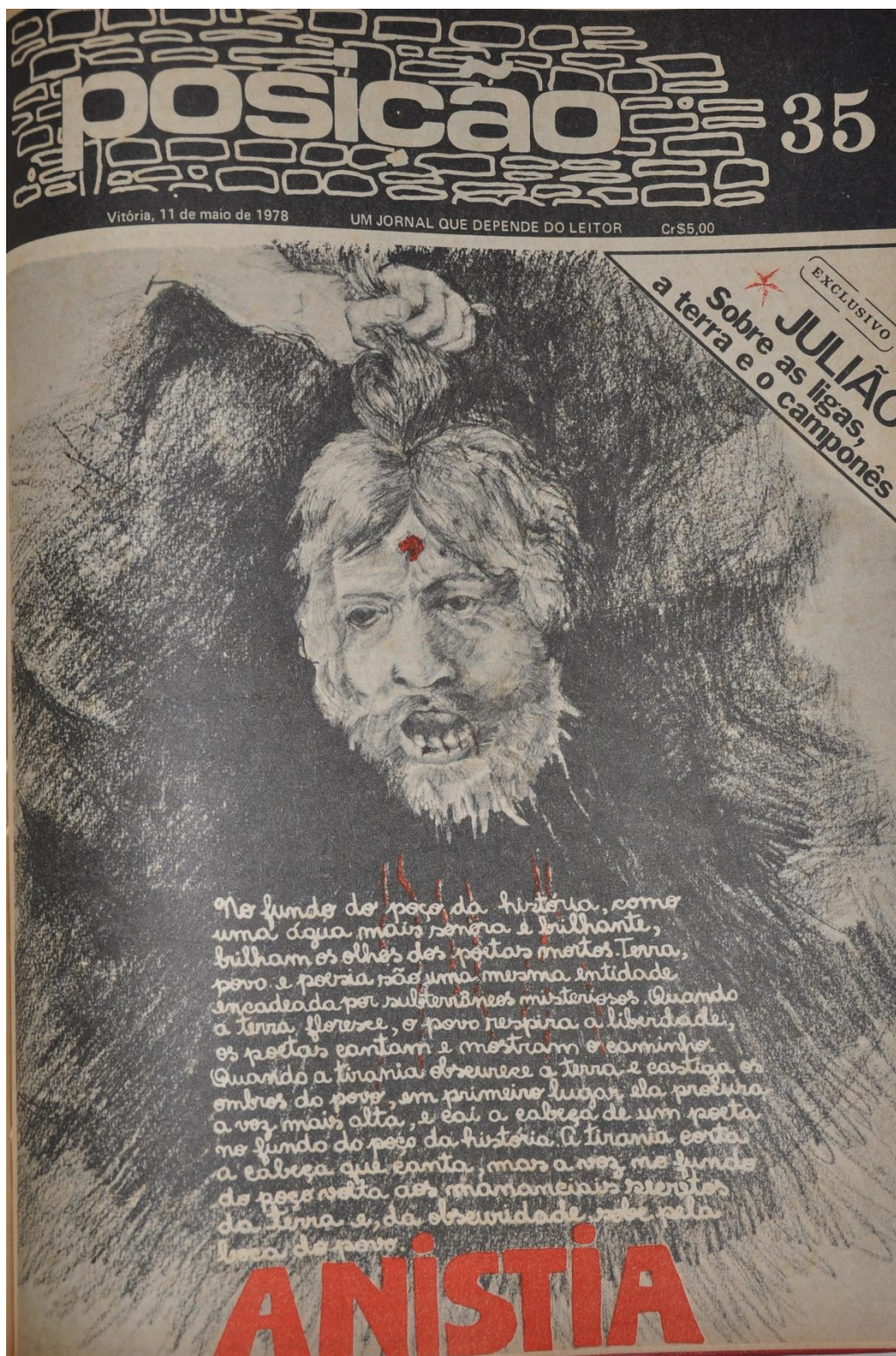
UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States International Development

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1 - DITADURA: QUANDO O JORNALISMO VIRA ALVO	
1.1 – A “controversa” ditadura no Espírito Santo	48
1.2 – A repressão chega às redações	59
1.3 - DOPS/ES: Confidencial e sigiloso	71
Capítulo 2 - POSIÇÃO: QUANDO O JORNALISMO VIRA RESISTÊNCIA	
2.1 - Nasce uma alternativa à imprensa capixaba	83
2.2 - Financiamento e crise.....	100
2.3 - Censura e apreensão de jornais	114
2.4 - As fases do Posição: jornalistas x militantes	127
Capítulo 3 - REPORTAGENS: QUANDO O JORNALISMO DENÚNCIA	
3.1 - Reportagens com coragem e posição	137
3.2 - Por um MDB efetivamente de oposição	144
3.3 – Por uma universidade que reage	149
3.4 – Por uma imprensa mais forte	157
Capítulo 4 - ANISTIA: QUANDO O JORNALISMO VIRA MOBILIZAÇÃO	
4.1 - Da memória ao esquecimento	167
4.2 - A Anistia virou pauta	171
4.3 – Posição na luta pela anistia	181
4.4 – Anistia ultrapassa o tabloide: “A Esquerda Armada”	202
Conclusão	215
Bibliografia	221
Anexos	229



Jornal *Posição*, 11 de maio de 1978, capa
Acervo: Biblioteca Estadual do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Aos desavisados que chegassem ao terceiro andar do imponente Edifício Glória, no centro da cidade de Vitória, não sobraria dúvidas: ali, em meio aquelas mesas e cadeiras, era produzido um jornal. O som incessante das máquinas de escrever e do telefone a tocar já evidenciava tal conclusão. Outra pista era um mosaico de primeiras páginas que decorava uma das paredes do pequeno ambiente. Motivo de orgulho e até mesmo de ostentação, aquela colagem era a prova de que, a cada 15 dias, chegavam às cidades capixabas notícias e informações que muitas publicações não ousavam veicular. Foi ali que nasceu o efêmero jornal *Posição*.

Expoente da luta contra a repressão e a censura em território capixaba, a publicação de 12 páginas foi fruto do trabalho de homens e mulheres insatisfeitos com as decisões as quais o Espírito Santo e o Brasil estavam sendo submetidos. Pessoas que haviam sido de alguma forma prejudicadas pelo sistema de exceção, que foi imposto ao País na virada do dia 31 de março e 01 de abril de 1964, e que buscavam uma forma de fugir às amarras que se estendiam já havia 12 anos. Assim, foi publicada a primeira edição do *Posição* em 29 de outubro de 1976, depois de dois anos de planejamento, e tendo que ultrapassar barreiras logísticas, como a impressão e a montagem em outro estado. O que para muitos não duraria três edições chegou a mais de sessenta, durou quatro anos, motivou pessoas, cobriu fatos, expôs mazelas e entrou para a história do jornalismo regional como um importante jornal alternativo.

Mas o que significa ser um jornal alternativo? A expressão ganhou destaque durante a Ditadura Militar, quando uma gama de publicações que tinham como semelhança a oposição ao regime militar circulou pelo País. Tinham, além disso, como missão comum a veiculação de muitos fatos que os jornais tradicionais, chamados de grande imprensa, não noticiavam – afinal, estes se equilibraram entre a influência econômica, a pressão do governo e as funções de informar inerentes ao jornalismo. Enfim, era um período complicado para as grandes empresas de comunicação e a censura governamental agravava ainda mais este cenário.

No Brasil, a censura já ocorria desde as primeiras publicações¹. Mas, este “fenômeno” viria a encontrar, séculos depois, durante o período da Ditadura Militar, sua fase mais dura e violenta. A partir de meados da década de 1960, os militares passaram a questionar o dever moral da imprensa, o que não era estranho aos profissionais do ramo. Afinal, após a Proclamação da República, um dos primeiros atos do novo regime foi baixar um decreto instituindo a censura. No Estado Novo (1937-1945), designada por Getúlio Vargas, a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) corroborava para a constatação que havia uma estrutura estatal para “supervisionar” as informações veiculadas ao cidadão. Na década de 1960, era a vez dos militares tentarem reprimir os meios de comunicação e a liberdade de expressão.

Quando o Golpe Civil-Militar foi arquitetado, o apoio da mídia se mostrou fundamental para a comoção popular contra o governo de João Goulart (PTB), o Jango. Alguns jornalistas sabiam o que estava sendo esquematizado pelos militares, porém não imaginavam que o sistema de exceção fosse vigorar por tanto tempo. Os militares acabaram por voltar suas armas contra os jornalistas utilizando de uma estratégia já conhecida: a censura. Os censores passaram a frequentar as redações, jornalistas foram calados e notícias proibidas de serem divulgadas.

Era inevitável, o confronto entre jornalistas e censores iria se estabelecer. Logo, este passaria a ser visto como o algoz daquele. Os profissionais da imprensa, por sua vez, vestiram o traje do trabalhador heroico que desafiava o empecilho da censura. A pesquisadora Beatriz Kushnir (2001), porém, tem uma visão contestadora desta relação. Em sua tese intitulada “*Cães de Caça: jornalistas e censores do Ai-5 à Constituição de 1988*”, ela questiona papéis tão maniqueístas assumidos por ambos e aponta que foi essa a “visão mítica da resistência contra

¹ A pesquisadora Maria Beatriz Nizza da Silva (2009) se debruçou sobre os primeiros periódicos impressos no Brasil e constatou a existência do que classificou como censura e de forma abrangente desde o início da implantação dos veículos midiáticos. Entre as primeiras publicações que conseguiram se firmar no instável mercado brasileiro, mesmo que por curta duração, estavam a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brasil*. Antes, porém, vale destacar que o primeiro periódico brasileiro foi editado em Londres. Devido ao caráter revolucionário do *Correio Braziliense*, que argumentava em favor da independência do país, a Coroa Portuguesa proibiu a distribuição em seus domínios. Mais informações em NIZZA DA SILVA (2009).

a opressão é onde se encerra toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos anos de chumbo”².

Em 1968, às 18 horas do dia 13 de dezembro, foi dado um dos maiores golpes contra a liberdade de expressão no Brasil ditatorial: era anunciado o Ato Institucional 5 (AI-5). A imprensa passou a ser vista como uma ameaça ao sistema vigente. Habermas (2003), em suas reflexões sobre o jornalismo, frisa que nada deixa mais evidente o desenvolvimento dos meios de comunicação em uma sociedade do que as medidas relacionadas ao controle da mídia. Era o que ocorria no Brasil. Muitos jornais estavam na lista de repressão da ditadura.

A postura do *Jornal do Brasil*, segundo Chinem (2004), após o decreto do AI-5, exemplifica claramente a forma com que parte da imprensa se posicionou ao perceber sua liberdade ameaçada. “No canto do logotipo do jornal, um quadro informando que ‘ontem foi o Dia dos Cegos’, uma outra dizia que ‘o tempo é negro, a temperatura sufocante’ e o ar, acrescentava, irrespirável”³. Era o prenúncio de que viriam tempos terríveis para a sociedade e para a imprensa.

No *Estado de São Paulo* e no *Jornal da Tarde*, trechos do clássico “*Os Lusíadas*”, de Luís Vaz de Camões, e receitas culinárias seriam usados nos lugares das reportagens censuradas. Era uma forma inusitada de denunciar as partes do jornal que estavam sendo ceifadas.

No contexto do dia 12/12/1968, uma quinta feira, o diretor do *Estadão*, Júlio de Mesquita Filho, após a confirmação que a Câmara de Deputados não concederia o pedido de licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, sob a acusação de ter ofendido as Forças Armadas em um discurso, redigiu o famoso editorial ‘Instituição em Frangalhos’. No seu texto, que seria publicado no dia seguinte, enfatizava o impasse que se encontra o país: regido por quatro atos institucionais criados pelo regime militar. Descrevia um cenário político de “tonalidades sombrias”. O tempo ficaria mais escuro, como apontou uma pequena nota no alto do canto esquerdo da primeira página do *Jornal do Brasil*, no dia 14/12. As previsões meteorológicas eram catastróficas: ‘Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Max: 38° em Brasília, Min: 3° nas Laranjeiras” (KUSHNIR, 2001, p. 37).

A censura ficaria por cinco anos no *Estado de São Paulo*, tempo no qual a estratégia das poesias foi sustentada. Segundo Aquino (1999), entre 1973 e

² KUSHNIR, 2001, p. 36

³ CHINEM, 2004, p. 15

1975, 1136 reportagens foram censuradas no periódico, distribuídas de forma desigual no decorrer dos meses. Tendo uma elevação considerável no governo de Geisel⁴. Entre os temas censurados no jornal paulista, levantados pela pesquisadora, 52,91% eram matérias políticas e 18,31% aquelas que falavam da censura. O restante eram textos sobre economia, questões sociais e relações internacionais.

Os censores saíram do *Estadão* em 1975. Segundo Dantas (2012), a ação soou como um afago ao grupo dos Mesquitas, que ajudou o Golpe de 1964 e que caminhava para comemorar o centenário de seu mais importante jornal. Isso motivou uma aparente esperança à abertura política, porém, como aponta o pesquisador, nos porões de tortura, a ditadura continua inabalável.

No *Jornal da Tarde*, o vespertino do grupo dos Mesquita, em certa edição, publicou uma coluna chamada “Receitas do Alfredo’s”, um trocadilho com o nome do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Muitas vezes, porém, as receitas sugeridas não davam certo e donas de casa ligavam enfurecidas para a redação.

Segundo Kushnir (2011), havia um pacto na relação imprensa e regime autoritário no qual a censura era de conhecimento do público, porém não poderia ser mencionada. Era subliminar. Em outros países não ocorria desta forma. Na Espanha e em Portugal um comunicado era estampado no jornal alertando o leitor sobre a vistoria empreendida sobre a publicação. Entre os jornais brasileiros que tiveram censores na redação estão, além dos periódicos do grupo Mesquita, o *Tribuna da Imprensa*, *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e a revista *Veja*.

A censura chegava às redações por meios variados. Os mais comuns eram os bilhetinhos, enviados e pregados em painéis, muitas vezes decorados com uma tesoura. Lá estavam a lista de assuntos vetados, que crescia diariamente. Muitas vezes era por meio dos bilhetes que a equipe de repórteres tomava conhecimento de algum fato com caráter noticioso. As ligações para os telefones das redações com ordens militares também eram comuns.

⁴ Ernesto Geisel, militar, nascido na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1907. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974

No *Jornal do Brasil* a autocensura ganhou força. O editor José Sette Câmara, chegou a criar normas para orientar sua equipe, o que chamou de “Controle de Qualidade”. Costumava ressaltar que o periódico não era nem de esquerda e nem de direita, mas que lutava por restabelecer o regime democrático. Kushnir (2011) define como sendo uma estratégia de luta sem se expor. O cuidado extra era com temas como a luta armada, os estudantes, a política, a economia, a Igreja. A ordem era: “na dúvida, a opção deve ser pelo lápis vermelho”.

O reflexo da dura política de repressão passou a comprometer o mercado jornalístico. Profissionais perderam empregos e foram perseguidos. Muitos questionaram o silêncio do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, o mais influente do País, o que levou a eleições na entidade. Uma das chapas chegou a pregar uma reação da categoria principalmente contra as torturas e a censura e conseguiu mobilizar o apoio dos estudantes de comunicação. Mesmo assim, demorou alguns anos para chegar à vitória. O grupo que propunha o embate ao regime conseguiu assumir as rédeas do Sindicato dos Jornalistas em 1975. Dantas (2012) frisa que a partir daí a união entre grande imprensa e jornais alternativos na briga contra a Ditadura Militar estava pavimentada, o que não significaria que a repressão iria diminuir.

Menos de três meses depois, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, estaria no olho do furacão... Nos primeiros dias de outubro, mais de uma dezena de jornalistas caíram nas mãos dos torturadores do DOI-Codi, aparelhos semiclandestino que funciona a cerca de um quilômetro da sala de comando do QG do II Exército. Um dos jornalistas presos era Vladimir Herzog (DANTAS, 2012, p. 138)

O iugoslavo Vladimir Herzog havia saído da Europa com sua família. Já sabia o que era conviver com um regime de repressão. Judeu, estava fugindo do nazismo quando veio parar no Brasil, ainda criança, onde se naturalizou. Não sabia, porém, que morreria anos depois pelas mãos também de um sistema opressor. Editor na *TV Cultura*, ele foi convidado para um depoimento do qual nunca mais voltou. Sua morte, inicialmente atestada como suicídio, mobilizou a classe jornalística. A categoria tinha um mártir e clamava por justiça à sua morte. A imagem do suposto enforcamento entrou para a história e marcou o jornalismo brasileiro, unindo ainda mais profissionais de veículos, e fomentando o desejo de luta nos grandes jornais e principalmente nos profissionais do chamado mercado alternativo.

Tentando driblar a estrutura repressiva e alertar à sociedade sobre as mazelas do regime militar, foram criados centenas de jornais alternativos no País durante as duas décadas da Ditadura Militar. Em sua maioria, eram impressos no tamanho tabloide, menor que o standart, muito usado pela imprensa tradicional. Devido a essa característica que aqueles acabaram também sendo chamadas de jornais nanicos – o que em nada se referia à qualidade de seus conteúdos. Mesmo o termo tendo se popularizado durante o regime de exceção, publicações alternativas são comuns na história do Brasil há décadas, inclusive no Espírito Santo.

A importância dos jornais nanicos no contexto da Ditadura Militar foi extrema. Ocuparam um nicho de mercado, influenciaram a categoria, abriram opções de luta, deram visibilidade a muitas bandeiras. Um das primeiras publicações foi *O Sol*, imortalizado na música *Alegria Alegria* de Caetano Veloso⁵, e que circulou no Rio de Janeiro. Idealizado pelo poeta Reynaldo Jardim, o periódico é considerado o antecessor de muitos outros que marcariam a história da imprensa, como “*Pasquim*”, “*Opinião*” e “*Movimento*”.

Fundado três anos após o golpe de 1964 e tendo Ana Arruda Callado e Martha Alencar à frente da redação, *O Sol* atraiu uma gama invejável de jornalistas e colaboradores, entre eles Chico Buarque, Ziraldo, Carlos Heitor Cony, Zuenir Ventura e Arnaldo Jabor. Foi efêmero, mas fez eco em um mercado jornalístico instável. Seus leitores mais fiéis eram os próprios jornalistas e estudantes universitários. Segundo Kucinski (1991) *O Sol*, assim como o “*Poder Jovem*” e “*Amanhã*”, nasceu do imaginário de uma classe contestadora e foi fomentado pelos resultados obtidos na revolução cubana.

Esse era apenas um dos mais de 300 jornais que se estima que tenham sido criados durante o regime militar e que fecharam suas portas pouco tempo depois, segundo Chinem (2004). Já o acervo do Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular conta com mais de 5 mil itens, entre jornais, livros, discos, revistas, recortes, fitas, arte postal, quadrinhos, folhetos e cartazes⁶. Uma única

⁵ “O Sol nas bancas de revista, me enche de alegria e preguiça. Quem lê tanta notícia”.

⁶ O catálogo do acervo da entidade está disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo_imprensa_alternativa.pdf

palavra consegue explicar a quantidade de publicações criadas durante os vinte anos da ditadura: censura.

Estima-se que um dos primeiros periódicos alternativos do Brasil na segunda metade do século XX surgiu entre universitários na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, antes mesmo da ditadura militar. Um grupo de estudantes, encabeçados por José Maria Rabelo e Euro Arantes, havia lançado em 1952 o jornal *Binômio* fazendo referência ao slogan do então presidente, Juscelino Kubitschek: “binômio energia-transporte”. Com imenso senso de humor para as críticas políticas, vendia mais de 40 mil exemplares. Chinem (1995) enfatiza que o periódico era “engraçado, uma gargalhada só”⁷. Caiu no gosto dos mineiros levando muitos jornalistas a se dedicarem exclusivamente a ele durante 12 anos. Com a deflagração do Golpe, o *Binômio* foi fechado. “José Maria Rabelo (um dos criadores) deixou o Brasil em 29 de março de 1964 e fugiu para a Bolívia, só voltando em 1980, com a satisfação de ter feito um jornal quase unanimemente como precursor da imprensa alternativa no país”⁸, pontuava Chinem (2004).

Mas, antes do *Binômio* e do “ciclo alternativo”⁹, o jornalismo brasileiro já havia testado outras experiências parecidas. Durante a Regência, uma série de jornais foram publicados e distribuídos. Mesmo com público restrito devido ao alto índice de analfabetismo, esses periódicos panfletários chegaram a totalizar 50 títulos, segundo Kucinski (1991). Entre 1880 a 1920 foram lançados quase 400 títulos com teor anarquistas e defendendo os operários. Porém, essas publicações não dispunham de uma estrutura ou de uma equipe, eram muitas vezes produzidos por uma única pessoa e distribuído à população como forma de incentivar o debate.

A imprensa alternativa dos anos 70 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público de reflexão, contra-hegemônico. (KUCINSKI, 1991, p. XXI)

Mas, qual a diferença entre um jornal tradicional e um alternativo? Alberto Diniz, que em 1975 acabara de estreitar a coluna “*Jornal dos Jornais*” na *Folha de São Paulo*, que viria a ser a percussora do *ombudsman*, chegou a comentar que

⁷ CHINEM, 1995, p. 31

⁸ CHINEM, 2001, p. 65

⁹ Expressão cunhada por Bernardo Kucinski para definir os jornais criados durante as duas décadas da Ditadura Militar no Brasil.

periódicos alternativos são “imprensa do leitor, independente, *underground* ou *udigrúdi*, era a única que fazia perguntas, que questionava”¹⁰. Foi ele, inclusive, que cunhou o termo “imprensa alternativa” se baseando nos periódicos semelhantes publicados em território norte-americano, e definindo que esses jornais eram alternativos no “noticiário, mercado, postura e organização acionária”. Já em uma crônica no *Pasquim*, o escritor João Antônio escreveu que a grande imprensa estava querendo imitar os nanicos. Assim, a expressão “imprensa nanica” se tornou sinônima da criada por Diniz.

Araújo (2000), ao dissertar sobre a relação entre a imprensa alternativa e os partidos de esquerda, ressalta características em comum na maioria dos periódicos. Segundo ela, mantinham um formato tabloide (aproximadamente 43 X 28 cm²), com postura de oposição, alguns com tiragem irregular e circulação restrita, tanto vendidos em bancas quanto com distribuição em polos de resistência à repressão, como universidades. A pesquisadora, autora de “*Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*”, estabelece três tipos de publicações alternativas:

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a partidos de oposição quanto aos partidos de organização políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reunia intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” – os que produziam fora do esquema comercial; e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairros e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc. (ARAÚJO, 2000, p. 21)

Segundo Araújo (2000), devido à relação intrínseca entre periódicos alternativos do primeiro grupo e os partidos, muitas mudanças editoriais eram resultantes de alteração das organizações políticas, ou seja, as publicações refletiam tanto o teor político quanto estrutural de muitos grupos clandestinos. “Desta forma a imprensa alternativa constituía não apenas um fenômeno jornalístico, mas político”¹¹, acabava, portanto, refletindo também a difícil equação entre o legal e o ilegal, e entre o público e o clandestino.

¹⁰ CHINEM, 1995, p. 30

¹¹ ARAÚJO, 2000, p. 22

Kucinski (1991) pontua que os jornais alternativos nasceram de duas frentes: “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações sociais que propunham e a busca, de jornalistas e intelectuais, por espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”¹². Além disso, muitas publicações, no início da Ditadura Militar, tinham uma missão clara: atrair militantes para focos guerrilheiros, usando como ferramenta de atração a exaltação aos resultados obtidos pela Revolução Cubana.

A ligação entre jornais alternativos e partidos de esquerda era tão intensa, que, segundo o autor, até ocorrer as greves dos operários no ABC paulista, a história das esquerdas no Brasil praticamente se confunde com a dos periódicos nanicos. Já Araújo (2000) alerta que, apesar dessa relação, uma não deve ser tratada como sinônimo da outra. A imprensa alternativa seria uma opção à cobertura da “imprensa oficial”, a chamada “grande imprensa”, que era mais reticente em assumir uma postura efetivamente contra o regime; já a chamada esquerda alternativa era uma opção ao PCB.

Segundo Kucinski (1991), por detrás da criação de qualquer novo jornal alternativo havia, invariavelmente, um episódio de cerceamento de espaço no mercado de trabalho, uma insatisfação com a postura das empresas de mídia ou um espírito de luta que se afluava contra o regime autoritário.

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns predominantemente políticos, tinham raízes os ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60. Em geral pedagógico e dogmáticos, os jornais alternativos políticos, foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais(...) Outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltada a crítica dos costumes e à ruptura cultural. (KUCINSKI, 1991, p. 14 e 15)

Nos jornais alternativos, o jornalista era responsável por todo o processo de produção. Desde a pauta até a elaboração de reportagens, distribuição nas bancas e recolhimento. Assim, por exemplo, era a forma na qual *Pif Paf* era elaborado. Considerado um marco da primeira fase dos jornais alternativos e lançado por Millôr Fernandes em 1964, o jornal surgiu da coluna com o mesmo nome assinada pelo cartunista na revista *O Cruzeiro*. Com seu humor peculiar,

¹² KUCINSKI, 1991, p. XVI

ele tocou em assuntos considerados tabus, como igreja e religião, sempre satirizando. Por ter sido criado após o Golpe Civil-Militar, muitos interpretaram como sendo uma resposta ao ocorrido no início do mês de abril daquele ano. Ficou marcado pelas suas fotomontagens atacando os poderes e pelo irônico texto advertência:

Quem avisa amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições, se o governo continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua política financeira; e o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por suas próprias cabeças; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda a sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.¹³

O texto bastou para fechar *Pif Paf* e Millôr amargar uma dívida que levou dois anos para ser paga. Foram apenas oito números do periódico, porém suficientes para fazê-lo ostentar mais de 40 mil exemplares vendidos. Mesmo efêmero, *Pif Paf* entrou para a história da imprensa. Tanto que um documento do Centro de Informação do Exército (CIE), datado de 1978, ignora o *Binômio* e atribui ao jornal o título de “primeira publicação de imprensa denominada independente ou alternativa”¹⁴.

A segunda geração de alternativos é marcada pelo *O Sol*, *Poder Jovem* e *Amanhã* e ocorreram a partir de 1967. Mas a fase mais rica, segundo Kucinski (1991), para os jornais alternativos ocorreu a partir de 1969, quando foram criados *O Pasquim* e *Opinião*.

O Pasquim nasceu como um jornal voltado para o bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Elaborado pelo jornalista Jaguar, tinha um tom mais crítico em seu texto inclusive havia mais críticas que reportagens. Faziam parte do conselho de redação, além de Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Propseri e Claudius Ceccon. Essa composição mudou diversas vezes. Já entre os colaboradores estavam: Olga Savary, Ziraldo, Millôr Fernandes, Fontuna, Miguel Paiva, entre outros.

Vivíamos o ano de 1969, um período de niilismo na imprensa. O *Pasquim* surgiu nessa época, aproveitando uma brecha, o momento em que os jornais, entre janeiro a junho daquele ano,

¹³ <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/002/018.htm> - acessado em 05 de novembro de 2015.

¹⁴ CHINEM, 2001, p. 66

ainda não tinham se recuperado do susto do AI-5 (CHINEM, 1995, p. 40)

Araújo (2000) destaca que a publicação dispunha de um texto coloquial e rotineiramente empregava palavrões – mas utilizava asteriscos para substituí-los. Tratava de política, crítica social e comportamento. Tanto que uma das reportagens mais lembrada foi uma entrevista com a atriz Leila Diniz, publicada em novembro de 1968 na edição 22, na qual ela falava sobre amor e exaltava a liberdade sexual principalmente para as mulheres.

Em depoimento ao *Portal Brasileiro de Cinema* sobre a atriz, conhecida como “*musa do Pasquim*”, Sérgio Cabral, o diretor de redação do periódico, acabou revelando um pouco das peculiaridades do jornal¹⁵. Ele conta que a ideia dos asteriscos foi de Tarso de Castro para substituir palavras atualmente utilizadas sem grandes problemas em qualquer jornal, como “merda” e “porrada”.

Cabral ainda cita um fato curioso. Segundo ele, quando os militares determinaram a prisão de todos os repórteres do jornal, foi a casa de Leila Diniz que utilizaram como abrigo. O local também era aproveitado para reuniões. Em uma delas, a atriz tentou convencer aos jornalistas a não se apresentarem para o interrogatório ao qual haviam sido convocados. Eles não a ouviram e Sérgio Cabral, Jaguar e Flávio Rangel amargaram dois meses de cadeia.

Desde que foi criado, o *Pasquim* ultrapassou as expectativas e chegou a atingir a marca de 200 mil exemplares vendidos. Virou o “queridinho” da classe média. O público cada vez mais amplo do periódico incomodou o sistema e uma bomba chegou a ser colocada no quintal da redação. Não explodiu, mas foi um aviso. Meses depois uma capa dedicada a Dom Helder Câmara¹⁶ levou o periódico a ser censurado. Os jornalistas, então, passaram a deformar a própria censura por meio do humor.

Em 1ª de novembro de 1970, a redação foi invadida. Não foi o fim de *O Pasquim*, que resistiu. Porém, a última edição viria poucos meses depois. Chinem (2004) frisa que *O Pasquim* foi o único jornal do País que viu presa toda a sua redação.

¹⁵ http://www.portalbrasileirodecinema.com.br/leila/depoimentos/05_11.php acessado em 29 de março de 2016

¹⁶ Dom Hélder Câmara (1909-1999) foi um religioso, bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife. Por sua atuação pelos direitos humanos recebeu vários prêmios, entre eles, o Prêmio Martin Luther King, nos Estados Unidos, e o Prêmio Popular da Paz, na Noruega. Faleceu em Pernambuco, no dia 27 de agosto de 1999, de parada cardíaca.

Na ocasião, os demais meios de comunicação brasileiros deram pouco destaque ao fato. No exterior, entretanto, a repercussão foi ampla. Da mesma forma que prenderam os jornalistas, os soltaram, sem nenhuma explicação. A censura também foi estipulada e extinta no jornal de uma noite para outra. Logo que não sentiam mais as amarras do regime, os redatores do *O Pasquim* decidiram publicar a frase que resumiria a ideologia da publicação: “Imprensa é oposição, o resto é armazém de secos de molhados”. Na década de 1970, o jornal se envolveu em bandeiras importantes como a Anistia e cobriu a redemocratização, fechando as portas em 1991.

Também como marco da segunda fase dos jornais alternativos, se destaca o *Opinião*, no Rio de Janeiro. Foi esboçado em 1972, mas só chegou às bancas no dia 23 de outubro de 1973, com 25 mil exemplares, que logo passariam para 38.500. Visava uma notícia mais analítica, mais interpretativa na política, economia, cultura e comportamento social. Era uma publicação mais intelectual e contava com colaborações de Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e Luciano Martins. O motivo da parceria era a boa relação que o idealizador do jornal, Fernando Gasparian, mantinha com personalidades das universidades e da oposição.

Entre os integrantes da redação de *Opinião* estavam: Antônio Carlos Ferreira, Arlindo Mungiolí, Flávio Pinheiro, Juracy Andrade, Marcos Gomes, Mario de Almeida, Antônio Mendes, Elice Munerato, João Lizardo, Ronaldo Brito e Jô Amado. Este, depois de atuar no Rio de Janeiro, migrou para o Espírito Santo, onde ajudou a fundar o jornal *Posição*.

Pouco a pouco ganhou prestígio junto à sociedade. Mantinha uma ligação com o PCdoB, mas, segundo Araújo (2000), os militantes não chegavam a exercer uma pressão doutrinária do jornal. Logo, os militares estipularam uma censura mais rígida à publicação, com censores dentro da redação. Uma estratégia usada pelos jornalistas do *Opinião* era republicar reportagens de jornais internacionais. Mesmo assim, os exemplares passaram a ser enviados para Brasília para serem analisados, o que trouxe complicações no processo de impressão e distribuição do periódico.

O *Opinião* chegou a recorrer à Justiça para que a censura fosse interrompida. Venceu o processo no Tribunal Federal de Recursos (TFR) após uma defesa

bem engendradora do advogado do jornal, o ex-ministro Aducto Lúcio Cardoso. Porém, no dia seguinte, o presidente Médici anulou a decisão. “Mas o processo de *Opinião* tinha obrigado o regime militar a assumir publicamente a censura, que amordaçava não apenas o semanário, mas o conjunto da imprensa brasileira”¹⁷. Segundo Chinem (2004), das 10.548 páginas preparadas no periódico, apenas 5.796 foram impressas nos quatro anos e meio de existência. Fechou as portas em 1977 por problemas internos e devido ao embate entre jornalistas, militantes e intelectuais.

Mais do que um jornal político, *Opinião* foi um jornal de debate. Nele estão presentes os grandes temas econômicos, sociais, e políticos apresentados e discutidos por intelectuais importantes da época. Nele estão documentados, talvez mais do que em qualquer outra publicação, o panorama dos principais debates. (ARAUJO, 2000, p. 25)

Uma terceira fase do jornalismo alternativo teve início em 1974 quando foram criados periódicos como o *Movimento*, com forte ativismo político. O jornal foi fundado em julho de 1975 por Raimundo Rodrigues Pereira e por alguns profissionais que haviam deixado o *Opinião*. Reuniram-se em torno do jornal cerca de 500 pessoas, sendo 300 jornalistas. O conselho editorial contava com Aguinaldo Silva, Elifas Andreatto, Jean-Claude Bernadet, Maurício Azedo, Teodomiro Braga, Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski. Também entre os nomes emblemáticos estavam o compositor Chico Buarque e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ambos no conselho de orientação editorial. Era definitivamente um jornal de esquerda, tinha nascido com essa função e conseguiu atrair militantes que estavam longe da luta. Também, por isso, desde o número zero já chamou atenção da censura e recebeu ameaças.

Chinem (2004) contabiliza que, nos 15 primeiros números do *Movimento*, tenham sido censuradas 184 reportagens e eram preparados quatro tipos diferentes de capas, já prevendo que algumas manchetes seriam vetadas. No dia 14 de abril de 1978, a redação carioca do jornal foi invadida e saqueada. Levaram algumas pastas e documentos. Também deixaram uma mensagem no quadro de avisos: “Tem de fechar!”.

O fim veio definitivamente no início da década de 1980, quando *Movimento* já não tinha mais fôlego para se manter contra o regime e devido a brigas internas

¹⁷ CHINEM, 2004, p. 114

entre dois grupos. De um lado estavam os militantes com ligação com PCdoB e do outro estavam as pessoas ligadas a outros grupos políticos, jornalistas e intelectuais. Araújo (200) atribui até mesmo ao choque entre as duas potências comunistas – China e URSS – o enfraquecimento do jornal, já que isso também foi motivo de discussões entre seus membros. Depois de uma convenção nacional dos trabalhadores do jornal foi aprovado o fim da publicação, após uma proposta apresentada pelo editor Raimundo Pereira. Em sua última edição, número 334, que circulou na segunda quinzena de novembro de 1981, o periódico estampou em sua primeira página a manchete: “Última edição”.

Raimundo Pereira havia proposto o fechamento do jornal seis meses antes, mas os acionistas e a redação se opuseram (...) Durante alguns meses, Raimundo Pereira pagou dívidas, arrumou papéis, parecia passageiro de um navio que tinha afundado no oceano. *Movimento* morria para entrar nos arquivos de nossa história. Eu o vi chorar em uma mesa, solidário. (CHINEM, 1995, p. 85)

Outros jornais surgiram nesta terceira fase, como *Versus*, lançado em São Paulo e com circulação bimestral. Durou exatos quatro anos, tendo sua primeira edição em outubro de 1975. A redação era composta por Marcos Faerman, Moacir Amâncio, Carlos Rangel, Modesto Carone, entre outros. Teve início como um jornal cultural e depois migrou para a luta política, segundo Araújo (2000). Inclusive, a falta de entendimento entre membros que representavam esses dois grupos foi o motivo que deflagrou o fim da publicação. Durante sua existência, o jornal trouxe textos sobre teorias que estavam em voga, como as elaboradas por Michael Foucault, e produções literárias, com destaques para as produzidas na América Latina por Gabriel Garcia Márquez.

A partir do final de 1977, a composição do jornal foi sendo alterada e militantes da Convergência Socialista (tendência legal da Liga Operária que tinha inspiração trotskista) ganhando espaço. Isso mudou o perfil do *Versus*, que desde sua criação era ligado ao ramo cultural. Com a mudança, inclusive no visual do periódico, muitos jornalistas saíram ou foram rifados. O fim do jornal ocorreu em 1979.

O ano da última edição do *Versus* foi o primeiro de outro importante jornal alternativo, o *Em Tempo*. Seus membros tinham claras ligações com movimentos de esquerda, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Ação Popular Marxista

Leninista (APML), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Liberdade e Luta (Libelu) e membros da Democracia Socialista. Com tantas frentes políticas, segundo Araújo (2000), as decisões no jornal eram tomadas em assembleia. A publicação contava também com o apoio de jornalistas que já haviam se aventurado em experiências alternativas anteriores, como Bernardo Kucinski, Antônio Pádua Prato Junior, Jorge Batista, José Veiga, Guido Mantega, entre outros.

Muitos jornais iniciaram sua circulação após a morte do jornalista Vladimir Herzog. A morte do profissional motivou uma onda de revolta na imprensa brasileira e várias publicações regionais foram criadas. Kucinski (1991) destaca três delas: *De Fato* em Belo Horizonte, *Coojornal*, em Porto Alegre e *Posição* em Vitória. O primeiro surgiu da indignação de diversos jornalistas do *Jornal de Minas* com os editoriais escritos por Afonso Paulista que defendia a repressão e endossava a tese do suicídio de Herzog. O periódico alternativo teve o apoio de correspondentes de outros jornais e de estudantes de jornalismo e psicologia. Entre os membros da redação estavam Aloísio Moraes Martins, Flaminio Fantini, João Batista dos Mares Guia, Luís Dulci. Além de temas locais, abria espaço para pautas pouco discutidas, como homossexualidade e feminismo.

Logo membros do grupo Centelha (que viraria Democracia Socialista) decidiram participar da publicação. Segundo Kucinski (1991) “as reuniões do jornal transformaram-se em longas e profundas discussões políticas, nas quais os ativistas políticos levavam sempre vantagem”¹⁸

Com uma camisa de força, essa lógica construída não consegue acompanhar as alterações rápidas da conjuntura, o jornal foi perdendo pertinência e ressonância, a equipe se desagregando. Em outubro de 1978, *De Fato* parou de circular, após uma das mais robustas e longas carreiras de jornal alternativo de caráter regional, durante quase três anos. (KUCINSKI, 1991, p. 62)

Coojornal foi o primeiro autodeclarado como sendo uma cooperativa. A entidade foi fundada em 1974 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e o jornal com o mesmo nome publicado em 1976. Kucinski (1991) destaca que os gaúchos já tinham experiência com os modelos de cooperativa desde as missões jesuítas que deram origem ao estado e, posteriormente, empregada no plantio

¹⁸ KUCISKI, 1991, p.61

de trigo. O exemplo gaúcho levou outros jornalistas a também criarem cooperativa, totalizando oito entidades durante o período militar.

Enquanto isso, no Espírito Santo, era dado início por um grupo encabeçado por Jô Amado, Robson Moreira e Rogério Medeiros ao jornal *Posição*. O redator do periódico era Jô Amado que havia acumulado experiência no jornal *Opinião* no Rio de Janeiro. Segundo Kucinski (1991), o periódico que mantinha um “padrão superior de qualidade”¹⁹ se autoproclamava independente e a favor das lutas populares. De bimestral passou logo a semanal e foi criado como uma opção de publicação fora do eixo Rio-São Paulo. Anos depois, assim como muitos outros, adentrou em uma quarta fase do ciclo alternativo: a luta pela anistia, que posteriormente passou a ser repercutida pelos jornais de grande veiculação.

Em cidades diferentes, com temáticas diferentes, mas todos questionando o regime vigente, os alternativos conseguiram fazer eco na sociedade brasileira e preocupar os militares. Parte disso se atribuía a boa circulação e vendas dessas publicações. Kucinski (1991) elaborou uma tabela com os principais jornais e seus respectivos exemplares vendidos.

¹⁹ KUCISKI, 1991, p.62

Tabela 1

Vendagem dos jornais alternativos

Jornal	Local	Exemplares
<i>O Pasquim</i>	Rio de Janeiro	50 mil
<i>Coojornal</i>	Porto Alegre	35 mil
<i>Ex</i>	São Paulo	20 mil
<i>Versus</i>	São Paulo	20 mil
<i>Crítica</i>	Rio de Janeiro	15 mil
<i>Movimento</i>	São Paulo	13 mil
<i>Opinião</i>	Rio de Janeiro	10 mil
<i>Brasil Mulher</i>	Londrina, São Paulo	10 mil
<i>Posição</i> ²⁰	Vitória	5 mil
Fonte: KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa – São Paulo: Scritdad, 1991.		

Entre os alternativos vale também destacar os jornais que Araújo (2000) segregou ao grupo de publicações destinado aos movimentos sociais. São os periódicos voltados para o público negro, os gays e as feministas. Os primeiros tiveram como expoentes *Tiçãõ*, *Sinba* e *Koisa de Crioulo*. Todas foram bastante efêmeras, para contribuíram para o estabelecimento do movimento negro no País. Já entre os raros jornais gays se destacava o *Lampiãõ de Esquina*, lançado em 1981, em um momento em que a ditadura já desenvolvia o processo de lenta abertura. O responsável era o jornalista Aguinaldo Silva, que posteriormente se firmaria como autor de novelas. Dois outros jornais com a mesma temática, mas de menor expressão, também chegaram a serem lançados no mesmo período: era o *Corpo*, em São Paulo, e o *Gente Gay*, no Rio de Janeiro.

²⁰ O dado do *Posição* não consta na tabela elaborado por Kucinski; foi incluída pelo autor desta dissertação.

Os jornais feministas, por sua vez, eram representados por principalmente três publicações: *Brasil-Mulher*, lançado em Londrina, Paraná, em 1975; *Nós Mulheres*, de 1976, com distribuição em São Paulo; e *Mulherio*, de 1981, também em São Paulo, ligado à Fundação Carlos Chagas. Esses periódicos, mais do que defender os movimentos sociais que motivaram as suas criações (como na maioria das vezes fazia os jornais gays e negros), expandiram a sua pauta e foi determinante para um processo de suma importância no período de ditadura militar: a anistia. Foram as mulheres as responsáveis por inicialmente levantar essa bandeira, buscando justiça para seus entes queridos que haviam sido alvos da repressão militar. Essa abordagem será melhor debatida no terceiro capítulo desta dissertação.

Mas, com tantas publicações e tentativas de confrontar o regime autoritário, uma vendagem considerável, colaboradores de peso e uma gradativa abertura política, o que levou os jornais alternativos a perderem fôlego? Por que chegaram ao fim?

Aqueles pesquisadores que se debruçaram sobre essas questões listam uma série de motivos que teriam levado ao fim do ciclo alternativo. Eles variam desde a falta de estrutura e interesse de muitos idealizadores dos periódicos por questões administrativas de suma importância em qualquer tipo de empreendimento: como o lucro e a captação de recursos; até a mudança no modelo jornalístico desempenhado pela chamada “grande imprensa”; os ataques às bancas; contradições e confrontos internos; e, por fim, a relação quase intrínseca ao próprio regime autoritário.

Kucinski (1991) pontua que muitos jornalistas no comando de periódicos nanicos chegavam a apresentar certo desprezo por questões organizacionais e comerciais. Seguiam em uma linha anticapitalista. Quando havia lucro, poucas vezes o reaplicavam. Sonhavam em desenvolver uma imprensa sem amarras políticas ou econômicas, queriam fazer da notícia uma arma contra o regime, mas não calculavam o investimento necessário para o sonho deixar de ser uma divagação. Mesmo com o sistema offset de impressão a frio²¹, papel não era gratuito, maquinário era necessário e mão de obra, mesmo barata, precisava de

²¹ Sistema utilizado por editoras para impressão em grande quantidade

certo investimento. Mesmo tropeçando em muitos desses pontos, alguns periódicos ganhavam as ruas em poucas semanas e os seus jornalistas passavam a almejar uma circulação em âmbito nacional. Um passo muito grande para a maioria deles.

A insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar uma base grande de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu não para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora mas como também às próprias contradições. (KUCINSKI, 1991, p. XX)

Para ter ampla circulação nacional, os alternativos faziam acordos com a *Editora Abril* buscando dispor de seus logísticos sistemas de entrega. A editora, naquele tempo, já contava com sua revista semanal de maior destaque: a *Veja*. Como muitos jornais eram mensais e os mais ousados semanais, não haveria tantas dificuldades em firmar a parceria. Seria a solução mais plausível. O problema, entretanto, era o custo cobrado pela *Abril*, o qual comprometia o já escasso lucro dos jornais. Exigia pagamento adiantado em três semanas, segundo Kucinski (1991), e ainda determinavam parcela de 45% do preço de capa.

Quando as vendas caíam para oito mil a dez mil exemplares, devido à introdução da censura ou ao estreitamento da linguagem, sem que a tiragem mínima para uma cobertura nacional pudesse ser diminuída, esse prejuízo tornava-se enorme. Mais da metade das tiragens eram posteriormente destruídas. (KUCINSKI, 1991, p. XVIII)

Além de questões administrativas, no final da Ditadura Militar, os nanicos passaram a enfrentar outro problema. A censura já havia afrouxado suas rédeas e a grande imprensa gozava de uma certa liberdade. Passaram então a publicar pautas típicas dos alternativos, a exemplo da luta pela Anistia. Se a informação antes vetada agora estava nos grandes periódicos, pouco restava aos nanicos, que enfrentaram um esvaziamento de suas coberturas, de sua vendagem e de seu status de espaço de debate político.

Em meados de 1977 uma nova queda nas vendas. Tentando coibir efetivamente a circulação de publicações com teor subversivo, os “revolucionários” miraram seus ataques nas bancas de jornais. Muitos nanicos não contavam com número de assinantes suficientes. Já que a periodicidade muitas vezes era comprometida pela repressão, apostavam nas vendas avulsas para suprir os custos. Deixavam os exemplares com alguns jornaleiros que abriam espaços em

suas estantes, não contanto, todavia, que aquele ato resultaria em um grande prejuízo. As bancas passaram a ser incendiadas durante a madrugada.

Os ataques ocorreram em diversos estados e duraram cerca de dois anos tendo seu apogeu em agosto em 1980. Só em São Paulo foram aproximadamente 40 bancas incendiadas. Segundo Kucinski (1991), tudo era orquestrado pela comunidade de informação. Porém, mais do que atingir os nanicos, os atentados também comprometeram as vendagens da grande imprensa.

Em um raro momento de acordo, grande imprensa e mídia nanica se juntaram para tomar uma atitude. A *Editora Abril* chegou a distribuir uma carta aos jornaleros, intitulada *Carta ao Amigo Jornaleiro*, para que eles não se curvassem. Repartes gratuitos de jornais alternativos também foram distribuídos para compensar os donos de bancas. Mesmo superado, o episódio se somou a um quadro já desfavorável para a manutenção de vários pequenos jornais.

Outro problema de jornais como o *Movimento*, por exemplo, não veio de agentes externos, mas sim de brigas internas. Como a luta armada passou a perder forças principalmente após a morte dos membros da Guerrilha do Araguaia, os militantes da esquerda encontraram nos jornais alternativos um campo para atuação bem mais seguro que as trincheiras.

Alguns jornais, então, passaram a ser composto por jornalistas e militantes. Essa divisão inicialmente se refletiu no conteúdo e, depois, passou a configurar uma verdadeira disputa pelo comando das publicações. A relação com as organizações de esquerda trazia um respaldo ideológico às publicações, porém, também resultava em interferências. Muitas vezes, a trajetória do jornal se misturava com a dos partidos, oscilando, inclusive, de acordo com as mudanças da conjuntura política. Muitos jornais alternativos não resistiram aos impasses políticos dos grupos que os apoiavam. Entre eles: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo*.

Para Kucinski (1991), os jornais eram onde os membros dos partidos clandestinos vislumbravam um espaço de contestação, porém a imprensa alternativa não era uma substituta da imprensa clandestina dos jornais. Tanto que, a partir de 1979, com a abertura política e a anistia, muitas organizações

fundaram partidos regulares e seus próprios jornais. “Estava selado o fim dos alternativos políticos portadores de projetos nacionais”²²

Naquele mesmo período ocorreu uma greve dos jornalistas de São Paulo. Nas grandes redações, os profissionais que tinham sido úteis durante o regime de exceção foram demitidos. O motivo? Segundo Kucinski (1991), a fase era delicada para os jornais, afinal não se sabia como o governo redemocratizado agiria, além disso não havia mais a censura ou a autocensura como respaldo aos donos de jornais. O critério alegado para a demissão era a crise econômica, mas a visão ideológica dos jornalistas também estava pesando.

Mino Carta ainda tentou fundar mais um alternativo pós-abertura: o *Jornal da República*. Atraiu até alguns jornalistas descontentes com seus empregos e as ameaças de demissão. Porém, a empreitada não teve fôlego e fracassou juntamente com os últimos jornais alternativos da safra de 1970.

Este ponto vale um destaque. Como registrado anteriormente, antes do Golpe Civil-Militar de 1964, havia publicações de pequena e média circulação, porém com caráter panfletário ou abertamente bancadas por partidos políticos legais, os jornais alternativos da Ditadura foram criados como espaço de contra hegemonia, de luta, e de debate político. A existência do ciclo alternativo foi, acima de tudo, um reflexo do sistema autoritário implantado no País. Era um grito da resistência contra o governo. Por isso, com o enfraquecimento do “regime revolucionário” muitas publicações viram suas bandeiras perderem força e não conseguiram migrar para outro ensejo de luta. O “monstro da repressão” já estava combatido, não teria mais porque essas publicações existirem.

Chegaram a ocorrer reuniões e debates nas diretorias dos jornais locais buscando formas de enfrentar o novo momento político do País. Havia maior liberdade, nenhuma interferência do governo e a possibilidade de crescimento econômico era evidente. Alguns cogitavam, inclusive, assumir características comerciais (buscando o lucro e o crescimento da publicação a partir das vendas). Porém, assim como ocorreu dentro do jornal *Posição*, no Espírito Santo, os jornalistas consideraram que virar uma empresa de comunicação iria macular a proposta inicial do ciclo alternativo.

²² KUCINSKI, 1991, p.22

Assim, optaram por virar uma página importante da história da imprensa brasileira. As publicações do ciclo alternativo, marcado principalmente por periódicos da década de 1970, sumiram das bancas ao passo que as manchetes ganhavam liberdade para serem publicadas sem interferências nos grandes jornais. No fim, de nanicos mantiveram apenas o nome, não a influência.

Como ficou evidente até aqui, algumas pesquisas e obras acadêmicas foram de suma importância para a produção desta dissertação, principalmente no que tange ao resgate histórico do jornalismo e do contexto da Ditadura Militar. O jornalista e professor Bernardo Kucinski, por exemplo, publicou o livro *“Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”* a partir de sua tese de doutorado junto à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e traçou um quadro detalhado dos jornais alternativos. Pautado, além da pesquisa, por suas experiências profissionais – já que teve as primeiras reportagens publicadas no semanário independente *Amanhã* e sendo um dos fundadores de jornais importantes deste período como o *Em Tempo*, e *Opinião e Movimento* – ele se debruçou sobre as diversas publicações e produziu um obra que desvendou as trajetórias de muitas delas. Um trabalho indispensável para todos que se aventurarem em pesquisar os veículos de comunicação criados para se opor ao regime dos militares.

Kucinski dividiu sua obra em três capítulos. Sendo que no primeiro deles desenhou o panorama do mercado da imprensa alternativa, distinguindo as categorias que os jornais se enquadravam e expondo o contexto de suas criações; entre eles registrou a existência do *Posição* como um dos mais relevantes fora do eixo Rio-São Paulo. O segundo, intitulado *Jornalistas*, focou nos periódicos criados por profissionais da comunicação, como *Pasquim*, *Repórter*, *Versus*, *Coojornal*. E por fim, no capítulo *Revolucionários*, expôs aqueles vinculados a partidos e frentes políticas, como *Movimento*, *Opinião e Em Tempo*. O pesquisador teve a cautela de separar os jornais neste dois grupos, uma divisão oportuna, já que a ideologia de muitas publicações estava ligada a essa característica de criação.

Na mesma vertente de pesquisa, Maria Paula Nascimento Araújo discutiu a relação da imprensa alternativa com partidos de esquerda em seu livro *“A utopia*

fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo". Chegou a alertar que, mesmo bem próximas, a atuação na trincheira da mídia era diferente das lutas partidárias. Rivaldo Chinem escreveu "*Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*", no qual pesquisou mais profundamente os jornais locais de maior destaque e discutiu a semelhança que levou ao fim as publicações. Chega a traçar paralelos entre a imprensa alternativa da década de 1960 e 1970 e as informações disponibilizadas pela internet atualmente.

Muitos pesquisadores, entretanto, optaram por analisar apenas um dos jornais. Como Carlos Azevedo que publicou o livro "*Jornal Movimento: uma reportagem*" que trouxe a criação, história, características e fases importantes da publicação, como, por exemplo, a campanha da Anistia e os debates sobre a fundação de novos partidos. Ele buscou ainda registrar toda a audácia dos jornalistas daquele veículo contra uma pesada máquina de repressão que impunha o silêncio. Assim como ele, outros historiadores e jornalistas se debruçaram sobre os jornais alternativos que circularam na Ditadura Militar, afinal, o campo de pesquisa é amplo e fértil tendo em vista os mais de 150 periódicos que nasceram e morreram durante as duas décadas de repressão. *Posição* estava entre eles.

O periódico alternativo capixaba, como era de se esperar, foi tema de algumas pesquisas e trabalhos acadêmicos. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo José Antônio Martinuzzo coordenou em 2005 o projeto Comunicação Capixaba (CoCa), no qual graduandos pesquisaram a história do jornalismo impresso no Estado. O trabalho resultou no livro '*Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*', composto por artigos sobre os jornais *A Gazeta*, *A Tribuna*, *Notícia Agora*, *Jornal da Cidade*, *O Diário*, entre outros. *Posição* dividiu um capítulo com o também periódico independente, porém da década de 1940, *Folha Capixaba*. Aquele era um dos primeiros registros acadêmicos publicados sobre o local.

Também como requisito para a obtenção de título de mestre neste programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas pela Ufes, o jornalista Lino Geraldo Resende produziu a dissertação "*Mídia, ditadura e contra-*

hegemonia: A ação do jornal Posição no Espírito Santo”, no qual evidencia o papel assumido pelo alternativo na divulgação de informações que contradiziam aquilo que a ditadura militar se articulava para propagar nos meios de comunicação e questionava a imagem de gestão benéfica. Assim como Kucinski, Resende também vivenciou a época que pesquisou e conviveu com colegas de profissão que atuavam no *Posição*, levando muitas das suas experiências pessoais para o seu trabalho acadêmico.

Formado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Vila Velha (UVV), sempre tive um grande interesse pela imprensa alternativa e pelo período da ditadura militar, principalmente no Espírito Santo, o que me levou a me debruçar sobre este tema nesta dissertação. Ela corrobora com muitas conclusões obtidas por Resende e avança em outros pontos, principalmente na análise dos assuntos que eram preferencialmente noticiados pelo jornal alternativo e algumas consequências das suas publicações. Por meio da análise detalhada sobre as reportagens, os editoriais e as colunas do jornal, além dos jornalistas, anúncios e anunciantes, a pesquisa buscou expor as mudanças ideológicas que o jornal sofreu nos quatro anos de existência, principalmente com a entrada de colaboradores ligados aos partidos comunistas.

Recapitular a história da imprensa capixaba mostrava-se um trabalho extenso, porém de grande valia, principalmente para entender o atual mercado e para analisar a história do Espírito Santo, já que nas páginas dos jornais transcorrem ângulos e versões da sociedade. O estudo sobre o *Posição* ainda guarda uma peculiaridade, já que por meio de suas reportagens é possível ter um quadro das lutas empreendidas contra o status quo por movimentos sociais, como o estudantil, o sindical e até o partidário (especificamente o Movimento Democrático Brasileiro). Ações comunistas também ganhavam espaço em notas e matérias, assim como a história de vítimas da repressão, presos políticos, exilados e pessoas taxadas como subversivas.

Nos últimos anos, devido ao cinquentenário do Golpe Civil-Militar, pesquisas ligadas ao período se tornaram recorrentes. Entretanto, aquelas que tratam dos meios de comunicação de massa naquele contexto ainda são escassas. Quando o recorte da pesquisa é o estado do Espírito Santo se tornam ainda mais raras.

Outro fator que deve ser levado em consideração ao se decidir pesquisar uma publicação como o *Posição* é a possibilidade de contar com um dos métodos mais importantes quando se propõe analisar um objetivo no período da História do Tempo Presente: a história oral. Mesmo após 40 anos da primeira edição – fato que será comemorado com uma exposição prevista para 2016 e que, por si só, evidencia a relevância da publicação para a sociedade capixaba – muitos dos colaboradores, fundadores e jornalistas ainda estão em condição de relembrar muitos dos acontecimentos vividos na redação e durante a apuração das reportagens. Podendo, assim, expor opiniões, histórias pessoais e fatos que ainda não ganharam as páginas dos livros. Ou seja, um rico material de pesquisa.

Além da história oral, os métodos de análise documental foram de extrema valia já que os 66 exemplares de cada edição do jornal foram analisados. Isso só foi possível graças às coleções do periódico mantidos pela Biblioteca Estadual, pelo CV Ufes e por ex-jornalistas do *Posição*. Dentre todos os conteúdos abordados pelo periódico um deles, entretanto, ganhou maior destaque nesta dissertação: a cobertura da campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. *Posição* surgiu no mesmo momento que a bandeira ganhava o respaldo em diversos movimentos sociais e passava a incomodar os detentores do poder. O clímax desta cobertura ocorreu nas edições finais da publicação, quando a proposta de lei prevendo o benefício entrou na pauta de discussões da sociedade, do Congresso e do Governo.

Além deste fator histórico, a discussão da Anistia ganhou novo fôlego recentemente com a abertura dos documentos sigilosos da Ditadura Militar e a criação das Comissões da Verdade por todo o País. Fato que expôs uma ferida ainda aberta na sociedade brasileira e evidenciou que a truculência do período ditatorial ainda não foi esquecida, assim como o sentimento de revolta daqueles que foram classificados como “terroristas” e sofreram perseguições e torturas. São essas as condições que levam a um debate que alguns já consideram encerrado e outros querem recapitular toda vez que os jornais expõem alguma nova conclusão das comissões: a anistia e a afronta aos direitos humanos. Pensando nisso, revisitar a história da anistia por meio do olhar de um jornal

alternativo no Espírito Santo é mais do que oportuno e terá destaque no quarto capítulo dessa dissertação.

Antes de destrinchar os capítulos subsequentes, vale destacar algumas obras que contribuíram para entender o contexto de repressão vivido no Espírito Santo e no Brasil pela população e, principalmente, pelos jornalistas, já que as dificuldades enfrentadas pela categoria no regime de exceção invariavelmente foram tratadas nesta pesquisa e chegaram a motivar a criação do *Posição*.

Foram exatamente essas adversidades enfrentada por diversos setores da sociedade capixaba que os historiadores Pedro Ernesto Fagundes, Ueber José de Oliveira e Vitor Amorim de Angelo abordaram na obra: *“O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)”*. Enveredando-se por acontecimentos como a Marcha da Família por Deus pela Liberdade, o Golpe Civil-Militar, a guerrilha do Caparaó, o movimento estudantil, os grandes projetos e a campanha pelas Direta Já concedem um rico panorama da história política recente do País. Fora o livro, os três pesquisadores têm avançado consideravelmente em suas pesquisas individuais, com destaque para o bipartidarismo no Espírito Santo investigado por Ueber José de Oliveira; a repressão na Universidade Federal do Espírito Santo, por parte de Pedro Ernesto; e a história da esquerda por Vitor Amorim Angelo.

Ueber Oliveira ainda participou de um importante registro da história recente: o livro *“Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao Golpe de 1964 no Espírito Santo”*, editado pela Assembleia Legislativa e organizado por Valter Pires Pereira e Miguel Marvila. Na obra são listadas as formas de torturas ocorridas e trouxe dados mais recentes, como a conjuntura da votação da lei que reconhecia os direitos de indenização das vítimas do regime.

Em âmbito nacional, algumas obras se tornam obrigatórias: como a coleção escrita pelo jornalista Elio Gaspari, que reuniu documentos inéditos para o lançamento de cinco livros. Todos foram fundamentais para enriquecimento das informações sobre o período governado por militares. Porém, os dados contidos no recém-lançado *“A Ditadura Acabada”* encaixaram de forma excepcional com o objetivo desta dissertação. Afinal, o quinto e último volume da coleção elucidou

fatos como a Campanha Nacional pela Anistia, o fim do governo de Ernesto Geisel e o mandato de João Batista Figueiredo.

Carlos Chagas²³ também mergulhou nos emaranhados acontecimentos dos vinte anos de Ditadura Militar para escrever duas obras: “*A ditadura militar e o golpe dentro do golpe: a história contada por jornais e jornalistas*” e “*A ditadura militar e a longa noite dos generais: a história contada por jornais e jornalistas (1970-1985)*”, publicadas respectivamente em 2014 e 2015. Com vivência em diversas redações do País, o jornalista expôs os fatos daquele regime pela ótica de quem deveria noticiá-lo para as massas, mesclando em seu texto os bastidores do jornalismo e as articulações políticas.

Já os avanços alcançados por alguns historiadores na desmistificação do regime militar são incalculáveis, a exemplo dos trabalhos empreendidos por Daniel Aarão Reis e Rodrigo Patto Sá Motta. Ambos destacam na obra “*A Ditadura que mudou o Brasil*” que estudar aquele período é uma responsabilidade cívica, já que muitos brasileiros ainda desconhecem o passado recente. Alertam também para a necessidade de se montar um padrão ético-científico quando se debruça sob a ditadura militar, principalmente porque há certa paixão quando se discute algo que ainda está na memória da sociedade – este ponto, inclusive é discutido a partir das reflexões da pesquisadora Janaína Martins Cordeira, que analisou a memória coletiva sobre o governo Médici na cidade natal do ditador, Bagé, Rio Grande do Sul.

Ao citar a responsabilidade ética na busca por desvendar a história, vale destacar o trabalho de Beatriz Kushnir. A historiadora desmistificou diversos aspectos do regime de exceção em sua corajosa pesquisa, principalmente o papel de heroísmos que muitos jornalistas e profissionais da comunicação insistem em reivindicar em detrimento da figura de algozes supostamente desempenhada pelos censores. Ela acaba por questionar tamanho maniqueísmo, apontando a relação de grupos empresariais com os representantes da “Revolução de 1964”. Em sua pesquisa intitulada “*Cão de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a Constituição de 1988*” aborda um dos

²³ Carlos Chagas é jornalista e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), ganhador do prêmio Esso de jornalismo em 1979

períodos mais conturbados da história recente da mídia. Usou como objeto de pesquisa o jornal *Folha da Tarde*.

Já Maria Aparecida de Aquino trouxe uma perspectiva interessante sobre a censura, inclusive contabilizando a quantidade de matérias vetadas pelo regime em sua obra *“Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento*.

Além desses, os livros *“Mídia Controlada”* de Sérgio Mattos; *“Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil”* de Renato Cancian, *“As duas guerras de Vlado Herzog”* escrito por Audálio Dantas, e *“Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil: entrevista por Carlos Chagas”* organizado por Pedro Jorge Castro, entre outros, contribuíram com informações sobre aquele contexto histórico para compor o escopo desta dissertação.

Dividido em quatro capítulos, este trabalho acadêmico aborda fatos históricos importantes que envolveram meios de comunicação de massa no Brasil e no Espírito Santo criando subsídios para compreender a cobertura empreendida pelo jornal *Posição* sobre as diversas campanhas e ações em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Além de especificar a forma com que os jornalistas capixabas eram alvo da repressão do Estado, traçar a trajetória do jornal alternativo que circulou nos municípios capixabas no final da década de 1970, rever as principais formas pelas quais os veículos da imprensa tentaram burlar a censura e relacionar aspectos semelhantes na pesquisas históricas e jornalísticas a partir da interdisciplinaridade e da História do Tempo Presente.

Traçados os objetivos, respostas a algumas questões passam a ser necessárias, a exemplo de: o periódico foi criado para lutar em prol da anistia? Por que a equipe do jornal cobriu com tanto afinco essa pauta específica? E, por fim, como as reportagens contribuíram com aqueles que esperavam ser beneficiados por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita?

Partimos da hipótese de que o jornal tinha uma leitura considerável para a época, cerca de 5 mil exemplares vendidos em algumas edições, suas reportagens acabavam surtindo ecos na sociedade, o que não seria diferente com a anistia. Esta, inclusive, é uma pauta que surgiu na mesma época na qual o periódico

alternativo ganhava as ruas de Vitória. Inclusive, sendo lido até mesmo nos presídios, órgãos públicos e quartéis.

Como em qualquer pesquisa, ao se analisar um jornal se faz necessárias algumas precauções, não diferentes do tratamento dos documentos na pesquisa histórica. Uma das principais é submeter as fontes, neste caso o próprio jornal *Posição* – objeto desta dissertação - à crítica.

(...) para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA, 2011, p.141)

O primeiro ponto destacado por Luca (2011) é considerar que a imprensa, e conseqüentemente a notícia, sofrem influência de interesses políticos e de lucros. Isso ocorre no simples ato de selecionar, ordenar, estruturar e narrar um acontecimento de determinada maneira. O segundo está em definir o público para o qual aquela publicação se direciona. Por fim, o contexto histórico e a estrutura social dos objetos analisados.

Vale destacar que, mesmo com todo o potencial de análise histórica, quando se elege as informações de um periódico para uma análise científica é necessário promover alguns questionamentos, como: qual a motivação que levou àquela publicação? Quem era o grupo responsável pela linha editorial? Quem eram os colaboradores? A qual público pretende atingir? Qual a relação com os Poderes, os interesses financeiros e o caráter publicitário? Existe interferência na autonomia para a veiculação de informações? Este último ponto se mostra de expressa importância, afinal, na longa história da imprensa mundial não são raros os episódios manchados pelas censura. No Brasil e no Espírito Santo, esse enredo não foi diferente, comprometeu a informação durante anos, levou jornalistas a criarem estratégias e comprometeu a liberdade.

O primeiro capítulo desta dissertação se propõe a revelar os impactos da ditadura militar no Espírito Santo. Em *Ditadura: Quando o jornalismo vira alvo*, a repressão estadual é exposta, assim como versões daqueles que defendem os avanços obtidos pelo Estado naquele período (defendida por militares ou civis que ocuparam o poder naquela época) e, em contrapartida, as mazelas e

atrocidades vividas pelos capixabas. A discussão serve como contexto para explicar a chegada da coerção nas redações capixabas dos grandes jornais. Passando por casos de censura e cerceamento de liberdade de expressão ocorridos em veículos como *A Gazeta*, o mais tradicional diário em circulação, *A Tribuna*, recém-inaugurada, e *O Diário*, que naquele tempo já dava sinais de enfraquecimento.

A perseguição dos órgãos de repressão aos jornalistas e profissionais da comunicação também tem espaço neste capítulo. Documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES) preservados no Arquivo Público Estadual foram de grande valia, principalmente porque traziam dados sigilosos dos militares sobre os repórteres, editores e até proprietários de jornais. Nem mesmo os correspondentes de periódicos do exterior passavam no Estado sem terem suas vidas vistoriadas pelo sistema de inteligência das forças armadas. Mesmo com amplo acesso ao público, essa é uma das primeiras vezes que o material do acervo é utilizado em um estudo acadêmico.

Após abordar a perseguição aos profissionais da mídia e as dificuldades enfrentadas pelos jornais tradicionais do Espírito Santo, fica evidente o motivo que levou à criação do jornal alternativo capixaba. No capítulo *Posição: Quando o jornalismo vira resistência*, a história da publicação é detalhada, desde a primeira edição, os atos de censura, as edições apreendidas, as dificuldades financeiras até a última vez que os leitores tiveram o periódico nanico em mãos. O destaque fica a cargo da divisão das fases do veículo, como os meses que comunistas ligados a partidos como PCdoB entraram na redação e influenciaram as reportagens.

O material impresso no *Posição* ganha destaque no capítulo *Reportagens: quando o jornalismo denuncia*, que detalha as notícias do jornal alternativo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Universidade Federal do Espírito Santo e o movimento estudantil e a cobertura da própria imprensa, criticando e apontando quando os demais veículos deixavam de publicar algo por ordem superior ou para evitar conflitos com o governo. Para essa abordagem foi necessária a leitura e a análise das mais de sessenta edições do jornal.

Relatos de fundadores, jornalistas e colaboradores foram de extrema importância para recapitular detalhes da publicação, com destaque para os relatos de Jô Amado, Rogério Medeiros, Namy Chequer, Adilson Vilaça, Umberto Martins, Robson Moreira, além dos jornalistas Luiz Trevisan e Orlando Eller, que atuaram em *A Tribuna* e em *A Gazeta*, respectivamente. Eles ajudaram a entender a visão do mercado para com aquela efêmera publicação. Já o testemunho do coronel Luiz Aurich, chefe do setor de investigação da Polícia Militar naquele período, trouxe dados curiosos, como os métodos de infiltração de policiais dentro das organizações de esquerda, inclusive do *Posição*, e as vezes que os agentes da repressão acabavam por aderir à causa comunista.

Por fim, depois de detectar as características e registrar a história do *Posição*, a campanha da Anistia é discutida. A forma com que os jornais nacionais, tanto alternativos quanto tradicionais, abordaram o tema será tratado no início do capítulo “*Anistia: quando o jornalismo vira mobilização*”. Uma reflexão teórica sobre os conceitos de memória e esquecimento são empreendidas para dar subsídio ao debate sobre anistia. Logo depois será a vez de analisar a cobertura da bandeira empreendida pelo *Posição*, com destaque para os editoriais, edições especiais e posicionamentos enfáticos a favor da versão ampla, geral e irrestrita do benefício.

A última vertente de debate ficou a cargo da apreciação dos dados publicados no livro “*A Esquerda Armada*”, de autoria do jornalista Luzimar Nogueira Dias, editor do *Posição*. A obra é composta por depoimentos de presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca no Rio de Janeiro. Entre os prisioneiros estava Perly Cipriano, criado no Espírito Santo e estudante de Odontologia da Ufes. O depoimento dele e da ex-professora de Comunicação Social da universidade e diagramadora do livro, Tânia Mara Ferreira, foi de extrema importância nesta discussão.

A intenção desta pesquisa em momento algum foi abordar de forma definitiva a análise da imprensa alternativa capixaba no regime de exceção, o que, por si só, seria uma pretensão muito ousada. O escopo é contribuir com os estudos já produzido sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo refletindo sobre temas pouco explorados, como a abordagem da campanha da anistia em Vitória e adjacências

– vale ressaltar que, em meio às recentes ameaças à democracia brasileira, estudos sobre o período do autoritarismo e as afrontas aos direitos humanos e democráticos no País se fazem ainda mais necessários.

Além disso, a busca por registrar para as futuras gerações parte da história da imprensa capixaba, em especial de um dos seus veículos mais inovadores, se mostra de muita valia. Espero, por fim, que este modesto trabalho, fruto de meses de pesquisas e dedicação, contribua com a montagem do extenso e complexo quebra-cabeça da história capixaba

Capítulo 1 – DITADURA: QUANDO O JORNALISMO VIRA ALVO

1.1 – A “controversa” ditadura no Espírito Santo

Na época do sequestro do embaixador Chales Elbrick²⁴, era do movimento estudantil e fazia parte da infraestrutura do MR-8 no Espírito Santo. Poderíamos ter que dar guarita ao pessoal. Não me envergonho do que fiz, mas não gosto muito de lembrar este período. Fui preso em 1967, 68 e 69. Não gosto de lembrar do sofrimento físico. Além de pancadas e choques elétricos, fui machucado até espiritualmente. Foi um período muito traumático da minha vida (João Chequer-Habib, médico²⁵)

Entre na Ufes em 1965. Pela participação no movimento estudantil, fui preso algumas vezes. Na última era da ala vermelha do PCdoB, fui preso e levado para São Paulo em um avião das FAB. Fui um dos poucos capixabas que conheceram a Operação Bandeirantes. No exército, fomos torturados com choques, ‘telefone’, pancadas nas pernas (Antônio Caldas Brito, ex-presidente do Procon e do Bandes²⁶)

Sim, lógico que houve (repressão), mas em nível nacional. No Estado, nem no governo do Christiano (Dias Lopes) nem no meu houve. Christiano combateu o crime e não a ideologia política. No meu período não teve. O Christiano teve até algum problema com os militares do 38º Batalhão de Infantaria. Mas eu, graças a Deus, nunca tive (Arthur Gerhardt, ex-governador biônico do Espírito Santo entre 1971 e 1975²⁷)

Ao iniciar o artigo intitulado “*Grandes projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernidade conservadora e a repressão política*”²⁸, os historiadores Pedro Ernesto Fagundes e Vitor Amorim de Ângelo elaboram uma indagação: “De qual perspectiva a história capixaba dos anos 1960-1980 – o período da ditadura militar – é retratado nos dias atuais?”. Partindo deste mesmo pressuposto, foram extraídos os três depoimentos controversos publicados em uma mesma série de reportagens pelo jornal *A Gazeta* em 2014. A controvérsia

²⁴ Embaixador americano Charles Burke Elbrick (1908-1983), sequestrado no dia 04 de setembro de 1969 pelo grupo de esquerda chamado Dissidência Guanabara (DI-GB), entre eles estava o jornalista Fernando Gabeira e o historiador Daniel Araújo Reis. Ele foi trocado pela liberdade de 15 presos políticos, entre eles José Dirceu e Gregório Bezerra.

²⁵ Trecho de depoimento concedido ao repórter de *A Gazeta* Vinícius Valfré, publicado em 16 de maio de 2014, em série de reportagens especiais sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, p. 27

²⁶ Trecho de depoimento concedido ao repórter de *A Gazeta* Vinícius Valfré, publicado em 30 de março de 2014, em série de reportagens especiais sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, p. 26

²⁷ Trecho de entrevista concedida ao repórter de *A Gazeta* Vinícius Valfré, publicado em 30 de março de 2014, em série de reportagens especiais sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, p.27

²⁸ “Grandes projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernidade conservadora e a repressão política”, artigo faz parte da coletânea “O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)” publicada em 2014 pela GM Editora

exatamente está na questão: houve ou não repressão no Espírito Santo durante a Ditadura Militar?

Seria no mínimo ingenuidade achar que os militares e membros da polícia não exerceram a mesma prática de perseguição, censura, tortura e morte empreendida em outros estados – inclusive vizinhos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – em território capixaba. Os depoimentos do médico João Chequer-Habib e do ex-presidente do Procon Antônio Caldas Brito, que abrem este capítulo, não deixam dúvidas que durante a militância no movimento estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) sentiram a pesada mão do regime que enfrentavam em prol da volta da democracia.

A mesma visão, todavia, não é defendida pelo ex-governador biônico Arthur Gerhardt (1971-1975)²⁹, que prefere minimizar as máculas da ditadura e enobrecer os resultados econômicos do Espírito Santo durante o mesmo período, os chamados Grandes Projetos Industriais, como o início das atividades do Porto de Tubarão pela Vale do Rio Doce e o acordo entre a Aracruz Celulose e a empresa de celulose norueguesa Warents. Tal percepção é compartilhada, inclusive, por parte dos setores empresarial e político do Estado.

Economicamente, não sei se o regime militar foi bom para o Brasil, mas no Espírito Santo, nós ganhamos a CST, a primeira siderúrgica do hemisfério sul, ganhamos as linhas expressas para exportar minério, ganhamos o Porto de Tubarão, a Aracruz Celulose, ganhamos todas as estradas. A última obra foi a Terceira Ponte, que eu deixei quase pronta. Nada mais foi feito em 50 anos (Gerson Camata, ex-governador do Estado entre 1983 e 1987³⁰)

Segundo Arthur Gerhardt (1971-1975), na mesma entrevista concedida à *A Gazeta*, a partir do desenvolvimento do Espírito Santo, o padrão de vida do capixaba aumentou e a mortalidade infantil diminuiu. Porém, para Fagundes e Ângelo (2014), tais posições deixam clara “a demonstração de seletividades da memória” enfatizando apenas os efeitos positivos da industrialização do Espírito Santo. É o que os historiadores classificaram como a “*memória do triunfo*”, herdada de quem apoiava o golpe e apresentada em tom de celebração. Porém,

²⁹ Arthur Gerhardt é empresário e foi nomeado governador biônico do Espírito Santo entre 1971 e 1975 pelo então presidente militar Garrastazu Médici. Sua gestão coincidiu com a fase eufórica do Milagre Econômico Brasileiro.

³⁰ A GAZETA, 01 de abril de 2014, p. 22

nem tudo é festa. Aspectos negativos da ditadura, a exemplo da repressão e da ausência de liberdade, ocorreram de forma latente.

Um dos principais reflexos do início do período ditatorial ocorreu no meio político a partir do Ato Institucional nº 2, editado em 27 de outubro de 1965. Sua função era refirmar o que já havia sido promulgado no AI-1, como o poder de mudar a Constituição, mas também alterar a norma de criação dos partidos políticos determinando a obrigatoriedade de as legendas contarem com 3% do eleitorado nacional, o que resultou em um sistema bipartidário. A classe conservadora da política capixaba parabenizou o presidente Castelo Branco pela iniciativa e apoiaram-na.

De uma maneira geral, houve concordância e divergência sobre determinados aspectos da medida. Entre os representantes capixabas em Brasília, destacou-se o apoio do senador udenista Eurico Rezende, ao expressar seu contentamento com a medida heroica do Ato Institucional nº 2, observando que ele veio corresponder ao que esperava do Presidente da República (OLIVEIRA, 2014, p. 85)

Pouco tempo depois, o AI-4 regularizou o sistema político que estava sendo proposto, apenas dois partidos foram criados. Um mais forte, ligado ao governo e no posto de situação; e um menor, sendo a oposição. Desde a sua criação, em 30 de novembro de 1965, a legenda pró-regime denominada Aliança Renovadora Nacional (Arena) se tornou uma ferramenta estratégica para conseguir o apoio civil institucional. Entre as cláusulas que compõem o documento da criação do novo partido destaca-se “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressista que inspiraram a Revolução de março de 1964”, como pontuou Oliveira (2013).

Assim como em âmbito nacional, no Espírito Santo a Arena se mostrou mais atrativa para os mandatários, afinal contava com o apoio do governo, os riscos de cassações eram menores e a margem de articulação maior. Com isso, a situação abocanhava grande parte dos políticos eleitos em um total de 33 dos 43 deputados capixabas. Parte dessas migrações vieram, a exemplo também do quadro nacional, do PSD e da UDN. Mas o PSP capixaba, segunda maior bancada da Assembleia Legislativa ao lado do PTB, também foi responsável por propiciar considerável musculatura à Arena, como destaca Oliveira (2013).

Entre os nomes registrados na primeira ata do partido, datada de 26 de fevereiro de 1966, uma curiosidade: três dos mais importantes adversários políticos do Espírito Santo estavam na mesma legenda, os ex-governadores Jones dos Santos Neves (1951-1952), Francisco Lacerda de Aguiar (1971-1975) e Carlos Lindenberg (1947-1951 e 1959). “Mais uma vez as elites políticas capixabas se uniam para garantir sua cota de poder, numa aliança que garantiu ao partido vitórias, entre 1966 e 1979, nos pleitos eleitorais indiretos de governador” (FAGUNDES E ÂNGELO, 2014). Oliveira (2013) pontua que a rivalidade interna permeava o partido desde sua criação, principalmente entre as lideranças já citadas e por conta dos conflitos internos herdados das correntes do PSD, UDN e PSP.

Do outro lado da polarização partidária estava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado a partir da mesma legislação da Arena, porém sem as mesmas “ferramentas de atração” de apoio político da sua adversária. Era o partido contra o regime e que contava com menor número de filiados. Como frisa Oliveira (2013), da bancada federal capixaba os 3 senadores e 7 dos 8 deputados federais estavam na Arena³¹, o que dificultou a criação do MDB no Espírito Santo. Os poucos membros do partido vieram das fileiras mais conservadoras do PTB.

No documento de criação do partido, datado de março de 1966, há nomes de políticos que ganharam grande visibilidade após o fim da ditadura, como o governador do Estado entre 1999 a 2002, José Ignácio Ferreira, então vereador; além de Adalberto Simão Nader e Hugo Borges. O ex-governador Carlos Lindenberg (1947-1951 e 1959) chegou a cogitar sua filiação ao MDB, mas abandonou a ideia pouco tempo antes, optando pela Arena.

A composição partidária firmada naquele ano de 1966 estruturaria a base política que marcou todo o regime autoritário no Espírito Santo. Da Arena vieram todos os governadores biônicos durante os anos subsequentes, seguindo a regra dos outros estados. A diferença estava no pós-regime, quando um ex-arenista, já filiado ao MDB, Gerson Camata (1983-1986), foi alçado ao maior cargo eleitoral

³¹ A exceção era Argilano Dario que veio das fileiras do PTB.

capixaba, ao contrário dos outros estados. O Rio de Janeiro, por exemplo, preferiu Leonel Brizola³², uma figura oriunda da oposição.

Inclusive, o futuro governador fluminense teve papel preponderante em um dos casos mais emblemáticos do combate ao sistema militar implantado em terras capixabas, o grupo de guerrilha instalado na serra do Pico da Bandeira. O episódio ficou conhecido como Guerrilha do Caparaó e alcançou considerável eco, mesmo que alguns argumentem que não passou de uma intenção de promover uma resistência, já que os guerrilheiros foram presos sem trocar nenhum tiro com os militares.

Outro cenário de conflito entre a ditadura e militantes da esquerda em terras capixabas foi na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Com ações bem diferentes dos guerrilheiros do Caparaó, os universitários levaram para as ruas de Vitória o desejo por democracia, motivados por uma rebeldia típica da juventude e por uma disposição que incomodou o regime ditatorial. Eram esses jovens que, inclusive, configuravam um dos principais público-alvo do jornal *Posição*. Além de consumir as informações, diversos universitários atuavam também no auxílio à distribuição das edições do periódico, como será tratado logo a seguir.

Vale destacar que, todavia, antes de ultrapassar os muros da universidade, os conflitos começaram a ser travados dentro da própria Ufes motivados pelo Movimento Estudantil (ME). A pauta de protestos variava desde o alto preço da comida no Restaurante Universitário, até manifestações pela morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto³³ no Rio de Janeiro e contra os acordos para a

³² Nascido no povoado de Cruzinha, em Passo Fundo (RS), Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Era cunhado do ex-presidente João Goulart e um dos seus articuladores. Criou Grupo dos Onze, com ideologia esquerdista. Durante a Ditadura Militar ficou exilado no Uruguai. Depois de perder os direitos sobre o PTB, na redemocratização, criou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Participou da primeira eleição direta para presidente após o período ditatorial. Ficou em terceiro lugar. Morreu em 2004, aos 82 anos.

³³ Edson Luiz de Lima Souto era uma estudante secundarista durante a Ditadura Militar Brasileira. Então com 17 anos, foi morto pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante um conflito no restaurante Calabouço. O local atendida os alunos e era bancado pelo governo e a má qualidade da alimentação resultava em manifestações. Após sua morte, uma comoção tomou conta do Brasil. Houve greve nacional dos estudantes, luto por 3 dias no Rio de Janeiro, paralisação de espetáculos teatrais.

Reforma Universitária firmados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a agência-americana United States International Development (USAID)³⁴.

A Ufes se federalizou três anos antes do Golpe Civil-Militar. Em 1961 contava com 1.238 alunos matriculados e quatro anos depois a comunidade universitária já havia crescido 67,28% (CAETANO, 2014, p.118).

Logo após o Golpe, os estudantes se organizaram para a resistência. Porém, assim como em âmbito nacional, o pulso pesado da repressão também caiu sobre o Movimento Estudantil capixaba. A sede da entidade foi invadida em 1964 e o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) Jaime Lana Marinho, estudante de Odontologia, preso. Uma Junta Governativa foi nomeada. O presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Hégner Araújo foi escalado para comandar a UEE. Na mesma época, o reitor da universidade Manoel Xavier Paes Barreto foi afastado do posto pelos “revolucionários”.

Segundo Caetano (2014), uma nova eleição ocorreu para a entidade três meses depois. Saiu vencedora a chapa ligada à direita, nomeada de Primeiro de Abril, em homenagem ao Golpe. A esquerda só viria a assumir o controle dos estudantes no Espírito Santo em 1967, quando em uma eleição direta foi eleito o estudante de Direito Carlos Magno Gonzaga Cardoso, considerado um líder com perfil moderado e conciliador. Naquele ano a sede da entidade foi fechada pela Delegacia de Ordem Pública e Social (Dops), mesmo assim a UEE continuou atuando até 1968.

Classificado por Aarão Reis (2000) como o “ano quente”, em 1968 os estudantes ocuparam as ruas diversas vezes. No Estado, as manifestações começaram por causa do preço imposto à alimentação do Restaurante Universitário pelo reitor Alaor de Queiroz Araújo, que não aceitou o valor proposto pelo Conselho de Administração de Funcionários do Restaurante Universitário (Cafru). Isso resultou inicialmente em uma greve e, em seguida, em passeatas e manifestações com piquetes impedindo que alunos comessem no restaurante.

³⁴ O acordo MEC-USAID para estabelecer convênios de assistência técnica e cooperativo à educação brasileira. Foram firmados 12, que abrangeram da educação primária ao ensino superior. Porém, os técnicos americanos estavam mais preocupados em difundir o modo de vida americanos, centrado no sistema capitalista, do que educar a população. Isso levou a questionamento principalmente de grupos ligados à esquerda e no meio universitário.

O impasse acabou após a administração aceitar um preço próximo do que estava sendo proposto pelos estudantes.

Em 28 de março, todavia, os universitários voltaram a se rebelar com a morte de Edson Luiz de Lima Souto. Caetano (2014) frisa que o maior protesto ocorreu em frente ao RU após um ato fúnebre em homenagem a Edson Luiz ter acontecido na Catedral de Vitória. A cerimônia contou com aval das autoridades da época, tanto o governador Christiano Dias Lopes (1967-1971), quanto seu irmão, o superintendente de Polícia Civil, José Dias Lopes.

Os jornais cobriram a manifestação. *A Gazeta* a considerou como sendo viril, mas pacífica. Depois informou que mais de 3 mil participaram dos protestos. A reportagem chega a citar um momento de tensão entre estudantes e os militares quando chegaram próximo ao obelisco da Praça Oito. Três prisões teriam ocorridos, mas o jornal não cita os nomes (CAETANO, 2014, p.127). A mídia nacional também cobriu o fato. O *Jornal do Brasil* noticiou a prisão de João Aldo da Conceição. Com mais veemência uma nova manifestação ocorreu nas ruas da capital no dia 06 abril, com cerca de 2 mil pessoas carregando cartazes de “Abaixo a Ditadura”.

Outras ações ocorreram promovidas pelo Movimento Estudantil. Segundo Caetano (2014), recorte de uma reportagem *A Tribuna* encontrado no DOPS noticia protesto de alunos da Fafi contra a prisão de dois colegas da faculdade. Em *A Gazeta*, alguns dias depois foi noticiada a prisão da ex-diretora do Diretório Acadêmico da Fafi, Maria Augusto Feliciano da Silva, no Rio de Janeiro e do estudante Délio Merçom. Eles foram interrogados e liberados em uma semana.

Treze lideranças estudantis capixabas³⁵ também estiveram no Congresso “clandestino” da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), a cerca de 700 quilômetros de São Paulo. Entre eles estava o presidente do DCE da Ufes, César Ronald Pereira Campos. Naquela época a UNE já estava na ilegalidade há quatro anos, e para a segurança dos envolvidos, foram elaboradas

³⁵ Os treze estudantes capixabas eram Agis Wilson Macedo, Aerovaldo C. Oliveira, César Ronaldo Pereira Gomes, Domingos de Freitas Filho, Estela Maria Ourique da Silva, Iran Caetano, José Antônio Gorza Pignaton, José Honório Machado, Jussara Martins, Luiz Cláudio Nogueira Martins, Marcelo de Almeida Santos Neves, Marlene Simonetti, Ricardo Gottardi. Eles cursavam, respectivamente, Direito, Direito, Medicina, Filosofia, Serviço Social, Medicina, Bioquímica, Bioquímica, Engenharia, Economia, Engenharia, Serviço Social e Odontologia.

códigos e senhas para camuflar o real local do encontro. Os estudantes dependiam até de quatro conduções para chegar ao seu destino. Era 12 de outubro de 1968 e dezenas de soldados cercaram o sítio onde os estudantes estavam. Disparos de metralhadoras foram ouvidos. Os ex-ministros da Casa Civil e de Comunicação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Franklin Martins, estavam entre os presos naquela ocasião.

Um novo proposto ocorreu para questionar a prisão dos jovens. Em 15 de outubro de 1968, os estudantes se aglomeraram em frente à Faculdade de Direito. A polícia reagiu com violência e cinco alunos foram presos. O fato ganhou as páginas do *Jornal do Brasil*. Os estudantes presos no Congresso paulista voltaram para Vitória no dia 18 de outubro.

O Ato Institucional Nº 5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968, e consistiu em um choque também para o Movimento Estudantil, que se viu assim como as outras frentes de articulação social, mais cerceado. Logo, as universidades passariam a criar órgão de fiscalização dentro de suas dependências.

As Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis) foram criadas nas instituições federais, segundo Motta (2014), para ser o braço direito do Sistema Nacional de Informação (SNI). Nas universidades brasileiras as estruturas foram criadas a partir de 1971, mas antes já haviam agências de informação lotados nas reitorias. No Espírito Santo não era diferente.

A Aesi na Ufes funcionava no Campus de Goiabeiras, em Vitória. Entre suas funções estavam proibir reuniões, recolher material considerado subversivo e monitorar estudantes. Em 1974, por exemplo, oito alunos foram expulsos da universidade após relatório da Assessoria Especial. “Desligamento e proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, no prazo de três anos”, frisava o documento enviado pelo chefe da Aesi, Alberto Monteiro, ao diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes³⁶. Um dos integrantes da lista era o médico Iran Caetano que estava a quatro meses de se formar.

A partir da criação da Aesi, tudo precisava de crivo militar. Da circulação de livros até contratação de professores. Diretórios Acadêmicos eram orientados a não

³⁶ A GAZETA, 31 de agosto de 2014, p.18

distribuir panfletos e alunos que saíssem da aula levavam falta como forma de evitar reuniões. Viagens para congressos eram proibidas e o DCE foi levado à clandestinidade dentro da própria universidade. A repressão contava também com o Decreto nº 447, de 28 fevereiro de 1969, que dava suporte jurídico às ações militares dentro do campus universitário

A atuação da Aesi na Ufes ainda era um assunto pouco explorado e esbarrava na falta de fontes oficiais. Recentemente, membros da Comissão da Verdade da Universidade e alunos do curso de Arquivologia passaram a procurar os documentos perdidos da Aesi/Ufes. Inicialmente achavam que o material havia sido perdido em um incêndio que atingiu o arquivo central ou que havia sido enviado para Brasília.

Porém, 350 laudas foram encontradas no Departamento de Artes que “reúnem memorandos, ofícios, pedidos de informação, relação de livros censurados, solicitações de informação sobre o Diretório Acadêmico, entre outros” (FAGUNDES, 2013). Em 2013 já eram 1.200 documentos. A partir da documentação foi constatada que ocorreram quatro ondas repressivas na Universidade: a primeira após o Golpe; a segunda nos anos de 1968 e 1969; seguida pela implantação da Aesi/Ufes; e, por fim em 1977, com o retorno do movimento estudantil em âmbito nacional.

Os estudantes se configuraram, por alguns anos, como o principal agente de confronto ao regime estabelecido. Porém, muitos sofreram em prol desta luta. A estudante de Geografia da Ufes Ângela Milanez foi presa em sua residência no bairro Paul, em Vila Velha, para um depoimento. “O depoimento durou dois meses”, contou ao jornalista Vinícius Valfré, do jornal *A Gazeta* em 23 de março de 2014. As ameaças de estupros eram constantes, assim como os espancamentos. “Só me interrogavam sem roupa. Uma vez me colocaram nua com uma jiboia em cima”, relembra. Ângela não havia se filiado ao PCB há muito tempo quando “caiu” nas mãos dos militares.

Outras mulheres também estão entre as torturadas. A professora da Ufes Jussara Martins teve que reconstruir os dois tímpanos ao ser torturada no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Já Laura Coutinho foi presa após um informante se infiltrar na Ala Vermelha do PCdoB. Junto com ela foram presos outros oito homens. A jovem não era filiada ao partido. Porém, seu ex-marido era. Na época

tinha 22 anos e estava grávida. No dia da prisão havia levado um membro da esquerda à rodoviária de Vitória para ele ir a Belo Horizonte.

Laura foi levada para o 38ª BI, mas não foi torturada no Estado. Encaminhada para São Paulo por um avião das Forças Armadas foi espancada na sede da Operação Bandeirantes (Oban) e perdeu o filho.

Entreí na cela convicta que não iria me acontecer nada. Mas sofri choques elétricos, fiquei em pau de arara e apanhei. Voltei do segundo andar engatinhando, não conseguia andar. Senti muita dor e perdi o bebê (LAURA COUTINHO³⁷)

Outra frente de combate à repressão surgiu de uma das entidades mais conservadoras da sociedade brasileira: a igreja católica. “Fonte de orientação para a conduta do indivíduo nas esferas da vida privada e pública” (CANCIAN, 2011, p.8), a igreja passou de aliada dos militares, em um primeiro momento, para adversária com tom de algoz no ano seguinte à instauração do Golpe de 1964, deixando a conformidade do apoio ao interesse da elite para apontar os erros do regime vigente. Duas frentes tiveram destaque, as Comunidades Eclesiais de Base e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segundo Cancian (2011), a CNBB chegou a emitir declarações em 1965, 1966, 1967, 1968 e 1969 apontando problemas na nova ordem. Os últimos documentos deixavam claro que a Revolução, como os militares costumam chamar as ações de abril de 1964, passou a ser uma ditadura repressiva e violenta.

O Brasil se encontra em regime de exceção, circunstancial e transitório; (...) consideramos, porém, indispensável que o Brasil retorne à normalidade jurídica, mediante uma Constituição, capaz de consultar os reais interesses e anseios nacionais (...) lamentamos as posições radicalizadas em suas variadas manifestações como movimento terrorista de direita e de esquerda, atividades clandestinas, prisões, torturas, sequestros (...) (CANCIAN, 2011, p.43).

Não só a cúpula das entidades, mas também a base da igreja em diversas cidades aderiram à posição da CNBB. Padres passaram a questionar as ações dos militares e bispos assumiam uma postura mais política. Alguns nomes se destacavam: Dom Helder Câmara, que se tornou um dos principais inimigos públicos do regime, como destaca Cancian (2011), sendo até ameaçado de morte; Dom Eugênio Sales na Bahia, que acabava de assumir a arquidiocese de

³⁷ Depoimento publicado no jornal A Gazeta, em 23 de março de 2014

Salvador; o arcebispo de Vitória, Dom João Batista Mota e Albuquerque, e os padres Valdir Almeida e Franz Víctor Rúdio no Espírito Santo. Os últimos três, devido ao trabalho social desenvolvido, passaram a ser acusados de comunismo por parcela da população capixaba.

Dom João apareceu em diversos documentos do DOPS/ES e era considerado membro da ala progressista do clero. Outros que receberam a mesma classificação no Estado foram Dom Luís Gonzaga Fernandes e Dom Aldo Gerna. Todos eram considerados indivíduos que agiam fora da visão da igreja, por suas próprias convicções.

Mesmo no governo de Ernesto Geisel, que prometeu uma abertura gradativa e lenta, a igreja não deixou de denunciar nacional e internacionalmente os abusos dos militares brasileiros. Segundo Silva (2014), a criação de pastorais como de Justiça e Paz e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram se estruturando como uma força de oposição. Mesmo assim, aqueles que dispunham do poder não abriam mão da manutenção das relações com a cúpula religiosa, tanto que foi criado no governo militar a Bipartite, uma comissão responsável por manter estável a relação Igreja e Estado.

O Espírito Santo não foi ilha de tranquilidade enquanto a ditadura consumia o Brasil. A repressão existiu e, mesmo velada, ocupou lugar de destaque na hierarquia do poder no Espírito Santo. Contava com uma estrutura ampla e bem localizada. Descoberta recente da Comissão da Verdade da Ufes confirma o endereço do Serviço Nacional de Informação (SNI) em Vitória. Funcionava no coração econômico e político do Estado naquela época, o centro da cidade, no Edifício do IAPI, ao lado do Theatro Carlos Gomes, especificamente no sétimo andar do prédio, sala 706. Um documento enviado ao Departamento de Medicina da universidade pedindo informações sobre os alunos atestou o endereço.

Porém, outros “porões da ditadura” existiam na logística ditatorial. O jornal *A Gazeta*³⁸ os listou: o 3º Batalhão de Caçadores – hoje 38ª Batalhão de Infantaria, na Prainha, de Vila Velha, era onde os militares concentravam as prisões e as torturas; o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) era outro braço da força armada na repressão; a antiga sede da Polícia Federal na Avenida Vitória era

³⁸ A GAZETA, 16 de março de 2014, p. 25

onde os presos passavam antes de serem levados para a tortura em Vila Velha. Já o Departamento de Ordem Política e Social (Dops/ES) funcionava em três locais: no centro da cidade, onde atualmente há uma unidade do banco Banestes; na Reta da Penha onde hoje funciona a Chefatura de Polícia; e na Avenida Beira-mar, onde está localizada atualmente a sede do Departamento de Estradas e Rodagem (DER/ES)

Cinquenta anos após o Golpe e trinta do fim da Ditadura, ainda não se sabe o paradeiro de 140 pessoas. Seis delas são capixabas. Arildo Valadão, era estudante da UFRJ, sumiu em 1973 no Araguaia. O mesmo ocorreu com José Maurílio Patrício, membro do PCdoB; o operário Marcos José de Lima, João Gualberto Calatroni, além do advogado Orlando Bonfim Júnior e do professor e sociólogo Lincoln Bicalho Roque. Os dois últimos sem envolvimento com a Guerrilha do Araguaia.

Segundo reportagem de *A Gazeta*³⁹, contabilizam-se cerca de 20 mil fichas individuais produzidas pelo Dops, SNI, Polícia Federal e Exército com a intenção de investigar os capixabas. Muitas delas são referentes aos jornalistas, que reportavam as barbaridades do regime, as torturas e a repressão.

1.2 - A repressão chega às redações

Um quadro de recados delicadamente decorado com uma sugestiva tesoura era afixado em redações no Espírito Santo. Lembrava muito as lousas de alfabetização das escolas primárias, mas a função era outra, bem menos ingênua. Não estava lá para decorar, mas para alertar. Quase que diariamente, em sua superfície, eram pregados bilhetes oficiais vindos do governo e que as primeiras palavras eram “De ordem superior”, sempre em tom impositivo. Era a forma dos militares dizerem que estava proibido noticiar determinado assunto ou que certas reportagens foram vetadas, ou seja, era como funcionava a censura.

Porém, se engana quem considera que a censura é uma prática recente. Desde que o homem passou a transmitir ideias e conhecimentos por meio da linguagem, a ameaça da censura se fez presente. O motivo: o acúmulo de

³⁹ A GAZETA, 31 de agosto de 2014, p.18

informação tem relação intrínseca com o controle sobre o outro.

O filósofo e economista John Stuart Mill já frisava a conflitante relação entre a censura e a opinião pública ao destacar que “quem escolhe a opinião para o povo, possui controle absoluto sobre suas ações, e pode manipulá-las em benefícios próprios com perfeita segurança”⁴⁰. Assim, a censura também passou a ser inerente à política desde a gênese da sociedade ocidental, ou seja, desde a composição da *polis* na antiga Grécia e posteriormente das cidades romanas. Breton e Prolux (2006), ao dissertarem sobre o poder da retórica, pontuam a ação da cultura romana no ato comunicacional.

A cultura romana, completamente imbuída de ideias de organizar a comunicação com o intuito de manter vivo o elo social, inventará a comunicação, ou seja, ‘a palavra para o outro (BRETON & PROLUX, 2006, p. 38)

Todavia, também é decorrente das leis de Roma uma das primeiras justificativas oficiais para a censura. Segundo Mattos (2005), para os romanos era possível “punir com a morte autores das sátiras políticas. Com base na Lei das Doze Tábuas, muitas obras da literatura e da filosofia foram destruídas”. Séculos depois, coube aos tribunais do Santo Ofício, durante a Idade Média, exercer a censura política, moral e religiosa. Os principais alvos das ações cerceadoras, até então, eram artistas e escritores. Na ditadura militar, os alvos voltaram a ser os profissionais da escrita e seus meios de comunicação. Prisões e torturas de jornalistas, invasão de redações, quebra de máquinas de escrever, sedes sendo bombardeadas, reportagens proibidas e ameaças abertas e veladas.

No mesmo dia do golpe de 1964, a região metropolitana de Vitória perdia uma de suas publicações. Não por covardia dos profissionais que a produzia, mas por um ato de vandalismo que levou à destruição de toda a estrutura do *Folha Capixaba*. Periódico com ideologia mais à esquerda, a sede do jornal virou alvo de manifestantes que, naquele momento, influenciados pelas propagandas governamentais, consideravam o comunismo uma ameaça à sociedade brasileira.

O jornal havia sido criado em 1950. Foi instalado no centro da capital, na tradicional Rua Duque de Caxias e era considerado o porta-voz do Partido

⁴⁰ Trecho usado como epígrafe na obra *Mídia controlada: a história a censura no Brasil e no mundo*, de Sérgio Mattos. (MILL, John Stuart, apud MATTOS, Sérgio, 2005, p. 35).

Comunista Brasileiro (PCB), como relatou Francisco Flores Rodrigues à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo⁴¹.

Por volta de sete horas da manhã do último dia de março de 1964, uma moça caminhava apressada pela Avenida Jerônimo Monteiro em direção à Praça Costa Pereira. Tinha lágrimas nos olhos e um ar de tristeza. O nome dela era Marinete, a responsável pelo caixa do jornal *Folha Capixaba*. O que transtornava a mulher estava a poucos metros dali. No meio da Rua Duque de Caxias havia livros, papéis, edições de jornais e uma máquina de datilografar *Remington* espalhados pelos paralelepípedos. Tinham sido jogados de um prédio próximo, a sede do periódico. Cerca de 10 homens estavam revirando todas as gavetas da redação, arrastando móveis e rindo alto. Um deles, que parecia o líder do grupo, gritava aos outros que o próximo passo seria “encontrar os comunistas e exterminá-los”. Dois policiais militares admiravam a ação dos vândalos, misturados aos curiosos que também acompanhavam o ocorrido⁴².

Dos profissionais que atuavam no veículo comunista vários foram levados para a cadeia logo no início da “revolução”, segundo o relatório da Comissão da Verdade do Sindicato do Sindijornalistas. O jornalista Otacílio Nunes Gomes, redator-chefe daquele jornal, foi preso durante dois meses em Vitória e depois transferido para as dependências do Cenimar no Rio de Janeiro. Clementino Dalmácio foi preso várias vezes nos anos pós 1964 e respondeu Inquérito Policial Militar (IPI) por crime de subversão, baseado nas determinações da Lei de Segurança Nacional. Vespertino Meireles também perdeu a liberdade pelo menos três vezes e também respondeu a IPI. Caso semelhante ocorreu com o colunista Manoel Santana, assim como com o diretor responsável pela publicação, Hermógenes Lima Fonseca.

Os jovens também foram perseguidos. A universitária Zélia Stein publicava poemas modernos em um dos cadernos do *Folha Capixaba*, na “Página dos Jovens”. Era militante do DCE da Ufes e foi presa e torturada. O editor daquela seção Xerxes Gusmão Neto e os colaboradores Ewerton Montenegro Guimarães

⁴¹ Os depoimentos colhidos pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo foram encaminhados à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e publicados em um relatório contendo as arbitrariedades dos militares para com os profissionais da imprensa entre 1964 e 1985. O material, datado de 2015, está disponível no site da entidade.

⁴² Descrição feita por Chico Flores à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas

e Jorge Wilson Pereira também foram perseguidos. O último se mudou para Linhares e continuou a militância. Zélia deixou o Espírito Santo. Também ligado ao jornal enquanto era estudante, Renato Soares fugiu do Brasil após conseguir asilo na Europa.

O jornalista Vitor Costa recordou para Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo as ameaças sofridas. Apoiador de Carlos Marighella⁴³, teve de deixar o *Folha Capixaba* em 1963 após perseguição. Migrou para *A Gazeta* e passou a redigir a *Coluna Praça Oito*, que trata especificamente de assuntos políticos, principalmente Assembleia e os bastidores do Poder. Com o golpe, foi obrigado a desaparecer e nessa operação contou até com a ajuda de carros oficiais do Estado, tamanha a relação que construiu junto aos órgãos oficiais e suas fontes. Voltou ao Espírito Santo a convite do seu amigo e então governador Christiano Dias Lopes (1967-1971). Porém, em 1969 foi surpreendido com a cassação dos seus direitos políticos.

De todos os exemplares do jornal comunista de Vitória só restaram poucos, mantidos no Arquivo Público⁴⁴. A maior parte se perdeu ou foi destruída pelos militares, afinal era um material considerado submersível ao extremo.

Outro jornal capixaba que sumiu durante a ditadura militar foi o *Povão*, que tinha sua sede na Ladeira Caramuru, no centro de Vitória. Quem relatou à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo o ocorrido no período foi o delegado Cláudio Guerra, responsável pelo DOPS/ES e acusado de uma série de mortes e atentados não só em território capixaba, mas nas principais cidades da região sudeste. Segundo ele, a morte do proprietário da publicação, José Roberto Jevaux, foi encomendada pelo empresário capixaba do ramo de transportes Camilo Cola. O motivo: extorsão cometida pelo jornalista a membros da elite local. Guerra, como destaca Medeiros (2012), sempre teve uma relação muito próxima com a cúpula política e empresarial do Estado e já tinha um histórico de outras mortes. Sobre o ocorrido com o jornalista, relembra:

Eu me reunia periodicamente com o chefe do SNI e outros

⁴³ O baiano Carlos Marighella nasceu em 1911. Se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1936, abandonando a curso de Engenharia Civil. Durante a Ditadura Militar Ação Libertadora Nacional. Foi morto em 4 de novembro de 1969, aos 57 anos de idade, após uma ação da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo.

⁴⁴ O Arquivo Público do Espírito Santo conta com microfilmagens das edições de maio a dezembro de 1945 e março de 1954 a fevereiro de 1962.

órgãos de repressão que combatiam os adversários do regime militar e encomendavam mortes e desaparecimento de pessoas, aqui e em outros estados, onde atuei como pistoleiro eliminando dezenas de adversários da ditadura. As reuniões ocorriam em Vitória, no Ed. IAPI, no gabinete do então procurador-geral da República, Geraldo Abreu, com o coronel do DOI-Codi Freddie Perdigão e com o comandante Vieira, eles queriam atender ao pedido do Camilo Cola, que pretendia se livrar das extorsões que sofria de Jeveaux. Eu, que já havia eliminado adversários dos militares em outros estados, ponderei que era amigo de Jeveaux. Basta lembrar que em seu jornal saiu uma série de artigos do jornalista Pedro Maia sobre ações de combate ao crime que eu havia comandado. A coluna se chama 'Guerra, o Cana Dura', e assim consegui ficar fora do desaparecimento de Jeveaux" (depoimento de Cláudio Guerra à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo)

O corpo do jornalista não foi encontrado e uma bomba foi instalada na sede do jornal. Naquele dia, um dos vigias teria reconhecido os membros da quadrilha responsável pelo artefato e, segundo Guerra, também foi morto pela repressão.

O ex-delegado do DOPS/ES ainda admitiu a responsabilidade por outra bomba que detonou em Vitória. Desta vez o alvo foi o jornal *A Tribuna*. Em 25 de maio de 1981, por volta de 2h10 da madrugada duas explosões ocorreram no Departamento de Circulação e Arquivo do jornal. Na época, as suspeitas recaíram sobre uma rede de prostituição que o jornal estava investigando. Marien Calixte, que foi um dos mais perseguidos pelos militares e que era editor chefe do jornal, desconfiou da versão, alegando que muitos comunistas trabalhavam no periódico e supôs que a ação poderia ter sido promovida por extremistas ligados à direita. Chegou a publicar no dia seguinte ao atentado.

Há muitos tipos de loucuras registradas ao longo da história da humanidade. O terrorismo é uma dessas faces mais tragicamente criminosas que o mundo tem enfrentado. Loucura só não é bastante para estabelecer um qualificativo a respeito da crueldade dos que, ocultos em uma paranoia e esquizofrenia, satisfazem-se apenas destruindo. O que dizer mais além da estupefação que já nos roubou estadistas, religiosos, intelectuais, artistas militares e até chegou ao peito da figura até então intocada de um Papa? (VIANNA & TETE & NUNES, p. 107. 2005)

No período ditatorial, os três principais jornais responsáveis pela circulação de notícias do Estado eram: *A Gazeta*, ligado ao ex-governador Carlos Lindenberg (1947-1951 e 1959) e com maior estrutura; *O Diário*, que já teve entre os seus proprietários o também ex-governador Francisco Lacerda e Aguiar (1963-1966), o Chiquinho, e famoso por descobrir e treinar jovens talentos da imprensa; e *A Tribuna* que manteve relação com o PSP e com Ademar de Barros antes de ser

vendido ao grupo do empresário João Santos, oriundo de Pernambuco. Todos eles, assim como já relatado no caso do último deles, foram alvo da ação dos militares.

Na época, o ponto de encontro dos jornalistas com ideologia mais à esquerda era o Blitz Bar, no centro da capital. Chico Flores, Jackson Lima, Álvaro José Silva eram alguns dos comunistas mais conhecidos que atuavam nas redações. Sem um curso de jornalismo no Estado (a graduação da Ufes teve início em 1975⁴⁵), o mercado se caracterizava por um tom amadorístico, o que levou aos proprietários dos principais jornais a buscarem profissionais em outros estados. *A Tribuna* contratou Cláudio Bueno Rocha que veio de São Paulo e modernizou o modo de apurar as notícias, com mais objetividade. Depois, migrou para *A Gazeta*, levando também os seus conhecimentos. Em plena ditadura, o mercado se profissionalizava, mesmo com a censura enfadando os profissionais da imprensa.

Em *A Gazeta*, o responsável por receber as “recomendações” dos militares era Francisco Flores Rodrigues, o Chico Flores, então Secretário da Redação no turno da manhã. Mesmo sendo comunista conhecido, com passagem, inclusive, pela antiga União Soviética, era ele o responsável pelos primeiros contatos com os soldados quando a censura começou a ser instaurada como política de governo. O período no qual mais bilhetes chegavam à redação foi durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Segundo Chico Flores relatou à Comissão da Verdade dos Jornalistas, a censura no Espírito Santo chegou ao ponto da “selvageria”, com profissionais sendo retirados durante transmissões de rádio e outros expulsos dos jornais. Ele listou o caso de Victor Costa, Antônio Germano, Daly Santos e Carlos Chenier.

Sobre os militares que visitavam as redações, o secretário recorda que chegavam fardados, geralmente dois deles, um tenente e um major, e sempre no período da tarde. Escolhiam uma mesa aleatória e liam todo o material já enviado para a oficina. Naquele horário só havia anúncios e releases do governo, o que levava aos militares a uma leitura tediosa, com direito a vários bocejos. Saíam para lanchar na Rua General Osório – naquele tempo *A Gazeta*

⁴⁵ Mais informações na Obra “Balzaquiano: Trinta anos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo”, organizado pelo professor José Antônio Martinuzzo.

funcionava naquela mesma rua do centro de Vitória. Retornavam às 19 horas para ler o restante das reportagens locais das editorias de Política, Polícia, Cidades e Esportes. Porém, nem a cobertura da política se mostrava uma preocupação, já que geralmente eram notícias do Legislativo produzidas nos próprios Poderes e que, só algumas vezes, ganhavam uma censura. O trabalho dos censores se manteve fisicamente na redação até 1969. Inclusive aos sábados, quando os militares dispensavam as fardas e iam à redação com trajés de civis.

Depois dessa data, a censura começou a ocorrer por meio de telefonemas ou mesmo pelos famosos bilhetes pregados no mural decorado com a tesoura. Estes podiam ser formais, com direito a papel timbrado, ou até mesmo informais, rasurados e escrito a mão, sem ao menos uma assinatura. Chegavam diariamente e até mesmo mais de um por dia. Um dos casos que já virou folclore diz respeito a proibição de se publicar qualquer referência ao decreto de Dom Pedro I, datado do século XIX, abolindo a Censura no Brasil. O regime estava querendo censurar até mesmo a Monarquia. Em outra ocasião, o então ministro da Justiça, Armando Falcão, concedeu uma entrevista e afirmou que no Brasil não havia censura. Por ironia, logo em seguida chegou um papel à redação onde se lia: “Por ordem superior, fica proibida a publicação de entrevista do Senhor Ministro da Justiça, Armando Falcão, na qual ele diz que não existe censura no Brasil”. Entre os assuntos vetados estavam: a situação dos presos políticos ou qualquer contestação ao regime. (MARTINUZZO, 2005)

Ao contrário dos estados onde as partes ceifadas dos jornais eram substituídas por poemas ou mesmo receitas culinárias, em *A Gazeta* a estratégia foi outra. Passaram a priorizar as notícias locais, já que a censura, na maioria das vezes, dizia respeito a temas nacionais ou de grande circulação. Foi uma opção plausível e que não trouxe tanto prejuízo ao periódico, afinal seus concorrentes diretos, *A Tribuna* e *O Diário*, também não dispunham de grande estrutura para cobertura nacional.

Isso fica evidente ao analisar as notícias que antecederam e sucederam o Golpe de 1964. Os periódicos capixabas, assim como a maior parte da população, acompanhavam de longe os desdobramentos que levariam à Ditadura Militar. Em *A Gazeta*, *O Diário* e *A Tribuna* o foco das coberturas eram os problemas

locais, não os nacionais. Nos três primeiros meses daquele ano, ganhou destaque nas manchetes as campanhas pela encampação da concessionária responsável pela distribuição de energia no Estado, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE⁴⁶), como pontua Caetano (2014).

Os jornalistas do Estado só passaram a noticiar a possibilidade de Golpe poucos dias antes da efetivação. A *Gazeta* começou com notas escassas e foi aumentando o espaço da notícia gradativamente. Chegou a noticiar a caravana composta de sete ônibus de capixabas para o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O jornal, por meio de seus colunistas, também saiu em defesa do bispo Dom João Batista Motta, quando ele se negou a apoiar um movimento de mulheres que buscava replicar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” também em Vitória⁴⁷.

Somasse às ações da repressão durante os *Anos de Chumbo*, não apenas atentados à sede de jornais e prisões, houve tortura de profissionais. Em *A Gazeta*, o fotógrafo Gildo Loyola, militante do PCB, foi preso e teve um dos dedos esmagado pela coronha de um fuzil. Estudante de um curso técnico de Administração, havia aderido ao *Partidão* ainda jovem enquanto morava em uma república próximo à Vila Rubim. Entre os colegas que dividiam as despesas estava Aristides, que também optara por se filiar a um partido de esquerda, escolheu, todavia, o PCdoB que defendia a luta armada. Logo, o imóvel dos jovens estava repleto de armas.

Gildo foi escalado para representar o Espírito Santo no Congresso Nacional da União dos Estudantes Secundaristas (UBES) em Salvador, junto com Rubinho Gomes, outra figura importante da luta da imprensa contra a repressão. Porém, o que ambos não sabiam é que o regime havia infiltrado alguns membros no grupo que partiu para a Bahia. Ao terminar o evento e retornar ao Estado, Gildo foi preso. Rubinho só se salvou desta vez porque ficou mais tempo na casa de parentes baianos.

Os militares invadiram a república dos comunistas e efetuaram as prisões. Lá

⁴⁶ Empresa canadense responsável pela distribuição de energia no Espírito Santo. Ficou famosa pelo má qualidade do serviço e pelos constantes apagões.

⁴⁷ Para saber mais sobre a cobertura nos principais jornais no pós-Golpe lê: “Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo”, organizado por Valter Pires Pereira e Miguel Marvila da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa.

também havia um quadro negro com as palavras “feijão, arroz, farofa, carne assada e salada”. Os soldados logo quiseram saber que “código” era aquele. Porém, na verdade, era hábito dos estudantes escreverem o cardápio do almoço de cada dia naquele espaço.

Durante a tortura, como registrou a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, os militares diziam que iriam trazer as mães dos estudantes e eles seriam obrigados a fazer sexo com elas. Em um determinado momento, ao perceber o dedo do fotógrafo machucado, um dos torturados perguntou: “Está machucado? Vamos machucar mais!”. Colocou o dedo sobre uma mesa e bateu forte com a coronha da arma.

O trauma foi enorme. Ao sair, Gildo foi internado na Clínica Santa Angélica, no centro de Vitória, onde ficou por três anos. Durante a sua prisão passou por dois locais: o 38ª Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, e depois na prisão de Pedra D’água, na região da Glória, em Vila Velha.

Tinha o sonho de ver o Brasil melhor. Começamos no movimento estudantil, com passeatas e depois nos engajamos em partidos. Os caras sentavam o cacete mesmo. A gente não tinha nada. Fazíamos panfletos, levávamos para cima dos prédios e deixávamos voar. Fiquei preso no Estado e no Rio. Fui julgado e não fui condenado. Quando saí da prisão fui para a clínica de repouso. Estava muito ruim. De tanto apanhar, não sabia quem eu era. Queriam saber onde estavam armas e companheiros do PCB. Na época, escrevia para um jornal e batiam nos meus dedos com coronha para aumentar o sofrimento. Diziam que a gente tinha um plano para tomar Colatina. Eram informações desconstruídas. Todo mundo ia sendo preso de qualquer jeito. Era uma tristeza profunda não poder fazer nada. Hoje, tenho orgulho de ter participado e, ao mesmo tempo, me dá tristeza por não termos alcançado nosso objetivo (Gildo Loyola⁴⁸).

O cenário da tortura de Gildo, o 38ª Batalhão de Infantaria, também foi o local onde outra figura de importância nacional para o jornalismo sofreu nas mãos da Ditadura Militar. Miriam Leitão, jornalista de economia e âncora do canal pago *Globo News*, trabalhava em Vitória e era casada com Marcelo Netto. Esperavam o seu primeiro filho, Vladimir Netto, hoje também jornalista em Brasília. Em 2014 ela concedeu entrevista ao *Observatório da Imprensa* relatando o ocorrido entre dezembro de 1972 e fevereiro de 1973.

O sol brilhava forte no dia 3 de dezembro quando Miriam e Marcelo, ambos

⁴⁸ A GAZETA, 23 de março de 2014, p. 27

filiados ao PCB, decidiram ir à praia. Porém o trajeto foi interrompido por militares, que os levaram ao Forte Piratininga, em Vila Velha. O casal foi separado. Ela foi levada para uma sala escura onde hoje é um anfiteatro e ele ficou preso por 13 meses.

No início do interrogatório, a jornalista foi obrigada a ficar nua e era constantemente ameaçada de estupro coletivo. Uma jiboia também era usada como mecanismo de tortura. Entre os militares presentes, ela lembra do Dr. Pablo – que anos depois foi confirmado como sendo o coronel Paulo Malhães⁴⁹, morto em abril de 2014. Tapas e chutes fizeram parte do espancamento a Miriam. Um dos soldados apontava o cano de uma arma para sua cabeça e dizia: “Eu posso te matar”. Ela deixou a prisão ainda grávida, mas com 11 quilos a menos.

Quando se faz as listas das cidades onde houve tortura, Vitória nunca aparece, mas a cidade tem que entrar neste mapa. (...) Tenho muito orgulho de ter participado da história da resistência no Espírito Santo. (...) Eu fiquei três semanas isolada. Depois fui para a cela das meninas (MIRIAM LEITÃO⁵⁰)

Entre os presos que encontrou enquanto esteve no 38^a Batalhão de Infantaria estavam: o médico Gustavo do Vale, Iran Caetano, Ângela Milanez, Guilherme Lara Leite, Maria Auxiliadora Ferreira Gama, Magdalena Frechiani, Beth Madeira e o também jornalista Jorge Luiz de Souza.

Conhecedor dos porões da ditadura, depois de por onze vezes ser obrigado a frequentá-los, o jornalista e escritor Rubinho Gomes se deparou com a dura face da repressão desde muito novo. Seu pai, o professor Rubens José Vervloet Gomes, fazia parte do Sindicato dos Estivadores e foi preso quando ele tinha 13 anos. Começou a presidir a União Espírito-santense de Estudantes Secundaristas (UESE) e ajudou a fundar a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES), que reunia os grêmios das principais escolas. Além de atuar na luta dos estudantes, ele escrevia no jornal *O Diário*.

Uma das primeiras vezes que foi preso ocorreu logo após o Congresso que levou à prisão de Gildo Loyola. Para Rubinho sua prisão foi parte de uma estratégia de

⁴⁹ Paulo Malhães era tenente-coronel do Exército e ex-agente do Centro de Informação do Exército. Em 2014 reconhecido para a Comissão Nacional da Verdade uma série de crimes cometidos durante a Ditadura, de tortura a mortes. Entre os locais que comandou está a chamada Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), onde vários adversários do regime morreram e tiveram seus corpos dilacerados para evitar a identificação. O militar morreu em abril de 2014, depois de ser vítima de um assalto em seu sítio, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

⁵⁰ A GAZETA, 24 de agosto de 2014, p. 20 e 21

coibir qualquer foco de reação à Ditadura em Vitória, já que, segundo ele, cerca de 150 pessoas foram presas em um curto período de tempo. Ele permaneceu preso por 15 dias e depois foi solto sem ao menos ter passado por um interrogatório.

Em outra ocasião foi preso durante a passeata na Avenida Jerônimo Monteiro em protesto à morte do estudante Edson Luiz. Quem lhe deu voz de prisão, próximo à Praça Costa Pereira, foi o próprio secretário de Segurança na ocasião, José Dias Lopes, o Zé Pavão. Foi liberado depois da presença de seu pai na delegacia e após receber um sermão do juiz sobre atos subversivos. Rubinho foi preso tantas vezes que chegou a paginar um jornal enquanto estava sob custódia da polícia. Foi à redação escoltado por dois agentes para finalizar o caderno de imóveis de O Diário. Foi liberado dias depois.

O *Diário* era um dos jornais que mais cobria as manifestações e as ações dos estudantes⁵¹. O que fez com que não só a censura reforçasse a fiscalização sobre a publicação, como levou os proprietários a promoverem uma autocensura, com a intenção de se “policiar” e evitar problemas com o regime. Em um dos casos mais emblemáticos, o jornalista Cacau Monjardim chegou a levar todos os exemplares de um caderno especial para sua própria residência para evitar a circulação.

Segundo Borgneth (2009), Cacau morava em frente à sede do jornal, na Rua Sete de Setembro, centro de Vitória, e fechava a coluna *Coquetel da Cidade*, que lhe rendia uma série de convites para participar de festas. No retorno de um desses compromissos, na noite de 30 de julho de 1968, decidiu dá uma olhada no que estava sendo impresso no seu jornal. Subiu as escadas estreitas que dava ao segundo andar, onde ficava a redação. A ordem aos repórteres naquela época era “se equilibrar em cima do muro”, afinal o governo estava nas mãos de Chiquinho, ex-dono do periódico.

Ao ler as manchetes daquela edição teve uma surpresa: o Caderno da Semana estava tratando da visão da juventude sobre Arte, lideranças políticas e assuntos culturais, além do acordo MEC/USAID. O título era a *Juventude Hoje* e a capa

⁵¹ Mais informações sobre *O Diário* consultar “*O Diário da Rua Sete: 40 versões de uma paixão*”, de Antônio Pádua Gurgel.

contava com uma foto de Mao Tse Tung, líder da revolução socialista chinesa (MAZZEI, 2011). Cacau recolheu os três mil e seiscentos exemplares já impressos e os colocou no seu carro. Mandou publicar uma nota informando que o caderno, que era semanal, não seria veiculado naquele domingo. Mesmo assim, na segunda-feira, recebeu um telefonema no 38º Bl. O coronel Armando Rosenzweig Menezes queria saber sobre um caderno com teor subversivo que estava sendo elaborado no jornal.

O problema, porém, não estava acabado. Ao chegar à redação, Cacau foi informado que três jornalistas, Paulo Torres, Rubinho Gomes e Maura Fraga haviam se demitido por causa da censura ao caderno. Uma carta foi produzida explicando todos os percalços da apuração e o total conhecimento dos diretores do periódico sobre a abordagem. Por fim, declarava: “É com pesar que nos retiramos do jornal onde iniciamos nossa carreira jornalística, onde encontramos um espírito liberal e jovem e onde encontramos gente amiga e que só nos deu estímulo (BORGNETH, 2009). Cacau sempre afirmou que a decisão de evitar a circulação do caderno foi para preservar a equipe, já que muitos jornalistas poderiam ter sido presos se chegasse às mãos dos leitores.

Houve, entretanto, no decorrer da relação entre jornalistas e censores, formas e tentativas de burlar a censura. Em *O Diário* foi criada a coluna social do *Seu Justino*, que na verdade era redigida por Milson Henriques. O nome surgiu em “homenagem” a um comandante chamado Justino e que assinava a maior parte das intimações aos jornalistas do periódico (MAZZEI, 2011). Em outra ocasião, em 1974, *O Diário* publicou uma reportagem sobre a queda da ditadura de Salazar em Portugal. Aproveitou uma entrevista de um empresário português, que havia se mudado para o Brasil, para estampar a manchete: “O que os militares estão fazendo no nosso País é roubo”. Ele falava de Portugal, mas quem passava pela banca achava que se tratava do Brasil.

Em *A Gazeta*, quando foi assassinado o presidente do Chile Salvador Allende, a redação recebeu a ordem federal para não noticiar nenhuma linha sobre o ocorrido. Só poderiam entrar elogios ao sistema ditatorial daquele país. Em meio à crise, os presos políticos foram levados para o Estádio Nacional de Santiago, onde foram torturados e muitos assassinados. Porém, a seleção de futebol chilena precisava cumprir um amistoso contra a União Soviética para as

eliminatórias da Copa de 1974. Os soviéticos alegaram que não jogariam em campo de concentração. A notícia saiu completa no Caderno de Esportes. O editor da época, Álvaro José Silva, ao ser chamado atenção, só respondeu que esse detalhe sobre o motivo do cancelamento passou batido.⁵²

1.3: DOPS/ES: Confidencial e sigiloso

Na parte superior da folha de papel timbrado, um carimbo chama a atenção em vermelho: “Confidencial”. O detalhe faz o documento sigiloso e aguça ainda mais o nosso olhar para os dados contidos nele. Não é o único, há uma pasta repleta deles. São pedidos de busca ou de informações expedidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES). O alvo das investigações, os jornalistas que atuavam principalmente nos veículos da capital do Estado e grandes cidades do interior capixaba.

Repórteres, correspondentes e até donos de jornais. Ninguém que parecesse uma ameaça fugia à tentativa de fiscalização implacável dos “revolucionários”. No campo prático, a estrutura disponibilizada pelo Estado para o serviço era enorme e aumentava cada vez mais no decorrer das duas décadas de ditadura. No campo jurídico a lei respaldava as ações que hoje soariam como, no mínimo, uma invasão de privacidade. O DOPS/ES tinha poder para agir como bem entendesse.

Herdada do primeiro governo de Getúlio Vargas, a proposta de polícia política foi criada em todo País em 1933 com a nomenclatura Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (Desps). A função era “controle, vigilância e repressão dos indivíduos considerados inimigos da ordem social e política (...) A partir dessa construção teórica surgiu um consenso em torno do papel do Estado como suporte contra a irracionalidade das massas” (FAGUNDES, 2011).

A partir de 1930, estruturas estaduais semelhantes à Desps foram criadas. No Espírito Santo, o presidente Getúlio Vargas nomeou o militar-interventor João

⁵² BOURGUIGNON & REZENDE & ARRUDA, 2005, p. 76

Punaro Bley (1930-1935) para administrar o Estado. Segundo Rocha Junior (2014), como ele não tinha relação com a política local, mesmo sendo capixaba, optou por se respaldar na forma de governo federal e criou, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 129, de 27 de novembro de 1930, o cargo de Delegado de Ordem Social, que era subordinado à Delegacia Geral.

Fagundes (2011) frisa que a intenção do interventor era “reorganizar a estrutura política-administrativa” e reforçar a área de segurança social. Em pouco tempo o cargo de Delegado de Ordem Social foi elevado no organograma governamental e se tornou o titular da Delegacia de Ordem Política Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Agora também buscava fiscalizar e perseguir os indivíduos ou grupo com caráter ideológico incompatível com o governamental, principalmente da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), todos com cunho comunista. A maioria dos membros de ambos foram fichados.

Uma nova reestruturação do DOPS/ES ocorreu em meados da década de 1940. O órgão se juntou à Delegacia de Estrangeiros e com a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, o que aumentou sua estrutura e também suas atribuições. Outras mudanças aconteceriam em poucos anos. Foi por meio do Artigo 5º da lei estadual n.719/1953 que a estrutura da Polícia Civil foi redefinida com cinco delegacias, uma das mais importantes continuava sendo o DOPS.

A estrutura das delegacias era prevista em lei, dividida em três áreas: gabinete do delegado, cartório e pessoal. Já as atribuições do DOPS estavam previstas no artigo 21 da lei Estadual nº 719/1953 (FAGUNDES, 2011). Entre elas: a competência por matéria relacionada a crimes e contraversões referentes à organização do trabalho, à paz pública, à fé pública e à administração pública. Ou seja, tudo que poderia ameaçar a proposta de governo dos militares. Além disso, tinha competência sobre estrangeiros e pela “execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil”.

A lei estava concedendo a autorização e a autonomia legal para que os membros do DOPS/ES investigassem qualquer indivíduo. A gama de assuntos de sua competência também se viu quase ilimitada. Os meios para atingir seus objetivos poderiam até mesmo ser clandestinos que a lei avalizava.

A partir dos anos finais da década de 1960, com o surgimento de órgãos de repressão comandados diretamente pelas forças armadas – CEI, CISA, DOI-CODI – a elaboração e a circulação de informações modificaram o volume e a forma de atuação do DOPS/ES. Isso porque para cumprir suas novas tarefas esses órgãos produziram e fizeram circular – em caráter sigiloso – conjuntos documentais amplos e diversificados, constituído por pedidos de busca, atentados de conduta ideológica, inquéritos policíacos, dossiês, fotografias, jornais, panfletos e cartazes. (FAGUNDES, 2011, p. 304)

No Espírito Santo, um dos titulares da Delegacia de Ordem Política e Social foi Cláudio Guerra, que já havia passado antes pela Delegacia de Roubos e Furtos. Mas não foi a experiência nesta área que lhe fez assumir o cargo. O delegado já havia atuado em outros estados e atendido às expectativas dos militares, principalmente no que tange a eliminação de adversários do regime. Medeiros (2012) destaca que ao assumir o DOPS, Guerra ganhou destaque na imprensa local, junto à sociedade e aos políticos, inclusive recebendo uma série de homenagens e estampando manchetes.

O encantamento com o titular do DOPS só acabou quando foi veiculada a participação dele no assassinato da colunista Maria Nilce Magalhães, que exercia o papel de algoz da elite, a qual Guerra era muito próximo. O crime, ocorrido em 5 de julho de 1989, chamou atenção da imprensa nacional. Naquela época o DOPS já havia sido extinguido, mas a polícia política ainda estava presente na estrutura do governo. Esta só veio a extinção em 1991. Na ocasião, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei que transferiu todos os documentos da antiga delegacia e da polícia política para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A relação de documentos está disponibilizada no endereço online do Arquivo Público⁵³. Entre eles há três dossiês que tratam da fiscalização aos jornalistas e aos meios de comunicação capixabas. Até mesmo o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo era acompanhado de perto pela repressão.

O primeiro dossiê intitulado “Investigação sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão” conta com 129 páginas e consiste em comunicações internas entre os órgãos de segurança com pedidos de informação e busca, além de alguns relatórios. Os documentos abrangem principalmente a segunda metade da

⁵³ Endereço online: www.ape.es.gov.br

década de 1970, como já pontuado anteriormente, o período entre a transição dos governos de Médici e Geisel. O primeiro ficou conhecido pelo excesso de comunicados de censura e maior rigor no combate aos considerados subversivos, o segundo presidente citado iniciou o processo de distensão do regime, porém a prática de tortura e tentativas de controle social ainda existiam durante sua permanência no poder.

O dossiê sobre a investigação aos profissionais da imprensa realça que a perseguição aos membros do mercado não distinguia funções. Todos estavam sujeitos à fiscalização, do repórter ou dono do jornal. O pedido de busca nº 12/75 expedido pela Secretaria de Segurança do Espírito Santo e enviado à Polícia Militar do Espírito Santo, ao SII, ao DOPS/ES, ao 38ª BI, à Delegacia de Polícia de Cachoeiro de Itapemirim evidencia tal afirmação. O alvo era Solimar de Oliveira, proprietário do jornal *Correio do Sul*, em Cachoeiro de Itapemirim. O documento, datado de 07 de janeiro de 1975, solicitava informações sobre antecedentes criminais, linha ideológica e outros dados julgados úteis sobre a vida do jornalista.

No dia 24 de janeiro uma resposta foi enviada pelo chefe do SII-DOPS/ES, Domingos de Souza Freitas, à Secretaria de Segurança Pública informando que nada consta sobre antecedentes políticos, ideológicos e sociais de Solimar naquele órgão.

Vale ressaltar o tempo de retorno dos órgãos de repressão neste episódio. Pouco mais de 15 dias, uma resposta sobre dados de determinado indivíduo já havia chegado ao seu destino. Em uma época na qual e-mail e internet ainda não existiam, duas semanas é um período considerado rápido para um levantamento documental. Isso constata a atenção que foi dada ao caso do jornalista cachoeirense pelo repressão.

Além disso, ao analisar o tempo, constata-se o nível de interação e colaboração que os órgãos ligados à Segurança Pública desempenhavam no Espírito Santo, atuando em rede. Tal rapidez, vale ressaltar, não é uma constância no emaranhado sistema de órgão de repressão no Brasil.

Em âmbito nacional, as informações confidenciais também eram trocadas entre aqueles que tinham a função de garantir a “segurança da população” até mesmo

em regiões diferentes. O Ministério da Justiça, por exemplo, enviou um pedido de informação aos órgãos repressivos do Espírito Santo em busca de dados sobre Fernando Gasparian, paulista e sócio-gerente da Editora Inubia, que editava o caderno e o semanário “Opinião” em São Paulo.

O documento descreve que a publicação apresentava “natureza tendenciosa nas matérias” e que Gasparian não havia registrado suas publicações no Órgão de Censura Federal, alegando, em depoimento na sede do Serviço de Censura de Diversos Públicos, no Rio de Janeiro, que não era uma revista e sim um livro. O Ministério determinou a censura a partir de 19 de agosto do seguinte ano (ou seja, 1975) e ainda enviou a decisão a todos os DOPS do Brasil para a ciência de toda a estrutura repressiva. Em uma das cláusulas do documento, ainda ressaltou um pequeno histórico da vida partidária do jornalista, que passou pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e depois, durante o bipartidarismo, ingressou no MDB.

Outro documento que constata a interação do sistema repressivo em todo o território nacional é a difusão, enviada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de um material considerado subversivo no *Jornal do Brasil*. Uma das reportagens da edição de 10 de janeiro de 1976 fazia menção ao romance-reportagem “Lúcio Flávio – o passageiro da agonia”⁵⁴. Mesmo com circulação do periódico restrita à principalmente a região Sudeste, vários DOPS foram informados sobre o teor da publicação, inclusive Alagoas, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Quando um indivíduo se mostrava “ameaçador” ao regime era feito um levantamento de seu histórico, até mesmo trabalhista. Se necessário, informações eram solicitadas a outros estados. No caso do jornalista Gutemberg Ferreira Sobrinho, que atuava em *O Diário*, em meados de 1977, o SII-DOPS/ES enviou o pedido de busca nº 12/77 à Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro.

O motivo: Gutemberg era carioca e já havia atuado em periódicos no Rio de Janeiro. As autoridades capixabas já sabiam a filiação e o endereço do jornalista

⁵⁴ A obra literária assinada pelo escritor José de Jesus Louzeiro e foi lançada em 1976 pela Editora Civilização Brasileira. Ela consiste em crônicas policiais sobre o Esquadrão da Morte, no Rio de Janeiro. Foi adaptada para o cinema em 1975.

em Vitória. Buscavam elementos sobre o seu passado. Queriam saber o motivo que foi demitido das empresas que já atuou, sua formação ideológica e política e possíveis processos criminais. No final da solicitação, uma observação; “Resposta com a urgência possível”.

Mesmo pedindo rapidez, os cariocas só foram responder aos capixabas 10 meses depois, quando informaram que sobre Gutemberg não havia registro algum de antecedentes políticos, nem ao menos filiação ao Sindicato dos Jornalistas daquele estado.

Entre as páginas das investigações sobre os jornalistas, há um relatório escrito a mão, datado de 01 de fevereiro de 1976. Em caráter informal, ele confirma a existência de ficha cadastral sobre Antônio Carlos de Campos, vulgo Homero. Ele nasceu no Espírito Santo, atuava como repórter do jornal *O Momento* e era militante do PCdoB de Cachoeiro de Itapemirim, inclusive com doações em dinheiro para o partido. Naquela data estaria aguardando julgamento em liberdade.

O relatório ainda informava que consta nos arquivos do Estado mais de 20 dossiês sobre jornalistas de Vitória e adjacência. Um número considerável se levarmos em consideração que o mercado dispunha de pouco mais de 80 profissionais na década 1970. Entre os pedidos de busca que suscitaram dossiês ou mesmo levantamento de dados sobre os jornalistas capixabas ou de outros estados reunidos no material do DOPS/ES, estão os referentes a Marcos José de Aguiar Alencar, Djalma Juarez Magalhães (proprietário do *Jornal da Cidade*); Sérgio Buarque Gusmão (editor do jornal esquerdista *Movimento*); José Arthur Rocha, redator do Eldorado Publicidade, em Vitória; e aos jornalistas cariocas Silvio Coelho e Alexandre Tanure.

Nas diversas modificações do DOPS, as quais foram se acumulando atribuições, o órgão passou também a fiscalizar a permanência de estrangeiros no Estado, como já dito anteriormente. Se a “visitante” for ainda uma jornalista correspondente de uma publicação considerada subversiva, era um prato cheio para os agentes da repressão. Assim se iniciou a busca pela chilena Clara Luz Diaz na ilha de Vitória. O Pedido de Busca foi expedido pelo Exército Brasileiro, especificamente pela unidade de Vila Velha, o 38ª BI, em 19 de maio de 1976, e enviado, entre outros, ao DOPS/ES. A jornalista escrevia para o jornal “*Decision*”.

Neste caso, o SII capixaba demorou em agir. Uma sindicância foi aberta apenas no dia 19 de janeiro de 1977. Ou seja, quase oito meses após o primeiro pedido de busca contendo o nome da jornalista. O documento é assinado por Mário Rodrigues Ferreira, responsável pelo Serviço de Investigação e Informação no Estado. Quem procedeu a busca foi o detetive Hélio Martins, que apresentou o resultado do seu trabalho no verso do documento oficial do SII. Declarou:

Em cumprimento da Ordem de Serviço, estive em vários hotéis e pensões e não pude localizar a pessoa indicada. Sendo assim espero outras informações para melhor localizá-la, por que as informações constantes na presente são muito vagas (Hélio Martins, detetive, documento do DOPS, Arquivo Público)

Já que a busca se mostrou infrutífera, poucos meses depois um documento de “nada consta” sobre Clara Luz Diaz foi expedido pelo SII-DOPS/ES. No documento também havia quatro carimbos. Um com a palavra “Confidencial” em fonte vermelha e outro do próprio Serviço de Investigação e Informação para legitimar os dados. Um informando que o sigilo também é de responsabilidade do destinatário e o último com a irônica frase: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”. Um exemplo de como, após mais de 10 anos, os “revolucionários” propagavam e promoviam a manutenção da filosofia que motivou o Golpe Civil-Militar.

Os militares que atuavam no Espírito Santo também estavam atentos à forma que a imprensa internacional noticiava o regime militar brasileiro. Em 29 de abril de 1977, o 38ª BI enviou um documento à Secretaria de Segurança Pública do Estado com uma cópia da revista venezuelana “Elite”, de 28 de fevereiro daquele ano, com uma reportagem intitulada “O Perigo Brasil – A Ameaça Gorila”, de autoria de Xinena de Prado.

Na segunda quinzena de novembro de 1977, uma palestra movimentou a ilha de Vitória e foi acompanhada de perto pela repressão. Era o jornalista, escritor e teatrólogo Plínio Marcos que veio à capital do Espírito Santo a convite do departamento de Palestras do D.A.U.A.F da Ufes e da Fundação Cultural para lançar o seu livro “Inútil canto e inútil pranto pelos anjos caídos”. O evento ocorreu no Theatro Carlos Gomes, antes da estreia da peça “*Dois perdidos em uma noite suja*”, também de sua autoria. A passagem dele pelo Espírito Santo resultou em um relatório de quatro páginas.

O autor criticou o sistema de Mobral⁵⁵ e alguns órgãos governamentais. Também motivou o questionamento ao regime e a busca de uma “Revolução do Povo”. Foi interpelado por um aluno que questionou como ele poderia repreender o sistema educacional se que ensina o povo a ler e, assim, consumir obras do intelectual. Segundo o agente que produziu o relatório, Plínio respondeu com violência e frisou que “O ideal é que todos tivessem um mesmo nível de vida e não uma elite burguesa mais favorecida”.

Em outro momento, um estudante de jornalismo questionou porque o escritor aceitou o convite de um órgão do governo, a Fundação Cultural, para vir à Vitória. A plateia esbravejou com a pergunta e Plínio teve que conter os ânimos. Afirmou que não sabia quem estava bancando sua viagem e que veio a convite do movimento estudantil. Assim sendo, ministraria a palestra até mesmo em “um puteiro”.

Plínio falou sobre o excesso de programas americanos na televisão brasileira, e das propagandas que apresentavam realidades inalcançáveis para os brasileiros, citando como exemplo o comercial de cigarros em paisagens belas do Texas e os de carros com mulheres e riqueza. Chegou, após ser questionado, a comentar sobre as publicidades promovidas pelo governo brasileiro, principalmente a que tratava da qualidade da merenda escolar.

O povo devia sentir vergonha, pois este tipo de propaganda nos mostra a miséria que o país está vivendo. Um povo que põe os filhos na escola para saciar a fome. É uma barganha vergonhosa que o governo faz com a classe menos favorecida. Se em vez de menosprezar o povo em merenda escolas, o ensinasse a plantar faria mais vantagem (PLÍNIO MARCOS⁵⁶)

Sobre a “liberdade de expressão”, o escritor ratificou que ela foi tolhida pelo AI-5. Ponderou que as escolas educam do modo dos militares e que os professores estão dando aula como o Governo deseja porque precisam garantir seus contratos de emprego para o ano seguinte. Por fim, deu ênfase à censura, atividade que classificou como arbitrária.

⁵⁵ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985. Visava a alfabetização funcional de jovens e adultos, ensinando leitura, escrita e cálculo.

⁵⁶ Depoimento transcrito no relatório anexo ao encaminhamento 14/77 da Seção de Informação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo em 26 de novembro de 1977 e enviado aos órgãos de repressão, como o DOPS/ES. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A censura funciona como um braço do culturalismo colonial, efetuando cortes tais que descaracterizam as peças. A classe média por si só é censora. Está em julgamento a liberdade de expressão. A intelectualidade fez conchavo de Gabinete e a frágil classe média se apavora diante da censura. É preciso contestar contra tais tipos de arbitrariedade para que se possa preservar a cultura brasileira (PLÍNIO MARCOS⁵⁷)

O documento ainda frisa a participação do líder estudantil Paulo Hartung Gomes – que viria a se tornar governador do Estado entre 2003 e 2010 e eleito para o terceiro mandato em 2015– no evento. Ele chegou a pedir um aparte para questionar o estudante que havia desafiado o palestrante. Plínio apaziguou os ânimos e afirmou que organizaria outro seminário para os questionamentos que suscitassem maiores discussões.

Por fim, o relatório assegurou que no auditório estavam, em sua maioria, estudantes de Comunicação da Ufes que foram liberados da aula. Também listou elementos de destaque no Movimento Estudantil, como o próprio Hartung, professor Pedro José Mansur, Haroldo Rocha Correia, Neivaldo Bragato, Paulo Roberto Fabres, Robson Moreira Fagundes, que na ocasião vendia exemplares do jornal *Posição*, entre outros.

Em 31 de julho de 1975, o DOPS/ES solicitou aos seus subordinados a relação de emissoras de radiodifusão no Espírito Santo. Foram contabilizadas oito: Rádio Vitória; Rádio Capixaba; Rádio Espírito Santo; Rádio Difusora de Cariacica; Rádio Cachoeiro de Itapemirim; Rádio Difusora de Colatina; Rádio Mimoso do Sul; Rádio Agrotécnica (A Voz da Lavoura), em Santa Tereza. A Rádio Cultura de Linhares é citada em outro documento.

Já em 27 de janeiro de 1978, foi a vez dos impressos. Durante a gestão do governador biônico Elcio Alvares (1975-1979), o Governo solicitou um levantamento de dados de todos os jornais com produção e impressão na cidade de Vitória. Os dados que deveriam ser especificados no relatório eram: composição das diretorias dos principais jornais e revistas e posição ideológica de seus membros; empresa ou grupo que pertence; empresa responsável pela composição da impressão; tiragem; periodicidade; linha editorial defendida no periódico; e outros dados julgados úteis.

⁵⁷ Endereço online: www.ape.es.gov.br

O SII-DOPS/ES demorou três meses para levantar todas as informações e enviou a resposta em 20 de abril daquele ano. Porém, os dados eram técnicos, sem nenhuma menção à ideologia dos membros ou da linha editorial de cada publicação. O primeiro a constar na lista foi o jornal *A Gazeta*. Estava discriminada toda composição da diretoria, do editor chefe, José Antônio F. da Costa, ao Gerente Comercial, Hélio Dórea. A tiragem do periódico, na época, era de 15 mil a 26 mil exemplares.

As informações eram as mesmas sobre *O Diário*, que tinha como diretor chefe Marien Calixte e vendia de 4.500 a 4.700 jornais por dia. *A Tribuna* vendia mais que *O Diário*, porém menos que *A Gazeta* que, de acordo com o relatório da repressão, chegava a 10 mil exemplares dia.

Os membros da polícia política ainda registraram os dados de dois jornais com estrutura menor, o *Jornal da Cidade e o Posição*. O primeiro deles era comandado por Djalma Juarez Magalhães e Maria Nilce Magalhães e tinha uma tiragem de 3.800 a 4,500 exemplares. Inclusive, um documento de 20 de abril de 1978 do SII-DOPS/ES trata da suposta ligação do casal com o Ministro do Exército, Fernando Belfort Bethlem, por terem sido padrinhos de casamento do filho do militar. Porém, os levantamentos do DOPS constataram que o ministro mal conhecia o casal, tendo visto apenas uma vez. Estes estariam praticando tráfico de influência desejando “fazer crê que priva de intimidade do Ministro do Exército, como nítido propósito de angariar prestígio se não de obter vantagens pessoais”⁵⁸.

Já sobre o jornal o *Posição*, a repressão dispunha de menos dados. Sabiam que Rogério Medeiros e Pedro Maia eram diretores de redação, Jô Amado era redator chefe; Walter A. Pereira, diretor administrativo. Também tinham conhecimento que a impressão ocorria na Gráfica Providência de Nossa Senhora da Conceição, que tinha periodicidade semanal e que a publicação era de Edições de Leitor LTDA. Por ser um periódico alternativo, sua tiragem total, todavia, não era de conhecimento das autoridades.

⁵⁸ Documento de informação nº 68/78 do SII-DOPS em 24 de abril de 1978. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Entidades de classes ou trabalhistas ligadas ao ramo jornalístico também são mencionadas em documentos oficiais da repressão. Uma delas é a Associação Capixaba de Jornais do Interior. O pedido de busca nº 008/82, datada de 19 de fevereiro daquele ano, detalha que há cerca de uma semana foi organizada uma reunião de representantes das cidades de Itapemirim, Serra, Cariacica, Afonso Cláudio e Guarapari. A intenção era criar a associação no final de abril.

Três anos antes, um relatório do Ministério da Marinha registrava a criação em Vitória do Clube dos Repórteres. A entidade surgiu em 1979 e a eleição para a primeira diretoria ocorreu nas dependências do Theatro Carlos Gomes. Duas chapas concorreram, a “União e Luta” e a “Trincheira”, saindo a primeira vencedora do pleito. Com mandato de um ano, a diretoria teria a função de enfrentar a burocracia para registrar legalmente a existência do grupo e dar caráter oficial ao Estatuto, Regime Interno e Código de Ética. Entre as missões principais do Clube dos Repórteres estavam: “Lutar pelo respeito, em todos os níveis, do trabalho dos jornalistas do Estado, se pronunciando publicamente toda vez que a integridade individual ou coletiva da classe for atingida”⁵⁹

O Clube dos Repórteres, portanto, foi criado como reação à perseguição que a classe sofria desde o início da repressão. Atuaria em consonância com o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo e trataria também de questões trabalhistas. Estavam na direção da entidade: Rogério Medeiros, Rossini Amaral, Frederick Brum Vieira, Amylton Dias de Almeida, Victor Martins, Marta Lélis, Gleyce Coutinho, Cleiton Gomes, Milson Henrique e Eustáquio Palhares. Também participaram do pleito Carlos Chernier de Magalhaes, Rita Tristão, Norma Elier, Heloisa Santana, José Heraldo Costa, Joelson Fernandes e José Artur Bórgea.

Por coincidência muitos desses nomes concorreram poucos meses depois à eleição do Sindicato dos Jornalistas, o que mereceu também registro por parte da Secretaria de Segurança Pública. O órgão governamental solicitou um levantamento sobre os históricos políticos e criminais de todos os candidatos à presidência do Sindicato. De acordo com a polícia política, Rogério Medeiros e

⁵⁹ Documento de pedido de informação nº 03/79 do Ministério da Marinha datado de 22 de fevereiro de 1979. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Rubinho Gomes possuíam “antecedentes que os contraindicavam para fins desejados”.

Mesmo assim, Medeiros assumiu a presidência sindical. Mas a repressão fez questão de fichar todos aqueles que estavam ligados à sua chapa e acompanhar reuniões e outros pleitos da entidade. O jornalista, na época, já era um dos alvos mais recorrentes do sistema repressivo. Segundo Guerra, Rogério Medeiros era um dos profissionais da imprensa que mais incomodava os “revolucionários”. Afinal, ele havia atuado, junto a Jô Amado, no jornal alternativo *Posição*, que mobilizou a classe jornalística, intelectuais e estudantes. Sua vendagem não ocorria em bancas. Nasceu em 1976 especificamente para combater o regime, por isso, a produção de suas reportagens não respeitava a lógica do mercado tradicional. Trazia em sua primeira edição, de 29 de outubro daquele ano, o título “A imprensa independente é a única alternativa”.

Capítulo 2 - Posição: Quando o jornalismo vira resistência

2.1: Nasce uma alternativa à imprensa capixaba

“Afinal, *Posição* saiu”. Em sua primeira frase no editorial de estreia, o jornal alternativo *Posição* transparecia uma luta que nos bastidores se arrastou por dois anos. A ideia surgiu em 1974, e era para ter se efetivado em 5 de abril de 1976, porém o periódico só ganhou as bancas em 29 de outubro de 1976, em meio a um regime militar que já durava doze anos e dava claras demonstrações de pouca “simpatia” para com a imprensa. Os mais céticos previam perspectivas pessimistas e até mesmo os otimistas não vislumbravam grande futuro para aquela empreitada: “Tanto críticos quanto pessoas chegadas a nossa redação eram unânime: ‘Não dura nem três edições’”⁶⁰.

A primeira edição foi publicada, a segunda veio quinze dias depois e, assim sucessivamente, o periódico chegou a 66 edições firmando-se com linguagem mais ousada que outros veículos e tocando em temas não citados pela imprensa tradicional – naquela época, com grande circulação no Espírito Santo havia *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*. Era um jornal feito por jornalistas, sem a interferência de patrões, e sem nenhuma das três escalas da censura – autocensura, censura empresarial e censura governamental –, com resistência e independência. Era o que nunca havia sido feito por jornalistas capixabas desde a Revolução de 1964. Era um grito de resistência.

Porém, a ideia não é inédita. Antes outros exemplos de alternativos já circularam entre os capixabas. Resende (2011) destaca o *Folha Capixaba*, que incomodou ao ponto de ter sua sede invadida durante os conturbados dias que levaram os militares ao poder, devido ao fato de, assim como o *Posição*, manter certa ligação com partidos comunistas.

Existem, também, publicações não mapeadas como o micro jornal *Povão* uma experiência de jornal popular feita pelos jornalistas Jackson Lima e Dório Antunes, sem contar a iniciativa de jornais comunitários, em um dos quais participou um dos fundadores de *Posição*, o jornalista Jô Amado. (RESENDE, 2011, p. 19)

⁶⁰ POSIÇÃO, ed. 39, p. 9

Foi, inclusive, o próprio Jô que enfrentou uma madrugada quente, própria das noites de primavera, na Gráfica Providência de Nossa Senhora da Conceição, em Belo Horizonte (MG), para que a primeira edição do *Posição* ganhasse vida. Havia nascido em terras mineiras, mas tinha sua origem em solo espírito-santense, era um jornal alternativo capixaba. Tanto que a primeira manchete de capa já delimitava tal característica em letras garrafais: “*Espírito Santo: as invasões de terra, a luta por casa própria, a política habitacional e o desfavelamento*”.

Não diferente de uma série de jornais independentes que nasceram na década de 1970, o alternativo capixaba foi influenciado por periódicos do eixo Rio-São Paulo. No caso, uma publicação veiculada em âmbito nacional e “bancada por um empresário, produzido por jornalistas profissionais, protagonizado principalmente por intelectuais e secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular (AP)”⁶¹: o jornal *Opinião*. Essa relação tinha certa peculiaridade, afinal, a orientação para se criar *Posição* surgiu entre as máquinas de escrever do *Opinião* e partiu do editor-chefe, Raimundo Rodrigues Pereira.

No início da década de 1970, os chamados “anos de chumbo” do mandato de Emílio Garrastazu Médici, o jornalista Jô Amado exercia sua profissão como muitos outros, trabalhava regularmente em *O Globo*, onde produzia as reportagens que lhe eram encaminhadas pela equipe de pauta do jornal, e contribuía com o *Opinião*, no qual se noticiava aquilo que os seus empregadores regulares não ousavam publicar, ou seja, aquilo que não tinha espaço nos jornais tradicionais. Mesmo comum, a dupla jornada na imprensa era um risco.

Jornalistas estavam sendo presos, a pressão governamental aumentava sob os periódicos que questionam o regime e casos de torturas passavam a ser comentados regularmente pela população. O próprio Raimundo Pereira, segundo Jô Amado, era semanalmente convocado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista para explicar a edição do seu jornal. “Eram coisas absurdas. Uma vez falaram que ele havia publicado na capa do jornal uma foto

⁶¹ KUCINSKI, 1991, p. 245

do Lamarca, mas era o Passolini”⁶². Era, definitivamente, um momento complicado e os militares estavam de olho em todos, inclusive em Jô Amado.

O alerta foi dado por Raimundo. Em uma de suas visitas forçadas aos DOPS ouviu menção ao nome do jornalista e aconselhou Jô a deixar o Rio de Janeiro por algum tempo. Preocupado com o futuro e buscando uma solução, este comentou o ocorrido com o jornalista Paulo Torre, seu companheiro na redação de *O Globo*.

Sabendo da minha situação, ele me disse que estava indo para o Espírito Santo porque iria reabrir um jornal, que era *A Tribuna*, em 1973. Pelo menos não iria chegar com uma mão na frente e outra atrás. Iria já com um emprego. Comentei com Raimundo e ele disse que achava ótimo. Mas recomendou três coisas: “não há no Espírito Santo um Comitê Brasileiro de Anistia, sugiro que você reúna o pessoal mais combatível e crie uma regional do CBA. A segunda coisa é que no estado não há sindicato dos jornalistas, se puder brigue por isso. E, se possível, crie um jornal de oposição ao regime. (informação verbal⁶³)

Já passados dois anos entre os capixabas e depois de uma rápida atuação em *A Tribuna*, Jô estava avançado nas conversas para a criação de um jornal independente. Pelo menos, mais profissionais combatíveis, como se referia Raimundo, haviam comprado à ideia. Um deles era o repórter Robson Moreira, um jornalista com experiência, recém demitido de *A Tribuna* após uma reportagem que desagradou o governo estadual e que também já havia passado por *A Gazeta*.

Quando a gente saiu de *A Tribuna*, o Jô estava bastante adiantado com a ideia do *Posição*. Já pensava em sócios para ajudar, para conseguir algumas cotas de dinheiro. Isso foi em outubro de 1976. Eu tinha 23 anos, o Jô tinha uns 35. O jornal seria para imprensa alternativa, difícil de ser feito, complicado na sua execução, um misto de curiosidade e vontade. Eu e o Jô nos comprometemos a garantir que o jornal sairia toda quinzena e nos entregamos ao *Posição*. (ROBSON MOREIRA⁶⁴)

A dedicação era total. Afinal, diferente do *Opinião*, *Posição* nasceu sem nenhum empresário para bancá-lo e era produzido por jornalistas que conheciam pouca

⁶² AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

⁶³ MOREIRA, Robson. *O Posição e a repressão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

⁶⁴ MOREIRA, Robson. *Posição, um termômetro capixaba*. Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006, entrevista concedida a Ademar Possebom e Flávio Gonçalves

profissionalização – o que não significa que eram amadores, tinham experiência de outros veículos, mas o curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) acabava de abrir sua primeira turma⁶⁵. Enquanto o periódico paulista era secretamente instruído pelo comitê da AP, o capixaba, mesmo também sendo impactado pela ideologia mais à esquerda, nasceu com uma pretensão clara: ser um jornal produzido por jornalistas e que dependia do leitor – este, inclusive virou o slogan da publicação e deu o tom de muitas reportagens.

Em outros pontos, entretanto, havia certa semelhança entre os dois jornais: “O primeiro número de *Opinião* destacava-se das demais publicações nas bancas. Lembro-me bem, fui correndo comprar logo cedo” (CHINEM, 2004). Assim também *Posição* foi publicado com grande expectativa e considerável aceitação. “A reação do público com a primeira edição foi ótima, excelente. Nos primeiros números tivemos certa liberdade, mas logo no início os militas me pediram para passar lá (na sede da Polícia Federal)”, frisou Jô Amado⁶⁶. Muitos exemplares eram deixados em bancas, mas cerca de 60% da tiragem era vendida nos bairros, nos botecos e também na universidade federal.

Na busca pelos “combatentes” da imprensa para a primeira edição, um dos nomes mais emblemáticos era do jornalista Rogério Medeiros. Correspondente do *Jornal do Brasil*, com passagem pelos grandes jornais capixabas, era um velho conhecido da repressão, inclusive com dossiês produzidos pelo DOPS sobre sua atuação⁶⁷ profissional. Sua função na nova empreitada seria de assumir o posto de diretor responsável pelo jornal.

Eles foram me buscar porque eu era de um jornal importantíssimo, que era o *Jornal do Brasil*. Eu era bem conhecido aqui, tinha problemas para caralho. Fui ser o diretor responsável, discuti todo o projeto e falei que se fosse diretor seria de verdade (informação verbal⁶⁸).

⁶⁵ Mais informações no livro “Os Balzaquianos: Trinta anos do curso de comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo”, que me nove capítulos conta a história da criação do curso, que teve como motivação o apelo das empresas de comunicação do Estado por uma formação profissional para suprir as demandas de mão de obra.

⁶⁶ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

⁶⁷ Disponível no Arquivo Público do Espírito Santo

⁶⁸ MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016

Os procedimentos legais para a criação do jornal foram cumpridos. Foi criada a Edições do Leitor Ltda., responsável pela publicação, o que fazia com que *Posição* não fosse um jornal clandestino. Alugaram, para tanto, uma sala do Edifício Gloria, na Avenida Governador Bley, próximo à Praça Costa Pereira, o centro cultural da capital. Ali perto, na Rua Sete de Setembro, estava o Blitz Bar, um ponto de encontro de vários intelectuais e jornalistas de Vitória. Seria aquele o primeiro dos três endereços que acomodaria a redação do alternativo durante os seus quatro anos de existência. A redação, que ficava aberta o dia todo e também parte da noite, era composta de duas mesas, uma em que trabalhava o setor administrativo e outra própria para as reuniões de pauta. Havia também duas escrivaninhas em que os jornalistas se revezavam na produção das reportagens. As máquinas de escrever foram trazidas pelos próprios colaboradores.

Se a estrutura denunciava certo improviso, isso não se refletia na qualidade das reportagens. Várias edições zero foram produzidas antes que a primeira ganhasse as ruas com conteúdo que o próprio Jô assumiu que tinha certa cautela nos temas tratados, o que era mais do que compreensível, afinal o mercado capixaba não estava mais acostumado com aquele formato de notícias e também não se sabia qual seria a resposta da repressão após a veiculação daquele material. A dificuldade estava, inclusive, em encontrar locais para compor e imprimir o jornal.

A solução encontrada para este dilema, como pontuado anteriormente, foi ir à Minas Gerais, já que até a compra do papel no Espírito Santo era limitada e os jornais tradicionais não iriam abrir mão do estoque que dispunham. “Era complicado, tinha de mandar para Belo Horizonte, onde o fotolito era feito, depois para a gráfica de um conhecido em Juiz de Fora, onde rodava e mandava para a rodoviária”⁶⁹. Algumas vezes, o próprio Jô Amado ficava encarregado de levar as prévias das reportagens. Tinha uma Toyota antiga e rotineiramente ajudava no fechamento de um jornal alternativo mineiro chamado *De Fato*⁷⁰, o que o colocava em contato com o mercado editorial daquele estado.

⁶⁹ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

⁷⁰ *De Fato* é um jornal da imprensa alternativa que circulou na cidade de Belo Horizonte. Contou com 27 edições foi vendida de janeiro de 1978 a outubro de 1978.

Eu levava as matérias para serem compostas no José Alberto, em Belo Horizonte. Eu vinha com a composição feita, 700 quilos de papel para rodar o jornal e, em Vitória, no edifício Glória, eu e o Robson virávamos a noite recordando e montando o jornal. Nós, então, conseguimos que o jornal rodasse na gráfica Artgraf (informação verbal⁷¹)

Depois da odisséia de cruzar os estados, a primeira edição ganhou as ruas com doze páginas – que seria a estrutura básica do jornal, poucas vezes contou com 16 ou 20 laudas – no típico formato da imprensa alternativa, o tabloide (36,5 centímetro de comprimento por 27 centímetros de largura) e com reportagens divididas em três ou quatro colunas. No topo do expediente, Rogério Medeiros ganhou a companhia do jornalista Pedro Maia como diretores responsáveis, e a edição ficou a cargo de Jô Amado.

Desde o início, o setor administrativo ficou sob a alçada de Walter A. Pereira, responsável por pagar as contas, o aluguel e o contador. Jô ficava responsável por revisar e dar uma unidade aos textos, que, naquela primeira edição, foram produzidos por 16 colaboradores: Amélia Carolina Gama, Antônio Carlos Campos, Dequinha, Ivan A. Vieira, Joaquim Nunes, José Maria Batista, Josemar Secretinha Gonçalves, Luiz Trevisan, Luzimar N. Dias, Maria Ângela Pellerano, Maurício Corrêa, Milton Henrique, Osmar Silva, Robson Moreira, Rossini Amaral. Essa composição mudou no decorrer dos meses e muitas pessoas passaram a contribuir com *Posição* durante os quatro anos da publicação.

Nas primeiras edições se primava, acima de tudo, pela proposta de origem: ser um jornal de jornalistas. Isso, inclusive ficou evidente no primeiro editorial da publicação, aquele com a missão de apresentar o que o leitor tinha em mãos. Frisava:

Será o *Posição* um jornal diferente? Sim. Porque é um jornal de jornalista. E não de um industrial, de um empresário. E também porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder... O nosso jornal é independente. Mas o que isso significa? Uma vez mais, isso vai depender de nós, jornalistas e de você, leitor. A ideia de fazer um jornal de jornalistas parece inegavelmente boa. Boa porque, desta forma, a notícia divulgada não obedecerá a interesses estranhos aos dos jornalismo propriamente dito. Mas, em compensação, sem uma estrutura empresarial sólida, nos será muito mais difícil sustentar um jornal. Dependemos essencialmente do leitor. Assim, quando o dinheiro gasto pelo

⁷¹ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

leitor na aquisição do jornal for suficiente para pagar a edição, melhoraremos o jornal: aumentaremos o número de páginas de cada edição, aumentaremos o número de informações e de notícias. (POSIÇÃO, ed.1, p. 2)

Desde o início, como ficou evidente, dois pontos-chave foram elencados já na criação do periódico: a evolução do jornal estava diretamente ligada ao incentivo do leitor, que participaria inclusive dos debates mais espinhosos como o aumento no valor de venda; e a relação publicidade e jornalismo seria vista com certa cautela, para que interesses comerciais não dificultassem a busca por um jornalismo de origem, um jornalismo sem “interesses estranhos”. Em certo trecho, o editorial pontuava: “Hoje em dia vivemos em uma era que, infelizmente, para o leitor e para o jornalista profissional, o jornalismo e a publicidade se confundem”⁷².

No mesmo editorial de estreia, *Posição* deixava claro que sua veiculação ocorreria quinzenalmente e que, por isso, as reportagens seriam mais bem elaboradas. Criticava o jornalismo diário por certa superficialidade em decorrência do *deadline*⁷³. Engana-se, porém, quem supõe que os colaboradores do periódico alternativo dispunham de tranquilidade quanto ao prazo para apuração de suas reportagens. Como a composição e a impressão ocorriam em Minas Gerais, o tempo médio para a elaboração e o cumprimento de uma pauta chegava a, no máximo, uma semana. Isso interferia, inclusive, na periodicidade da matéria jornalística, o que também foi pontuado no editorial:

A gráfica que nos ofereceu o melhor preço é distante... e isso nos obriga a terminar cada edição com o adiantamento de uma semana. Assim, o que o leitor está lendo agora já foi preparado, no início, há uma semana (POSIÇÃO, ed.1, p. 2)

Algumas vezes ocorriam imprevistos. Na quarta edição, datada de 17 de dezembro de 1977, o editorial intitulado “Ao leitor” pedia desculpas pela demora de uma semana na distribuição. Explicava que para circular em uma sexta-feira, o jornal tem que ser enviado para Minas Gerais na quinta-feira da semana anterior, além disso, havia fatos importantes que exigiram o atraso, como o resultado da eleição daquele ano, denúncias contra o ex-governador Christiano

⁷² POSIÇÃO, ed. 1, p.2

⁷³ Termo utilizado nas redações e no meio jornalístico para definir o horário do fechamento da edição, ou seja, o prazo final que o repórter tem para finalizar sua matéria.

Dias Lopes (1967-1971) e um atentado contra o emedebista Roberto Valadão, liderança de Cachoeiro de Itapemirim e então deputado estadual (MDB/ES).

Mas, com tantas dificuldades, por que efetivamente se criar um jornal alternativo? Essa pergunta foi respondida na 39ª edição do *Posição* em uma das primeiras vezes que o jornal apelou aos seus leitores mais energicamente por ajuda financeira. Com o título “Proposta democrática”, o periódico ressalta que o questionamento acima pautou diversas conversas antes dos fundadores do periódico se aventurar na empreitada editorial. Temiam o fato de que a grande maioria dos capixabas não tinha o costume de ler periódicos, o índice de leitura era baixíssimo, apenas 2% da população, tendo em vista que mais de 40% eram analfabetos⁷⁴. Além disso, “a remota tradição de uma jornal de resistência no Espírito Santo criaria sérios obstáculos à penetração do *Posição*”⁷⁵.

Outro fator de dificuldade era que jornais independentes havia inúmeros no País. Como se diferenciar? Para a equipe que criaria o *Posição*, porém, existiam neles “vícios hereditários” na linha editorial, principalmente por não levarem em conta o que as classes populares estavam dispostas a ler. Era necessário um alternativo que interagisse com o leitor na busca do que ele gostaria que fosse noticiado. O teor da publicação, todavia, deveria ser regional, diferente daqueles outros independentes que buscavam uma amplitude nacional. Esse seria o *Posição*.

Foi por ai que começamos. Dirigimos, é claro, o jornal para atingir a classe média (hoje) descontente – pois é justamente esse o setor da sociedade que lê jornal. E mantínhamos a posição de, através de um processo lento, seguro e gradual, passar a dirigir nossa atenção para as reivindicações das camadas populares (POSIÇÃO, ed.39ª, p. 09)

Tal desejo de cobrir as necessidades de uma classe mais popular é coerente com a trajetória de vida de alguns dos fundadores do jornal. Em sua maioria, eles eram jornalistas que passaram a atuar na área por interesse na imprensa, até mesmo pela ampla oportunidade de trabalho. Eram pessoas que tinham sua origem na classe popular e que vivenciavam os problemas e aflições comuns àquelas pessoas. Não eram de famílias abastardas e também não estavam

⁷⁴ POSIÇÃO, ed. 39, p.9

⁷⁵ POSIÇÃO, ed.39, p.9

ligados a grupos empresariais. Isso fica evidente até mesmo quando se analisa as condições financeiras que o jornal sempre dispôs.

Desde o início, para firmar *Posição* no mercado, conseguindo, pelo menos, que cada edição se pagasse, os jornalistas apostavam no apoio popular, acreditando que a sociedade estava fadigada dos militares e já dava claros sinais de disposição para enfrentar o regime autoritário. Tanto que *Posição* passou a circular em meio à campanha eleitoral de 1976, ou seja, quando a pauta política voltava a entrar no debate diário dos brasileiros. O pleito estava marcado para dezesseis dias após a primeira edição. Dois anos antes, o MDB já tinha conquistado considerável vitória em alguns colégios eleitorais e a expectativa era um pouco melhor para aquele ano.

Para tanto, o alternativo capixaba – que só não se chamou Oposição devido às limitações do regime e acabou optando por *Posição* – dedicava diversas reportagens exaltando o Movimento Democrático Brasileiro e a suas lideranças. Era o momento para tentar dar musculatura ao único partido contrário ao regime.

Coube ao senador gaúcho Paulo Brossard a primeira reportagem do periódico. Em sua visita ao estado para ministrar uma palestra na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, que contou com uma “plateia composta por jovens eletrizados”, o parlamentar, tratado pelo jornal como “irônico e brilhante”, falou de direitos humanos, criticou o rumo da política econômica, discursou sobre o momento político eleitoral, analisou o futuro da reforma agrária e explicou a conjuntura que levou à publicação do Ato Institucional nº 5, o AI-5⁷⁶. Dizia: “Quanto maior for a vitória do MDB na eleição do dia 15 de novembro, melhores serão as condições para restauração do estado de direito. Um regime que não é regime é um anti-regime”⁷⁷.

A palestra foi organizada pelo recém-formado MDB Jovem, a quem *Posição* chegou a reservar duas páginas na mesma edição. A então militante Rose de

⁷⁶ O ato institucional número 5 (AI-5), que vigorou de 13 de dezembro de 1968 a 13 de outubro de 1978, deu amplo poderes ao Presidente da República. Determinou o fechamento do Congresso, determinar suspensão de direitos políticos, interferir em estados, suspensão de habeas corpus no caso de crimes políticos, entre outras determinações.

⁷⁷ POSIÇÃO, 1ª edição, 29 de outubro de 1976, página 3, reportagem com cobertura de palestra do senador gaúcho Paulo Brossard em Vitória.

Freitas⁷⁸ – que anos depois iria se aprofundar mais do jornal – estava à frente da organização, junto com outros sete jovens. O jornal considerava a iniciativa inovadora, uma “derrubada de velhos preconceitos”, como chegou a estampar na manchete da entrevista com o grupo. Pregava que o novo setor do partido havia sido criado para fazer política e não politicagem e que seria um espaço fora da universidade, que na época estava limitada devido ao decreto-lei 477⁷⁹, para que a juventude pudesse se manifestar.

A reportagem com os jovens filiados era uma síntese de algumas intenções do jornal: apoiar e impulsionar a oposição e o próprio MDB e atingir, como público-alvo, os jovens. Estes dois pontos serão tratados por esta dissertação no decorrer deste capítulo, quando serão abordadas a relação do periódico com o Movimento Democrático Brasileiro e a cobertura atribuída aos movimentos estudantis e à Ufes.

Além do momento propício para se criar um jornal devido à eleição de 1976, a comoção popular estava em voga naquele período. O motivo: dois meses antes, o ex-presidente Juscelino Kubitschek morreu em um acidente de carro na Via Dutra. Chagas (2015) relembra que, naquele dia, houve certa expectativa sobre a postura adotada pelo presidente Geisel, que, apenas no final da tarde, liberou as homenagens ao ex-presidente. “A missa na catedral, no dia seguinte, e o enterro no cemitério de Brasília levaram multidões às ruas e a uma certeza: com a morte de Juscelino, Brasília ganhou alma”⁸⁰. Não só a capital, mas todo o País se sensibilizou com o ocorrido. Meses antes, Carlos Lacerda também havia morrido e, cerca de um mês depois do lançamento do *Posição*, seria a vez de João Goulart.

Jango conversava até tarde com o capataz, tomara um caldo e deitara-se. Sua mulher acordou com o barulho de uma janela e foi fechá-la. ‘Acendi a luz e fui ver. Voltei e apaguei a luz. Mas senti que ele estava respirando diferente e acendi a luz. Ele parecia sem ar e soltou a cabeça. Pensei que tivesse desmaiado. Chamei, sacudi e comecei a gritar. Saí correndo pelo mato de pijama para chamar a capataz. Ele veio armado pensando que era um assalto. Pedi que ele pegasse o carro e

⁷⁸ Rose passaria pela Assembleia Legislativa, Câmara Federal e seria eleita senadora pelo Espírito Santo em 2014.

⁷⁹ O decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, é considerado o AI-5 das universidades. De autoria de Costa e Silva, autorizava a expulsão de professores e alunos que fossem considerados subversivos.

⁸⁰ CHAGAS, 2016, p. 93

chamasse um médico'. Mas não havia nada a fazer. (GASPARI, 2014 p. 310)

Era um momento promissor para se aventurar no lançamento de um periódico independente que enfrentasse o regime e que precisava do apoio popular. A experiência estava evidentemente dando certo em outros estados, afinal a cada ano eram criados diversos periódicos. Kucinski (1991) contabiliza que em 1975 cinco jornais alternativos de peso foram criados. No ano seguinte, ano do *Posição*, foram mais sete e nos três anos seguintes foram nove. Até mesmo quando um chegava ao fim, seus membros se empenhavam na criação de outro, como ocorreu com o *Opinião* que deu origem ao *Movimento*.

O *Coojournal* foi criado no mesmo ano que *Posição*, assim como o *Brasil Mulher*, periódico com a temática feminista. Esses jornais, mesmo tendo o mesmo inimigo em comum e se propondo a defender a democracia, não atuavam em conjunto inicialmente. Isso só veio a acontecer meses depois dos seus lançamentos, quando decidiram estipular uma rede de incentivo mútuo, por meio da troca de anúncios.

Abaixo do editorial do *Posição*, em suas primeiras edições listava-se diversos periódicos. “A imprensa independente é a única alternativa. Leia, assine, empreste e divulgue”, afirmava o anúncio, que trazia 20 nomes de publicações que foram criadas contra o sistema: *Movimento*, *De Fato*, *Versus*, *Opinião*, *Boca de Inferno*, *Pasquim*, *Cobra de Vidro*, *Lampião*, *Paca Tatu Cutia-não*, *Nós Mulheres*, *Ficção*, *Inéditos*, *Informação*, *Escrita*, *Ovelha Negra*, *Dois Pontos*, *O Saco*, *O Bicho*, *Poeira*, *Brasil Mulher*.

Um marco do jornal, desde a sua primeira edição, era a *Coluna Recortes*. Diferente de outras seções do *Posição*, ela se manteve firme até a última edição. Composta por notas trazia mais efetivamente o tom irônico e debochado próprio do jornal. Era como uma reportagem recortada – daí o nome da coluna – uma única palavra era usada como título e tinha a função de atrair a leitura e, logo abaixo, um pequeno texto de caráter informativo/opinativo era redigido. As sugestões vinham de quase todos os colaboradores e, na maioria das vezes, eram informações que não vingavam como reportagens ou que não tiveram espaço naquela edição.

Para Umberto Martins a coluna tinha uma função clara: informar e despertar polêmicas. A composição ficava a cargo do Jô Amado, mas todos os colaboradores poderiam contribuir com informações. “Ali todo mundo colocava a mão”, como pontua Rogério Medeiros. Era neste espaço que aproveitavam para apontar, por exemplo, aquilo que a imprensa tradicional optava por não noticiar ou para alfinetar políticos. Em alguns casos, utilizavam a coluna também para noticiar o andamento de outros jornais alternativos. Na edição 22, de 13 de agosto de 1977, noticiou, por exemplo, que a polícia federal havia apreendido a última edição do jornal *Movimento*. Era a quarta vez que ocorria. Aproveitaram para informar a quantidade de material jornalístico ceifado do jornal nos últimos anos pela censura. De julho de 1975 a setembro de 1977 foi impedida a veiculação no jornal de três milhões de palavras, que representam 2.250 matérias e 2.700 ilustrações.

No decorrer da trajetória do jornal, a *Coluna Recortes* passou a ganhar mais espaço e, além de ocupar apenas a parte inferior da página 2, se estendeu por três laudas inteiras da *Posição*. As notinhas receberam títulos extensos, fotos, ilustrações e aumentaram de tamanho, ficando semelhantes às pequenas reportagens. Era uma forma de o jornal noticiar mais, utilizando menos espaço.

Já o editorial do *Posição* sempre ocupou a metade superior da página 2 tendo duas funções na maioria das vezes: trazer assuntos ligados ao próprio jornal – como campanhas de ajuda, comunicados sobre atraso nas edições, problemas do jornal com a repressão ou mudanças na equipe – e expor reflexões sobre as principais reportagens que estavam nas páginas subsequentes.

Segundo José Marques de Melo, o editorial na imprensa tradicional tem a função de apresentar a “opinião da empresa jornalística diante do fato de maior repercussão no momento”. Ela seria o consenso das diversas opiniões que emanam dos núcleos administrativos, acionistas, financiadores e “do braço do aparelho burocrático do Estado que exercer grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciários e

financeiro”⁸¹. Estes pontos, todavia, estariam mais enquadrados para mídia tradicional do que para a imprensa alternativa.

Nos independentes, o editorial expressava à opinião do grupo que está à frente da publicação, não de um único dono. *Posição* funcionava desta maneira. Várias vezes, o espaço era usado para estabelecer uma conversa franca com o leitor, assim como foi prometido na primeira edição. Isso ocorreu 14 vezes. Um exemplo foi às saídas de Rogério Medeiros, na nona edição, e de Luiz Rogério Fabrino, na quinquagésima segunda.

No caso de Medeiros, um editorial aproveitou o gancho da sua saída para lamentar a migração de bons jornalistas para outros estados, onde a imprensa tradicional, na visão do *Posição*, se mostrava mais combativa. Ele estava de saída para São Paulo, onde iria integrar a equipe do *Estadão*. Esse mesmo caminho foi trilhado por alguns nomes do jornalismo capixaba, entre eles Miriam Leitão, Paulo Torres, Jorge Luís de Souza, Marcelo Amorim. O nanico ainda destaca: “Essa nova geração de jornalistas talentosos e malditos entre os donos de jornais tem, no entanto, um longo caminho a percorrer” e termina exaltando o seu diretor: “Rogério Medeiros é um homem que fará falta”.

Uma carta de Medeiros para Jô Amado, datada de 12 de maio de 1977, também foi publicada. Nela, o jornalista exalta o *Posição* e o espaço que já ocupa na imprensa capixaba. “Lamento, neste momento, o meu afastamento. Lamento por mim, não por vocês”, afirmou em um trecho e diz, no final, que parte já pensando na volta.

O *Posição*, que nasceu de sua ideia, contando apenas com um número pequeno de jornalistas, tornou-se rapidamente um jovem rebelde e íntegro, rebatendo os pessimistas da imprensa capixaba. Eu, particularmente, tive a honra de emprestar o meu nome ao audacioso empreendimento, numa contribuição modesta, mas confiante na causa. Ela vingou. (POSIÇÃO, ed. 9, p.1)

O mesmo procedimento foi adotado quando o então diretor, Luiz Rogério Fabrino, saiu da redação após um convite para atuar no jornal *O Globo*. Uma carta destinada aos seus colegas de redação foi publicada logo abaixo do editorial da edição 52, de 16 de março de 1979. Nela, o jornalista ataca a

⁸¹ Trecho da obra “*A opinião no jornalismo brasileiro*”, de José Marques de Melo, retirado do artigo de “*Editorial*” de José Arbex Junior.

imprensa tradicional capixaba, a quem diz que está muito mais comprometida com interesses de grupos do que do próprio jornalismo e considera que o jornal alternativo se tornou mais do que uma experiência, mas “uma trincheira de boa e sábia imprensa”, o que torna o momento de despedida ainda mais triste. Assim, como Medeiros, ele almejou o retorno.

Bem mais simples foi o comunicado sobre o afastamento de Jô Amado e Robson Moreira, o idealizador e um dos fundadores do jornal. Em um editorial intitulado “Nova Frente”, em 16 de dezembro de 1978 (edição 48), *Posição* informava ao eleitor que novos membros estavam aderindo à causa e iriam participar do jornal, ao mesmo tempo em que alguns iriam diminuir suas contribuições.

Tanto Jô quanto Robson Moreira, Rogério Medeiros e Luiz Rogério Fabrino não estariam cortando a relação em definitivo com o jornal alternativo na ocasião de suas despedidas. Eles voltariam a contribuir, por meio de artigos, reportagens, correspondências ou até mesmo retornando ao expediente da publicação esporadicamente.

Fora as questões internas, os primeiros editoriais do *Posição* também traziam como assunto base o MDB. Nas edições 2 e 3, logo após a eleição de 1976, uma das intenções principais do jornal era promover o fortalecendo da oposição, dando musculatura para as ações do partido e cobrando uma coerência nas ações dos seus membros.

Mas, infelizmente, o MDB do Espírito Santo deixou-se enamorar pelo seu crescimento numérico. Este trabalho – do qual destacamos a importância e o papel de Argilano Dario – é sem dúvida essencial ao partido, mas não menos essencial é a preocupação com as ideias, fator normalmente menosprezado. De que adianta os candidatos do MDB lerem pela cartilha do partido durante o período pré-eleitoral, exigindo liberdade de expressão, democracia plena, revogação do AI-5 e do decreto-lei 477, fim da violência e do arbítrio, se, como partido, eles não se mostram capazes de procurar uma ligação real com as aspirações e preocupações do povo? (POSIÇÃO ed.2, p.2)

O apoio e a cobrança ao MDB chegou a pautar 10 editoriais do jornal, sempre com o mesmo questionamento à postura do partido e exigindo que protagonizasse a organização das ações de combate ao regime. O editorial da edição 42, datado de 06 de setembro de 1978, por exemplo, ocupou uma página e meia da publicação e analisou a pretensão do MDB de lançar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência. O texto orientava o leitor a assumir

um apoio crítico. Também pontuava que o MDB só assumiria o papel efetivo de oposição quando deixasse de pensar em anseios eleitoreiros e se tornasse porta-voz da democracia e das pautas populares. Esses tipos de editoriais ficavam ainda mais constantes nos meses anteriores aos pleitos eleitorais.

O próprio regime militar era um dos assuntos mais citados pelas editoriais do *Posição*. Pelo menos em 18 edições abordaram este assunto no espaço reservado para a opinião do jornal. Na quinta edição, que circulou em 3 de janeiro de 1977, o alternativo trouxe uma reflexão sobre as perspectivas econômicas do Brasil prevendo recessão para aquele ano. Alguns meses depois, passou a atacar os representantes locais da ditadura, em especial os governadores biônicos.

Constantemente, a gestão de Elcio Alvares (1975-1979) foi alvo de críticas. Uma das mais emblemáticas dizia respeito ao editorial da edição 32 quando, em uma das três colunas do espaço, publicaram a capa da nona edição com as promessas não cumpridas pelo gestor e reforçaram que, dois anos depois, a situação não havia mudado muito. A ascensão de Eurico Rezende dentro da Arena também foi alvo de análise no editorial, assim como o sistema de tortura e os sinais de enfraquecimento do regime.

Há crise no regime. Isso ninguém o nega, nem mesmo os mais ferrenhos defensores oficiais. Há divisão nas forças armadas, e isso, se outras provas não houvesse, ficaria suficientemente evidenciado nas constantes e repetitivas declarações e apelos dos chefes militares em nome da “união e indivisibilidade histórica das forças armadas” (POSIÇÃO, ed.49, p.2)

O editorial do *Posição* variava de acordo como as pautas do jornal que, por sua vez, acompanhava a trajetória das bandeiras da oposição. Por exemplo, a pela Anistia pautou pela primeira vez um editorial da publicação alternativa na 35ª edição, em 11 de maio de 1978, quando o assunto pautou quatro páginas do jornal. Voltou a ser citado na edição 52, em março de 1978, quando a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita passou a ser uma pauta da sociedade civil e o governo ensaiava o envio da proposta de abertura que tinha nesta questão um dos seus principais pontos de conflito. Nos números subsequentes do jornal, quatro editoriais estavam abordando o assunto, sendo que um deles tratou da greve de fome dos presos políticos e outro das emendas ao projeto de lei da anistia.

Outro exemplo é a questão trabalhista. Apenas na 40ª edição, em 4 de agosto de 1978, que a reorganização dos sindicatos ganhou espaço no editorial do *Posição*, quando foi cobrado maior envolvendo político das entidades de classe. No decorrer dos meses, com o aumento da participação dos trabalhadores em manifestações e o fortalecimento do movimento sindical, mais vezes o tema pautou aquele espaço. Uma edição especial sobre greve dos trabalhadores circulou em abril de 1979 e, depois dela, quatro editoriais trouxeram o assunto. Inclusive, o último editorial antes da paralisação e da última edição tratou da relação entre as classes operárias e a abertura política. Vale destacar que, outro motivo que levou a maior cobertura deste tema, foi a entrada de mais membros do PCdoB no comando do jornal, o que será tratado posteriormente.

Meio ambiente, luta pela terra, movimento estudantil e repressão na Ufes, enchentes, analfabetismo e dados sobre a miséria. Tudo isso foi abordado pelo editorial do jornal independente capixaba e, na maioria das vezes, eram os assuntos que estampavam a capa da publicação. Repletas de ilustrações, fotos e com chamadas que contrariava a imagem da gestão que o governo queria passar aos capixabas, o *Posição* criou certo padrão em seu layout durante as 66 edições, o que, por si só, já valia um trabalho mais aprofundado, inclusive ligado à análise semiótica. Fica a sugestão para futuros pesquisadores.

Rezende (2011) frisa que as capas do *Posição* nos mostram “uma crítica recorrente àquilo que o regime mais prezava, às vezes, feita de forma ácida, às vezes, recorrendo ao cômico, através de desenhos que retratavam situações nem sempre risíveis, mas que levavam à reflexão”. Eram, efetivamente, esses os ingredientes que tinham a função de atrair a atenção do eleitor nas bancas.

A diagramação do jornal ficava a cargo da professora da Ufes Tânia Mara Ferreira, em algumas edições a montagem foi assumida por Beth de Couto e uma pequena equipe. No topo de todas as capas se encontrava a logomarca do jornal, que não sofreu grandes alterações nos quatro anos que o periódico circulou. Ela se configurava na palavra “Posição” margeada por diversos retângulos dando a ideia de um muro. Ao lado da logomarca se estampava o número daquela edição, o que facilitava o leitor a acompanhar cada nova publicação, afinal o jornal sofria, às vezes, com atraso na circulação. Esse padrão se manteve até o número 52. A partir daí uma faixa com a palavra

“semanal” passou a compor a capa no lugar onde, até então, ficava a contagem da edição.

Na maioria das vezes uma única foto ou ilustração compunha a capa, raramente eram utilizadas mais imagens. Porém, isso não significa que apenas um assunto estava sendo tratado naquela edição. As chamadas de capa chegavam a sete em algumas ocasiões. Uma característica peculiar era o jogo de palavras com todos os títulos das reportagens que ocupavam a capa. Um exemplo foi a 18ª edição (13 de agosto de 1977)⁸² que contou com apenas uma pequena foto do governador biônico Elcio Alvares (1975-1979) na capa, mas quatro títulos. Todos empregando as palavras “nó” ou “nós”: “Ufes: uma universidade feita de nós”, “Chile hoje: o nó”, “A Constituição sem nós”, “A posição do governador: contra nós”.

Quando não optavam por uma fotografia de algum político ou de algum registro factual, como a enchente em Colatina, na edição 22, o jornal recorria às ilustrações feitas, muitas vezes, pelo cartunista capixaba Milson Henrique. Era uma forma eficiente de abordar de forma visual temas que, nem sempre, era possível por meio da fotografia. Utilizaram dos desenhos para registrar a luta do ambientalista Augusto Ruschi na edição 21, a luta pela terra (23ª ed.), as migração de capixabas para Rondônia (ed.52), a tortura (ed.50), entre outras⁸³.

Já o teor cômico ficava a cargo de algumas caricaturas que também ganhavam a capa do jornal. Uma das que ficou na memória do colaborador Namy Chequer foi a ilustração da capa da edição 64, datada de 05 a 11 de agosto de 1979. Nela, o então governador Eurico Rezende (1979-1983) aparecia sentado em um vaso sanitário, este adornado com uma etiqueta no valor de 2.950,00 cruzeiros, e lendo o jornal *Posição*. Aquela edição trazia uma reportagem sobre a reforma empreendida por Rezende na Residência Oficial da Praia da Costa, em Vila Velha.

A primeira dama, que era uma mulher sofisticada, achou muito brega a casa governamental. Ela decidiu fazer uma reforma e o governo bancou. Ela fez uma reforma de arrebentar, só porque ela não gostava da decoração da antecessora. Eu fui na Del e peguei o preço dos azulejos, vaso e lustres. Era um luxo que seria a reforma, e foi feita. Fizemos a matéria. Milson Henrique

⁸² As capas do *Posição* estão no anexo 3

⁸³ Idem 82

fez uma charge de Eurico Rezende sentado no vaso, lendo o jornal *Posição* com o charutão na boca. (informação verbal⁸⁴)

Nos últimos número do *Posição*, as ilustrações passaram a ocupar, além da capa, toda a última página do jornal. Era mais uma forma do jornal criticar o regime, a administração da universidade e o sistema político brasileiro. Além de prestigiar com mais espaços os trabalhos dos chargistas e ilustradores que, assim como os jornalistas, contribuíram com o jornal alternativo sem pensar nos ganhos financeiros.

2.2: Financiamento e crise

Invariavelmente, o “calcanhar de Aquiles” do *Posição* era o mesmo de todos os outros jornais alternativos: o financiamento. Em meio a um regime de exceção, manter uma renda regular era uma tarefa árdua. Mesmo com um setor administrativo exclusivo para lidar com as contas no periódico capixaba, a relação com o faturamento era complicada. Havia certo temor dos jornalistas que estavam à frente da publicação de se tornarem empresários e certo repúdio a conceitos básicos do capitalismo, como o lucro. Como cita Kucinski (1991), quando trata de forma geral dos alternativos, eram movidos de “um espírito anticapitalista”⁸⁵.

Não ter preocupação com o lucro não significava, todavia, desleixo com a contabilidade do jornal. O apoio financeiro era necessário e vinha de cinco frentes: a venda avulsa; as campanhas de assinaturas e apoio; os anúncios de alguns pequenos empresários; propagandas de prefeituras comandadas por membros do MDB; e ajuda monetária de profissionais liberais de diversas áreas. Em sua época de maior popularidade, *Posição* chegou a vender 5 mil exemplares, o que ocorreu logo nos primeiros números. Na nona edição, datada de 24 de março de 1977, a primeira tiragem de 3 mil exemplares se esgotou em pouco mais de 48 horas. Uma segunda tiragem ocorreu para pôr nas ruas mais 2 mil.

⁸⁴ CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

⁸⁵ KUCINSKI, 1991, p. XXVI

O jornal conseguia chegar a 24 municípios⁸⁶. Além da Grande Vitória, circulava em cidades como Pedro Canário, Muqui e Venda Nova do Imigrante, onde a venda ficava a cargo de alguns apoiadores. O nome destes eram sempre listados no expediente do *Posição*. A equipe do jornal contava também com um número considerável de correspondentes em algumas das maiores cidades do interior do Espírito Santo, como Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Colatina – Luzimar Nogueira Dias, que posteriormente se tornaria um importante editor do periódico começou sua atuação na imprensa alternativa enviando informações da política colatinense.

Posição também circulava fora do Espírito Santo. Era vendido na Livraria Muro, no Butantã, São Paulo; na livraria Zapata, em Pinheiros (SP) e no município de Campinas (SP); no Centro Acadêmico do Curso de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora ou com Jorge Sanglard, na mesma cidade; além de ser encontrado na Livraria Entrelivros, no Catete (RJ).

Mais do que ampliar o seu alcance geográfico, *Posição* passou a ser reconhecido como um importante representante da imprensa independente em âmbito regional. Isso ficou evidente após o jornal ser convidado para participar de um debate sobre “Imprensa Independente” no Centro Acadêmico de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao lado de membros dos jornais históricos: *Pasquim*, *Movimento*, *Versus* e *De Fato*. Na 22ª edição, datada de 13 de outubro de 1977, o evento ganhou destaque na *Coluna Recortes*, evidenciando que, na ocasião, discutiram a contribuição dos alternativos em temas populares e das censuras policial, empresarial e autocensura.

Na Universidade de Juiz de Fora foi feito um debate e teve o Ziraldo do *Pasquim*, o Luiz Egídio do *Versus*, o Luizinho do *Movimento* e teve a participação do *Posição*. Isso mostra nossa repercussão (informação verbal⁸⁷)

Neste período, *A Gazeta*, era o jornal capixaba com maior vendagem. *A Tribuna*, com pouco mais de três anos do seu relançamento, ainda buscava aumentar a quantidade de exemplares vendidos. Com grande alcance popular, o alternativo

⁸⁶ Municípios com vendas do *Posição*: Afonso Cláudio, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Fundão, Guarapari, Ibiraçu, Iconha, Linhares, Muqui, Nova Venécia, São José do Calçado, São Mateus, Pancas, Pedro Canário, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha, Vitória.

⁸⁷ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

capixaba chegou a se tornar o segundo no ranking de vendagem. Motivo de orgulho, a grande venda avulsa chegou a pautar os calhaus⁸⁸ do *Posição*, nos quais eram destacados: “Assine e anuncie em *Posição*. O 2ª jornal de maior vendagem de Vitória” e “Quinze mil pessoas leem *Posição* a cada quinzena. Pense nisto antes e fazer um anúncio”.

Fora os calhaus, os anúncios empresariais contabilizavam uma média de oito por edição, sempre bancados por empreendimentos pequenos ou empresas de serviços. Assim como a relação de colaboradores, os anunciantes mudaram diversas vezes no decorrer da trajetória do jornal. Alguns exemplos de quem aparecia nas páginas do periódico era o salão de beleza Super Sauna Esplanada, o escritório de arquitetura Território, a Rádio Marconi, Napoleão Massas para Pastéis, Casa dos Telefones, entre outros. Havia também algumas propagandas do ramo educacional, como o Colégio Martim Lutero e o pré-vestibular do Salesiano.

Mesmo dependendo de anúncios de empresas privadas para manter a saúde financeira do periódico, já que o governo não era uma opção viável, estar apoiando o jornal não garantia que a empresa não iria estampar alguma de suas reportagens caso o empreendimento fosse denunciado por algo que o jornal não compactuava. Isso ficou evidente quando uma reportagem acusava o cursinho BAC, um dos primeiros anunciantes do jornal, de ofertar um serviço de má qualidade. Alunos denunciaram a empresa por oferecer algumas formações técnicas, mas não completar o ensino, os obrigando a migrar para outro curso. *Posição* publicou sem pensar duas vezes.

Mesmo presente em todas as edições do jornal, as propagandas de pequenas empresas representavam um faturamento muito pequeno e começaram a rarear no decorrer das edições. O *Posição* nº 34 contabilizou apenas quatro anúncios, o que antecipava uma crise que levou a reestruturação do jornal, já pelas mãos do PCdoB. O maior rendimento, todavia, vinha da coluna *Serviços Profissionais*, que inicialmente ocupava a metade de uma página, mas depois foi rediagramada para compor a primeira e última coluna de páginas duplas. Lá, eram anunciados em pequenos espaços os serviços de uma série de profissionais, como dentistas,

⁸⁸ Termo usado nas redações para designar as propagandas do próprio veículo de comunicação em suas páginas.

médicos e advogados. Porém, havia uma peculiaridade naqueles cidadãos, a maioria já havia tido algum problema com a ditadura militar, como mandatos cassados e torturas, ou defendiam abertamente a uma ideologia mais à esquerda. Na maioria das vezes, eles repassavam quantias consideráveis para o periódico, bem acima do valor cobrado se fossem publicar um simples anúncio na imprensa tradicional.

A gente tinha uma verbinha publicitária que era bancada por profissionais liberais, advogados, médicos, que se posicionavam em favor da democracia e tinham a coragem de pagar uma publicidade no jornal *Posição*. O advogado Vasco Alves; Jorge Daher também advogado, que, mesmo membro da Arena 2 era mais aberto ao País voltar à democracia, - na eleição de Tancredo, os membros da Arena 2 se juntou aos do MDB. O Arena 1 que era os linhas dura - Gilson Carone que era médico de Cachoeiro. A venda de jornal não significava nada em questões financeiras. (informação verbal⁸⁹)

Entre os anunciantes havia pessoas conhecidas da política capixaba. Um deles era José Ignácio Ferreira, que viria a se tornar governador do Estado na década de 1990, e que desde 1969 amargava uma cassação como deputado estadual após defender da tribuna da Assembleia Legislativo um padre de Itarana e ler uma carta que denunciava maus tratos no campo. Ele oferecia, por meio da publicidade no jornal, seu serviço como advogado.

Com uma história de terror vivida nos porões da Ditadura Militar, Laura Coutinho também anunciava no *Posição*. Ela foi presa e torturada em um centro clandestino em São Paulo mantido pela OBAN. Tinha apenas 21 anos quando foi submetida aos maus tratos por membros das forças armadas e chegou a perder um bebê, mesmo informando aos seus algozes que estava grávida logo que foi presa. Na época da circulação do *Posição*, já havia voltado a Vitória e estava abrindo o seu consultório odontológico particular.

Ajudávamos o *Posição* porque acreditávamos que o único lugar que a gente tinha para divulgar nossas ideias era naquele jornal. A imprensa burguesa de *A Tribuna*. *A Gazeta* e o *Diário* reproduziam a voz do sistema, a única voz destoante era do jornal *Posição*. Esse anúncio que tinha era a contrapartida que eles davam em função do apoio financeiro para sair a edição, comprar papel, imprimir. Para a gente, nada mais era que uma forma de luta. Nunca fiz qualquer anúncio na imprensa formal, só no jornal *Posição*. Temos um viés ideológico. Quem comprava e consumia o jornal não eram nossos propensos clientes, poderiam ser dos escritórios de advocacia, já que

⁸⁹ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

muitas pessoas da esquerda poderiam precisar serem defendidas. O público com dinheiro para pagar o consultório não lia o jornal, o retorno desse anúncio não existia. Era só para firmar posição e apoiar o esforço deles de manter o jornal que defendia as ideias contrárias ao sistema. (informação verbal⁹⁰)

Além de ter contato com membros da esquerda desde a juventude, Laura trabalhava no edifício Ouro Verde, próximo ao Glória, sede do *Posição*, o que estimulava o contato com a equipe do jornal. Segundo ela, não havia uma estipulação de valores ou periodicidade para as ajudas financeiras. Como atendia muitos tripulantes dos navios que aportavam em Vitória costumava receber em dólar e o que sobrava enviava para a equipe do periódico. Ela também contribuía com o *Folha Operária* e a *Voz da Unidade*, ligados abertamente aos partidos comunistas. No caso destas publicações, mensalmente alguns membros dos partidos clandestinos, na maioria das vezes era o Antônio Granja⁹¹, ia ao consultório pegar o dinheiro e deixava um exemplar do jornal. *Posição* não funcionava assim. Nele, os apoiadores ganhavam um anúncio como forma de agradecimento.

Laura deixava os jornais alternativos na sala de espera do seu consultório para que seus clientes pudessem ler. Raramente isso trazia algum constrangimento. As poucas críticas vinham mesmo da sala ao lado, onde funcionava o consultório de um dos seus professores da faculdade Guilherme Rody Soares que não questionava a ideologia de sua aluna, apenas ficava preocupado com a dificuldade que a demonstração aberta de apoio político poderia trazer em eventuais convênios. Mesmo assim, ela não deixava de apoiar e chegou a atribuir algumas vantagens à decisão de anunciar no *Posição*.

Ele (Guilherme Rody Soares) falava que enquanto eu tivesse anunciando neste jornal, a gente não conseguiria convênios. Havia na época o da Escelsa e da Vale. Nunca consegui esses convênios. Mas tenho orgulho de dizer que fui a primeira e durante muito tempo a única com convênio com a Ordem de Advogados do Brasil. Se por um lado me dificultava alguns percursos, por outro não. A OAB era a mais progressiva das organizações de classe. Eu acho que isso também ajudou, alguns advogados que tinham posição de vanguarda sugeriram meu nome para a classe dos advogados. (Informação verbal⁹²)

⁹⁰ COUTINHO, Laura. *Contribuindo com Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

⁹¹ Antigo comunista do Espírito Santo. Atualmente filiado ao PPS e ocupando o cargo de presidente de honra nacional.

⁹² COUTINHO, Laura. *Contribuindo com Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

Outros anúncios vinham das prefeituras que eram comandadas pelos membros do Movimento Democrático Brasileiro. Cachoeiro de Itapemirim tinha à frente Hélio Carlos Manhães e Gilson Carone, como vice. Já o Executivo de Linhares era composto por Antônio Diniz dos Reis e Luiz Candido Durão. Cariacica tinha Aldo Alves Prudêncio e Clovis José Siqueira. Vila Velha, por sua, contava com Américo Bernandes da Silveira e Gottifrio Alberto Anders, prefeito e vice, respectivamente⁹³. Eles aproveitavam o espaço que era disponibilizado no jornal, como forma de agradecimento, para publicar sobre o pagamento dos impostos municipais, a exemplo do IPTU, ou mandar alguma mensagem à população, como “Cachoeirense: Participe da sua comunidade. Colabore com a prefeitura”⁹⁴.

A primeira vez que esses anúncios apareceram foi na quinta edição, datada de 3 de janeiro de 1977. Na ocasião estava sendo criado o Conselho Editorial que veio para corroborar com essa ideia de um jornal de jornalistas, já que o grupo era composto apenas por profissionais da imprensa. *Posição* publicou um texto intitulado “O jornal cresceu”, no qual explica que o conselho seria um mecanismo com a função de tomar decisões que antes eram responsabilidade apenas dos setores da redação e da administração. A primeira pauta de votação por eles, inclusive, foi a liberação ou não para os anúncios das prefeituras de oposição, só depois de aprovados que foram publicados.

Alguns desses anúncios eram adquiridos por intermédio do diretor do periódico na primeira fase, Rogério Medeiros. Por ter atuado em diversos jornais capixabas e ser correspondente de publicações nacionais, acabava tendo contato com políticos de uma série de municípios, o que facilitava as conversas em busca de anúncios.

Quem sustentava mesmo o jornal era a prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, que era esquerda e eu tinha uma ligação muito grande, e de Vila Velha. Esse era o dinheiro forte. Claro que o classificado tinha a Laura de esquerda que era dentista e alguns advogados. Era uma ajuda. Mas o dinheiro forte vinha das duas prefeituras. Eu tinha muitas ligações. (informação verbal⁹⁵)

⁹³ Dados retirados das atas de eleição disponibilizada no site do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

⁹⁴ POSIÇÃO, ed. 16, p.8

⁹⁵ MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016

Obviamente, as prefeituras administradas pela Arena não tinham disposição para anunciar no *Posição*. Natural do Norte do Estado, Adilson Vilaça lembra o caso da prefeitura de Colatina, município administrado por Syro Netto, em que a briga eleitoral ocorria entre correntes do mesmo partido. “Cachoeiro era famosa por ter pessoas mais abertas. Colatina não. Lá o MDB não tinha expressão. Brigava Arena 1 com Arena 2. Não tinha como arranjar um patrocínio de ponta”⁹⁶

Quando entrava mais dinheiro dos anunciantes, uma das primeiras ações do jornal era aumentar o número de laudas. Isso ocorreu em 14 de setembro de 1977 quando foi publicada a vigésima edição. “Safamos com 16 páginas porque tivemos mais dinheiro em forma de anúncios”⁹⁷, dizia o editorial que tocou em um assunto controverso nos bastidores da publicação: o pagamento dos jornalistas. O texto da direção deixava evidente o paradoxo entre buscar o sustento dos seus profissionais e as dificuldades para manter a própria publicação.

O jornal luta pela defesa dos interesses dos jornalistas ao mesmo tempo que, paradoxalmente, não tem meios para sustentar o profissionais. Não querendo se estabelecer como uma empresa comercial comum. O interesse não é ter lucro, mas atender aos interesses do leitor. Assim, remunerados os jornalistas teriam mais condições de apurar as notícias até no interior (POSIÇÃO, ed.20, p.2)

O pagamento dos jornalistas do *Posição* é sempre um tema controverso. Muitos garantem que não recebiam nada, já que dispunham de empregos na imprensa tradicional e atuavam no jornal alternativo apenas como forma de colaboração. Outros, garantem que recebiam pequenas quantias. Isso varia muito de acordo com a fase do jornal e quem era o colaborador.

Robson Moreira, que esteve ligado à criação do jornal, diz que o periódico era “feito por jornalistas que aderiram à causa e que não cobravam nada por isso”⁹⁸. Já Rogério Medeiros ressalta que as pessoas que não tinham um emprego regular e dependiam só do *Posição* recebiam uma ajuda financeira, a mesma observação é feita por Umberto Martins. Namy Chequer, por sua vez, ressalta que “não podia ter dedicação exclusiva ao *Posição* justamente porque não

⁹⁶ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

⁹⁷ POSIÇÃO, ed. 20, p. 2

⁹⁸ MOREIRA, Robson. *O Posição e a repressão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

ganhava nada. Era só colaboração. Fiquei desempregado por um tempo e fiquei por conta no jornal. Era uma militância contra o regime militar”⁹⁹. Já Adilson Vilaça, que aderiu ao jornal em 1978, garante que não eram constantes, mas algumas vezes recebeu um pequeno salário pelos serviços prestados.

A cada três meses recebia um salário. Faziam uma divisão do dinheiro e se a pessoa precisasse recebia um pouco mais. Recebia em forma de rateio. Quando eu estava me mudando, o Luzimar falou que tinha reservado uma graninha a mais para que eu pagasse meus eletrodomésticos. (informação verbal¹⁰⁰)

Ou seja, a remuneração dos colaboradores e jornalistas não era uma regra. Às vezes ocorriam e outras vezes não. Começou sem nenhuma forma de salário, apenas a ação voluntária de jornalistas que buscavam um local para trabalhar sem as limitações impostas pela imprensa tradicional, mas, no decorrer da evolução do jornal, algumas pessoas eram pagas, o que variava também de acordo com a entrada de verbas de anúncios ou do aumento das vendas.

Além da venda avulsa, *Posição* também contava com assinantes. Porém não era nada fácil ampliar o número e ganhar a confiança de novos leitores. Uma das maiores dificuldades era o problema de periodicidade – causados pelas constantes barreiras que o regime militar impunha a esses tipos de publicação, tanto na impressão quanto na aquisição de matéria prima.

Como a adversidade era parecida para vários alternativos, uma estratégia foi elaborada pelos jornais para tentar driblar o problema. Era o “Pacote da Democracia”, do qual *Posição* aderiu e que foi divulgada pela primeira vez na 27ª edição, datada de 03 de janeiro de 1978. Mereceu até menção na capa do jornal. “Dê democracia neste início de ano”, dizia a publicidade. A proposta era simples: ao assinar um jornal de imprensa independente, o leitor poderia optar por outras publicações. Eram ofertados dois planos. O primeiro saía por 750 cruzeiros e dava direito ao *Posição* e mais três jornais durante um ano; já o segundo saía por 950 cruzeiros e dava direito ao periódico capixaba mais seis outros jornais. As opções eram: *Coojornal*, *Versus*, *Movimento*, *Brasil Mulher*, *Esteio*, *De Fato*, *Inéditas*, *Revista do CEAS*.

⁹⁹ CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

¹⁰⁰ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

Outra forma de tentar suprir as despesas do jornal eram os constantes pedidos de ajuda. Desde o primeiro editorial, *Posição* exaltou a parceria que deveria firmar com seus leitores, tornando-os vozes ativas nas decisões do jornal e contando com a maior adesão para aumentar as páginas e a qualidade das publicações. Alguns meses depois foram criados o Conselho de Redação, este composto por jornalistas que estavam à frente da publicação, e o Conselho Editorial, do qual faziam parte alguns leitores. Os dois conselhos atuavam em consonância.

Assim como previram na primeira edição, o aumento no valor do jornal demorou, mas ocorreu. Veio a se efetivar apenas na 39ª edição, em 20 de julho de 1978, após mais de um ano e meio de *Posição* nas bancas. Até então custando 5 cruzeiros, o periódico passou a valer 8 cruzeiros. Porém, o aumento não ocorreu sem uma explicação, a qual ocupou uma página inteira daquela edição. Com a manchete: “Atenção, leitor. A crise está aí, vamos arregaçar as mangas”, *Posição* admitiu que passava por uma crise financeira, vítima do considerável aumento do preços que o brasileiros vivenciaram durante a Ditadura. Na reportagem, apontavam que o salário mínimo teve um aumento, nos últimos 21 meses, de 120%; a alimentação em mais de 300%; e os alugueis estavam submetidos a reajustes ao bel-prazer dos seus proprietários. Além disso, os custos de produção aumentaram, o papel para impressão subiu cerca de 200% e os jornais tradicionais já haviam reajustado seus valores de capa em, alguns casos, 150%.

A hipótese de mantermos nosso preço de capa em 5 cruzeiros tornou-se insustentável...O número de assinantes, o número de jornais vendidos, o número de anúncios feitos, entretanto, não bastaram para manter a nossa independência. Apenas mais uma vítima da política econômica do governo... Hoje, o custo real do jornal nos sai a 5 cruzeiros por exemplar, enquanto a receita real do jornal nos sai a 3,50 cruzeiros, por exemplo. Temos uma dívida imediata e uma dívida permanente. (POSIÇÃO, nº 39, p.9)

Quase que se desculpando com o leitor, a equipe aumentou o valor da publicação. Houve também um reajuste no valor da assinatura, que saía por 200 cruzeiros anuais. Isso ocorreria outras vezes durante os anos que *Posição* circulou. Em 16 de março de 1979, na 52ª edição, o jornal aumentou o preço para Cr\$ 10. Porém, desta vez, não houve em “prestação de contas” ao leitor ou alguma argumentação que justificasse o segundo aumento. Na edição seguinte, *Posição* deu um passo decisivo em sua história, passando a ser semanal. A 66ª

e última edição do periódico, datada de 29 de outubro de 1981, custou 50 cruzeiros. Era um número especial, já que o periódico havia sumido das bancas em 07 de setembro de 1979 e a edição foi produzida com a intenção de comemorar os cinco anos da criação do jornal.

Para tentar superar a crise, uma campanha de apoio foi iniciada pela equipe do jornal. Paralelamente ao primeiro aumento no valor de capa, apelaram aos amigos e companheiros que se comprometessem “a uma contribuição mensal de uma quantia não inferior a 200 cruzeiros para superar as nossas dívidas permanentes”¹⁰¹. Alegavam que aquele pedido não era uma simples doação, mas que o leitor encarasse como uma participação política para uma oposição independente, da qual o jornal era uma ferramenta. Tentava afastar qualquer caráter publicitário ou capitalista da campanha.

Na mesma ocasião, uma carta foi enviada aos assinantes pedindo sugestões para superar as dificuldades financeiras. Menos de 24 horas depois, o leitor Romão Acioli dos Santos respondeu sugerindo o lançamento de um Livro de Ouro para percorrer os assinantes e que o valor doado não poderia ser inferior a 500 cruzeiros, além de aumentar o valor de capa em 100% e pedir aos assinantes que indicassem amigos que pudessem também assinar e contribuir. O retorno do leitor à demanda do *Posição* evidencia um fato: mesmo após o afã do lançamento inicial, o jornal ainda contava com o apoio de parte da população que, tomando como base o retorno publicado no próprio jornal, compreendiam a necessidade de ajudar e apoiavam o aumento no preço de circulação.

Outros retornos chegaram nas semanas subsequentes. Em 04 de agosto de 1978, foi lançada a chamada “Campanha da Resistência”, que almejava angariar fundos para sustentar as despesas de produção, aumentar a circulação e a divulgação do jornal, acrescer anunciantes e assinantes, estipular a contribuição artística e literária, além de produzir shows de solidariedade. Definiram por estipular um valor mínimo de contribuição em 200 cruzeiros e apelaram aos médicos, advogados, jornalistas, professores, estudantes e mesmo sindicatos, garantindo que cada edição seria prestado contas das despesas. Outras sugestão que chegou ao *Posição* foi a produção de um caderno de Artes,

¹⁰¹ POSIÇÃO, ed. 39, p. 9

suplemento a ser produzido por um grupo de artistas. Porém, a ideia nunca vingou.

A crise levou à mudanças estruturais no jornal. A consequência mais evidente foi a alteração da sede do *Posição*, que deixou o Edifício Glória e assumiu uma sala no Edifício do Sindicato dos Estivadores, popularmente conhecido como “Edifício da Estiva”, na avenida República, nº 1, sala 507, 5ª andar. Posteriormente, uma nova mudança ocorreu. Desta vez a equipe se alojou em uma casa na Rua Santa Cecília. Todas as locações ocorreram no centro de Vitória.

Por passar por tanta dificuldade para se manter circulando, a cada aniversário de criação do jornal a edição era especialmente produzida e a data comemorada. No primeiro aniversário, uma coletânea das 23 capas até então publicadas foi exposta na página 2 com um texto que vangloriava o próprio jornal. “Sobrevivemos. E hoje, podemos dizer, somos mais fortes. A vitória foi coletiva. Mas, sobretudo, foi uma vitória do leitor.

Já a edição do segundo aniversário, datado de 29 de outubro de 1978, contou com a maior quantidade de páginas já escrita para um único número, 20 laudas. Com uma capa com o fundo todo em vermelha, *Posição* trazia uma reportagem especial sobre lutas operárias e denúncias contra a Aracruz Celulose. Vale destacar que, naquele mesmo ano, o País estava sendo contagiado pelas greves do ABC Paulista, se tornando mais uma frente de combate ao regime militar. Na página 3, uma reportagem de página inteira intitulada “Resistência e Luta” trazia os operários em destaque e os objetivos do jornal, além de expor o que mudou nos dois anos de luta do jornal nanico.

Hoje chegamos à edição do nosso segundo aniversário. Hoje pensamos que a luta não mudou em muito – apenas as contradições do próprio regime militar de exceção se agravaram. E, no Espírito Santo, naturalmente, respiramos as consequências desse processo. (POSIÇÃO, ed.45 p. 03)

Seria uma das últimas vezes que o jornal comemoraria seu aniversário de lançamento com a redação ainda em exercício. Em 07 de setembro de 1979, publicaria uma das suas últimas edições. Porém, em nada a edição 65 dava a entender que o jornal acabaria. O editorial tratou da relação entre a classe operária e o processo de abertura política, as 12 páginas e o teor das

reportagens eram os mesmos dos demais números. Inclusive, para um leitor que pegasse pela primeira vez o jornal parecia muito bem financeiramente, já que a tradicional página literária exaltava o primeiro livro publicado pela Edições do Leitor Ltda., “Esquerda Armada” que estava prestes a ser lançado no Rio de Janeiro e trazia depoimentos de vários presos políticos.

Porém, os problemas financeiros chegaram a um ponto insustentável, e a possibilidade de deixar de publicar o jornal, algo que sempre assombrou jornalistas e colaboradores, finalmente se mostrou irreversível. Não haviam grandes dívidas, mas problemas em se bancar, edição por edição. Até mesmo o pagamento do aluguel da terceira sede pela qual havia passado a redação estava comprometido. Eram evidentes as dificuldades e todos os membros da redação sabiam que reerguer o jornal seria uma tarefa árdua e quase impossível. Pouco antes dessa constatação, ocorreu uma tentativa por parte do governo de aproximação para com o periódico, o que os jornalistas interpretaram como uma forma de cooptação. Em uma reunião no Palácio Anchieta foi proposto que o Executivo passaria a anunciar no *Posição*, porém o teor das reportagens deveriam mudar.

Luzimar foi convidado a ir ao Palácio quando foi feita essa proposta. Não sei quem fez a proposta, mas o governador estava presente. *Posição* deixaria de ser um jornal que atacava e seria uma jornal normal. O governo injetaria publicidade nele. Um tamanho vultoso de publicidade. O Luzimar levou isso para uma reunião, onde haviam oito pessoas da redação e disse que havia dois caminhos: fecharmos a porta ou virarmos um jornal tradicional pequeno com chance de crescer com esses recursos. E colocou em votação. Pegou um cinzeiro e pediu para votarem sim ou não. Sim era aceitar a proposta do governo, não era para fazer a última edição e fechar. Unanimidade no não. A equipe dizia que trabalhar em jornal tradicional já trabalhava. (informação verbal¹⁰²)

Mesmo sem avisos ou textos de despedida, aquela foi a última edição que o jornal publicou naquele ano. Em âmbito nacional, o País se caminhava efetivamente para uma democratização, a imprensa tradicional deixou de ser censurada e passou a denunciar irregularidades no governo, o que era uma função quase que exclusiva dos periódicos alternativos, e os sindicatos passaram a contar com seus próprios jornais voltados para cada categoria. A

¹⁰² VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

maioria dos jornais alternativos, inclusive no eixo Rio-São Paulo, passaram a perder fôlego. O exemplo era o *Movimento*, que publicou sua última edição em 1980. “Os jornais alternativos de certo modo esgotaram o seu papel na medida em que as liberdades foram reconquistadas. Todos acabaram perecendo”, pontuou o jornalista Umberto Martins, que participou principalmente do *Posição* no último ano.

Em 1980 e início de 1981 não se viu *Posição* nas bancas. Havia ficado apenas na memória dos capixabas. Porém, uma última edição foi produzida em 29 de outubro de 1981 para lembrar cinco anos da primeira vez que o jornal ganhou as ruas. O número 66 foi, na verdade, um esforço de alguns ex-colaboradores que decidiram se unir mais uma vez buscando injetar novo ânimo à publicação.

Sem expediente ou descrição de membros que estavam participando daquela edição, o jornal foi distribuído com 12 páginas, sustentando a estrutura já tradicional do *Posição* como a *Coluna Recortes*. A capa trazia a mesma logomarca elaborada em 1976 e um aviso, logo abaixo, que era a Edição de Aniversário. Em destaque, em uma faixa preta, a frase: “Psiu! Olha nós de novo”, remetendo ao retorno da publicação. A manchete de capa: “Eurico não toma jeito. Até a neta entrou na cachorrada” sobre uma denúncia envolvendo suposto favorecimento de empresas ligadas a familiares de mandatários em contratos com o poder público. Uma imagem do então governador biônico, Eurico Rezende (1979-1983), foi utilizada para fazer uma foto montagem com um balão, próprio das histórias em quadrinho, com a frase: “Ai meu saco!”.

No editorial, um desejo de renovação já ficava evidente no título “Nova Tarefa”. O texto iniciou lembrando a tarefa do alternativo quando foi criado e sua determinação em ser um jornal feito por jornalistas e que dependia do leitor. Exaltou o espírito combatível que defendeu durante os anos que circulou e pontuou o fato de ter sido um dos primeiros “porta-vozes das lutas populares e democráticas do Espírito Santo”, expondo a luta dos explorados e oprimidos. Até o último número, esteve ao lado das lutas populares.

Finalmente, o jornal deixou de circular. A situação financeira do *POSIÇÃO* chegou a um nível insustentável, resultado, principalmente, dos aumentos crescentes dos custos industriais. Definitivamente, não havia condições de continuar. Hoje, dois anos após a paralisação, circulamos essa edição comemorativa do lançamento da nossa primeira edição. O jornal que está nas

suas mãos é resultado do esforço de alguns ex-integrantes da equipe, antigos e novos colaboradores (POSIÇÃO, ed.66, p.2)

Em meio a um ambiente de reorganização de sindicatos e de frentes de lutas diversificadas, *Posição* se propôs a ser um mecanismo para unificar todas as ações da oposição para, efetivamente, derrubar a Ditadura Militar – mesmo que esta, naquela época, dava claros sinais de enfraquecimento. Era essa a nova tarefa apontada no título, principalmente no que tange uma das principais bandeiras do jornal, seguindo o viés marxista de sua linha editorial: a defesa da classe operária. Tanto que ressaltava no texto de apresentação: “as contradições entre exploradores e explorados se aguçam, mas a organização popular se faz de forma lenta e difusa”. Por fim, destacava:

É dentro deste quadro que vemos a importância do renascimento do *POSIÇÃO* – ou que outro nome tenha – no Espírito Santo. Um jornal que participe deste esforço de unificação, do aguçamento da luta de classe até a sua consequência. Que mantenha seu firme compromisso de acompanhamento das lutas travadas no Estado e no País e que seja veículo do mais amplo debate ideológico. Um jornal de oposição no Espírito Santo (POSIÇÃO, ed.66, p.2)

A apresentação garantia um jornal muito parecido com o feito anteriormente e as reportagens da edição seguiam na mesma vertente. Além da denúncia contra o governador, o número 66 trouxe reportagem sobre a luta por terra em Muniz Freire e sobre batalha de trabalhadores em Cachoeiro de Itapemirim, o aparecimento de novas lideranças políticas, um artigo debatendo a crise na esquerda e o afastamento dos partidos comunistas do marxismo-leninismo. Por fim, a edição terminava com uma notícia internacional sobre o movimento revolucionário na Polônia.

Todo o esforço empenhado nesta edição, todavia, não bastou para ressuscitar *Posição*. O jornal deixou efetivamente de existir. Muitos dos seus membros deixaram o Espírito Santo, como Jô Amado, Luiz Rogério Fabrino, Robson Moreira e Umberto Martins, entre outros, buscando novos desafios na área do jornalismo. Alguns permaneceram, como Rogério Medeiros que, já na era da internet, lançou o site de notícias *Século Diário*, com algumas características muito parecidas com o *Posição*.

Assim como muitos outros alternativos, o jornal independente capixaba chegou ao fim junto com a Ditadura Militar. Seu papel na história do jornalismo capixaba e até nacional – visto que foi citado na obra “*Jornalistas e Revolucionário: nos*

tempos da imprensa alternativa” de Bernardo Kucinski – foi de considerável destaque, principalmente pela ousadia em publicar notícias que a imprensa tradicional não divulgava em meio a um regime autoritário e uma das fases mais nebulosas da história brasileira. Como pontuou Umberto Martins: “*Posição* fez história e ficará gravado na memória do povo capixaba como um veículo libertário dedicado a um jornalismo comprometido com a verdade e o bom combate”.

2.3 - Censura e apreensão de jornais

O bom combate era efetivamente o que *Posição* mais enfrentava. Como já pontuado, a repressão, por si só, já havia motivado a criação do periódico. Seus primeiros números gozavam de uma liberdade que só viriam a conhecer novamente nas últimas edições, porque logo a equipe seria perturbada pelos militares e apoiadores do regime. Algo que já era de se esperar, afinal, todo o restante da imprensa estava sendo censurada e isso também iria ocorrer com um jornal alternativo. Foram inúmeras as vezes que os jornalistas e colaboradores do jornal foram convocados à sede da Polícia Federal para que explicassem a publicação de reportagens que colocavam em cheque a credibilidade do regime militar.

A gente recebia um comunicado para comparecer à Divisão de Censura da Polícia Federal. A gente ia e era conduzido à sala do coronel Miner Brasil. Ele fazia perguntas, as vezes idiotas. Lia o editorial e falava que era coisa de comunista. Eu respondia, coronel, mas eu sou comunista, o senhor deve ter minha ficha aí. Eu era convocado de vez enquanto, mas a imbecilidade era sempre (informação verbal¹⁰³)

Jô Amado pontua que a equipe do jornal agia com cautela, tomando “cuidado de não mexer em casa de marimondo logo no início”¹⁰⁴. Porém, isso não adiantava muito. Só pelo fato de mostrarem uma realidade que incomodava a administração pública, o jornal já estava na mira dos militares. Rogério Medeiros lembra que, nas primeiras vezes que foi chamado pelos militares ficava apreensivo, porém, a cena se repetiu tantas vezes que passou a se acostumar com aquele sentimento de ansiedade. “Quando saía a edição em um dia, no

¹⁰³ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

¹⁰⁴ POSIÇÃO, ed. 39, p. 9

outro estávamos no 38º BI ou na Polícia Federal. Passou a ideia que fui chamado para dirigir o jornal para fazer esse papel”, afirmou o jornalista.

Rogério Medeiros era um dos fichados pelo regime. Medeiros foi solto após o advogado Paulo Silveira, que viria a ser um dos principais anunciantes do jornal alternativo, se apresentar como representante de sua defesa. “Ele se apresenta no 38 BI como meu advogado. Quando saí, ele me disse que era de esquerda e por isso havia me defendido. Eu virei uma referência porque caía muita coisa na minha mão”, conta o jornalista.

Não houve muitas prisões efetivamente por causa do *Posição*. Muitos dos seus membros foram perseguidos ou passaram por algum tipo de conflito direto com os representantes do poder, porém, em poucos casos a prisão ocorreu motivada por algo publicado. “Eu fui preso algumas vezes, creio que três, pela Polícia Federal em função da luta contra a ditadura, mas não por causa do meu trabalho no jornal”, garante Umberto Martins. Uma das únicas exceções aconteceu em junho de 1977, quando Robson Moreira seguia para Minas Gerais com os originais da 14ª edição.

O trajeto já era conhecido do jornalista. Desde a primeira edição ele havia acompanhado e participado da elaboração do periódico, ficando a cargo dele a composição, que ocorreria na capital mineira, e a aquisição do papel para a impressão, que era comprado na mesma cidade. Seguiu viagem em um ônibus no dia 3 de julho devidamente credenciado pela empresa Edições do Leitor Ltda. e portando todos os documentos que se faziam necessários. Porém, na madrugada do dia 4, seu percurso foi interrompido por policiais federais. Era a primeira vez que o material gráfico do *Posição* era apreendido. O jornalista foi detido e levado para interrogatório, depois posto em uma cela com outras 90 pessoas. Foi liberado 24 horas depois.

Fui retirado do ônibus em que viajava para Belo Horizonte no amanhecer do dia pela polícia Metropolitana, antes de chegar à capital mineira. Mesmo antes de sair de Vitória, eu já sabia que seria preso, pois no ônibus entraram agentes da polícia federal pedindo que eu me identificasse e que mostrasse a eles o material que estava levando. Ou seja, alguém havia me denunciado. E eles me advertiram que não seria bom que o material chegasse ao seu destino final. Fui interrogado e ameaçado à exaustão, por 24 horas ininterruptas, para que revelasse com quem eu tinha ido me encontrar em BH. Não revelei e eles acabaram me soltando talvez com a ideia de que

poderiam me seguir e que eu iria me encontrar com essa pessoa. O que não aconteceu (informação verbal¹⁰⁵)

Moreira revelou, em entrevista à revista *Vozes da Democracia* do Intercom, que foi levado para Metropol¹⁰⁶ e foi interrogado com as matérias do jornal em cima da mesa. “O delegado dizia assim: ‘Quem escreveu isso?’. ‘Eu sei lá, não lembro, tanta gente que escreve’, respondi”. Era uma noite chuvosa e fazia frio na capital mineira, deixaram o jornalista numa cela sem teto e de pé.

Mesmo rápido, já que a prisão durou apenas 24 horas, o episódio não iria passar em branco para o jornal. Duas ações foram tomadas pelo *Posição*, a primeira delas ocorreu logo depois da soltura do jornalista. Para evitar que os leitores estranhassem a demora na publicação, uma nova edição foi elaborada, com o número 14 bis. Na capa, em tons de preto, o famoso avião com o mesmo nome, construído pelo brasileiro Alberto Santos Dumont. Vendido por 50 centavos, o exemplar contava apenas com uma folha frente e verso, na qual era informado o que ocorreu com a 14ª edição e destacado que o fato se sucedeu às vésperas do Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, comemorado em 7 de julho.

Na edição era publicada uma carta endereçada ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao ministro da Justiça, ao governador de Minas Gerais e ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa contando todo o ocorrido com o jornalista e com a edição do *Posição*. Um pequeno editorial redigido no verso do 14 bis criticava os membros do Dops mineiro por terem cometido a “confusão” de apreender o jornal capixaba. “A confusão, então, partiu do Dops. Repudiamos e denunciemos esse tipo de confusão. Uma ‘confusão’ que, na prática, acarretou perdas incalculáveis para o nosso jornal”, dizia o editorial, que terminou pontuando que o periódico, de forma alguma, era clandestino. “Sempre agimos dentro da lei. Esta e a nossa posição”.

A 14ª edição ganhou as ruas em 16 de julho de 1977, quase uma semana depois do 14 bis. Na última página da publicação vinha uma nova reportagem sobre a apreensão do jornal e a prisão do jornalista, redigida pelo próprio Robson Moreira e com o título “Revés”. Era a segunda ação promovida pelo periódico contra o arbítrio. No texto ele relembra todos os diálogos tido com os militares no

¹⁰⁵ MOREIRA, Robson. *O Posição e a repressão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

¹⁰⁶ Metropol – polícia metropolitana

momento de sua prisão e de sua soltura, e frisava que aquela viagem já havia começado estranha. Moreira entrou no ônibus da viação São Geraldo na Praça Misael Pena, quando ouviu um comunicado que ocorreria uma vistoria da Polícia Federal. Sua mala de mão foi aberta e lá tinha uma toalha de rosto, 20 exemplares da 13ª edição do *Posição* e as novas reportagens para o número subsequente. Informou que estava viajando a serviço e mostrou uma carta endereçada à empresa S/A Mercantil Anglo Brasileira, na qual iria adquirir o papel para impressão.

O agente Joaquim Sazanete, da Polícia Federal, decidiu ficar com os exemplares do jornal e informou que aquela fora uma ação decorrente de ordens superiores. Também alertou ao jornalista que novas vistorias iriam ocorrer até o fim do trajeto para Belo Horizonte. No município de Ibatiba, nova parada e nova ação dos policiais federais. Eles foram diretamente na poltrona nº 11, onde estava sentado o jornalista. Passou por outra vistoria e fora liberado novamente. Mas a odisséia ainda não tinha terminado.

No posto da Polícia Federal, a poucos quilômetros de Belo Horizonte, uma nova parada. Desta vez não eram policiais federais, mas sim integrantes do Departamento de Ordem Política e Social que aguardavam o jornalista. Subiram no ônibus e o prenderam. Chegou à sede do Dops mineiro às 6h10 e logo começou o interrogatório. Naquele mês estava ocorrendo o III Encontro Nacional de Estudantes naquela cidade e a preocupação dos agentes do regime era com o evento, inclusive, as diversas perguntas feitas ao jornalista, que era estudante de comunicação da Ufes, foram sobre a suposta participação no encontro. Perguntaram sobre a vida pessoal do jornalista, seu interesse pela política, se sabia o objetivo do encontro de estudantes e, por fim, chegaram ao *Posição*.

“Por que você fala mal do governo?” “Não falo mal do governo.”
“Mas seu jornal fala.” “Não fala, não senhor”. “Mas critica.”
“Também não. Meu jornal apenas mostra o outro lado da notícia, para levar ao público a uma outra versão da verdade, como ela realmente é, uma coisa que os outros jornais não costumam fazer” – argumentei. “E por que os outros jornais não fazem?”
“Não sei, doutô. Talvez por interesses políticos e econômicos. É que o jornal *Posição* é um jornal independente”. “Independente como, rapaz, se ele depende de Belo Horizonte para ser rodado?” “Não é nesse sentido, doutô. Ele é independente porque não é vinculado a nenhum grupo político ou econômico (POSIÇÃO, ed.14, p.12)

Com o fim do plantão do delegado do Dops, Moreira foi levado para cela, onde já estavam diversos estudantes da Bahia e de Viçosa. Permaneceu por muitas horas naquele local, junto com os universitários, que às vezes cantavam para amenizar a tensão. Com o local já abarrotado de presos políticos, alguns foram levados para o andar superior, inclusive Robson Moreira. Ele permaneceu no pátio das 21 horas às 5 horas da manhã. Não havia cobertura, apenas um grade de arame fazia as vezes de telhado e a chuva caía fina. Depois de algumas horas pegando chuva, o convocaram e o fizeram assinar um depoimento junto com o original da 14ª edição do jornal.

Este não foi o único problema que a equipe de jornal alternativo enfrentou com a repressão. O editorial da 13ª edição trazia o título “Prepotência” e relatava a prisão de outro membro do jornal: o correspondente Silveira José Vieira. No texto, a direção do *Posição* exigiu limites para as ações do então prefeito de Afonso Cláudio, Leni Alves de Lima, que ordenou a prisão do jornalista, acusando-o de subversão por fotografar um hospital transformado em quartel no município. “A subversão continua sendo do prefeito quando ele inverte os valores vigente, transformando aplicação de dinheiro do erário público em cheque para a conta corrente de sua família”¹⁰⁷, acusava o editorial.

Na mesma edição, duas notas também tratavam do ocorrido em Afonso Cláudio. Uma delas era assinada pela diretoria da Associação dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo e protestava contra a arbitrariedade da prisão, exigindo investigação das autoridades superiores sobre o ocorrido. A outra nota era do próprio *Posição*. Nela, a direção estendia sua solidariedade ao seu correspondente e apontava que o prefeito tentou supostamente silenciar os telefones e os telégrafos da cidade para evitar que a notícia chegasse à capital. Mesmo com o esforço, o ocorrido chegou aos ouvidos dos capixabas e, segundo o jornal alternativo, ganhou repercussão nacional

Foi uma resposta grandiosa ao arbítrio mesquinho e medíocre de um homem, ou de um grupo de homens, que nem se hesitou em utilizar como instrumento para suas ambições o próprio nome da Polícia Militar do Estado. Contra a vaidade individualista deste clã, foi uma verdadeira lição de solidariedade, a que todos os nossos companheiros jornalistas deram. (POSIÇÃO, ed.13, p.5)

¹⁰⁷ POSIÇÃO, ed.13, p.2

Na mesma edição, a primeira nota da *Coluna Recortes* tratava de outro caso de censura também em Afonso Cláudio, mas desta vez não foi promovido por uma autoridade política ou um militar. Lá, o chefe da Empresa de Correio e Telégrafo, Oswaldo Simões, decidiu agir como censor, segundo o jornal, determinando quais os jornais que podiam ou não chegar ao município. “Evidentemente que o papel de censor não cabe a ninguém, muito menos a um chefe do posto de correio de uma cidade do interior”, afirmava a nota, destacando que a restrição era para aqueles jornais que noticiassem algo sobre o prefeito Leni Alves de Lima. Porém, no caso específico do *Posição*, todos os exemplares ficavam retidos.

Não foram só essas vezes que *Posição* teve problemas com o município serrano. Um dos episódios mais emblemáticos da repressão sofrida pelo jornal ocorreu enquanto o governador biônico Elcio Alvares (1975-1979) promovia um comício em uma festa popular na cidade. Uma banca estava comercializando a 17ª edição do jornal alternativo, que tratava dos dois anos de gestão do governador. Trazia como reportagens os pedidos de impeachment protocolados pelo MDB contra o arenista, a aprovação de salários vitalício para governadores pela Assembleia Legislativa, as obras da 3ª Ponte e o afastamento de dois diretores do Banestes. Em determinado momento do comício, dois policiais militares abordaram os colaboradores que estavam comercializando o *Posição* e apreenderam 30 exemplares. Na edição seguinte, o jornal publicou um irônico desabafo sobre o ocorrido.

Com o título “Violência”, o texto publicado no periódico vinha informando que o mandante da ação havia sido o próprio governador biônico e que os jornais, depois de apreendidos, foram jogados dentro de um carro, tipo Veraneio, verde com a sigla TP-23. Como forma de protesto, o jornal decidiu mandar uma carta ao Governo do Estado cobrando o pagamento de todos aqueles exemplares.

“Sr. Governador

Vemos por meio destas mal traçadas linhas requerer pagamento no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) referente aos exemplares de nosso jornal requisitados pelo senhor, sr. governador, para fins não declarados. Na certeza de que o senhor, sr. governador, conhecedor das dificuldades que enfrentamos – editando o único jornal independente do Estado saberá dar a devida atenção aos nossos requerimentos, agradecemos antecipadamente a sua atenção.

Mui respeitosamente,

Jornal Posição

Pagamento: 30 exemplares do jornal *Posição* (nº 17), ao preço unitário de Cr\$ 5,00 (livre de comissões e taxas): Cr\$ 150,00

Favor enviar pagamento referente ao cheque nominal – Edições do Leitor Ltda.

O episódio ganhou repercussão após as publicações do jornal. A imprensa tradicional não tocou no assunto, mas o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na ocasião, Prudente Moraes Neto – a quem *Posição* chegou a homenageá-lo, na edição de 03 de janeiro de 1978, pouco depois do seu falecimento – se solidarizou e protestou em favor do jornal por meio de uma carta enviada ao governador do Espírito Santo Elcio Alvares (1975-1979). Na postagem, ele afirmou “acreditar que o governador adotará o livre exercício dos direitos constitucionais de informar, opinar e criticar por parte dos jornalistas do *Posição*, publicação que honra a gente do Espírito Santo”¹⁰⁸. Também colocou à disposição do jornal o apoio jurídico da ABI para ajudar o jornal, caso fosse necessário.

Se o governo não respondeu ao comunicado, os leitores, sim. O jornal recebeu inúmeras manifestações de apoio. Um envelope anônimo com a quantia de 150 cruzeiros chegou à redação. Após uma conversa com assessores jurídicos, o jornal considerou o pagamento como válido e a dívida do governo com Edições do Leitor Ltda. quitada.

O quarto episódio de tentativa de impedir a divulgação do jornal ocorreu em 17 de janeiro de 1978 por causa de um condutor de trem. Ismael Louback, ferroviário e membro da chapa 4 que concorria à eleição da categoria, decidiu levar 32 exemplares do *Posição* a Governador Valadares, Minas Gerais. Era a edição 27 do jornal, que trazia na capa uma “matéria anti-pelego”. Ao entrar no veículo, em Vitória, um homem que sentou na mesma cabine mostrou interesse pela publicação e pediu para lê-la. Era Sebastião Nascimento, condutor de trem conhecido como Mão Pelada, que era amigo do sindicalista Heráclito Lopes Patrício, a quem o jornal havia chamado de pelego.

Desembestou, na hora, o Mão Pelada que, dedo em riste, ameaçou Ismael Louback apreendendo, na mesma hora, os jornais... Ismael tentou um diálogo. Mas o “diálogo” do “Mãozinha” foi outro: sacou uma esferográfica e, ali mesmo,

¹⁰⁸ POSIÇÃO, ed.19, p.2

mandou bala: “Comunico que o funcionário Ismael Louback, da Companhia Vale do Rio Doce, do CTC, teve apreendido 32 exemplares de um jornal que comprometia o nome da companhia e se encontrava em seu poder” (POSIÇÃO, ed. 28, p.6)

O condutor despachou o bilhete para a chefia, como pontua o jornal, sem nem ao menos se atentar sobre a “arbitrariedade estúpida” que considerou que Ismael teria cometido. Sem conhecimento dos seus direitos, o ferroviário ficou desesperado temendo a demissão. Mas o episódio ficou por aí. Para o *Posição*, o prejuízo foi grande e os jornalistas fizeram questão de relatar isso na edição subsequente com o título irônico “Ôtoridade”. A equipe chegou a reclamar no final da matéria que, além de enfrentar a repressão formal do governo, teria que combater um grupo paramilitar que queria impedir que funcionários da Vale do Rio Doce lessem o jornal.

Diferente, por exemplo, do *Folha Capixaba*, *Posição* nunca teve sua sede invadida por representantes do governo. Mesmo assim, os jornalistas viviam em constante estado de alerta. Adilson Vilaça relembra um episódio em que acharam que a redação seria invadida por pistoleiros e que trouxe certa apreensão aos colaboradores. Porém, tudo não passou de um alarme falso.

Uma vez ameaçaram invadir os jornal quando estava funcionando no Sindicato dos Estivadores. Publicamos uma matéria que trouxe uma ira muito grande ao José Maria Feu Rosa e ele falou com Luzimar que mandaria não só a Polícia Federal, mas pessoas dele ao jornal. Coincidentemente colocamos na conta da bravata. Não havia celular e eu tinha ido comer alguma coisa perto da Praça Oito e encontrei dois caras falando no orelhão que já estavam na praça. Fiz de conta que ia pegar o ônibus e ouvi a conversa, falavam que iriam vim mais cinco. Fui ao jornal e avisei. Luzimar falou com as pessoas que quem quisesse ficar podia, mas havia risco de invadir. Tânia Mara e alguns outros levantaram. Ficamos em três no jornal. O Luzimar colocou um revólver encima da mesa. Eu, Luzimar e acho que era o Umberto ou o Ângelo. Mas não foi ninguém. Seria um dia de risco porque não estávamos lidando com a polícia, mas com pistoleiros. (informação verbal¹⁰⁹)

Na trajetória da imprensa alternativa, os processos judiciais eram ameaças plausíveis, até porque o próprio Poder Judiciário era alvo de alguns questionamentos e denúncias. Para evitar problemas nesta alçada, a equipe do *Posição* utilizava da cautela e do respaldo em provas documentais. Segundo

¹⁰⁹ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

Namy Chequer¹¹⁰, o jornal tinha a preocupação de não ter seus repórteres responsabilizados judicialmente, por isso orientava para que trabalhassem com tudo documentado.

Porém, algumas vezes, nem o respaldo documental resguardava o jornal. As tentativas de miná-lo vinham de todos os lados e por motivos ínfimos. Na edição do dia 15 de julho de 1977, o editorial intitulado “Mediocridade” da edição nº 16 relatava uma dessas tentativas. O pretexto ridículo, como classificou o jornal, para o processo legal veio de um pequeno erro de montagem. Na edição anterior, o nome do colaborador Wilson Márcio Depes foi publicado no expediente faltando a abreviação do nome do meio.

Segundo o jornal, acompanhado do desembargador Geraldo Correia Lima, Wilson Márcio Depes procurou um conhecido advogado capixaba e o convenceu a entrar com uma ação alegando o uso por má-fé do seu nome. No editorial, *Posição* considerava a insatisfação do colaborador apenas como um pretexto e acusou o desembargador de articular contra a publicação.

De fato, porém, também esse cidadão “entrou como Pilatos no Credo”: também ele foi o pretexto – e não mais do que isso – para que o desembargador Correia Lima pudesse descarregar suas baterias iradas contra o nosso jornal. Depois, o mesmo desembargador daria continuidade as suas anônimas atividades, procurando representantes das Forças Armadas, com o intuito de nos delatar com inimigos do regime vigente. (POSIÇÃO, ed. 16, p.2)

Segundo o jornal, a perseguição do desembargador teria sido motivada por uma denúncia promovida pelo periódico há meses, pelo fato dele manter um cargo no Poder Judiciário e estar ligado a um escritório de advocacia. O que é ilegal. Destaca, inclusive, que nenhuma ação contra o periódico ocorreu por causa da denúncia, o que confirma que não era uma inverdade o que o *Posição* publicara. No editorial, o periódico classificou o fato do desembargador ter procurado as forças armadas como uma ação medíocre de dedo-duro, delator e informante.

Pelo menos *Posição* tinha uma vantagem quando ações judiciais tentavam ser impetradas contra o jornal: o fato de ser impresso em Minas Gerais. Rogério Medeiros conta que, quando ocorria alguma tentativa de perseguição por parte

110 CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

de membros do Judiciário, a ação acabava fugindo da sua alçada, já que a impressão do jornal ocorria em outro estado. “Embora impresso em Minas por questão de preço, acabava fugindo da perseguição que era grande. O Elcio Alvares era o governador e se o jornal fosse editado no Estado ele iria conhecer o jornal antes (de sair nas bancas)”¹¹¹, conta o jornalista.

Mesmo com esse trunfo, havia outras formas de um jornal alternativo ser vistoriado pelas autoridades. Uma delas era a infiltração de informantes e espiões dentro do grupo responsável pela publicação. E isso ocorreu com o *Posição*. As conversas e negociações da equipe acabavam sendo repassadas para os defensores do regime.

Tivemos um problema, mas só soubemos disso muito tempo depois. Um menino, o Luiz Cláudio, que conheci na universidade. Ele disse que gostava muito do jornal e queria ajudar voluntariamente. Falei para ele aparecer para conversarmos, porque parecia um rapaz humilde. Disse ao Jô que ele poderia ajudar a organizar os contatos. Ele era muito solícito e ajudava a dobrar e distribuir o jornal. Só bem depois desconfiamos que ele repassava as nossas conversas. Mas não guardo a menor bronca, ele cumpriu uma tarefa. (informação verbal)

O espião era um “tipo comum, franzino, não muito alto e usava barba”, como lembra Adilson Vilaça. Como não tinha pendor para jornalismo, acabou ajudando em atividades administrativas ou em pequenas funções como dobrar os exemplares. Permaneceu ligado à equipe do *Posição* por alguns meses e, assim como qualquer outro membro, tinha livre acesso à sede do periódico. Mesmo com algumas desconfianças por parte da equipe, a confirmação sobre a ligação de Luiz Claudio com a polícia ocorreu apenas tempos depois de sua saída, quando ele concedeu uma entrevista para *A Gazeta* contando como atuava.

Ele contava tudo sobre a infiltração. Me lembro de uma passagem que falava que o espião tinha uma chave e entrava na redação à noite quando não tinha ninguém. Uma vez ele quase foi flagrado. Ele devia estar buscando documentos. (informação verbal¹¹²)

Luiz Cláudio não participava das reuniões de pauta, já que não escrevia. Agia de forma discreta, sem chamar atenção, passava quase que diariamente na sede

¹¹¹. MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016

¹¹² AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

do jornal assim como tantos outros colaboradores e amigos dos jornalistas. O espião, além de vistoriar de perto o jornal, também acabava tendo a função de descobrir quais membros atuavam na luta armada, afinal alguns, nessa época, eram ligados ao PCdoB. Utilizando de uma caixa de ferramenta, sempre oferecia seus serviços de torneiro e marceneiro aos colegas de redação. Queria ter acesso à casa dos funcionários do jornal.

Nós sabíamos que ele era araponga. Mas nos mantínhamos como se nada tivesse acontecendo. Nada de importante nós conversávamos perto dele. Gostava de ir nas casas e saber se alguém estava envolvido no movimento armado. Ele cansou de se oferecer para ir na minha casa para consertar as coisas. Falei com Luzimar sobre isso e ele me falou para levá-lo. Fiz uma pegadinha com ele. Na minha casa não tinha móveis, só geladeira e fogão. Eu levei e o espião viu que não tinha móvel algum. Pôde colocar no relatório que não foi encontrado arma e ninguém escondido. (informação verbal¹¹³)

Namy Chequer, que até hoje é uma das lideranças mais emblemáticas do PCdoB capixaba e naquela época escrevia para o *Posição*, lembra ainda mais detalhes sobre o espião e o período da infiltração no jornal. Segundo ele, após alguns meses de convívio, Luiz Claudio, que era ligado à Segunda Sessão do Estado Maior, conhecida como P2, acabou aderindo à causa comunista e passou a sofrer com um conflito interno.

O comunista ainda conta que haviam táticas utilizadas para detectar um policial infiltrado em uma organização ou movimento ligado à esquerda. Inclusive, garante que chegou a utilizar uma dessas técnicas com outro suposto espião, chamado de Ferreira, que em certo momento também tentou buscar informações nos grupos comunistas e no *Posição*.

Assim como eles (policiais) tinham mecanismos de espionagem, a gente tinha de contraespionagem. Tínhamos uma técnica para detectar um dedo duro. Se pegava uma militante nova, que entrou recentemente no movimento e que ainda tinha aquele discurso radical, sem substância, mas estava empolgada. Instruía essa pessoa e pedia para ela chamar o espião para sair, tomar uma cerveja, uma Coca-Cola. Ela começa então a demonstrar fragilidade, falar que está cansada e que acha que a luta não vai dar em nada. Quando a pessoa com quem ela fala é polícia, diz que é para ela fazer isso mesmo. Dá o bom conselho. Tira a pessoa da luta. Ele está lá pra matar o

¹¹³ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

movimento. Se for um revolucionário (comunista) fala para a militante não fraquejar. (informação verbal¹¹⁴)

A espionagem aos movimentos de esquerda e ao *Posição* era uma realidade no Espírito Santo. Além dos membros do periódico, quem confirma que ocorria é o coronel Luiz Aurich, responsável pela P2 no Estado nos últimos anos da ditadura militar. O setor tinha a função de fiscalizar qualquer movimento que pudesse causar problemas ao País. Vigiava-se a área estudantil, religiosa, política, etc. Aurich assumiu o posto em 1979, após terminar um curso para ser promovido a major, e tinha uma função: desativar os trabalhos de vistoria e espionagem da polícia militar, conhecido na corporação como defesa interna. Naquele tempo, todos os policiais militares atuavam em conjunto com as forças armadas. Mas, estes decidiram em 1978 que as sessões de informações da política passariam a ser preparadas para atuar somente na segurança pública, passando a defesa interna para as mãos das Forças Armadas, SNI e Polícia Federal.

A P2 funcionava dentro do quartel da Polícia Militar, em Maruípe, Vitória. Contavam com uma equipe pequena dividida em dois grupos: o interno, conhecido como analistas, que tinham em mãos os planos de informações – aquilo que precisavam que os espiões conseguissem – e criavam o quadro a partir dos dados que chegavam; e os policiais que atuavam dentro dos movimentos e não eram identificados nem pelos colegas de fardas. Estes trabalhavam na universidade, junto à gente da imprensa, dentro dos movimentos religiosos, etc.

Segundo Aurich, os agentes externos produziam mensalmente relatos de sua atuação, chamados relatórios de informações, nos quais todos os fatos eram descritos. A partir daí era produzido um quadro, muito parecido com os dados que atualmente são usados no “mapa dos homicídios e dos furtos”. Depois, as informações eram enviadas para a instância superior.

Lógico que havia vários canais de informação porque você poderia ser parcial. Se batiam lá duas informações diferentes sobre o mesmo tema, vinham conferir qual estava certo. A princípio funcionava assim: a pedra bruta era buscada e mandada dentro do canal do sistema. No Espírito Santo era o 38º Batalhão de Infantaria e a Polícia Militar que mandavam para a brigada onde eram subordinados. A própria Polícia Militar estava dentro do sistema de forças terrestres, dentro da

¹¹⁴ CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

Segunda Brigada de Infantaria de Niterói. Lá se processava e enviava para cima a informação que a gente conseguia (informação verbal¹¹⁵)

No caso específico da imprensa, os policiais atuavam em algumas frentes. Uma delas era a leitura de todo o conteúdo do jornal, o clipping¹¹⁶. “Você pegava todo o material de imprensa que interessava e questionava: Quem escreveu esse artigo? Qual era a dele? É filho de tal pessoa e estuda em tal lugar? Essa era informação”¹¹⁷, explicou o coronel. Fora isso, havia as informações que vinham dos informantes que estavam infiltrados nos jornais. Eles não recebiam nada a mais pelo trabalho e eram retirados de dentro da escola de formação de policiais. “A pessoa estava em formação e se perguntava se o cara tinha interesse. Quando o policial é novo, ele quer aventura. Ser um informante de um sistema poderoso, a pessoa acabava achando que era uma grande coisa. Era uma posição de poder”¹¹⁸.

Segundo o coronel, os dados não eram analisados por aqueles que os recolhiam, eram repassados sem qualquer juízo de valor para os analistas, muitos deles formados pela Academia Nacional de Brasília. Quando Aurich assumiu o cargo, época que o jornal alternativo já estava nos seus anos finais, todos os policiais que estavam em atividade externas de defesa interna foram recolhidos. Inclusive o espião do *Posição*. Sobre a afirmação que ele acabou aderindo à causa.

Não me recordo quem era. Mas muitos deles fui eu que recolhi. Era isso. Algumas pessoas infiltradas se envolveram ideologicamente com as coisas, mas a maioria trabalhava por trabalhar, sem envolvimento emocional. Me lembro que foi assunto de muitas conversas, porque a pessoa se envolveu. Você envolvido em um ambiente de igreja você pode ser um ateu e virar um grande carola ou você pode ir para dentro de um jornal totalmente contra o governo e o status quo do regime da época e aí, ao invés de vigiar, se transformar em um adepto da filosofia dos caras. Faz parte.... Alguns tiveram problemas de saúde e psicológico. A pessoa vive um grande conflito nessa atividade de você viver de forma falsa. Você sai da sua casa e vira o João ou o Pedro. Não eram pessoas de grande níveis, eram soldados, sargentos, pessoas com dificuldades. Alguns não se

¹¹⁵ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

¹¹⁶ Clipping: termo que deriva do inglês “clip” que significa cortar, aparar, reduzir, recortar. Usado para designar recortes de jornais ou gravações de reportagens de algum meio de comunicação sobre determinado assunto, órgãos ou pessoa. Muito utilizado pelas assessorias de imprensa.

¹¹⁷ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

¹¹⁸ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

envolveram. Os que se envolveu ficaram com a cuca ruim.
(informação verbal¹¹⁹)

Um dos exemplos de conflito interno que ficou marcado na história das forças armadas, ocorreu com um militar conhecido como cabo Anselmo. Segundo o coronel, ele era das forças armadas e passou a ser uma pessoa ligada aos movimentos de esquerda. Como foi infiltrado muito tempo, acabou dividido entre o que ele via, o que deveria fazer e o que achou que era verdade. “Escreveram livro sobre isso. Mas o pessoal das forças armadas não confirma essa informação”¹²⁰, conta.

No Espírito Santo, com a missão de Aurich de desarticular os trabalhos de defesa interna, muitos dos espiões, após atuarem, foram aposentados. “Fizemos isso por respeito. Era uma atividade que eles foram levados a exercer por ordem. São pessoas comuns hoje”, destaca o coronel. Sobre a percepção que a Polícia Militar tinha do jornal *Posição*, o coronel destaca:

Não distribuíamos, mas líamos. Todo mundo queria ler o *Posição*. Diferente do computador de hoje, era necessário ter o jornal. Os militares só queriam saber o que estavam escrevendo. Empastelar o jornal quem poderia fazer isso era os políticos daqui. Todo mundo saía atrás do jornal. Quando batia um jornal dentro do quartel, todo mundo queria ler. Por que? Sabia que aquela merda era verdade, mesmo que as vezes não daria nada, porque o cara era importante. Ele era lido dentro do palácio, dentro de *A Tribuna*. Ele era um jornalzinho da peste.
(informação verbal¹²¹)

Mais do que ler, os militares e representantes do regime estavam de olho no conteúdo do periódico alternativo capixaba e em quem o escrevia. Além de expor algumas mazelas do Espírito Santo e supostas irregularidades nos órgãos públicos e poderes constituintes, chegou um período que diversos comunistas adotaram *Posição* como trincheira de luta. Foram chegando devagar e logo assumiram a direção do jornal. Matérias, editoriais, crônicas e até as dicas literárias eram repletas da ideologia de esquerda.

¹¹⁹ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

¹²⁰ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

¹²¹ AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

2.4 – As fases do *Posição*: jornalistas x militantes

Como qualquer empreendimento, *Posição* passou por algumas fases na sua efêmera trajetória. Cada uma delas trouxe consigo novas visões, novos colaboradores, outros jornalistas. Resende (2011) dividiu a história do periódico alternativo de acordo com o comando do jornal, o que, invariavelmente, trazia mudanças no conteúdo ou até mesmo na forma de cobertura dos fatos¹²². A mudança mais drástica, todavia, ocorreu a partir da edição 53^a, quando os membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) assumiram mais espaço no jornal e passaram a atuar na trincheira da imprensa, tornando-a uma das principais frentes de ação do partido. O periódico, a partir daí, deixou de ser elaborado puramente por jornalistas e passou a assumir perspectivas mais partidárias. As fases do *Posição*, são:

¹²² Essa dissertação também dividirá a trajetória do jornal em cinco fases, levando em consideração as mudanças no conteúdo, por entender ser a melhor forma de abordar este assunto.

Tabela 2
Fases do jornal *Posição*

Fases	Edições	Direção	Edição
1ª	1ª a 9ª	Rogério Medeiros e Pedro Maia	Jô Amado
2ª	10ª a 48ª	Luiz Rogério Fabrino	Jô Amado
3ª	48ª a 50ª	Luiz Rogério Fabrino	Luzimar Nogueira Dias
	51ª a 52ª	Luiz Rogério Fabrino	Benedito Tadeu César
	Edição especial	Joaquim Nery	Benedito Tadeu César
4ª	53 a 57ª	Joaquim Nery	Luzimar Nogueira Dias e Robson Moreira
	58ª a 60ª	Robson Moreira	Luzimar Nogueira Dias e Robson Moreira
	61ª a 63ª	Robson Moreira	Robson Silveira e Umberto Martins
	64ª e 65ª	Robson Moreira	Robson Silveira
5ª	66ª	Sem expediente	Sem expediente

A primeira fase foi a mais fiel à proposta inicial de ser um jornal escrito por jornalistas. Sua composição era praticamente de figuras conhecidas do mercado, o que foi fundamental para moldar a linha editorial do jornal alternativo, a qual, felizmente, não se alterou drasticamente no decorrer dos anos. As reportagens acabavam tendo dois focos neste início: a cobertura de temas populares, que abordava desde as demandas de moradores dos bairros da Grande Vitória até discussão sobre estatuto da Educação, preço dos remédios

e problemas no transporte coletivo; e também o apoio ao MDB. Pelo menos nove páginas nas oito primeiras edições do *Posição* trouxeram debates políticos envolvendo o Movimento Democrático Brasileiro. Era uma forma do jornal impulsionar a oposição legalizada e de conseguir apoio de figuras políticas que poderiam tanto ajudar no financiamento do jornal, quanto virar fontes para os jornalistas.

As críticas ao regime começaram efetivamente a partir da 2ª edição. A primeira não trouxe grandes ataques. O confronto foi ocorrendo de forma gradativa, como se os jornalistas pisassem em campo minado e avançassem devagar. Era a forma de ter cautela, já exposta por Jô Amado, e que fica evidente quando também se analisa os editoriais da primeira fase. A crítica direta ao regime militar só foi aparecer naquele espaço na 5ª edição. No mesmo número, *Posição* tocou em temas espinhosos, como as ações que considerava ilegais no governo do presidente Ernesto Geisel e visões de membros da OAB que pregavam a volta das liberdades e do Habeas Corpus.

As palestras promovidas pelo movimento estudantil, percepções de professores sobre a realidade brasileira em comparação com outros países e a necessidade dos jornalistas de se organizarem em volta de um sindicato começavam a aparecer nas páginas do jornal alternativo nesta época. Eram como sementes que iriam florescer para debates mais aprofundados nas edições subsequentes. Até pelo teor das pautas, desde o início a equipe era formada por profissionais que já tinham alguma experiência.

Eles pegavam pessoas mais experiências e pautas cascudas. Só assuntos que davam rolo. Problemas com construção de casas populares, por exemplo. Eram assuntos incômodos do modo geral, onde a grande imprensa não avançava muito porque não era o estilo dela. Eles tinham uma informação mais atual. O *Posição* era algo mais contundente, mais polêmica. (informação verbal¹²³)

A pegada polêmica, o teor irônico e a coragem em debater temas não convencionais se estabeleceram nesta primeira fase. Esses primeiros jornalistas alternativos mantinham uma visão mais social da realidade, o que refletia em suas escritas. Mesmo que alguns se afirmassem comunistas, nenhum deles

¹²³ TREVISAN, Luiz. *Contribuindo com o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 7 de maio de 2016

estava à frente dos partidos clandestinos e não tinha uma ligação tão direta com as pautas comuns aos debates destas organizações.

Com o avançar das edições, grupos de esquerdas passaram a “girar em torno do *Posição*”, como afirma o jornalista Rogério Medeiros. Logo, algumas tentativas de influenciar na publicação passaram a ocorrer, principalmente porque a sede do jornal ficava aberta a qualquer visitante. Uma tarefa árdua, segundo Jô Amado, era manter a publicação “imune” às constantes investidas.

Era bastante difícil. Mas sempre brigamos para que não fosse influenciado ideologicamente. Quando iam lá pessoas do PCB e do PCdoB, a gente sempre deixava claro que o jornal não deveria defender uma posição ideológica afinada com esse ou aquilo partido. Mas, sim, dá uma notícia do ponto de vista jornalístico neutra (informação verbal¹²⁴)

Mas até a saída de Rogério Medeiros para ingressar no mercado jornalístico de São Paulo, na 10ª edição do *Posição*, as investidas eram raras. Medeiros passou a contribuir a distância e participar de conselhos editoriais do periódico. Pedro Maia, que decidiu participar do jornal alternativo desde a primeira edição também saiu na mesma ocasião. Quem ocupou o lugar de diretor de redação foi Luiz Rogério Fabrino, que permaneceu por mais tempo na função. Entrando na décima edição e saindo só na 51ª.

Fabrino já havia passado pela imprensa tradicional, mas estava desmotivado com a forma com que as grandes empresas se adequaram ao regime militar e decidiu atuar especificamente na imprensa alternativa. Ele manteve muito das propostas originais dos fundadores, mas abriu espaço para novos colaboradores. Trouxe algumas mudanças, como a criação do Conselho Editorial e do Conselho de Redação, que acabou por transmitir a noção de maior participação popular na publicação e dividiu certa responsabilidade que estava sendo gerida apenas pelos membros da direção e da edição. Vale destacar que, mesmo sendo um expoente da mídia alternativa, *Posição* cultivava certa hierarquia comum às empresas de comunicação. Jô Amado, que revisava todas as matérias para adequar a linha editorial, garante que isso não significava falta de diálogo e restrições à participação dos colaboradores. Todas as decisões eram compartilhadas com quem contribuía de alguma forma, basta lembrar a

¹²⁴ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

votação sobre a proposta de manter ou não a publicação após a proposta feita pelo governo de Eurico Rezende (1979-1983) de torná-lo mais tradicional, em 1979.

Antes da saída de Fabrino para a entrada do jornalista Joaquim Nery na direção, outra mudança aconteceu: Jô Amado deixou o jornal e foi substituído na edição por Luzimar Nogueira Dias. Resende (2011) pontua que esta saída foi debatida com o Conselho Editorial e uma proposta para que *Posição* voltasse suas reportagens mais para os moradores da Grande Vitória e se tornasse mais popular, como um jornal de bairro, chegou a ser apreciada. A saída do idealizador do periódico pegou certos jornalistas de surpresa e fez com que outros o seguissem. Jô era responsável pela ideologia de origem da publicação e, sem ele, o jornal passou a ficar carente deste importante fator. A mudança levou Rogério Medeiros a afirmar que aquele era o fim do *Posição*.

Quando o Jô sai leva muita gente. O efetivo era muito pequeno, tinha muitos colaboradores. Você tem um jornal que se paga e tem público. Como faz isso? O jornal acaba aí. Quando o Jô sai, os caras da Ufes tomam conta, mas não conseguiram fazer o jornal. Aí, eu peguei e fui embora para São Paulo. Não saí do *Posição*, neste momento ele acabou. (informação verbal¹²⁵)

A afirmação de Medeiros deixa transparecer certa memória afetiva para com a publicação, o que faz considerar que as mudanças efetuadas a partir da saída dos fundadores tenham alterado tanto a publicação que não mais se parecia com a proposta inicial. Para Robson Moreira, a partir daquele momento, a linha editorial se altera e a opinião partidária passa a ganhar mais destaque. Luzimar Nogueira Dias, que já atuava no jornal há meses, mas também mantinha maior ligação com os membros do PCdoB, passou a galgar mais espaços e maior responsabilidade perante a Edições do Leitor Ltda.

O Luzimar Nogueira e o PC do B assumiram. Mudaram o jornal completamente, para ter um viés de militância partidária. Éramos de outra linha jornalística. Tinham algumas opiniões, mas tinha muita matéria. Não queríamos que fosse um jornal em que cada um chegasse para falar o que bem quisesse. Quem enfrentou o começo da ditadura foi massacrado, mas percebeu que poderia

¹²⁵ MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016

tirar os militares do poder com a mobilização (ROBSON MOREIRA¹²⁶)

Moreira, todavia, não comunga da opinião de Medeiros que *Posição* deixou de existir a partir da saída dos fundadores. Segundo ele, mesmo com as afirmações de que o periódico se tornou um instrumento dos movimentos diversos de base, as mudanças não passaram de um processo natural que começou a partir da proposta de ouvir mais a população e abrir o jornal com a criação do Conselho Editorial, formado por pessoas da sociedade. “A sociedade não é feita só de jornalistas”, ressaltou.

A partir da saída de Jô Amado, o jornal entra na sua terceira fase, com constantes mudanças nos cargos de direção e edição. Fabrino, após ser transferido para a sucursal paulista de *O Globo*, foi substituído por Joaquim Nery, na 52ª edição. Este permaneceu até 57ª. Antes, todavia, lançou uma edição especial da publicação sobre as greves trabalhistas. Luzimar se alternou com Benedito Tadeu César na edição do periódico até o número 53, quando ocorreram as mudanças mais drásticas: reforma gráfica, reportagens sobre as bandeiras da esquerda, cobertura da anistia e dos direitos trabalhistas, além de maior periodicidade, tornando o *Posição* uma publicação semanal.

Foi a partir daí que o jornal passou a custar 10 cruzeiros. Não houve aumento no número de páginas, que continuou em 12, mas o conteúdo e a divisão dos espaços foram alterados. A *Coluna Recortes*, por exemplo, que anteriormente era composta por notas e ocupava geralmente a parte inferior da página 2, foi ampliada, passando a se estender por três páginas inteiras. Deixou de lado as informações em formato de notas e passou a publicar pequenas matérias de assuntos variados, estas contando inclusive com títulos parecidas com os das matérias. Isso ampliava a cobertura do jornal, que tinha mais espaços para publicar pequenas informações em detrimento de grandes reportagens.

Outra alteração foi a utilização da última página para a publicação de charges, que na maioria das vezes traziam como tema o regime militar. Um trabalho primoroso feito por vários cartunistas, como Carlos Gardelha e Gilberto, que usavam do humor e da caricatura para alertar sobre o que estava ocorrendo na

¹²⁶ MOREIRA, Robson. *Posição, um termômetro capixaba*. Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação

sociedade. Isso era, por si só, um ato de muita coragem, já que esse tipo de material jornalístico tende a perder força em meio às restrições do regime autoritarista. “É um tipo de manifestação que só se desenvolve e sobrevive em regimes democráticos, devido às suas características de crítica social e aos donos do poder, mingando portanto nos regimes autoritários” (SILVA, 1992, p. 48). Além disso, nas edições subsequentes, a partir da mudança empreendida no número 53, a capa do *Posição* ganharia mais cores, inclusive na logomarca. O editorial daquela 53ª edição vinha explicando a mudança, usando para isso como referência o texto “Educação como Prática de Liberdade”, do educador Paulo Freire – que estava exilado e esperava o retorno ao Brasil – que pregava a criação de novos espaços de debates públicos. “A história não para e é preciso que estejamos sempre ao lado dela. Novos espaços devem e precisam ser tomados e ampliados. A isso nos lançamos”, dizia o editorial, que ainda apontava:

Posição mudou e continua mudando sempre. Somos radicais e agimos como radicais. Você tem hoje um jornal novo. Somos agora semanal, temos novo planejamento gráfico, novo planejamento editorial, novo quadro de colaboradores. Partimos também para uma nova estruturação administrativa, estatutária e financeira. Só as nossas posições últimas, nossas convicções políticas finais, nossa estratégia, nosso objetivo e nossos compromissos maiores e mais profundos, como ensina Paulo Freire, aos autênticos radicais, continuam os mesmos: os de determinações e do engajamento na luta pela queda da ditadura e pela construção de um novo estado popular verdadeiramente democrático. (POSIÇÃO, ed. 53, p.2)

Foi neste período que os jornalistas mais ligados aos partidos clandestinos de esquerda passaram a ganhar ainda mais força dentro do *Posição*. Namy Chequer explica que aquele foi um período que a esquerda passou a deixar de lado as pequenas divergências e passou a se unir para brigar contra um inimigo em comum: que era a ditadura. “Tinha divergência, mas elas não se expressavam. Eu entrei no PCdoB em 1977. Na mesma época que entrei no *Posição*. Luzimar era do partido. Umberto Martins era. Assim como Angelo Zurlo”, explicou o comunista. Além do PCdoB, os membros do PCB também acabavam orbitando em torno do jornal alternativo.

As pessoas contribuíam da maneira que podiam. Essa era uma das primeiras regras, mas não censurávamos a participação nas reuniões de pauta. A posição do PCdoB era bem vista... Uma coisa curiosa ocorreu quando as forças armadas da união soviética entraram no Afeganistão. Para o PCdoB estava

ocorrendo um socorro ao governo popular. Para o PCB era uma invasão de um país. Para conciliar, foram feitos dois editoriais. Um deles fui eu que escrevi. Tínhamos um inimigo comum que era a ditadura. (informação verbal¹²⁷)

Era um momento bem diferente de quando o jornal começou. A censura já não atuava de maneira tão repressiva. O jornal deixou de apregoar no expediente, por exemplo, o comunicado que aquela publicação havia passado pela Divisão de Censura. O confronto com o regime, que já dava sinais de enfraquecimento, se tornou mais direto.

Começamos a adotar com Luzimar uma linha com títulos de impacto, o que era uma moda na imprensa. Aqui tinha *O Diário* que colocava as manchetes sensacionalistas. Juntamos sensacionalismo com política para escandalizar. Tipo, Figueiredo teve ai para anunciar a privatização da Companhia Ferro e Aço em Jardim América. Ele anunciou que o governo dele seria de abertura. Colocamos a manchete: “Ferro e Aço na abertura de Figueiredo” (informação verbal¹²⁸)

Na edição 54^a, o jornal publicou editorial tratando de um relatório do Centro de Informação do Exército (Ciex) que deixava transparecer a preocupação do regime com a imprensa nanica, seus mecanismos de financiamento e orientava para o extermínio das publicações. O editorial intitulado “Posição Cresce”, mostrava que, mesmo neste cenário hostil, o jornal alternativo capixaba conseguia injetar novo ânimo na luta, aumentando sua tiragem, que estava em 5 mil, reforçando o número de colaboradores, se tornando um periódico semanal e ainda ganhando repercussão. Isso ficou evidente três edições depois, quando uma referência à publicação e à reportagem de Luzimar Nogueira Dias sobre a situação dos capixabas que migraram para Rondônia apareceu no Diário do Congresso Nacional. O elogio foi proferido pelo deputado federal daquele estado Jerônimo Santana.

Na edição 59^a, Robson Moreira assume a direção e Luzimar divide com Robson Silveira a função de editor. Segundo Rogério Medeiros, Luzimar na primeira fase não tinha expressão no jornal. Começou a ganhar espaço com a saída do Jô. Luzimar deixa o cargo de editor na 61^a edição e é substituído por Umberto

¹²⁷ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

¹²⁸ CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

Martins, que permaneceu até a última edição daquele ano, em 07 de setembro de 1979.

Mas o ex-editor não se desligou do jornal totalmente. Na 65ª edição foi anunciado o lançamento do primeiro livro da editora Edições do Leitor Ltda. “A esquerda armada”, escrita por Luzimar e com relatos e depoimentos dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, na rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Foi elaborado após a publicação de uma matéria sobre o mesmo assunto que, acima de tudo, mostrava a importância da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para o País. Essa foi uma das reportagens mais marcantes do jornal.

A quinta fase contou com apenas uma edição, a 66ª, publicada em 29 de outubro de 1981. Dois anos depois do fim do *Posição*, essa nova edição foi publicada após a união de alguns colaboradores. Porém, estes não foram delimitados no expediente da edição, que almejava chamar o leitor para uma nova temporada de publicações do jornal alternativo, o que não chegou a acontecer. Na edição, aproveitaram para relembrar a trajetória do jornal e fazer uma análise da conjuntura da esquerda em um momento político em que as várias frentes de luta estavam se tornando partidos políticos. Foi tentado, inclusive, manter o mesmo tom crítico e teor de denúncias que marcou as reportagens do *Posição*.

Capítulo 3 - REPORTAGENS: QUANDO O JORNALISMO DENUNCIA

3.1 - Reportagens com coragem e posição

Muitos assuntos compunham o arsenal de reportagens do *Posição* nos quatro anos de existência. Alguns deles eram polêmicos, como os acontecimentos políticos que culminaram na morte de Gicélio Manhães, irmão do então prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Hélio Carlos Manhães, que ocupou quase duas páginas da 3ª edição. Uma edição seguinte noticiaram a briga de funcionários com a Vale do Rio Doce.

Já na 7ª edição, *Posição* publicou a demissão do delegado do DOPS Cláudio Guerra devido à tortura de rapazes tidos como consumidores de maconha. Pouco depois, voltavam a lembrar o caso Araceli, a menina que foi encontrada morta e que marcou a sociedade capixaba naquela década, e do Esquadrão da Morte. Também deram visibilidade a briga do ecologista Augusto Ruschi contra o governo do Espírito Santo, que buscava transformar uma área com potenciais ambientais em um campo de plantação de palmito.

Além de assuntos políticos como corrupção, articulação política e combate ao regime, o jornal cobria também a área social. Uma página intitulada “Fatos Populares” foi criada para dar visibilidade as demandas dos bairros da Grande Vitória e cidades do interior, principalmente para noticiar as promessas feitas por políticos da Arena à comunidade e que não foram cumpridas, ou para denunciar os abusos das empresas de transporte e seus serviços de má qualidade.

Os municípios do interior eventualmente também ganhavam espaço. Na 25ª edição, datada de 03 de dezembro de 1977, o jornal alternativo comparou os serviços de saúde ofertados por três municípios: Pedro Canário, Anchieta e Aracruz. A equipe encontrou problemas nos três. Na 34ª edição, *Posição* denunciou um seminário fantasma em uma faculdade de Colatina.

Eventualmente também cobria os desdobramentos dos mandatos políticos em outros países da América Latina, como a situação política do Chile após o golpe político que acabou com o regime constitucional de Salvador Allende, a situação econômica do Peru naquele momento, e a “cultura do medo” implantada no Uruguai relatada pelo escritor Eduardo Galeano.

Esses são alguns exemplos de temas que foram abordados por *Posição*. Mas no decorrer da trajetória do jornal, houve algumas reportagens especiais e outras que marcaram até mesmo os próprios jornalistas e colaboradores. Com o tema “Espírito Santo: a história e as lutas operárias”, a edição 45 do periódico, datada de 29 de outubro de 1978, trouxe uma ampla reportagem de sete páginas – que se desdobrou em outras edições – elaborada por Jô Amado e por Ana Maria Doimo César, abordando as reivindicações dos trabalhadores organizados desde o início do século XX até a década de 1940. A intenção era informar aos operários capixabas sobre sua própria história, principalmente porque a maioria das indústrias capixabas, naquela época, era recém inauguradas.

Você conhece algum livro de história que mostre a importância das lutas operárias para a decisiva caminhada do progresso? ... Os livros de história que falam dessas lutas não são tolerados nem permitidos pelos nossos governantes. Não é que esses governantes não gostem dos operários, não: eles até precisam de operários, e muito. O negócio é outro. É muito mais sério. O que os nossos governantes têm é medo de ver escrita, algum dia, a história da lutas operárias porque essa é justamente a História do progresso (POSIÇÃO, ed. 45, p.7)

A reportagem trazia dados sobre a primeira greve ocorrida no Espírito Santo e promovida por 800 operários que construía a Rede de Ferrovia Federal, em Cachoeiro de Itapemirim, em 1908. Relataram a luta dos operários por jornadas de trabalho de 8 horas diárias, o impacto da política sindical do presidente Getúlio Vargas na década de 1930, passando pela insurreição comunista em Natal, Rio Grande do Norte e pela greve dos padeiros no início da década de 1940, a única ocorrida durante o período da Segunda Guerra Mundial.

O material era bem diagramado, com fotografias e reproduções de pinturas envolvendo a luta operária. Na 46ª edição, a reportagem continuou tratando da greve dos operários da Estrada de Ferro Leopoldina também em Cachoeiro de Itapemirim, em 1946. No mesmo ano, ocorria o 1ª Congresso Sindical dos Trabalhadores Brasileiros, no Rio de Janeiro. As greves passaram, à partir daí, a ser um assunto recorrente nas coberturas do *Posição*.

A questão operária voltou a pautar o jornal com destaque no dia 11 de abril de 1979, quando uma edição especial de oito páginas foi elaborada especificamente sobre o assunto. Na capa, a fotografia de uma multidão com a manchete “Greve, o povo reage” em vermelho acima da própria imagem, lembrando um carimbo. No editorial, o discurso tradicional do *Posição* voltou a

ficar evidente: “O tempo dos pelegos está chegando ao fim. Cresce, cada vez mais rapidamente, a consciência que é preciso tomar os sindicatos, as associações, enfim, cada organismo de classe e cada espaço de luta pela imposição da vontade democrática”. A edição especial dava espaço, principalmente, para as reivindicações dos motoristas de transportes coletivos, além de trazer mais um panorama das greves no Espírito Santo nos últimos anos. Adilson Vilaça relembra o período que cobria o movimento sindical para o jornal alternativo.

Ocorreu a primeira greve dos motoristas e nós cobrimos. Tivemos depois a greve da construção civil, que quebraram obras na Praia do Canto. Já tinha tido uma abertura que tornava possível que os trabalhadores se manifestassem. Já tinha tido as greves do ABC e tivemos em Vitória as duas primeiras no período ditatorial. Eu já estava no *Posição* nesta época... Na greve dos motoristas, o pelego que era o sindicalista há 20 anos proibiu a entrada da imprensa em um evento. Entrei como um dos cobradores. Eles queriam que eu entrasse. O grupo de cobradores mostrava a carteirinha na porta e eu entrei junto, no meio da confusão. Durante a reunião, descobriram que tinha um jornalista lá dentro e tive que saltar pela janela que ficava no segundo andar. Me ralei um pouco, mas não fui preso. Haviam fechado a porta e chamado a polícia. (informação verbal¹²⁹)

Pelo menos 50 reportagens nos quatro anos de publicação do *Posição* trataram de questões trabalhistas. Mas outros assuntos também tiveram destaques: os grandes projetos do Espírito Santo apareceram em cerca de 15 matérias e foram mais de 35 denúncias de supostos casos de corrupção. Muitas vezes os casos estavam ligados ao governo militar ou a membros indicados por representantes daquele regime. Uma das reportagens dava conta de supostas irregularidades na gestão de Walter De Prá à frente da Prefeitura de Nova Venécia. Na época da veiculação, ele ocupava o posto de presidente regional da Arena. Não foi a primeira e nem a última vez que *Posição* atacava diretamente a política e os apoiadores dos militares, acusando-os de corrupção.

Uma reportagem intitulada “Os militares e a corrupção”, veiculada na edição 45, de 29 de outubro de 1978, acusava militares de alta patente de formarem uma gangue para influenciar nas decisões do governo, inclusive nas supostamente ilegais. O grupo, segundo o jornal, era formado pelo chefe da Casa Civil de

¹²⁹ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

Ernesto Geisel, Golbery de Couto e Silva; o major Heitor de Aquino, secretário particular do presidente; o ex-secretário da Fazenda Delfim Neto; o ministro do Trabalho, Armando Pietro; Barreto, ex-assessor de imprensa de Geisel; e o presidente “eleito”, João Baptista de Oliveira Figueiredo. O periódico chega a pontuar, em seu estilo opinativo, que “... se algo está fedendo, esse cheiro não está vindo do povo... Ao contrário, ele vem mesmo do regime. Numa palavra, ele vem das próprias engrenagens carcomidas e empodrecidas da ditadura”¹³⁰.

Em âmbito estadual, as críticas recorrentemente também tinham como alvos os governadores biônicos. Reportagem publicada na 9ª edição do *Posição* traçava uma conexão a mais entre o governador Elcio Alvares (1975-1979) e o senador Eurico Rezende, que, naquele mês, comemorava a indicação como líder do governo. Ambos nascidos na cidade de Ubá, Minas Gerais, estariam envolto em articulações e jogadas ocultas junto com membros do empresariado capixaba para pavimentar o apoio ao Palácio Anchieta. Os jornalistas chegam a ironizar no final da reportagem, com intenção de atacar o regime: “Em Minas Gerais, segundo os habitantes de Visconde de Rio Branco, vizinho e rival de Ubá, quem nasce nesta última cidade fica mais conhecido pela facilidade de contar lorota”.

Até mesmo o antecessor de ambos, Christiano Dias Lopes (1967-1971), que deixou o governo antes da criação do jornal alternativo, recorrentemente estampava suas manchetes. *Posição* decidiu acompanhar de perto o processo judicial contra o ex-governador, que também era procurador do Estado, movido pelo membro do Ministério Público do Espírito Santo Hiltom Amorim requerendo a demissão daquele do cargo na promotoria, e a devolução do dinheiro recebido indevidamente – fato não noticiado pela imprensa tradicional do Estado. Poucas edições depois, uma nova reportagem divulgava o renascimento político do ex-governador, que tentava conseguir espaço na convenção de 1977 da Arena. “Dias Lopes é quase uma aberração, uma personagem parada na história: líder político real, orador inflamável e contagiante, o ex-governador vai tentar ganhar seu lugar em uma eleição manipulada por grandes grupos empresariais”¹³¹.

Na edição de 8 de abril de 1978, com o título “Arena despedaçada”, o jornal trazia uma reportagem que evidenciava a desunião do partido em mais uma convenção

¹³⁰ POSIÇÃO, ed. 45, p.4

¹³¹ POSIÇÃO, ed.19, p.6

partidária, prevista para aquele mês. Daquele evento, Eurico saiu como indicado da Arena ao Executivo estadual, o que já era previsto. Afinal, como pontua Oliveira (2013) “a classe política recebeu sem surpresas a indicação de Eurico. Isso porque, as démarches sucessórias gravitavam em torno de poucos nomes sempre com vantagem para o Senador”¹³².

A cobertura do *Posição* ao partido da situação continuou nos meses subsequentes. Mas, além da gestão estadual, o foco também passou a ser o processo eleitoral, ocorrido em 15 de novembro de 1978. No Espírito Santo, Rezende saiu como governador, a Arena conseguiu 14 cadeiras na Assembleia, cinco deputados federais e os três senadores. O MDB, por sua vez, elegeu 10 parlamentares estaduais e três federais, sendo nenhum deles no Senado Federal. Mesmo assim era um avanço da oposição. Na edição posterior à eleição, o alternativo estampou nas duas manchetes da capa: “Eleição: A Ditadura Tremeu – 18 milhões votaram contra o governo” e “O preço da derrota no Espírito Santo – Arena: Cr\$100.000.000,00 e Povo: Zero”

O conteúdo da reportagem apontava que o número de deputados eleitos pela oposição na Assembleia era o mesmo do último mandato, porém a qualidade dos representantes era melhor. Apontando que “um Valadão e um Max Mauro incomodam muito mais do que cinco adesistas ou cinco omissos convictos”¹³³. Já na página em que trataram dos votos obtidos pela Arena, os jornalistas utilizaram o título “A vitória da corrupção”, reforçando que a campanha do partido para conseguir eleger seus representantes naquele ano custou cerca de cem milhões de cruzeiros. Na linha-fina daquela página, a frase: “Os votos conseguidos pela Arena no Espírito Santo foram assim: 48 horas antes da eleição, nenhum banco de Vitória tinha nota de 50”. Já no final da reportagem, apontava, mais uma vez, o possível crime eleitoral cometido por arenistas.

No fundo, no fundo, quem deve estar com a razão é o deputado Gerson Camata, ao falar com *Posição*, foi curto e grosso: “Se nas próximas eleições não tiver sido abolida a Lei Falcão, eu não disputo mais. Abandono a vida pública, pois, em matéria de corrupção, nunca vi tanta sujeira e uma situação tão degradante como esta” (POSIÇÃO, ed.49, p.4)

¹³² OLIVEIRA, 2013, p. 287

¹³³ POSIÇÃO, ed. 47, p.4

Camata foi uma das figuras políticas que recorreu ao *Posição* para, em uma entrevista, mostrar o descontentamento com a gestão do governo do estado. Na ocasião, o então arenista já deixara claro que seria candidato em uma próxima eleição direta e aproveitou para demonstrar seu descontentamento com o governador Elcio Alvares (1975-1979) após a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou compra de terras pela Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab) – outro assunto também exposto pelo jornal alternativo.

A exemplo do depoimento de Camata, as brigas das correntes internas da Arena ganhavam cada vez mais destaque na imprensa alternativa. Assim ocorreu durante boa parte do primeiro ano de mandato de Eurico Rezende (1979-1983). Um exemplo foi a crítica à escolha do primeiro escalão, trazendo a relação de qual secretário havia sido indicado por qual financiador da campanha do então governador.

Quando o regime começou dar os primeiros sinais de uma abertura, *Posição* também noticiou. O pronunciamento do presidente Ernesto Geisel, veiculado pela TV, na virada do ano de 1979, no qual anunciou o “ano da abertura” como uma forma de aprimorar a democracia, foi destrinchado. Segundo o jornal, o militar achou por bem esclarecer o que seria para ele legítimo e democrático no sistema que comandava, afirmando “que não se tome a abertura política (que ele tava decretando) como pretexto para voltar aos mesmos erros e fantasias de quinze anos atrás”¹³⁴. *Posição* comentou o depoimento:

Uma “abertura” dessa é uma abertura relativa. Como relativa é a democracia, segundo o próprio general – como se fosse concebível – e como relativa é, hoje, inclusive a própria ditadura... E é do próprio Ernesto Geisel que tiramos a conclusão a respeito da abertura democrática que ele próprio decreta. Num daqueles momentos em que dá calafrio, ele falou: “comunistas, cripto-comunistas, inocentes úteis, radicais inconsequentes e desordeiros sem bandeira nem fé, aliar-se-ão sempre na vil tarefa de solapar e procurar desfruir as instituições democráticas”. Sai da reta, gente (POSIÇÃO, ed.49, p.3)

O comentário final “sai da reta, gente” exemplifica com perfeição o estilo de ironia e crítica que marcou o *Posição* na sua criação e que, no seu último ano de existência, ainda perdurava. Na mesma edição, na página seguinte, mas um

¹³⁴ POSIÇÃO, ed.49, p.3

comentário sobre as decisões do governo federal. Desta vez o assunto era a tão esperada revogação do AI-5 e a reportagem vinha ilustrada com um desenho de um pacote de presente com laço no topo escrito: “Desato Institucional nº 5 – O presidente da República, no uso das suas atribuições que lhe confere o ato institucional nº 5 decreta: Artigo único: fica instituído o Ato Institucional nº 5”¹³⁵. No título a frase: “Cai o anel. Agora só falta o resto”.

Se quando a censura era rígida grande parte dos jornais alternativos do Brasil mantinha seus tons críticos, quando a abertura foi anunciada não se fizeram de rogados. Em uma das suas últimas edições, *Posição* publicou uma caricatura do então governador, Eurico Rezende (1979-1983), sentado no vaso sanitário. A imagem se referia a uma reportagem sobre uma reforma empreendida na residência oficial do Praia da Costa, bancada pelo governo estadual.

A primeira dama achou muito brega a casa governamental. Ela decidiu fazer uma reforma e o governo bancou. Ela fez uma reforma de arrebentar, só porque ela não gostava da decoração da antecessora. Eu fui na loja e peguei o preço dos azulejos, vaso e lustres. Era um luxo que seria a reforma, e foi feita. Fizemos a matéria. Nilson Henrique fez uma charge de Eurico Rezende sentado no vaso, lendo o jornal *Posição* com o charutão na boca. Essa fase que queria mostrar, deixamos de fazer matérias sociais, que eram boas, mas o público era restrito. (informação verbal¹³⁶)

Como fica evidente no final do depoimento de Namy Chequer, durante muito tempo não era só o regime que tinha espaço no *Posição*. O maior número de reportagens, aproximadamente 115, tratava de temas populares e dispunham de um cunho social, como transporte coletivo, falta de saúde, mudanças na educação, bairros carentes, disputa nos municípios do interior. Porém, eventualmente os demais jornais também davam visibilidade a esses temas. Já outros assuntos recorrentes no *Posição* era quase que exclusivos da imprensa alternativa. São eles: os ataques ao regime militar, como pontuado anteriormente; a cobertura às articulações políticas do MDB: o destaque aos eventos e movimentos de reação na Universidade Federal do Espírito Santo; a crítica à imprensa; e a mobilização em prol da Campanha da Anistia.

¹³⁵ POSIÇÃO, ed.49, p.3

¹³⁶ CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

3.2 – Por um MDB efetivamente de oposição

Um das primeiras pautas do *Posição* foi o MDB, como já citado. A cobertura englobava a articulação política, problemas internos, posturas de parlamentares, convenções e candidatos da legenda tanto em âmbito nacional quanto estadual. Aproximadamente 30 reportagens do jornal alternativo trataram especificamente do partido, sem contabilizar, obviamente, as matérias que indiretamente tratavam ou favoreciam o Movimento Democrático Brasileiro, como, por exemplo, quando a publicação noticiava a crise na Arena, legenda da situação.

A primeira fase do jornal acabou por concentrar mais reportagens sobre o MDB. Nelas, os jornalistas do *Posição* deixavam evidentes que iriam impulsionar a oposição e, para tanto, não aceitariam uma postura menos enérgica dos representantes do partido no Congresso, na Assembleia e até mesmo nas Câmaras Municipais. “O MDB reunia um amplo leque de forças de oposição, inclusive conservadoras cuja conduta e linha política divergiam da esquerda e *Posição* não poupava críticas”, exaltou Umberto Martins.

Isso ocorreu, por exemplo, poucos meses depois da veiculação da primeira edição do alternativo, em 1976, quando o Legislativo da capital capixaba elegia a Mesa Diretora para o próximo biênio. Os dois partidos contavam com o mesmo número de edis, porém quatro emedebistas decidiram votar em candidatos arenistas. Isso bastou para que o jornal estampasse no título de uma das suas páginas da 8ª edição: “Ideologia da corrupção”.

Para o presidente regional do partido, o deputado Argelino Dario – assim como a maioria dos membros da Executiva Regional do MDB, trata-se de um escândalo. Isso, argumentam, porque não houve acordo, ou “composição” entre os partidos, mas unicamente entre indivíduos, apenas interessados em vantagens pessoais (POSIÇÃO, ed.8, p.8)

O assunto pautou, inclusive, um editorial, sete edições depois, no qual o jornal alternativo exigia um “saneamento” nos quadros do partido. No texto, informavam que os vereadores Arnaldo Pratti, Izildo Alvarino, Atharé de Castro e Ademir Antunes, além do presidente da Executiva Municipal, foram punidos. Este perdeu o posto que havia conseguido com o acordo na Câmara de Vitória e os parlamentares foram suspensos das reuniões do partido. *Posição*, mesmo assim, clamou por mudanças mais enérgicas no partido.

O MDB nacional também era alvo de questionamentos e ponderações. A eleição de Tancredo Neves para comandar a legenda, no primeiro semestre de 1978, resultou em um artigo assinado pelo colaborador Sérgio Garschagen e publicado no periódico capixaba. Fazendo uma analogia da política com a cozinha de um restaurante, ele apontava que os cozinheiros emedebistas sempre foram os que aumentavam o fogo, enquanto os arenistas diminuíam. Porém, “depois que o restaurante foi reformado, os ‘cucas’ opositoristas decidiram eleger um líder mais tranquilo, para deixar o fogo baixo mesmo”¹³⁷.

No primeiro semestre de 1978, inclusive, alguns desses líderes nacionais da oposição, inclusive membros da cúpula do partido, estiveram em Vitória. Vieram participar de um seminário promovido pela própria legenda capixaba – uma atitude surpreendente para o tímido Movimento Democrático Brasileiro do Espírito Santo, como o jornal alternativo fez questão de pontuar. O evento ocorreu no Colégio do Carmo e reuniu diariamente mais de duas mil pessoas. *Posição* cobriu religiosamente todo o seminário, detalhando as ideias propostas em cada um dos dias. No primeiro dia estiveram presentes o jornalista Eduardo Suplicy e os deputados federais Rui Brito (SP) e Alceu Collares (RS). Ambos trataram da luta sindical, que ganhava força gradativamente nos últimos tempos, principalmente no estado de São Paulo.

O segundo dia contou com a presença da doutora Eny Moreira, presidente nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia¹³⁸, o general Peri Bevilacqua e o arcebispo de Vitória Dom João Batista Motta de Albuquerque. O tema foi a anistia. No terceiro dia foi a vez de falar de direitos humanos e ouvir o professor Hélio Bicudo. No dia seguinte quem palestrou sobre democracia e estado de direito foi o sociólogo André Forster e o ex-jornalista do *Movimento* e senador pernambucano Marcos Freire. Por fim, o seminário finalizou com Paulo Brossard, líder do MDB no Congresso, que falou sobre suas pretensões eleitorais como possível candidato civil à presidência da República. No editorial daquela edição, a opinião do *Posição*.

Que o Seminário sobre a Atualização Política tenha, no mínimo, atingido dois objetivos básicos: (1) o de demonstrar aos

¹³⁷ POSIÇÃO, ed.32, p.14

¹³⁸ O depoimento ao jornal Eny Moreira, presidente nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia será tratado no próximo capítulo sobre a cobertura do *Posição* para com a anistia.

dirigentes do MDB capixaba que é hora de mudar (e, dentro de poucos dias, quando da seleção de candidatos representativos da vontade popular, teremos oportunidade de verificar se essa lição foi entendida); e (2) o de mostrar aos setores populares da Oposição (e do MDB) que é hora de se organizar (POSIÇÃO, ed.36, p.2)

Na mesma 36ª edição em que duas páginas foram destinadas à cobertura do seminário, *Posição* ainda dedicou mais uma página ao MDB. Em uma entrevista para o jornal alternativo, Max Mauro apresentava sua plataforma para a candidatura a deputado federal e aproveitava para comentar sobre a proposta de abertura política, a campanha da anistia, censura, manifestação de militares da ativa e a nova forma de oposição democrática, na qual a população e a sociedade organizada participariam mais ativamente.

Segundo o então deputado estadual, essa “nova oposição” seria motivada por estudantes, sindicalistas, membros da igreja e até mesmo alguns militares, como o caso de coronel paranaense Tarcísio Nunes Ferreira e do capitão Itamar Perenha, de Mato Grosso. Ao MDB, para Max Mauro, cabia a função de compreender esses movimentos e participar juntamente com seus setores jovens e sindicais. O parlamentar sempre manteve uma boa relação com o *Posição*, principalmente devido a postura combatível que assumiu na vida pública, principalmente durante a ditadura militar, quando representava a ala dos autênticos dentro do seu partido.

Naquela época havia um grupo chamado MDB autêntico. Faziam parte o Chico Pinto e o Alencar Furtado em âmbito nacional. A gente incentivava que no MDB do Espírito Santo alguns deputados assumissem posições mais progressistas. Dos deputados daquela época, havia o Max Mauro que assumia essa posição progressista. Tinha o Dilton Lyrio, que também assumia posição melhores, assim como Nider Barbosa e o Valadão. (informação verbal¹³⁹)

Todos eles buscavam ditar formas do MDB se tornar, efetivamente, um partido de oposição e deixar de ser o partido do “sim”, enquanto a Arena era do “sim, senhor”, como pontua Motta (2008). Para o *Posição*, o que faltava ao partido era algo fundamental, quase que intrínseco a própria noção de política: ideologia. “Um partido não se faz apenas de disciplina e boa vontade. Faz-se também, e sobretudo, de ideologia. Esse em termo de MDB do Espírito Santo, é um critério

¹³⁹ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

inexistente”¹⁴⁰. O trecho foi publicado na 37ª edição, que colocava em destaque a convenção do MDB em 1978, ocorrida também no auditório do Colégio do Carmo no centro de Vitória.

O evento foi o que o jornal classificou como “a maior zona”, expressão, inclusive, usada no título da reportagem. O motivo da bagunça foi uma lista distribuída na surdina para os delegados do partido exigindo “anistia” para os vereadores de Vitória – punidos por se envolverem em negociatas com membros da Arena buscando favorecimento pessoal – e propondo o lançamento de candidaturas avulsas com a intenção de bagunçar o coreto. “No fundo, no fundo, a convenção traduzia de maneira clara o que é o pensamento e o comportamento do partido de oposição: uma zona”. Finalizava o jornal.

O que fica evidente com esse exemplo extraído do jornal alternativo é que o partido de oposição, criado em uma conjuntura política de bipartidarismo, reunia ampla gama de frentes, cada qual com seus objetivos e membros. Orquestrá-las era uma tarefa árdua. Motta (2008) ressalta que “as divergências no campo da oposição eram grandes, havia desde liberais até comunistas, e foi somente a contragosto que se juntaram para criar o Movimento Democrático Brasileiro”¹⁴¹. Quando não era mais necessário a união, o partido se repartiu. Durante a abertura, as facções correram para assegurar os registros de novas siglas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 1979, último ano do *Posição*, a principal pauta envolvendo representantes da oposição era justamente essa. O vereador da ala autêntica do MDB carioca Antônio Carlos Carvalho esteve em Vitória neste período e concedeu uma entrevista ao jornal alternativo. Temeroso com as consequências da divisão que a proposta de fim do bipartidarismo poderia causar à oposição, ele classificou como bisonha a corrida por novas siglas, atribuindo a articulação de tal movimento a grupos oportunistas dentro do próprio MDB.

Nesse momento, o fortalecimento político do MDB é uma necessidade vital para a oposição brasileira. A dissolução do MDB, neste momento, não representa avanço político algum. Temos que ter claro que a ditadura usa artifício divisionistas para enfraquecer a oposição. Desta forma, cerrar fileiras é a única meio de não sermos envolvidos pelo jogo armado pela ditadura militar. O pluripartidarismo que a ditadura começa a acenar para

¹⁴⁰ POSIÇÃO, ed.37, p.3

¹⁴¹ MOTTA, 2008, p.96

os brasileiros não passa de um jogo de cintura e jogo de cintura não é medida democrática. Não consigo alcançar a visão dos que aplaudem o fechamento de um partido com 184 parlamentares e que obteve dois milhões de votos nas últimas eleições. (POSIÇÃO, ed.55, p.10)

Mesmo com as previsões pessimistas de Antônio Carlos Carvalho, o pluripartidarismo ocorreu nos primeiros anos da década de 1980. Motta (2008) pontua que aquela foi a primeira vez na história dos partidos políticos brasileiros que a “reformulação do sistema partidário não foi consequência de mudanças profundas no ordenamento do Estado”¹⁴², mas uma tentativa de prolongar o sistema vigente. Naquele momento foram criados cinco partidos para substituir o bipartidarismo da ditadura. São eles: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT. O primeiro deles era o único ligado ao governo, sendo um descendente direto da Arena. Os demais surgiram das divisões internas do partido de oposição, o MDB.

Na última edição do *Posição*, comemorativa ao quinto ano de sua criação, o Movimento Democrático Brasileiro já havia incluído o partido no seu nome, tornando-se PMDB. “Era o principal herdeiro do antigo partido da resistência democrática”, como pontua Motta (2008). Na *Coluna Recortes*, o periódico anunciava a candidatura de Max Mauro ao governo do Estado, “antes no MDB, agora no herdeiro daquela frente oposicionista, o PMDB¹⁴³”. Na nota seguinte, os jornalistas alternativos evidenciavam que, mesmo com outro nome, a oposição ainda tropeçava em velhos problemas, como as divisões internas. Apontando que correntes do PMDB lutavam contra a sua candidatura, alegando a carência de um programa alternativo de governo.

Nessa edição, a Tendência Popular do PMDB ganhou espaço nas páginas da imprensa alternativa. Os possíveis candidatos da corrente ao Legislativo estamparam reportagens a fim de promovê-los no pleito. Em um texto sobre a crise dos preceitos da teoria marxista-leninista nos partidos de esquerda, Luzimar Nogueira Dias apontava que a Tendência Popular do PMDB “aglutinava as forças realmente oposicionistas para prosseguir no combate ao regime reacionário e ditatorial”¹⁴⁴. Muitas dessas forças originalmente estavam ligadas a segmentos da sociedade, como o movimento eclesial de base e o movimento

¹⁴² MOTTA, 2008, p. 104

¹⁴³ POSIÇÃO, ed.66, p.2

¹⁴⁴ POSIÇÃO, ed.66, p.10

estudantil. Este último fomentou uma série de lideranças que teriam papéis importante nos anos subsequentes à ditadura militar.

3.3 Por uma universidade que reage

Espaço de resistência, a Universidade Federal do Espírito Santo passou por mudanças importantes no período da Ditadura Militar. Caetano (2014) pontua que, naquela década, ocorreu uma federalização das faculdades estaduais. Passando, assim, todas as estruturas das instituições de ensino superior públicas ficando sob responsabilidade da federação. No caso da capixaba, foram centralizadas uma gama de faculdades espalhadas por Vitória “em centros localizados em dois campi, Goiabeiras e Maruípe”¹⁴⁵.

Era uma mudança estrutural importante para a universidade. Porém, se por um lado, o regime trouxe essa unidade física à Ufes, impulsionando o intercâmbio entre as áreas; por outro, cerceou a liberdade da comunidade acadêmica, trazendo um clima de apreensão e infiltrou agentes do regime disfarçados de estudantes até mesmo em salas de aula. O reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho foi afastado acusado de compactuar com ações subversivas. Foi criada a Assessoria de Segurança da Universidade Federal do Espírito Santo, que promoveu uma série de ações policiais. Já os alunos eram constantemente vistoriados. Era em meio a este ambiente de repressão dentro da universidade que o jornal *Posição* circulava e alertava:

Se você, calouro, topar com algum estudante veterano na Universidade, não dê bobeira: saia correndo e se esconda na primeira sala de Segurança que você encontrar na sua frente. Caso o contrário, você estará infringindo os princípios legais da democracia relativa, lenta e gradual (POSIÇÃO, ed.43, p.9)

O irônico trecho acima foi retirado da reportagem “Comando de caça aos insatisfeitos”, a qual trazia um relato sobre as tentativas de influência de alguns professores para impulsionar a luta estadual, que naquele período, setembro de 1978, se mostrava fortalecida como há muito não ocorria. Além disso, o jornal ainda veiculava a cópia de um manifesto que foi encontrado sob as mesas dos estudantes. O panfleto, considerado pelo periódico como fascista e policialesco,

¹⁴⁵ CAETANO, 2014, p.114

alertava aos calouros sobre a má influência exercida por veteranos na tentativa de impregnar a “santa ignorância” que é natural de alunos recém-matriculados sobre a real situação da universidade.

O manifesto trazia na capa dizeres que chamavam atenção dos discentes: “por uma reabertura do DCE”; “por uma faculdade melhor”; “pelas liberdades democráticas”. Mas o conteúdo em nada se relacionava com os títulos das capas, impressos apenas com a função de atrair os olhares dos estudantes. O texto, estruturado como se escrito por um universitário que há pouco havia conhecido a realidade acadêmica, acusava os colegas veteranos de se aproveitarem da timidez dos calouros para mostrar o estado deplorável das dependências físicas da universidade e para convocá-los à luta estudantil, partindo de reuniões, assembleias, jornalzinhos, comissões disso e daquilo. Isso acabava por atrapalhar as notas e o aproveitamento do conteúdo ministrado em aula, o que resultaria na reprovação em várias disciplinas.

Este foi apenas um dos casos cobertos por *Posição* nos seus quatro anos de existência. Ao todo, a Ufes e o movimento estudantil pautaram mais de 30 reportagens do jornal alternativo que, evidentemente, tentavam informar e conscientizar uma já revoltada comunidade acadêmica. Suas denúncias de coberturas faziam eco junto àquele público. O mecanismo para alcançar os alunos e professores eram os próprios universitários por meio do movimento estudantil, que teve papel determinante na venda e na distribuição do jornal pelos centros acadêmicos da universidade capixaba.

O interesse do jornal pela Ufes surgiu logo nas primeiras edições. O número 4, datado de 17 de dezembro de 1976, trazia a cobertura de uma palestra do professor Sérgio Bermudes do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil aos universitários. O advogado discutiu a crise no ensino jurídico, na elaboração e na aplicação do Direito. A palestra fez parte do 1ª Ciclo de Palestras do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, que havia acabado de ser criado. Era a primeira de muitas reportagens do *Posição* sobre universo universitário.

Os motivos dessa cobertura acentuada eram dois: o fato de muitos dos colaboradores estarem cursando graduações na universidade, a exemplo de Adilson Vilaça – que era presidente do Diretório Acadêmico do Centro de

Estudos Gerais, o maior da Ufes –, Robson Moreira, Robson Silveira, Miriam Cardoso e Luzimar Nogueira Dias. Já Tânia Mara, na época, era professora de Diagramação na graduação de Jornalismo. Além disso, como o jornal não contava com dinheiro para grandes viagens, a cobertura tinha que ser centrada na Grande Vitória e nos movimentos promovidos na capital.

Não tínhamos dinheiro para viajar para todos os lados, então as nossas pautas eram restritas. E tínhamos o Robson Moreira e o Robson Silveira, além da Miriam, que participavam do jornal e estudavam na Ufes. Eles atuavam bastante em termos de divulgação. Naturalmente isso gerava muitas matérias. Nós tivemos uma cobertura grande da eleição do DCE que elegeu Paulo Hartung e Bragato. O Robson fez parte da chapa que não ganhou. (informação verbal¹⁴⁶)

Segundo o jornalista Luiz Trevisan, o jornal acabava funcionando como laboratório para muitos estudantes de Comunicação e Desenho. Além disso, os universitários contribuíam sem preocupação acentuada com o retorno financeiro. Acabavam, assim, por levar a realidade deles para dentro do jornal. Na 14ª edição, de 28 de maio de 1977, o jornal veiculou a cobertura da II Mostra de Teatro Universitário, ocorrido no Theatro Carlos Gomes, destacando a falta de estrutura e de apoio que a universidade disponibilizou.

As deficiências físicas da Ufes ganhavam nas páginas do jornal destaque e, mesmo quando a administração tentava omiti-las, *Posição* as exaltava, como quando o então ministro da Educação, Ney Braga, esteve no Espírito Santo. Um editorial, intitulado “Desconversando”, na 19ª edição, tratou da visita e pontuou que, para o ministro, a Ufes era uma instituição exemplar, mesmo sem biblioteca. No número anterior, o jornal queixava-se mais uma vez da universidade, destacando que ela havia sido estruturada dentro de um modelo norte-americano de ensino e que não atendia as expectativas dos estudantes, inchando ao invés de crescer.

A falta de uma biblioteca; a necessidade de um restaurante maior; a carência de professores; o abandono de alguns cursos, como de tecnologia mecânica; e a falta de participação dos estudantes em alguns diretórios acadêmicos também viraram pautas. Mas, um dos temas mais recorrentes era as restrições que os

¹⁴⁶ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

alunos sofriam, principalmente em deixar o Espírito Santo para participar de congressos e eventos acadêmicos.

Em 13 de outubro de 1977, com o título “A viagem proibida”, *Posição* relatou que 72 estudantes não puderam participar de uma das mais importantes reuniões científicas da área de Economia, o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, na cidade de São Paulo, entre os dias 7 e 10 de outubro daquele ano. Alugaram, para tanto, um ônibus da viação Águia Branca, que iria sair da rodoviária. Porém, quando foram embarcar, a empresa decidiu revogar a autorização para a viagem, apenas liberando com a autorização do reitor. Na sede da Águia Branca estavam alguns agentes da Polícia Federal pressionando pela decisão empresarial em consonância com o regime. O reitor Manuel Ceciliano de Almeida explica que, quando estudantes eram detidos, ele ligava para o governador para exigir uma solução ao problema.

O mesmo viria ocorrer outras vezes nos meses subsequentes. Em 1978, 72 estudantes de medicina foram proibidos, após uma “ordem superior”, de participarem da V Semana de Estudo sobre Saúde Comunitária (Sesac), em São Paulo. A proibição resultou em uma vigília no conhecido pavilhão do Jub’s e em uma assembleia geral no anfiteatro recém construído nas dependências da universidade. A movimentação ganhou espaço no jornal alternativo e a *Coluna Recortes* da 35ª edição foi composta de seis notas, cinco delas sobre a universidade. Segundo *Posição*, mesmo com as limitações do transporte, 36 estudantes conseguiram chegar ao evento por meio de caronas, quatro estudantes foram detidos e logo depois liberados e uma assembleia foi marcada para ocorrer após o feriado da Semana Santa daquele ano, no anfiteatro. O local da reunião, todavia, foi destruído pouco antes da data marcada pelos estudantes. Segundo o reitor, a limpeza do espaço já estava planejada e nada teve a ver com o evento estudantil.

Enquanto isso, na Assessoria de Segurança da universidade, o agente Alberto Monteiro decidiu enviar para todos os diretores dos centros uma solicitação para que fossem comunicados os nomes dos alunos que faltaram aula durante os dias que ocorria a Sesac. O comunicado contava com dois carimbos, um escrito “confidencial” e outro dizendo que “toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela

manutenção desse sigilo”. Alguns diretores de centro xerocaram o comunicado e entregaram aos chefes de departamentos que, por sua vez, mostraram aos professores. Alguns deles decidiram não cumprir a determinação para que não fossem taxados de dedo-duro. Outros decidiram enviar os nomes.

No final, Alberto Monteiro conseguiu uma lista com mil e quinhentos alunos que faltaram durante os cinco dias de eventos paulista, ocorrido entre 20 a 25 de março daquele ano. O agente só teria a obrigação de selecionar do montante os 36 nomes que foram ao Sesac. “E enquanto seu Monteiro tenta solucionar o fruto de sua própria genialidade, os estudantes da Ufes nem por isso se deixam intimidar”¹⁴⁷, apontava o jornal nas notas que comentavam o episódio na universidade. Os estudantes, no final, decidiram distribuir aos diretórios acadêmicos um aviso comunicando uma saída para Curitiba para a participação na VII Conferência Nacional dos Advogados, na qual seria debatido o tema: “O Estado de Direito”.

Os estudantes só tiveram efetivamente sucesso em viagens estudantis no segundo semestre de 1978, quando a cúpula da ditadura já começava a entoar mais claramente o discurso da abertura. Em julho daquele ano, 72 estudantes de Medicina embarcaram para o X Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil (Ecem), realizado na Universidade Federal do Pará, sem serem “molestados pelos homens da lei”. Um documento com reivindicações para o ensino da Medicina foi elaborado no evento e *Posição* publicou parte dele, dando visibilidade às reivindicações dos alunos daquela graduação.

Se os estudantes se reuniam por algum motivo, um membro do jornal alternativo estava lá cobrindo. “A universidade tem uma importância ímpar na vida da sociedade e, além disto, contava com uma organização estudantil muito atuante”, frisa o jornalista do *Posição* Umberto Martins, ao ser questionado sobre o motivo de tamanha visibilidade dada à Ufes na imprensa alternativa. Os jornais tradicionais também noticiavam assuntos ligados à universidade, mas traziam pouco material de análise, se restringindo muitas vezes a dar cobertura ao processo seletivo para o ingresso de novos alunos.

¹⁴⁷ POSIÇÃO, ed. 41, p. 11

Expoente da luta dos jovens contra a ditadura militar, o retorno do movimento estudantil, no segundo semestre de 1978, foi comemorado com entusiasmo pelo *Posição*. Afinal, eram quase dez anos sem articulação forte dos universitários – pouco da organização se manteve ativa após os atos de repressão resultantes do AI-5, em 1968, além disso, o decreto-477 trouxe uma série de modificações nas universidades, massacrando ainda mais o entusiasmo dos estudantes. Neste período, a revista *Veja* chegou a publicar uma reportagem de capa sobre o estado das lutas nas universidades.

Mesmo com algumas tentativas de superar a apatia nas universidades, o eficiente sistema de informação e a forte repressão dificultavam a missão. Porém, o movimento estudantil começou a dar sinais que ressurgimento, coincidentemente, no momento que o Milagre Econômico chegava a um fim. “Foi dentro desse clima que a Universidade Federal do Espírito Santo viveu a reabertura, a partir de 1975, dos diretórios acadêmicos atingidos pela ditadura”¹⁴⁸. E dentro desse contexto que a chapa Construção conseguiu se eleger para o Diretório Central dos Estudantes, DCE, no dia 9 de novembro daquele ano.

Este resultado é consequência de um trabalho iniciado logo após o fechamento do DCE. Já em 1972 estavam adiantado os contatos entre os diretórios acadêmicos, com a formação da comissão pró-reabertura da entidade. Em novembro de 72, após investigações do serviço secreto do 38ª Batalhão de Infantaria, em conjunto com o S-2 da Polícia Militar do Espírito Santo, todos os elementos ligados ao processo de reabertura do DCE foram acusados de tentarem reorganizar o Partido Comunista do Brasil no Estado – para obter essas informações, um militar, de codinome “Capitão Pablo”, promoveu diversas sessões de tortura. Embora a maioria tenha sido absolvida em julgamento na 2ª Audiência da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, o movimento sofreu grande retrocesso. Somente em 1975, reabertos os diretórios acadêmicos, é que se renovou a luta em torno do DCE. Desse trabalho é que surgiu o embrião da chapa Construção. (POSIÇÃO, ed. 46, p.11)

Posição acompanhou a eleição e considerou como surpreendente a quantidade de estudantes que participaram do pleito, assim como o apoio à chapa vencedora. Na reportagem, intitulada “Volta do DCE”, o jornal compartilhou os manifestos das duas chapas que disputavam a eleição, a Construção e a Ação Popular Estudantil, ambos exaltando a necessidade de luta contra a Ditadura

¹⁴⁸ POSIÇÃO, ed.46, p.11

Militar. O periódico ainda clamava aos vencedores que não se deixassem empolgar pelo aceno de democracia divulgado pelo presidente Ernesto Geisel. Fazendo eco a um discurso de um estudante na eleição, finalizou: “Não devemos ter ilusões. A ditadura é igual um escorpião. Mesmo na hora da morte, ainda solta veneno”¹⁴⁹.

Na edição seguinte, *Posição* noticiou uma manifestação que tomou a Rua Sete, no centro de Vitória, e que contou com a participação de 300 estudantes. A reportagem, com o título “Rumo a uma nova universidade”, apontava que a imprensa tradicional classificou como “passeata de candidatos”, mas o periódico alternativo destacava fruto do movimento estudantil que “começa a penetrar nas brechas que poderão levar a ditadura à sua derrocada final”¹⁵⁰

Enquanto o movimento estudantil não se organizava efetivamente, *Posição* optava por dar visibilidade às reivindicações dos estudantes, criticar setores – como o caso da Comissão Permanente de Integração Curricular que o jornal acusava de poucas vezes se reunir, de não integrar coisa alguma e de não entender nada de currículo – e cobrir a eleição dos diretórios acadêmicos, como o maior deles, o Diretório Acadêmico de Estudos Gerais.

Em 1977, eu comecei a fazer Jornalismo na Ufes. Era o segundo ano na verdade do curso de Jornalismo no Espírito Santo. Logo que entrei virei presidente do Diretório do Centro de Estudos Gerais. Ele reunia muito cursos bem disparees na área de formação. Tinha Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, História, Jornalismo, Letras. Era o centro que tinha mais estudantes na universidade. Já existiam os diretórios estruturados em Medicina, Engenharia e área nas das Ciências Jurídicas e Econômicas, além da Educação Física. Todos diretórios pequenos. O do Centro de Ensino Gerais tinha muita gente. Mas estava nas mãos de estudantes pelegos, que apoiavam a ditadura. Fizemos, então, um movimento danado e conseguimos criar núcleos em todos os cursos e ganhamos o diretório. Eu era o presidente e tinham pessoas boas, como Paulo Vinha, Teodora Bragato. Fizemos um movimento bem interessante e aglutinamos todo mundo. (informação verbal¹⁵¹)

Porém, vale destacar a cobertura do periódico aos eventos ligados à igreja e à luta universitária. O primeiro deles foi o culto ocorrido a Catedral Metropolitana, em 17 de julho de 1977, em que participaram cerca de mil pessoas e que teve

¹⁴⁹ POSIÇÃO, ed. 46, p.11

¹⁵⁰ POSIÇÃO, ed.47, p.12

¹⁵¹ VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

como intenção os 98 estudantes presos, entre eles dois capixabas, por causa da realização do II Encontro Nacional dos Estudantes.

Quase um ano depois, o jornal alternativo dava realce a um culto em memória do estudante Edson Luiz, morto dez anos atrás e que – assim como Vlado Herzog se tornou um marco para os jornalistas – se tornou um mártir da luta estudantil. “Edson Luiz continua vivo. E continua vivo porque as reivindicações de 1968, mesmo passados 10 longos anos, são essencialmente as mesmas”, pontuava a reportagem, veiculada na edição 33, de 8 de abril de 1978.

Em 31 de maio daquele ano, o jornal alternativo cobria com entusiasmo a assembleia geral dos professores da Ufes, na qual foi criada o sindicato da categoria, importante ferramenta de integração da classe com os movimentos democráticos no meio acadêmico “O que importa é que mesmo perdendo-se em pequenas discussões internas os professores da Ufes despertaram e se sensibilizaram pelos novos ventos”¹⁵². Mesmo assim, *Posição* destacava que o número de profissionais atingidos pelos “novos ventos” ainda era pequeno, já que muitos receavam aderir ao movimento sem o aval da administração.

No último ano do *Posição*, o movimento estudantil ainda teve espaço na publicação, mas com menos destaque que no ano anterior. Houve uma pequena discussão sobre as pichações promovidas pela União Nacional dos Estudantes e a necessidade de evidenciar que os estudantes poderiam discutir política e não só rabiscar em muros e a publicação de um depoimento de Wladimir Palmeira, dirigente estudantil banido do País em 1969 em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Ele contou sua experiência no movimento estudantil até 1968, quando ocorreu o Congresso de Ibiúna, em São Paulo.

O destaque, entretanto, ficou a cargo de reportagem de uma página inteira intitulada “15 anos depois: A resposta dos estudantes” tratando o 31^a Congresso Nacional de Estudantes, que ocorreria poucos dias depois em Salvador, Bahia. O jornal trazia uma retrospectiva dos últimos encontros e ainda uma explicação sobre as tendências que estavam sendo articuladas dentro do movimento estudantil: Liberdade e Luta (Libelu), a maior do País e que comandava o movimento de São Paulo, defendia a união dos estudantes com operários e era

¹⁵² POSIÇÃO, ed. 37, p. 11

contra a reforma agrária a favor de uma constituinte; Caminhando, era a tendência que mais crescia, conquistando mais estados, e defendia a Reforma Agrária a Constituinte; Refazenda, contra a Reforma Agrária e a Constituinte, sofria com uma cisão recente; Reforma, criada no Rio de Janeiro, previa mudanças pacíficas para a sociedade e era a favor da Reforma Agrária e da Constituinte; por fim, Centelha, criada em Belo Horizonte, era contra qualquer ação pacífica e qualquer reforma.

No Espírito Santo, a reportagem destacava a existência da Ação Popular Estudantil que foi derrotada na eleição do DCE e que defendia um programa quase idêntico ao da Libelu. Antes do congresso de Salvador, *Posição* noticiava que o DCE capixaba iria eleger os seus delegados para o evento e buscava formas de divulgar as suas bandeiras – como a luta pela anistia, melhores condições de ensino e o fim do ensino pago – nos meios de comunicação. Uma Comissão de Imprensa foi criada com esse fim.

3.4 - Por uma imprensa mais forte

Além do MDB e da Ufes, o jornal *Posição* costumava cobrir também a própria imprensa. Era uma relação delicada, moldada por diversas críticas e alguns esporádicos elogios à cobertura empreendida pelos jornais tradicionais, muito parecida com a função do ombudsman¹⁵³ na mídia contemporânea. O período alternativo era implacável em sua postura, muito ligada a preceitos comunistas, de elogiar a categoria dos jornalistas, impulsionando até mesmo a criação de associações e sindicatos, em detrimento dos ataques às empresas de comunicação e à visão capitalista destas.

Mais de 30 reportagens e notas tiveram a imprensa tradicional como tema durante os quatro anos de existência do *Posição*. Vale destacar que muitos colaboradores do periódico alternativo já haviam atuado nas empresas de comunicação do Estado, então conheciam o funcionamento da imprensa capixaba de perto, o que justificava muitas das suas críticas. Essa postura não

¹⁵³ Ombudsman significa representado cidadão em sueco. Designa ouvidor-geral nos países escandinavos. No jornal essa função representa a visão do leitor e foi criada nos Estados Unidos. O primeiro jornal brasileiro a publicar uma coluna semanal do ombudsman foi a Folha de São Paulo, no ano de 1989. É um profissional responsável por investigar as críticas do leitor e analisar o próprio jornal.

era específica do *Posição*, outros jornais já vinham utilizando a mesma tática. Segundo Jô Amado, a decisão por cobrir a própria imprensa foi baseada no trabalho já feito em uma coluna do jornal *Folha de São Paulo*. A intenção era fazer uma análise, mas sem atacar os profissionais, já que o jornal alternativo almejava pelo apoio desses jornalistas.

Na verdade, não lembro quando começou. Acho que foi em 1974. Tinha uma coluna que o Alberto Dines fazia que era chamada *Jornais dos Jornais* e era publicada pela *Folha de São Paulo*. Não era bem um ombudsman, o Dines passava uma geral na mídia brasileira, por isso o nome. Pegava o *Estadão*, *Folha*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Pernambuco*, os grandes jornais, ele lia e fazia uma crítica. Nossa posição foi muito tirada do que o Dines fazia no *Jornal dos Jornais*. Mas, ao mesmo tempo, queríamos uma participação mais efetiva dos jornalistas. Nós tínhamos que ganhar a simpatia deles, e certamente que não era descendo o pau nos próprios jornalistas. Muito filho da puta sempre teve, mas a gente não falava que eles eram puxa saco do padrão. A gente queria a participação dos jornalistas em um jornal que eles identificassem como sendo um jornal deles. (informação verbal¹⁵⁴)

Mesmo que a intenção fosse fazer uma crítica com cautela, muitas vezes acabava por colocar o “dedo na ferida”. Chegou a noticiar, por exemplo, as horas extras não pagas pela imprensa tradicional aos seus profissionais, a apontar colunas que eram escritas por servidores públicos e não por jornalistas e, principalmente, por expor assuntos que os grandes jornais optavam por não cobrir, tentando se equilibrar na corda bamba que era o regime militar. A censura era implacável e a intenção da grande imprensa era sobreviver, se adequando às limitações que lhe eram impostas. Como pontua Adilson Vilaça, “os grandes jornais sofriam os crivos da censura. Nós achávamos que a grande imprensa podia reagir, mas na verdade, ela se ajeitou. Tinha uma visão mais empresarial. Não partia para denunciar a ditadura, que prendia, matava, esfolava. Isso cabia aos nanicos”.

No caso da imprensa tradicional, devido à falta de liberdade, os profissionais eram submetidos à censura do governo, mecanismo muito comum nos sistemas autoritários; à censura dos editores, que representavam os interesses empresariais e buscava evitar, inclusive, que os donos dos jornais fossem presos

¹⁵⁴ AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

– o que era uma possibilidade –; e à autocensura, consequência da falta de respaldo aos profissionais para cobrir qualquer assunto nas grandes empresas. Além disso, havia a preocupação com o lucro do jornal, do qual o governo, por meio de sua publicidade, era um dos mais importantes contribuintes. “No *Posição*, estávamos livre dos três níveis de censura. Daí podíamos nos tornar um jornal que acirrava bastante o foco das matérias. Isso não era problema para nós”, explicou Adilson Vilaça.

Posição, inclusive, buscava motivar os profissionais, mesmo da grande imprensa, para o ataque. Se os empregadores da mídia não permitiam cobrir determinado assunto em seus jornais bem estruturados, então que fosse coberto pelos alternativos e com apoio dos jornalistas da imprensa tradicional. Tanto que muitos funcionários da redação passaram a ter uma jornada de trabalho dupla, atuando nas empresas de comunicação durante o dia e escrevendo para o periódico idealizado por Jô Amado e companhia à noite. Lá gozavam de uma liberdade e encontravam um espírito de confronto e luta aberta contra ditadura que não havia nas empresas das quais eram contratados formalmente.

O *Posição* deu voz aos contrastes da época. É lógico que tem muita paixão e um certo exagero, mas a intenção minimizava esses pequenos pecados, esses excessos, próprios da eloquência juvenil. Éramos jovem em um cenário conturbado. Eu não trabalhava especificamente lá, mas colaborava, sugeria pautas. Trabalhava em *A Tribuna*, como repórter de Economia e do Caderno 2. Colaborava com dicas e sugestões para o *Posição*. (informação verbal¹⁵⁵)

Algumas vezes, como ficou evidente, levavam ao alternativo o que não tinha espaço nos meios tradicionais. Faziam a reportagem ou chegavam com a sugestão, ficando a cargo de outro jornalista a produção. Muitas vezes, *Posição* não perdia a oportunidade e fazia questão de registrar no texto que determinado meio de comunicação fez vista grossa sobre o assunto em questão. Uma prática que soava como “patrulhamento”, como pontua o jornalista Luiz Trevisan: “Via isso com distanciamento. Nunca gostei da depreciação do que é feito por um colega. Tenho minha visão crítica quando vejo uma informação, mas nunca me deixei levar. Havia gente que queria esculhambar dizendo que na grande imprensa só tinha pelego”.

¹⁵⁵ TREVISAN, Luiz. *Contribuindo com o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 7 de maio de 2016

Inevitavelmente, a postura do *Posição* resultou em desconforto a alguns expoentes da imprensa capixaba. Se havia quem apoiasse, também existiam os críticos. “Mesmo gente que jamais poderia participar por razões diversas normalmente nos via com admiração, gostavam do que estávamos fazendo. Evidentemente tinha gente mais ajustada ao status quo, que achava que éramos desajustados”, relembra Adilson Vilaça.

Um dos que não compactuava com *Posição* era o colunista de *A Gazeta*, Hélio Dórea. “Ele descia o pau no *Posição*. Ele não era jornalista, tinha uma coluna no jornal, mas não era jornalista”, relembra Jô Amado. Em *A Tribuna*, o jornalista Luiz Eduardo Nascimento costumava defender a visão empresarial, segundo o idealizador do *Posição*. “Mas não tivemos problemas com ele. Conseguimos conversar. Não batemos de frente”, conta.

Mesmo criticando a imprensa e acusando-a de omissão, o jornal alternativo circulava livremente nas redações das grandes empresas de comunicação. Elas não assinavam, mas os jornalistas levavam o *Posição* para o ambiente de trabalho. Rodava nas mesas, era livremente lido e os empresários não impunham nenhuma restrição, nem mesmo aos seus profissionais em atuarem no jornal de combate à ditadura. Isso evidencia, inclusive, que a grande imprensa não considerava o alternativo como um concorrente e nem como uma ameaça a sua vendagem ou uma opção que diminuísse a quantidade de leitores. “Cada um tinha o seu espaço. Acho que um não influenciava o outro”, frisa o ex-editor de Economia de *A Gazeta*, Orlando Eller, que substituiu Miriam Leitão na função.

Não era a administração da *A Gazeta* que colocava para circular o *Posição* na redação, eram os próprios jornalistas que levavam. Sempre havia um exemplar em alguma mesa. Não era proibido. Não fazia sentido proibir, não era democrático. A redação de *A Gazeta*, mesmo com todos os problemas, era democrática. O que não se admitia era ouvir só um lado para atacar os outros. O *Posição* era um veículo próprio para um período turbulento. Era, na verdade, uma ferramenta de democratização. Era uma tribuna e as pessoas gritavam a partir dele. Foi importante para a relação entre estado e redação. (informação verbal¹⁵⁶)

Segundo o jornalista de *A Gazeta*, a cúpula da empresa, principalmente o proprietário Carlos Lindenberg, o Carriê, nunca deixou transparecer qualquer

¹⁵⁶ ELLER, Orlando. *O jornal Posição olhado de fora*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 10 de maio de 2016

desconforto com os ataques empreendidos por *Posição*. E não eram poucos. Na 29ª edição, datada de 01 de fevereiro de 1978, o periódico nanico afirmou, com sua ironia peculiar, que um determinado editorial de *A Gazeta* era tão sutil quanto uma “tromba de elefante” para quem acompanhava a política estadual. O texto desdobrava uma reportagem, também publicada pelo jornal do grupo Lindenberg, na qual o governador biônico Elcio Alvares (1975-1979), informava a obtenção de Cr\$ 812 milhões junto ao governo federal. A cúpula do jornal mais antigo em circulação no Espírito Santo elaborou um texto cobrando, a partir das expectativas criadas pelo Executivo, obras na Grande Vitória, como mais vias de acesso à capital do Estado. O comentário sobre a reportagem do grande jornal foi publicado na *Coluna Recortes*, ocupando várias notas.

A coluna, inclusive, era o principal – porém, não único – espaço onde as críticas ocorriam. Na 30ª edição, por exemplo, o alvo foi *A Tribuna*. O jornal alternativo comentava um erro de montagem do jornal, no qual um texto errado foi publicado dentro da Coluna do Castello¹⁵⁷. No dia seguinte, o jornal publicou uma errata. Mesmo assim, *Posição* comentou o episódio, afirmando que não passava de empulhação e levantando suspeitas sob o jornal. No mesmo espaço, também analisava a indicação do advogado Antônio Miguel Feu Rosa, irmão de uma das lideranças políticas do município da Serra José Maria Feu Rosa¹⁵⁸, para a direção do matutino, pontuando que seria aquela uma postura empresarial com anseios políticos.

O grupo do empresário João Santos¹⁵⁹ não raramente estampava as páginas alternativas, principalmente porque *Posição* alegava que o proprietário tinha pretensões eleitorais ao governo do Estado. Isso levava o alternativo a comentar qualquer mudança no teor das reportagens ou no posicionamento de *A Tribuna*.

A maior incidência de citações dos dois jornais, entretanto, estava ligada aos fatos não noticiados ou censurados, tanto por decisão governamental quanto

¹⁵⁷ Coluna do Castello – de autoria de jornalista Carlos Castello Branco, era publicada no *Jornal do Brasil*. Começou a ser produzida pouco anos do Golpe Civil-Militar de 1964 e durou 30 anos, cobrindo as articulações da política e os bastidores do poder. Era um dos mais importantes espaços de notícias de política do País

¹⁵⁸ José Maria Feu Rosa foi eleito prefeito do município da Serra em 1988. Foi assassinado em abril de 1990 no Sul da Bahia.

¹⁵⁹ João Santos nasceu em Pernambuco. Era empresário e proprietário do Grupo Industrial João Santos, do qual faz parte a fábrica de cimentos Nassau e o jornal *A Tribuna*.

empresarial. Quando ocorreu o Culto Ecumênico da Solidariedade na Catedral de Vitória em intenção aos 98 presos no III Encontro Nacional de Estudantes; quando o ambientalista Augusto Ruschi protestou contra a intenção do governo estadual de incentivar o plantio de palmito em área ambiental – o que ganhou espaço até na imprensa nacional –; ou quando o correspondente do periódico alternativo Silveira José Vieira foi detido no município de Afonso Cláudio, nada foi citado pelos outros veículos de comunicação, o que não agradou a equipe de *Posição* que pontuou sua indignação no editorial usando fortes termos contra a imprensa tradicional.

Hoje em dia, o maior entrave que existe aos jornalistas no Espírito Santo são as empresas ditas jornalísticas no Espírito Santo. Campeões incontestáveis da subserviência, paladinos da omissão, esses jornais detêm, de fato – e de absoluto direito – um verdadeiro império: o império da desinformação e da corrupção. Nada esperamos, é bom que se frise, na forma de apoio ou solidariedade, daquelas empresas no momento mesmo que fomos arbitrariamente abalroados pela ilegalidade policial. O silêncio dos jornais locais (a imprensa de fora noticiou o ato da polícia) apenas veio confirmar a podridão de suas estruturas (POSIÇÃO, ed.14, p.2)

Seguindo na sua tradicional linha comunista, *Posição* almejava criticar os empregadores e contar com o apoio dos empregados. Pontuava no editorial que a classe dos jornalistas deveria se unir para defender os interesses da própria categoria contra a ganância do empresariado. “Apelamos aos jornalistas... para que acordem para os seus direitos profissionais, tolhidos, esmagados pelos interesses das empresas”¹⁶⁰. Com argumentos tão enfáticos quantos estes, o jornal alternativo propunha e defendia mecanismos para fortalecer os jornalistas capixabas, como a transformação da associação de classe em um sindicato e a criação de uma cooperativa com a função de absorver os profissionais sem espaço no mercado de trabalho e que pudesse atuar como uma agência de notícias, comercializando informações do Espírito Santo para a imprensa nacional.

Como muitos colaboradores eram funcionários da grande imprensa, aproveitavam o periódico alternativo para reivindicar direitos trabalhistas: como reajuste salarial. Isso foi tema de reportagem do *Posição*, na 53ª edição. Os profissionais de Vitória estavam buscavam um aumento de 60% mais abono. O

¹⁶⁰ POSIÇÃO, ed.14, p.2

Sindicato dos Jornalistas, recém-criado naquele ano, também entendeu a proposta. Os profissionais almejavam pelo menos participar das negociações, já que até então o valor salarial era definido pelas empresas sem diálogo com a categoria. O alternativo chegou a criticar a manobra da administração de *A Gazeta* de negociar com dois representantes de cada editoria o valor do reajuste, enfraquecendo uma posição única para toda a classe.

Ainda com relação ao destaque dado aos grandes jornais na imprensa alternativa, o nanico capixaba estampou reportagem, na edição nº 32 de 22 de março de 1978, com os balanços de anúncios e publicidades pagas pelo governo estadual nos jornais da capital, estimando um suposto gasto que seria maior que o orçamento de oito municípios capixabas, segundo o jornal. Contabilizaram ainda o número de cadernos especiais e a quantidade de fotos dos governadores biônicos publicadas. Por fim, os jornalistas alternativos produziram um texto sobre as tentativas de interferência do regime na cobertura da imprensa.

Se o patrulhamento correspondia, na maioria das vezes, a críticas àquilo que *Posição* não compactuava ou que não aceitava na mídia tradicional, eventualmente ocorriam alguns elogios aos grandes jornais capixabas. Principalmente quando abordavam temas sociais e denúncias políticas em suas matérias jornalísticas. Com *A Tribuna*, a opinião positiva foi veiculada na *Coluna Recortes* da 39ª edição, quando o jornal alternativo citou que esperava ler mais reportagens como a veiculada dias antes sobre suposta corrupção na Câmara de Vitória. O material do matutino expunha que a prefeitura havia solicitado empréstimo de Cr\$ 20 milhões de cruzeiro e o líder do MDB, Atharé de Castro, teria dito que o “dinheiro sai e não se sabe para onde vai” e que estaria sendo usado para pagar parentes de vereadores.

No caso de *A Gazeta*, *Posição* também chegou a elogiar eventuais coberturas, como a reportagem sobre a “corrida de nomeações” promovida no fim do governo de Elcio Alvares (1975-1979). Porém, não deixando de usar o tom costumeiro: “O jornal *A Gazeta*, por algum mistério insondável – ou melhor, até bastante sondável –, de repente passou a fazer um jornalismo imparcial (até certo ponto) com relação ao desgoverno do Espírito Santo”¹⁶¹. O alternativo

¹⁶¹ POSIÇÃO, ed.41, p.2

ainda desdobrou a reportagem, trazendo dados das nomeações no Poder Judiciário capixaba. Na 41ª edição, datada de 22 de agosto de 1978, o jornal nanico desdobrou uma reportagem especial de *A Gazeta* sobre a situação dos menores marginalizados, que enfrentavam perseguição, tortura sistemática, violência sexual e até tráfico de pessoas. “Mas a brava reportagem dos companheiros de *A Gazeta* – um trabalho de respeito em todos os sentidos – documentou apenas os efeitos... *Posição*, com mais tempo para mastigar o problema.... faz levantamento de algumas das perguntas não respondidas”¹⁶²

Defensores árdios da imprensa alternativa, a equipe do periódico nanico capixaba não raramente divulgava outros veículos recém-lançados, como a revista *Agora*, que passou a circular em Vitória no dia 29 de agosto de 1977, encabeçada por jornalistas como Rogério Medeiros; além de defender quando ocorria algum caso de repressão ou censura mais forte contra outros periódicos até em âmbito nacional.

O *Extra – Realidades Brasileiras* em sua última edição publicou um texto confrontando Rogério Nunes, diretor de Divisão da Censura, em Brasília. Dizia: “antes dos nossos leitores, o senhor não vai ler, não”. Terminava exaltando: “Abaixo a morte. Viva a inteligência”. *Posição* compartilhou parte do texto. Nessa mesma 17ª edição, o periódico capixaba ainda comentava em uma reportagem a rotina de censura no jornal *Tribuna da Imprensa* por meio do depoimento do editor Hélio Fernandes Filho.

Movimento também contou com a solidariedade de *Posição* em diversas ocasiões. Uma delas ocorreu quando membros da direção foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e ameaçados de pegar até 11 anos de prisão depois que o jornal publicou a reportagem “Geisel num mar de lama”, na edição 171 do periódico. O regime o acusou de veicular matéria insultuosa contra o chefe do governo e os ministros de Estado, ofender a honra e a dignidade dos mesmos, denegrir a imagem do exército, incentivar a cisão entre os militares e de não adotar uma linhagem estreita e serena em suas reportagens. *Movimento* contra-argumentou o regime em suas edições subsequentes, afirmando que não são as denúncias que desonram governo, mas a não apuração dos fatos

¹⁶² POSIÇÃO, ed. 41, p.5

apontados pela reportagem. Já sobre o tom e a linguagem usada, quem rebateu foi *Posição*:

Resta ainda a última acusação sobre a linguagem e o tom editorial do *Movimento*. Com o devido respeito aos companheiros do *Movimento*, talvez o general tenha razão, quem sabe? Por que não trocar de posição? Quem sabe não seria mais interessante ver o general Geisel editando um jornal de oposição e as forças populares de democráticas governando o País. (POSIÇÃO, ed. 46, p. 2)

Não foi a primeira vez que o alternativo capixaba buscou questionar as ameaças e ações do regime contra a imprensa, nas quais se enquadram também a censura. Logo nas suas primeiras edições já assumia uma posição radical quanto a isso. No final do seu primeiro ano, por exemplo, decidiu classificar como absurda e grotesca uma determinação da Secretaria de Segurança para que o material de interesse jornalístico da Superintendência de Polícia do Espírito Santo fosse primeiro levado a uma autoridade em formato de perguntas escritas. No caso do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES), as perguntas dos repórteres deveriam passar pelo major Tatagiba, “uma espécie de censor oficiosa”. Só com a liberação dele que o repórter receberia o aval para ter acesso ao que desejava. Além disso, os jornalistas eram “convidados” a escrever suas reportagens, que saíam no dia seguinte, nas dependências do Detran. Quando terminassem, as reportagens deveriam passar pelo crivo das autoridades do órgão para depois serem enviadas à redação. “Se essa situação é suficiente para evidenciar as condições de trabalho de um jornalista na capital do Espírito Santo, então prepare-se, leitor, porque ela não é apenas bizarramente absurda: tornou-se grotesca”, atacava o alternativo.

Um ano depois, o jornal nanico voltou a questionar a política de censura do governo. Mas dessa vez o alvo foi o próprio jornal institucional. *Posição* noticiou uma determinação para que o jornal *Espírito Santo*, que era produzido pela própria Secretaria de Comunicação Social, fosse apreendido antes de circular. A ordem teria vindo do próprio Palácio Anchieta ao perceber publicado o depoimento de um deputado arenista que afirmava ter conseguido, por meio de sua influência política, o asfaltamento de um trecho de estrada entre o município Conceição da Barra e a BR-101. O comando do governo não estaria de acordo com a informação.

Quando a censura foi suspensa, no junho de 1978, *Posição* estampou uma nota comemorando. Com o título “Vitória”, comentava que o governo teve que deixar de censurar previamente as edições do *Movimento*, *O São Paulo* e a *Tribuna de Imprensa*. Porém, ponderou que a iniciativa não partiu do regime, mas que na verdade os militares foram obrigados a agir desta forma.

Que ninguém se iluda e que o acontecimento fique bem claro: em primeiro lugar, a censura não acabou, e em segundo lugar, é bom que fique bem claro – que o governo não suspendeu a censura. O governo foi obrigado a suspender a censura. Foi uma conquista. Uma magnífica vitória para as forças democráticas brasileiras. E desta vitória – basicamente obtida pela resistência e determinação dos companheiros daqueles três jornais – também teve papel de destaque e muito importante, a chamada imprensa de resistência como um todo. (POSIÇÃO, ed. 37 p.2)

Na mesma edição, o periódico ainda fazia questão de pontuar que os grandes jornais de São Paulo não comentaram o fim da censura, enquanto a imprensa alternativa, além de entoar a luta pela liberdade de expressão, dava total visibilidade. Inclusive, a postura quanto à defesa da categoria dos jornalistas não foi diferente da empreendida pelo *Posição* em outras bandeiras democráticas, como a anistia.

A Ditadura Militar durou duas décadas no Brasil. *Posição*, por coincidência, passou a existir nos anos finais do regime, quando a Anistia se tornava uma das pautas principais dos movimentos democráticos. Não que o jornal tenha surgido com essa função, afinal a missão inicial do periódico era defender um jornalismo feito por jornalistas e confrontar os representantes do status quo, mas a liberação dos presos políticos e a possibilidade de retorno dos exilados passaram a ser suas lutas primordiais. Principalmente porque a imprensa tradicional pouco se manifestava neste sentido, cabendo aos nanicos tal função.

Assim como ocorreu com o Movimento Democrático Brasileiro, com o movimento estudantil e com a defesa dos jornalistas, a Anistia estampou as páginas do alternativo capixaba com destaque. Pautou entrevistas, reportagens e chegou a ganhar destaque em diversas capas. Porém, diferente das demais bandeiras democráticas, ela ultrapassou os espaços do tabloide e motivou parte da equipe a se lançar em um novo desafio: publicar o primeiro e único livro da Edições do Leitor Ltda. Aquele era o momento de exaltar a Anistia Ampla, Geral, Irrestrita. *Posição* sabia disso e não se negava a mais essa luta.

Capítulo 4 - ANISTIA: QUANDO O JORNALISMO VIRA MOBILIZAÇÃO

4.1 – Memória e esquecimento

Ao se aprofundar na pesquisa sobre a Ditadura Militar no Brasil, a historiadora Janaína Martins Cordeiro (2014) aponta um risco comum quando se debruça sobre um tema tão recente: “as paixões do passado jogam ainda um peso importante na vida cotidiana das pessoas e misturam-se, irremediavelmente, aos *partis pris* do presente”¹⁶³ articulando um jogo de memória e esquecimento ou de passado e presente. Quando se discute o processo de anistia no final da década de 1970, que abarca prisões políticas e torturas, essa reflexão da pesquisadora faz todo o sentido.

Marcado como um dos períodos mais sangrentos da história recente brasileira, uma questão se torna latente logo que se inicia uma tentativa de enveredar por lembranças tão tortuosas de um povo: por que se lembrar da Ditadura Militar ao invés de apenas esquecer? Ponto de partida quando se propõe a debater academicamente qualquer vertente do sistema autoritário brasileiro, Cordeiro (2014) frisa que a pergunta está na base da relação entre a sociedade e seus ditadores. Ao analisar a memória da cidade gaúcha de Bagé, onde nasceu o general Médici¹⁶⁴, ela se deparou mais de uma vez com a mesma questão, que transmite o incômodo que a memória exerce quando submetida aos preceitos de uma história recente.

Cordeiro (2014) recorre aos pensamentos de Pierre Laborie¹⁶⁵, que analisou a atuação dos historiadores da resistência nazista, para solucionar o dilema por meio do estatuto do “historiador sob vigilância”, aquele profissional que tem que lidar com testemunhas que querem manter o controle sobre uma história que acreditam lhe pertencer.

¹⁶³ CORDEIRO, 2014, p. 201

¹⁶⁴ Emílio Garrastazu Médici era um militar, nascido na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial.

¹⁶⁵ Historiador francês que centrou suas pesquisas, entre outras coisas, na análise da memória da resistência em seu país sobre a ocupação nazista, além de abordar a relação da memória com a opinião pública.

Iniciando pela memória. Segundo Le Goff (2012), ela pode ser definida como “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passado”¹⁶⁶. O historiador francês frisa que antes mesma da linguagem falada ou da escrita, há uma linguagem do armazenamento de informações na memória, que pode ser tanto individual quanto coletivo.

O termo memória coletiva surgiu pela primeira vez com o sociólogo francês Maurice Halbwachs¹⁶⁷, em 1925. Em sua obra “*Os quadros sociais da memória*”, que conta com resenha de Marc Bloch, ressalta que toda memória é coletiva antes de ser individual, e que a pessoa lembra daquilo que permite o contexto social que ela está inserida, ou seja, é inerente à sua sociedade. Toda memória é uma construção do passado em função do presente, e não sua conservação, o que evidencia que a memória é passível de alterações ao longo do tempo. São exemplos de uma memória coletiva: os rituais religiosos, ritos de passagem, métodos culinários, tradições e vestimentas.

Vale ressaltar que história e memória guardam suas diferenças, como a distância empreendida por cada uma ao objetivo analisado. A história se distancia do passado no presente, a memória recorre ao passado como parte do presente. Pierre Nora (1993)¹⁶⁸ se debruça sobre essa mesma contenda entre história e memória. Segundo ele, a primeira é empreendida pela sociedade primitiva e arcaica, que guarda consigo em segredo; a segunda é mais cotidiana e convive com a ameaça do esquecimento do passado. O filósofo chega a apontar que, longe de serem sinônimos, às vezes são antíteses. Já que a memória é atual e está em constante mutação e a história é o passado.

Mais do que isso, Nora (1993) pontua que a memória se alimenta de lembranças vagas e simbólicas, e a história, até pelo caráter intelectual, demanda análise. A memória pertence a um grupo ou um indivíduo, a história é mais universal. “A

¹⁶⁶ LE GOFF, 2012, p. 405

¹⁶⁷ Sociólogo francês que seguiu os estudos de David Émile Durkheim. Destacou-se por um estudo sobre a memória coletiva.

¹⁶⁸ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, in PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Brasil, 1993

memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”, chegou a destacar o filósofo em seu texto “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. Le Goff (2012), em consonância, frisa que a “memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela”.

Ao analisar a memória, um dos conceitos básicos é o de “lugares de memória”, que Pierre Nora (1993) exemplifica como sendo os rituais que são de memória espontânea, ou seja, aqueles que precisam ser criados, como aniversários e elaboração de atas. A comemoração da Independência do Brasil, por exemplo, se encaixa nesta percepção já que o dia 7 de setembro tem a função de resgatar a memória do que ocorreu após o desligamento da América Portuguesa da influência direta do reino português. O mesmo acontece com os eventos ligados ao cinquentenário do Golpe de Militar de 1964, ocorridos em 2014. São métodos para evitar o esquecimento.

Memória e esquecimento, por sua vez, são conceitos inerentes. Regressando à Grécia Antiga, por exemplo, Clio, filha de Zeus e Mnemósine, deusa da memória, era aquela que preservava do esquecimento. Le Goff (2014) também se debruçou sobre a questão, pontuando a necessidade de analisar a amnésia sob a ótica das ciências sociais. Ele define como amnésia a perda proposital ou involuntária da memória dos povos ou das nações e alerta para as perturbações de identidade coletiva que isso pode acarretar.

Greco (2003)¹⁶⁹ trabalha com essa vertente de análise sobre o esquecimento para abordar o processo de anistia na reta final da Ditadura Militar. Segundo ela, a própria palavra “anistia” carrega consigo uma carga da dualidade entre memória e esquecimento e conceitos como *anamnesis* (reminiscência) e *amnésia* (perda da memória). São a memória instituinte e a memória instituída que se cruzam constantemente. Entender essa convergência é determinante para a percepção que se tem do regime militar nos dias atuais.

Assim, trinta anos depois da anistia de agosto e vinte e quatro anos depois do fim da ditadura, não há como negar a prevalência da anistia/amnésia sobre a anistia/anamnese, o que é garantido pela ‘diluição da memória coletiva dos eventos de repressão’ praticada também pelos governos legalmente constituído desde então (GRECO, 2003, p.530)

¹⁶⁹ GRECO, Heloisa Amélia. “Dimensões fundacionais da luta pela anistia” – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003

A lei de anistia é tratada por Greco como ferramenta de memória e esquecimento. Ela se remete à legislação como “um mecanismo protetor” que tem entre suas funções fazer a violência submergir ao profundo esquecimento. Invoca para isso uma ansiedade para que o passado passe depressa, anulando principalmente lembranças.

Esta tática não é recente. Na Grécia Antiga já ocorria. Uma das primeiras vezes que a anistia foi usada como esquecimento ocorreu em 403 a.C, quando a democracia retornou à Atenas após a Tirania dos Trinta¹⁷⁰. Todos os tipos de atrocidades foram esquecidos por meio de um “juramento do não se lembrar das desgraças do passado”, como pontua Greco.

Para Le Goff (2014), tanto memória quanto esquecimento desempenharam, no desenvolvimento da escrita, finalidade de divisores de águas. O filósofo atribui à escrita uma profunda transformação no conceito da própria memória, dividindo-a em duas formas. A primeira delas é a comemoração, o mesmo conceito já citado anteriormente por Pierre Nora, e a epigrafia. A segunda é o documento escrito, que tem a função de “armazenar informações através do tempo e do espaço”. É neste ponto que memória, história e jornalismo se cruzam.

A imprensa revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental. Revoluciona-se ainda mais lentamente na China, onde, apesar de a imprensa ter sido descoberta no século IX da nossa era, ignoraram-se os caracteres móveis, a tipografia; até à introdução, no século XIX, dos processos mecânicos ocidentais, a China limitou-se à xilografia, impressão de pranchas gravadas em relevo. A imprensa não pôde agir de forma massiva na China, mas os seus efeitos sobre a memória, pelo menos entre as camadas das cultas, foram importantes, pois imprimiram-se sobretudo tratados científicos e técnicos que aceleraram e alargaram a memória do saber (LE GOFF, 2012, p. 438)

O estabelecimento da imprensa amplia o leque de textos publicados e, com isso, há um aumento das memórias individuais que se exteriorizam. A partir daí, há uma evolução na prática da memória até o apogeu da fotografia, que consistiu em um novo marco. Afinal, a memória passou a ser guardada dentro de uma gaveta.

¹⁷⁰ Período entre 404-403 a.C em que Grécia enfrenta um enfraquecimento de suas instituições após a derrota na Guerra do Peloponeso contra Esparta. A oligarquia tentou retomar ao poder por meio da “Tirania dos Trintas”, mas a democracia foi restabelecida.

Alicerce do jornalismo ao lado da escrita, a fotografia teve sua adesão completa pela população de forma gradativa. De início, as pessoas não ousavam olhar diretamente para as imagens que retratavam a presença humana, temiam poder ser vistas por aqueles pequenos rostos, devido à tamanha qualidade e nitidez das fisionomias no processo daguerreotipo¹⁷¹. Após esse período de temor, a fotografia assumiu um posicionamento diferente dentro da sociedade, sendo vista como memória visual de uma pessoa ou uma família, perpetuando um momento, um indivíduo ou uma fase da vida.

Fotografia é memória enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos, documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência. É o assunto ilusoriamente retirado de seu contexto espacial e temporal, codificado em forma de imagem” (KOSSOY, 2007, pag. 131).

Assim, fotografia e escrita serviram e servem ao jornalismo como ferramenta de sua composição. Este, por sua vez, desempenha uma relação direta com a história e a memória coletiva de uma sociedade, registrando em tempo presente a percepção inicial de determinados acontecimentos. A campanha pela anistia Ampla, Geral e Irrestrita na fase final da Ditadura Militar, por exemplo, teve um grande espaço na cobertura empreendida pela imprensa, principalmente a alternativa, no final da década de 1970. Os jornais cobriam com afincos aquilo que ocorria nas ruas, nas assembleias e nos presídios. Um trabalho que acabou por registrar para as futuras gerações estimativas daqueles que, no período ditatorial, estavam à frente da luta em prol do benefício e até mesmo daqueles que aguardavam ser agraciados com as consequências da instauração da Anistia no Brasil.

4.2: A Anistia virou pauta

A anistia no Brasil foi um processo gradativo, galgando sucessivas conquistas no decorrer dos anos até o estabelecimento de uma estrutura que conseguisse reivindicá-la ao sistema vigente, ou seja, até que estivesse na ordem do dia das discussões políticas. O sistema ditatorial neste período já emitia claros sinais

¹⁷¹ Desenvolvido em 1837 por Louis Jacques Mandé Daguerre, foi apresentado publicamente em 1839. O governo francês declarou o invento como domínio público. É um equipamento responsável pela produção de uma imagem fotográfica sem negativo.

que não se sustentaria por muito tempo, o que suscitou em discussões para promover uma abertura democrática, tendo como uma das suas vertentes a anistia.

Rodeghero (2014) destaca que desde 1964, principalmente após a promulgação do primeiro Ato Institucional, algumas vozes já clamavam por anistia no Congresso e na imprensa. O jornalista Carlos Heitor Cony, em crônica publicada no *Correio da Manhã*, em 18 de abril daquele ano, pedia que fosse tomada alguma medida e denunciava a “truculência do grupo que chegava ao poder”. Alguns meses depois, o editorial da *Folha de São Paulo*, em 29 de dezembro, sugeria uma anistia parcial para se sanar os excessos resultantes da dita Revolução. Já em 1º de janeiro de 1965, foi publicado também na *Folha* artigo do filósofo Alceu Amoroso Lima que clamava pelo fim da “fase punitiva da Revolução de Abril” e a necessidade da “esponja do passado, a anistia política geral, a pacificação dos espíritos”.

A anistia vinha sendo trabalhada desde meados de 1968 pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Este, organizado inicialmente em São Paulo sob o comando de Therezinha Zerbini, criou representações em diversos estados brasileiros – São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco. Como pontua Greco (2009), desde o início as mulheres foram pioneiras na luta pela Anistia.

O MFPA acumulou forças e abre espaço para a constituição dos Comitês Brasileiros da Anistia. Se em um primeiro momento, são as mães, irmãs, companheiras e filhas dos atingidos que se aglutinam em torno de um objetivo comum – a busca dos familiares desaparecidos ou a defesa dos familiares presos – em seguida a luta pela Anistia vai se ampliar, politizar e envolver os mais diversos setores da sociedade (GRECO, 2011, p. 69)

Moradora do Pacaembu, bairro nobre de São Paulo, Therezinha era ex-mulher do general Euryale de Jesus Zerbini, que havia atuado com João Goulart (GASPARI, 2016). Presa durante o regime militar, depois que ela e o marido se aproximaram do convento paulista de Perdizes, ficou dois anos atrás das grades. Durante o período passou pelo presídio de Tiradentes, em São Paulo, especificamente na chamada “Torre da Donzela” onde estava Dilma Rousseff, que seria eleita a primeira mulher presidente do País. Obstinação, Therezinha

estava em todos os meios de comunicação possíveis, como o *Pasquim*, para entoar a proposta da Anistia. O grupo chegou a ser vinculado pelo SNI ao Movimento Comunista Internacional, principalmente, segundo Gaspari (2016), depois que um militante entregou uma bandeira escrita “Anistia” a Denise Goulart, filha do ex-presidente, durante o enterro dele. A bandeira foi posta em cima do caixão.

Eureca. A saída por aqui. A ONU está organizando e ninguém ia falar que estávamos fazendo subversão indo para o ano internacional da mulher. Tinha gente que não sabia que era anistia, achava que era anestesia. A anistia que nós vamos por não ser restrita, mas vai ser ampla, é como uma barreira que está segurando a água. Se fizer um furo, a água se encarrega de trazer tudo (THEREZINHA ZERBINI¹⁷²)

Mas as amplas manifestações pela anistia ganham as ruas em um cenário bem mais propício do que quando as mulheres passaram a se organizar para entoar essa bandeira. Na segunda metade da década de 1970, o movimento estudantil ostentava uma musculatura que levava suas ações a ganharem eco fora dos muros das universidades; os sindicatos se mobilizaram para criar greves como a promovida pelos metalúrgicos do ABCD paulista; na Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base e a imprensa alternativa atribuíam novo fôlego aos posicionamentos religiosos. Todos esses segmentos, em determinado momento, passaram a adotar a bandeira da anistia e reforçar a luta.

Vale destacar que, neste mesmo período, um lampejo de esperança surgiu aos adversários da Ditadura Militar com a aprovação da Emenda Constitucional 11, promulgada em 1978. Ela inviabilizava algumas armas do sistema repressivo, proibindo o presidente de fechar o Congresso; não sendo mais possível privar o cidadão de seus direitos políticos e cassar mandatários. Foi suspensa a censura prévia nos meios de comunicação e restaurada a independência do Judiciário. A pena de morte foi abolida e foram revogados os banimentos políticos.

Porém, não era o fim definitivo dos mecanismos de repressão da ditadura. Logo após a Emenda Constitucional 11, houve uma nova alteração constitucional definindo uma nova Lei de Segurança Nacional, que previa, entre alguns pontos: atribuição de poderes quase ilimitados ao ministro da Justiça, apreensão de

¹⁷² Depoimento retirado do documentário 30 anos de anistia, produzido pelo Ministério da Justiça do Brasil no marco dos 30 anos da lei de anistia e disponível no site youtube.

material considerado nocivo à segurança nacional e até a proibição de divulgação de “notícias falsas” ou tendenciosos com a função de indispor a população e as autoridades.

O famigerado AI-5 seria abolido em dezembro daquele ano. Mas sua essência estava preservada na Nova Lei de Segurança Nacional. O general João Batista Figueiredo assume alguns meses depois com a função de continuar com a abertura gradual, lenta e segura, iniciado por seu antecessor, Ernesto Geisel. Porém, a abertura não iria abrir mão de alguns preceitos do estado, como a Doutrina de Segurança Nacional, que institucionaliza, por exemplo, a tortura.

Greco (2009) frisa que além dos Congressos Brasileiros pela Anistia, que começaram a ser fomentados neste período, a criação da Comissão Executiva Nacional representou um impulso à luta. Em fevereiro de 1978 foi lançado o Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro que contou com a presença do general Peri Bevilacqua, antigo comandante do II Exército, aposentado pelo AI-5, mesmo sendo um membro do Superior Tribunal Militar. Em seu pronunciamento, ele exclamou: “A anistia política deverá ser ampla, geral e irrestrita, para que produza todos os benefícios de que é capaz (...) A anistia virá inviabilizar a redenção democrática”.¹⁷³

O pronunciamento, segundo o levantamento de Greco (2009), ganhou as páginas dos jornais. O *Jornal do Brasil* publicou “General faz lançamento público do Comitê pela Anistia” e “Peri Bevilacqua pede anistia ampla, geral e irrestrita”; nas páginas do *Folha de São Paulo* lia-se “O general Peri Bevilacqua lança no Rio o Comitê Brasileiro pela Anistia – ‘Anistia virá viabilizar a redenção democrática’”; o *Estado de São Paulo*, por sua vez, noticiava: “Peri pede anistia ampla e critica AI-5”.

A posição de Peri Bevilacqua, entretanto, não era recente. Há anos, como frisa Rodeghero (2014), ele já vinha entoando discursos em favor da luta pela anistia,

¹⁷³ GRECO, 2011, p.117

chegou a conceder uma entrevista à revista *Manchete*, em 1966, sobre o mesmo assunto. Três anos depois, o general novamente se pronunciou sobre a anistia, o que suscitou no afastamento do cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

A causa ganhou novo impulso com a criação da Frente Ampla, em 1967, quando Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek se uniram e também colocaram a anistia entre os objetivos do movimento. Logo, a campanha pela Anistia passou a ganhar espaços nas páginas dos periódicos. Candidatos do MDB na eleição de 1974, como Lysâneas Maciel, no Rio de Janeiro, e Mila Cauduro, em Porto Alegre, passaram a falar de anistia como proposta eleitoral.

Dos espaços tímidos em alguns jornais, a bandeira pautou analistas políticos dos grandes impressos e fomentou reportagens. O sistema já não conseguia abafar a pauta, mesmo que alguns militares não apresentassem empatia pela reivindicação, o *Estado de São Paulo* chegou a ouvi-los em uma pesquisa informal publicada em janeiro de 1978. “Era uma heresia à Revolução”, chegaram a considerar alguns deles. Outros, como o brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro do Superior Tribunal Militar entoava: “A anistia não serve porque ela beneficia os terroristas, os que assaltam bancos, que não são presos políticos, mas criminosos comuns”¹⁷⁴.

A resistência à anistia não era apenas dos militares, alguns civis compartilhavam do mesmo pensamento. O então governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, afirmou ao *Jornal do Brasil*, em dezembro de 1977, que a anistia geral era impossível. Já uma parcial era mais recomendada. “Não podemos conciliar com terroristas”¹⁷⁵, afirmou. O presidente João Batista Figueiredo também se pronunciou durante sua indicação ao posto. Ressaltou para a revista *Veja*:

Anistia é esquecimento. E não é possível esquecer os crimes dos que assaltaram bancos, assassinaram e sequestraram. Estes são crimes comuns. E não cabe a alegação que a motivação é política. Esses crimes não é possível esquecer (GRECO, 2011, p.120)

¹⁷⁴ GRECO, 2003, p.119

¹⁷⁵ GRECO, 2003, p.119

Entre os alternativos, o jornal *Movimento*, que em muito servia como modelo para o *Posição*, chegou a incorporar em seu programa a campanha da anistia, como destaca Azevedo (2011). Logo no início da publicação do periódico, na 5ª edição, uma pequena menção à fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), Therezinha Zerbini, que participou da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, no México, chegou a passar pela censura¹⁷⁶. Porém, a primeira vez que *Movimento* cobriu propriamente dito a anistia foi em um caderno especial publicado em 1977, o qual era composto por entrevistas com o jurista Dalmo de Abreu, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, e Therezinha Zerbini. Ela defendia que uma nova Constituição deveria ser precedida por uma ampla anistia. Com isso, o jornal impulsionou o debate sobre a anistia entre os seus leitores.

Quando as notícias sobre o assunto na grande imprensa ainda eram esporádicas, a reboque dos acontecimentos, *Movimento* adiantou a discussão, passando a ter um papel ativo ao informar e estimular o debate com entrevistas de peso, artigos de opinião e furos noticiosos. A chamada de capa da edição de 9 de janeiro de 1978 anunciava: “Anistia, o início de um debate”. A reportagem de Igor Fuser, de meia página, detectava que a discussão ganhava espaço após declarações dos governadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, além do ministro do Interior, Rangel Reis. A edição seguinte trazia um histórico das anistias adotadas no passado (AZEVEDO, 2011, p. 190 e 191)

O lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, no Rio de Janeiro, mereceu a capa do periódico. A reportagem dava destaque ao discurso do general Peri Bevilacqua que exaltava que a anistia seria para os crimes políticos cometidos dos dois lados. Em artigos, o jornal apontava que a fala do ex-ministro do Tribunal Superior Militar acendeu o debate entre os defensores da anistia, afinal alguns deles diziam que as torturas não poderiam ser esquecidas, já que feriram os preceitos dos Direitos Humanos. Azevedo (2011) cita que o próprio *Movimento* opinava quanto a este tema: “Objetivo da anistia não é revanchismo, o que não significa que devam ser esquecidos os atentados perpetrados contra os direitos humanos. Depois de apurados, se poderá decidir como proceder

¹⁷⁶ AZEVEDO, 2011, p.189

diante deles”. Na edição 156, um editorial do jornal carioca considerava “indispensável” apurar os crimes contra os direitos humanos.

Uma edição especial sobre a Anistia foi lançada pelo *Movimento* com 48 páginas. Chegaram a contratar uma equipe especial para a missão. Roberto Martins, em entrevista concedida para Azevedo (2011), pontuou que o material serviu para conceder abrangência nacional às ações da anistia que eram esporádicas e isoladas. O material era composto por uma pesquisa histórica, desde a Grécia até a criação do MFPA, para mostrar que a anistia não era fortuita; depoimentos de exilados; e análises de cientistas famosos. Também foi publicada uma lista com o nome de todos os presos políticos do País. Até mesmo os exilados conseguiram receber exemplares, que foram enviados por meio de correspondentes do jornal alternativo carioca. O caderno serviu como base para debate até mesmo entre os deputados e senadores; como material de divulgação para os Comitês da Anistia; e como um afago aos próprios presos políticos e exilados.

Além dos jornais alternativos com foco político, uma das principais frentes de debate da anistia eram os periódicos feministas, em consonância com a luta de mães, esposas e filhas de presos políticos e exilados. Segundo Kucinski (1991), o jornal *Brasil Mulher* teve o apoio do Movimento Feminino pela Anistia para ser criado. Tanto que a fundadora, Joana Lopes, chegou a entrevistar Therezinha Zerbini quando atuava no *Folha de Londrina*. No primeiro número a anistia teve destaque, junto com temas permanentes da publicação, como prostituição e aborto. Pouco tempo depois, devido a posições políticas contrárias sobre a anistia para os presos classificados como terroristas, houve um racha entre o jornal e o MFPA.

Logo, o Movimento Feminino pela Anistia decidiu lançar outro periódico para divulgar suas ideias e luta. Era então publicado o *Maria Quitéria*. Kucinski (1991) diz que o nome do periódico foi uma homenagem a heroína dos militares, já que o esposo de Therezinha era um general. Em formato mini tabloide, tinha a anistia como principal pauta e contava com nomes da esquerda como Euzébio Rocha e Barbosa Lima Sobrinho. O periódico era comandado pela advogada Eny

Raimundo Moreira. No mesmo período, o movimento estudantil lança o boletim *Anistia* como uma forma de responder a prisão de militantes de esquerda.¹⁷⁷

Enquanto os jornais debatiam as opiniões civis e militares sobre a anistia, os movimentos se organizavam e conseguiram lançar Comitês Brasileiros pela Anistia em várias cidades, centralizando as diversas frentes de luta e organizando ações uníssonas. Exigiam, como lista Rodeghero (2014), a liberdade para os presos políticos, a volta dos exilados e dos alunos expulsos das universidades, a apuração das denúncias dos crimes cometidos pelo regime e o esclarecimento sobre as mortes e os desaparecimentos.

Mesmo com as organizações civis ganhando musculatura, Rodeghero (2014) frisa que Geisel estava mais propenso a sugerir uma anistia parcial, excluindo aqueles presos ou exilados considerados terroristas. Gaspari (2016) faz coro apontando que Geisel defendia que a anistia deveria ser concedida pelo seu sucessor, em partes. Principalmente porque temia a volta de algumas lideranças, como o ex-governador Leonel Brizola. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 27 de janeiro de 1979, Golbery afirmava que quem “daria o bombom era Figueiredo”¹⁷⁸. Enquanto isso, uma pressão sob o regime vinha dos presídios. Greves de fome e manifestos de presos divulgados pelas famílias denunciando tortura eram formas de reivindicar para que aqueles tidos como subversivos não fossem tratados como terroristas.

A Lei da Anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979, depois de uma série de articulações políticas. Mas de onde surgiu efetivamente a proposta da Anistia? Fagundes (2014) pontua que existem duas correntes de análises, uma que trata dos movimentos civis em prol da Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita e outra destacando a aprovação da Lei da Anistia no Congresso. Dentro da historiografia, por sua vez, os historiadores se dividem em três frentes. Uma delas defendendo que a Anistia foi planejada pela cúpula do próprio regime militar, sem nenhuma interferência da população; outra que destacava a atuação dos parlamentares dentro do Congresso Nacional. E, por fim, a visão de Heloísa

¹⁷⁷ Informações do site www.resistirepreciso.org.br

¹⁷⁸ GASPARI, 2016, p. 87

Greco “que defende que o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita rompeu com a lógica do controle institucional”¹⁷⁹. A pesquisadora defende que a iniciativa política para a proposta da anistia partiu dos militantes dos movimentos como as CBAs e o MFPA, exilados e presos políticos, sendo as cidades, e não o Congresso ou os palácios governamentais, o cenário para o debate.

Corroborando com a visão de Greco, a realização em São Paulo do 1^a Congresso Nacional da Anistia foi um marco político para o movimento, como pontua Pereira e Marvilla (2014) e resultou, a partir do evento, no famoso grito de ordem pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Ou seja, a ideia de unificação das ações em torno de um objetivo comum nasceu do povo por meio destes movimentos. As ações populares repercutiram nos membros do poder. Pressionado, o governo militar recuou, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de anistia parcial. Excluía dos benefícios aquelas pessoas presas por “crimes de terrorismo”, como assalto a bancos e sequestros. Foi nesse momento que os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, na rua Frei Caneca no Rio de Janeiro, se mobilizaram em uma greve de fome que durou 32 dias, ganhando repercussão em toda a imprensa, inclusive no Espírito Santo por meio do jornal *Posição*.

A partir daí, teve início uma negociação entre representantes da sociedade organizada e os membros do regime – a linha-dura não queria permitir nenhum tipo de concessão aos presos políticos considerados por eles perigosos. Segundo Pereira e Marvilla (2014), 305 emendas foram feitas ao projeto inicial no Congresso Nacional. A sessão de debate se estendeu por nove horas, tamanha era a divisão do plenário, e o projeto foi aprovado por 206 votos a favor e 201 contra. Mesmo assim, a lei não englobava os acusados de assalto, sequestro e atentados pessoais. Estes conseguiram a liberdade pouco depois por meio dos expedientes jurídicos, como indultos posteriores a Lei da Anistia. Só receberam a anistia, efetivamente, com a promulgação da Constituição de 1988, que a concedia a todos os atingidos por ações do sistema de exceção em

¹⁷⁹ FAGUNDES, 2014, p.269

decorrência de motivações exclusivamente políticas no período de 1946 até aquele final da década de 1980.

Rodeghero (2014), inclusive, traça o paralelo da Anistia concedida após a ditadura militar com aquela cedida em 1945. Segundo ela, o slogan de anistia ampla, geral e irrestrita foi usado nas duas ocasiões. Mas havia diferenças contextuais. Na década de 1940 não existia a noção de crimes contra a humanidade, que veio a ser consolidada em 1948 no Tribunal de Nuremberg, por meio da Declaração dos Direitos Humanos. Esse detalhe muda toda a conotação das ações cometidas pelo regime militar.

Segundo Chinem (2004), o historiador Jacob Gorender calculou os números da Ditadura: 20 mil torturados 320 militantes de esquerda mortos, 144 “desaparecidos”, centenas de baleados em manifestações populares, 8 mil acusados e 11 mil indiciados em 800 processos judiciais, quatro condenados à pena de morte, 130 banidos, milhares de exilados e 50 mil presos políticos. Gaspari (2016) também fez cálculos baseados nos registros de quem estava no poder:

Nas contas do Planalto, em catorze anos a ditadura cassara os mandatos e/ou suspendera os direitos políticos de 1.088 cidadãos e três ex-presidentes da República, afastara do serviço público 3.215 civis, entre os quais três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Superior Tribunal Militar; excluíram do serviço ativo 1.387 militares, inclusive 55 oficiais-generais. Além dessas punições, banira 125 brasileiros, condenara 11 mil pessoas, pusera na cadeia dezenas de milhares de cidadãos e mantinha 213 encarcerados. Deles, 82 cumpriram penas superiores a dez anos de prisões por assaltos práticos com motivação política (GASPARI, 2016, p.84)

Alguns desses presos políticos, com mais de uma década de prisão decretada, tiveram destaque no periódico capixaba *Posição*, principalmente o militante Perly Cipriano, condenado a 84 anos de detenção depois que foi capturado no estado do Pernambuco participando das ações da ALN. Prestes a se formar em Odontologia pela Ufes, ele decidiu viajar à Ucrânia e retornou já envolvido com a luta armada. O jornal alternativo deu destaque à sua história, deu espaço para depoimento de seus familiares, conheceu os companheiros de prisão e exigiu incessantemente que a anistia fosse declarada. Seu papel neste sentido, tanto

para a comunidade capixaba quanto para os presos políticos, foi de extrema importância.

4.3: Posição na luta pela anistia

“Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E nua, não dará margens para murmurações, recriminações, protestos, ressentimento, vociferações e lágrimas. Assim te desejo, assim te quero para os que necessitam de ti e para os que não necessitam”, a frase faz parte do texto “Anistia”, de Carlos Drummond de Andrade, que foi publicado pelo jornal alternativo capixaba *Posição* em sua 61ª edição. Ele resume com exatidão uma bandeira que pautou diversas reportagens, várias notas e alguns editoriais.

Exaltar e defender a anistia significava precisamente escrever sobre Direitos Humanos, como pontua Azevedo (2011). Como era de se esperar, era um assunto terminantemente proibido pela censura, assim como temas relacionados aos presos políticos, cassados e exilados. Segundo Aquino (1999), as reportagens sobre o lançamento dos Comitês da Anistia e diversos artigos tratando da campanha foram vetados na imprensa tradicional. Cabendo, então, aos jornais alternativos exaltar a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Quando um jornal se propõe a defender uma bandeira, ela pauta desde editorial, matéria e, sempre que há uma oportunidade, estampa a capa da publicação. Assim foi com a Campanha da Anistia no jornal *Posição*. O diferencial é que o periódico capixaba adotou um personagem como principal foco: Perly Cipriano. Isso deixou a cobertura quase que pessoal para muitos colaboradores e jornalistas do nanico. “A anistia era uma discussão nessa época. Todas as causas de esquerda e movimento social o jornal encampou. A anistia era uma coisa coletiva e se tornou uma coisa mais afetiva após conhecer o Perly”, explicou a diagramadora do periódico Tânia Mara.

Preso em Pernambuco em 1970, Perly havia deixado o curso de Odontologia na Ufes dois meses antes de se formar e caiu na clandestinidade. Decidiu, então, viajar para Kiev na Ucrânia, então União Soviética. No exterior estudou Direito Internacional Público na universidade local. Voltou ao Brasil e, depois de uma

rápida passagem no Espírito Santo, decidiu seguir para o Nordeste brasileiro, onde se aproximou da Aliança Libertadora Nacional e passou a atuar politicamente junto ao grupo. “Fui preso em Olinda em uma praça e torturado ali mesmo. Me levaram para a delegacia, onde também era a prefeitura. Fui torturado lá também. Depois fui levado para o DPPS, o DOPS deles”, conta o ex-presos político, que ficou dois meses em uma cela totalmente nu e sem contato com outros presos. Foi submetido ao pau de arara, afogado e demais métodos de tortura. Foi julgado e condenado a 84 anos e 8 meses. Cumpriu aproximadamente 10 anos de prisão, três anos e meio em Pernambuco. Depois foi transferido para o Presídio Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, onde teve contato com o *Posição*.

Eu estava preso no Rio de Janeiro e já recebia visita de algumas pessoas do Espírito Santo. Jô Amado, Luzimar, Umberto, Tânia, Ana Doimo, Batista Canholato. Eram essas as visitas que eu tinha com mais regularidade. Eu recebi o *Posição*. Não lembro se foi o Batista Canholato que me entregou ou foi por meio do Correio. Nós tínhamos acesso ao Correio, mesmo eles revistando tudo. Mas acho que foi pelo Batista mesmo. Recebi, achei muito interessante e a expressei para outras pessoas meu interesse. Passei a receber a visita de outras pessoas e soube mais tarde que Rogério Medeiros que mandou me entregar os jornais. Passei a receber as demais edições na prisão regularmente. (informação verbal¹⁸⁰)

Já a equipe do *Posição* teve mais informações sobre a situação de Perly a partir do momento em que a família do preso político recebeu uma carta de um organismo internacional ligado à anistia. Membros da equipe passaram a visitá-lo no presídio, conheceram os demais presos, colheram depoimento, acompanharam a greve de fome de 32 dias, publicaram reportagens e até editaram um livro – que será tratado posteriormente nesta dissertação. Tânia Mara conta que as viagens nem sempre eram planejadas. Muitas vezes estavam conversando e decidiam ir para a rodoviária, pegar o ônibus e visitar Perly. Começava ali uma relação forte entre o preso político e os jornalistas.

Recebemos uma carta e nos interessamos a conhecer o Perly, especificamente ele. Chegando lá conhecemos todo mundo. Era uma coisa estranha porque sempre víamos a mídia se referir a eles como terroristas. No primeiro dia entramos meio receosos, principalmente eu que não conhecia muito. Chegamos lá eram

¹⁸⁰ CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

peessoas normais, inteligentes, bem-humoradas. O Perly parecia que estava recebendo na casa dele. Tinha um astral muito bom. A gente conversava de um tudo. Passamos a visitar mais vezes o Perly. Acho que foi umas seis vezes. As vezes estávamos na Lama tomando cerveja e alguém dava a ideia de visitar o Perly. A gente ia para a Rodoviária pegava o ônibus e ia para o Rio. Na época a gente não tinha grana para viajar de avião. E fomos conhecendo o pessoal, as pessoas ligadas ao comitê de anistia do Rio; conhecemos uns menos outros mais. (informação verbal¹⁸¹)

A carta que a professora da Ufes se refere foi enviada por um grupo sueco ao avô de Perly, Dorico Cipriano, a quem o ex-militante da luta armada sempre tratou como pai. Datada de 10 de setembro de 1978 e assinada por Arne Strom, a correspondência explicava que o grupo buscava ajudar pessoas que passavam por dificuldades em outros países e fazia algumas perguntas sobre Perly, se tinha filhos, se era casado ou se passava bem de saúde. Pouco mais de um mês do envio, *Posição* teve acesso a carta e publicou uma reportagem na 44ª edição, de 07 de outubro daquele ano, na qual explicava as conjunturas da prisão do capixaba. Pontuava no final que “hoje é a luta de todos aqueles que discordam da ditadura militar. Amanhã é a anistia”.

Quatro edições depois, o próprio preso político capixaba (nasceu em Aimorés, Minas Gerais, mas é morador do município de Barra de São Francisco, no Espírito Santo, desde os três anos de idade) concedia uma entrevista exclusiva ao *Posição*. O título da reportagem: “Perly, uma voz na sucursal do inferno”. Na linha fina o típico texto com características poéticas, típicas daquela fase do jornalismo, pontuava que a equipe teve que passar por cinco pesados portões até ter acesso ao preso. Na entrevista, o comunista contou a sua história e os maus-tratos pelos quais passou, chegou a relatar que, além da tortura, era obrigado a se alimentar de comida com terra, cuspe, ponta de cigarro, além de ter uma metralhadora apontada para sua cabeça constantemente. Falou sobre a luta democrática, a expectativa do fim do regime e afirmou que a anistia não poderia ocorrer “como concessão do príncipe. Toda possibilidade só pode surgir

¹⁸¹ FERREIRA, Tânia Mara. *A produção do Posição*. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

através de uma anistia ampla obtida nas reivindicações populares. As grades só se abrirão pelas mãos do povo”¹⁸².

Perly voltou a pautar o jornal alternativo seis meses depois, quando o pacote de anistia já era esperado. A reportagem, ilustrada com uma foto do comunista paramentado de capelo e beca para a formatura na Ufes que por pouco não ocorreu, exaltava no título: “Anistia sem a liberação de Perly não é anistia”. A equipe do *Posição* viajou a Barra de São Francisco para entrevistar o homem que criou o preso política capixaba. Em um relato emocionado, contou que o comunista sempre teve a “política na veia” e que se pegou em armas foi porque viu muita coisa errada no País.

O que me dá força pra viver é a vontade imensa de abraçar meu Perly. Bom filho, bom menino, ele nunca fez nada de errado. Sempre teve o coração voltado para os humildes. Olha, moço, não morro sem primeiro abraçar o meu filho. Tenho uma certeza dentro do meu coração quer Perly vai sair em breve. Há mais de dez anos não dou nele um abraço (POSIÇÃO, ed.35, p.8)

O encontro entre os membros da família Cipriano ainda levaria um ano para acontecer e foi acompanhado, segundo relata o próprio preso político, por um dos fundadores do jornal alternativo capixaba Rogério Medeiros.

Quando fui para o nordeste meu avô sabia, ele era um pai para mim. Soube depois que fui preso, mas como estava velho e doente, tentaram enrolá-lo um pouco. Falavam que Perly iria voltar ano que vem. Passava um ano e ele perguntava: “e meu filho?”. Levaram isso até eu ser solto. Quando cheguei lá, dez anos depois, ele estava deitado, apertou minha mão e falou que agora podia morrer. Esses são elementos que não contam. Isso é tortura? Não é. Mas meu pai sofreu também (informação verbal¹⁸³)

Na mesma reportagem que Dorico Cipriano deixava transparecer a esperança de ter seu filho de volta, *Posição* ainda evidenciava que mantinha contato constante por meio de cartas com o preso político, que naquele momento tinha sido “adotado” pela Anistia Internacional, com sede em Londres. Em uma das correspondências, Perly afirmava que a rotina carcerária continuava a mesma, mas que sentia que do lado de fora o mundo se movimentava aceleradamente

¹⁸² POSIÇÃO, ed.48, p.3

¹⁸³ CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

em prol de mudanças. Também aproveitou para elogiar o jornal alternativo e se mostrar esperançoso com a possibilidade de anistia: “Li um editorial do *Posição* sobre a anistia e achei excelente. Meus parabéns pelo jornal inteiro. Assim que colocar os pés na rua chego aí para conversar sobre tudo”¹⁸⁴

A primeira vez que o jornal nanico do Espírito Santo mencionou a anistia foi ainda na sua 18ª edição. Na última página daquele número, *Posição* debatia a necessidade de uma assembleia popular constituinte. Com depoimentos de Max Mauro, trazia um trecho da carta de Joaquim Leite de Almeida para a cúpula do diretório estadual do MDB propondo diversas ações, a primeira da lista: uma anistia geral. Fundadores e colaboradores constantemente alegam que a anistia estava entre os primeiros objetivos do jornal alternativo. Mas, de acordo com as matérias publicadas, o tema passou a ocupar mais espaço de forma gradativa, se intensificando nos anos finais da publicação, quando a pauta passou a ser debatida também por outros alternativos e pela sociedade organizada. No Espírito Santo, todavia, a cobertura da anistia pelo jornal nanico representou um pioneirismo.

“A cobertura deve coincidir com a criação do CBA do Espírito Santo. Passamos a dar cobertura porque era importante”, explicou Jô Amado. Tania Mara Ferreira faz coro: “A anistia era uma discussão nessa época. Todas as causas de esquerda e movimento social, o jornal estampou”. A relação passou a ser tão próxima que até o presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo, Ewerton Montenegro Guimarães, contribuía esporadicamente com o *Posição*.

A anistia só veio a ser discutida mais amplamente pelo jornal na 35ª edição, datada de 11 de maio de 1978, quando o tema foi capa e pautou reportagem de quatro páginas, além do editorial. “Fizemos uma edição especial sobre esse assunto, em que a palavra ‘Anistia’ aparecia em vermelho na capa. Foi a primeira vez em que usamos uma outra cor na confecção do jornal”, lembrou Robson Moreira. Além de chamar atenção com o uso da cor, a capa ainda era composta por uma ilustração de uma cabeça decapitada e, logo abaixo, um poema forte e sombrio sobre as ações da tirania na tentativa de calar as vozes da oposição.

¹⁸⁴POSIÇÃO, ed. 35, p. 8

No fundo do poço da história, como uma água mais sonora e brilhante brilham os olhos dos poetas mortos. Terra, povo e poesia são uma mesma entidade encadeadas por subterrâneos misteriosos. Quando a terra floresce, o povo transpira liberdade, os poetas cantam e mostram o caminho. Quando a tirania obscurece a terra e castiga os ombros do povo, em primeiro lugar ela procura a voz mais alta, e cai a cabeça de um poeta no fundo do poço da história. A tirania corta a cabeça que canta, mas a voz no fundo do poço volta aos mananciais secretos da terra e, da obscuridade, sobe pela boca do povo. Anistia (POSIÇÃO, ed.35, p.01)

O tom da capa se manteve no editorial. Com o título “Omissão Histórica”, *Posição* exaltava a imprensa independente, pontuando que seu trabalho nunca foi tão necessário, e que, cumprindo os preceitos do jornalismo, os profissionais e os meios de comunicação até da grande imprensa estão informando a população sobre assuntos defendidos por variados setores da sociedade. Assim, a luta pela anistia ampla estaria contagiando cada vez mais brasileiros por meio da mídia. Mas ponderava: “Os jornais falam do assunto, discutem, opinam, dinamizam o exercício da democracia. Exceto no Espírito Santo”, pontuava o editorial. Por fim, acusava as grandes publicações capixabas de desconhecer o significado da campanha nacional pela anistia. “Mais tarde, certamente, terão que se explicar. O Homem é a História”, finalizava.

“O grito da Resistência” era o título da primeira reportagem que tratou da anistia naquela edição. Era um material histórico sobre a anistia concedida em 1945 após o fim de um regime autoritário, no caso o Estado Novo, e o início de uma democracia efêmera. Uma ilustração de Milton Henriques composta da palavra anistia, mesclada com diversos rostos humanos, e margeada por um muro, contribuía para passar a ideia do conteúdo. A reportagem recapitulava de forma cronológica, a partir da cobertura de *A Gazeta* e de *A Tribuna* – aquele, segundo o jornal, defendendo o Estado Novo e este exaltando a anistia –, como ocorreu a assinatura do decreto-lei 7474 que concedia anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos e exilados daquele período. Foram beneficiados, entre outros, Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighella.

Posição ainda relembra a conjuntura que resultou na criação do jornal *Folha Capixaba*, “um vespertino da defesa da terra e do povo brasileiro”¹⁸⁵, como ponderou. Precursor do jornal idealizado por Jô Amado em terras capixabas,

¹⁸⁵ POSIÇÃO, ed.35, p.4

Folha Capixaba passou a comentar os acontecimentos políticos relevantes, como a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda, um órgão, que segundo o periódico comunista, era reacionário com inspiração nazifascista e opressor da liberdade de pensamento. *Posição*, naquela reportagem, republicava parte da opinião do antecessor, assim como comentava reportagens publicadas por este sobre a criação dos comitês democráticos progressistas. A intenção era claramente apresentar aos leitores as vantagens obtidas pela sociedade após um decreto que determinasse uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Na reportagem a equipe contabilizava as pessoas atingidas pelas ações repressivas do regime, concluindo que 515 mil brasileiros (vivos) foram marginalizados da vida política do País, entre exilados, processados, presos e pessoas que tiveram seus direitos cassados. Os dados foram usados como gancho para o depoimento do Mário Martins, senador pelo então estado da Guanabara com maior número de votos, cerca de 400 mil, cassado pelos militares. O ex-parlamentar criticou o AI-5 e afirmou: “a anistia não pode entrar nessa campanha de pechincha até bem pouco anunciada pelo governo. Ela terá que ser ampla e nobre. Sem miudezas, sem baixezas e sem mesquinaria”.¹⁸⁶

O juiz João Batista Herkenoff, que viria a fazer parte do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo, também foi entrevistado pela equipe do *Posição* nesta 35ª edição. Magistrado, ele iniciou o debate afirmando que a anistia não é um assunto político-partidário e sim suprapartidário, o que o possibilita a se pronunciar sem ferir as limitações de seu cargo. Ele a classificou como um símbolo de paz, justiça e unidade, além de exaltar a capacidade da anistia ampla de não apenas favorecer um indivíduo ou um grupo, mas de proporcionar a pacificação de um povo. Pontuou, por fim, a incoerência de rever penas que não existem dentro da visão dos direitos humanos. Frisava o juiz:

Gesto de paz, a anistia não pode ter restrições. Se anistia é esquecimento, “revisão individuais de pena” sobre certo aspecto, é a anti-anistia, pois é a revivescência de todos os fatos do passado... Vejo com muita simpatia a mobilização popular em favor da anistia, como também em torno de outros problemas que dizem respeito ao país. É um despertar do povo para que seja agente da própria história. Jamais poderemos aspirar a ser um povo, uma nação, se não houve consciência, participação,

¹⁸⁶ POSIÇÃO, ed.35, p.5

das bases. A presença do Espírito Santo é importante. Nosso Estado não deve ficar à margem da história. (POSIÇÃO, ed.35, p.5)

Transcrevendo um documento elaborado pelo cineasta uruguaio Daniel Silveira, *Posição* finalizava a cobertura da anistia na 35ª edição com o depoimento do ex-deputado pelo PSB Francisco Julião. Exilado no México, ele concedeu entrevista depois de 14 anos de silêncio ao uruguaio, e o jornal capixaba decidiu também publicar, mesmo sem ser revisto e sem autorização do autor. O exilado analisou os partidos comunistas latino-americanos, afirmou que as guerrilhas são instrumentos válidos na luta pela liberdade de um povo, criticou a socialdemocracia, exaltou as lutas camponesas, lembrou quando foi preso e explicou como é viver e trabalhar em outro país.

Na edição 34ª, uma antes da especial sobre anistia, *Posição* decidiu divulgar aos seus leitores uma concorrência no mínimo inusitada. Com iniciativa de jornais independentes foi lançado nacionalmente o concurso “Um cartaz para a Anistia”, coordenado pelos membros do *Pasquim*, no Rio de Janeiro. Buscava premiar aquele que melhor expressasse com criatividade e força o apoio à causa da Anistia no Brasil. Quatro categorias foram definidas: estudantes em geral, até o segundo grau; estudantes universitários; pessoas das artes gráficas e artes plásticas; e todos os demais brasileiros.

No Espírito Santo, *Posição* ficava a cargo de recolher as inscrições e os trabalhos. O concurso tinha apoio do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia. A premiação consistia em mais de 15 itens, sendo o principal um quadro de Djanira de Mota e Silva, a tela “Prensa de Farinha”, além da assinatura de diversos jornais independentes.

Eventualmente, a menção à proposta da anistia entrava em alguma entrevista ou em alguma reportagem. Se o evento fizesse referência à campanha, *Posição* não deixava de registrar. Isso aconteceu no seminário promovido no Colégio do Carmo pelo Movimento Democrático Brasileiro, com a participação de Eny Moreira, presidente nacional do Comitê Brasileiro da Anistia e do general Peri Bevilacqua. Este, leu uma monografia previamente preparada sobre a história da anistia no País. Já Eny concedeu uma entrevista ao jornal alternativo na qual apontou a preocupação da CBA com os operários, trabalhadores, favelados e

com a conscientização sobre a campanha, afinal ela representava um importante passo a favor do retorno do sistema democrático ao Brasil.

Ao contrário do que muita gente pensa, que a anistia virá beneficiar apenas as pessoas que foram atingidas diretamente pela anistia, como está ligada à implantação de um regime constitucional que promulgue as liberdades democráticas, virá beneficiar inclusive a população trabalhadora marginalizadas e submetidas a um sistema de trabalho injusto com remuneração salarial que não atende aos direitos humanos básicos. A partir daí, com uma participação político-partidária e sindical da classe trabalhadora e de todos segmentos da sociedade democrática, haverá participação na vida política e social do País. (POSIÇÃO, ed.36, p.6)

Na mesma 36ª edição, o deputado Max Mauro atrelava o retorno do Estado de Direito e da democracia à concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos, exilados e banidos. Inclusive, segundo ele, dependeria disso a convocação de uma Constituinte. O parlamentar ainda frisava, na entrevista concedida aos jornalistas do alternativo, que a anistia em nada deveria ser percebida como perdão, já que sendo ele um opositor do regime, não se arrepende de questionar atitudes de um sistema imposto à nação durante os 14 anos.

Logo, os apoios e declarações em favor da anistia saíram do campo dos debates e opiniões e foram para a prática. No dia 03 de novembro de 1978 ocorria o 1ª Congresso Nacional, no auditório da Universidade Católica de São Paulo. O evento ganhou as páginas da edição 46 do *Posição*, com o título de apenas uma palavra: “Basta”. O alternativo ainda destacava, no mesmo texto, a decisão judicial que responsabilizou formalmente o governo Geisel pela prisão, tortura e morte de Wladimir Herzog. A decisão motivou a esposa do operário morto Manoel Fiel Filho a reabrir o processo que investigava o falecimento. “Dois trabalhadores, dois brasileiros, duas vítimas do terror policial que há quase quinze anos, prende, fere, aleja, mata e tortura todos que ousam pensar de maneira diferente”, ressaltava o nanico. Sobre o Congresso da Anistia, *Posição* assumia um tom de comemoração, frisando que era um passo importante para a luta e que era necessário discutir a popularização da pauta.

Em 16 dezembro de 1978, uma nota na *Coluna Recortes* dava visibilidade a uma campanha paralela promovida pelo CBA para arrecadar Cr\$ 300 mil. O dinheiro, como pontua o alternativo, seria usado para pagar a “hospedagem” de Flávia

Schiling em presídio uruguaio. A brasileira foi condenada a 12 anos de prisão. A notícia chegava a clamar que ela fosse acolhida em outro país, já que sua entrada no Brasil estava proibida.

Resta saber agora quando o governo uruguaio vai pagar pelos cabelos de Flávia, que caíram por causa da fraqueza; pela queda dos seus dentes, devido a péssima alimentação; pelos distúrbios psíquicos e a progressiva pulverização psicológica, provocados pela tortura e os seis anos de isolamento carcerário a que Flávia foi submetida naquele país. Como não há dinheiro no mundo que pague isso, o mínimo que se pode esperar do governo brasileiro é a decência de exigir a imediata liberação de Flávia, que deverá ser acolhida por outros países qualquer, já que no seu, o Brasil, ela não pode entrar. (POSIÇÃO, ed.48, p.2)

Pouco tempo depois, o periódico alternativo fez questão de reforçar que a brasileira continuava presa, mas desta vez o jornal não utilizou uma nota e sim uma reportagem de página inteira com foto de Flávia. Veiculada em 05 de janeiro de 1979, a matéria “Flávia ainda nas garras da ditadura uruguaia” apontava que as condenações eram por atos simples, mesmo assim considerados subversivos, como pichações, discussão política, entre outras. Aos 24 anos, ela já teria cumprido a pena, mas continuava presa esperando o pagamento ao Uruguai por parte do governo brasileiro. *Posição* teve acesso a três cartas que ela enviou a sua família e nas quais a jovem transparece firmeza em suas convicções políticas. “Sabem, eu, às vezes, (da mesma maneira que vocês) também fico pensando se tanto sacrifício é inútil. Mas logo em seguida falava a mim mesma: nunca nenhum sacrifício, em nenhuma parte do mundo e nem nenhuma época foi inútil¹⁸⁷”, revelava em suas correspondências.

Se a prisão de Flávia no exterior era conhecida e contava com certa visibilidade na imprensa, a situação de outras pessoas atingidas pela repressão, entretanto, não dispunha da mesma cobertura. A primeira vez que o alternativo capixaba tocou no assunto foi em 24 de janeiro de 1979, na reportagem “Exilados e a abertura: A vingança do regime”, publicada na edição 50. A matéria iniciava lembrando o corpo do preso político Alfeu de Alcântara Monteiro, encontrado boiando no Rio Guaíba, Porto Alegre, em 4 de abril de 1964, pouco depois do Golpe Civil-Militar. Pontuava que o episódio serviu para começar “a perceber que a repressão política seria brutal”.

¹⁸⁷ POSIÇÃO, ed. 49, p.11

Usando como gancho o decreto recém-assinado pelo presidente Ernesto Geisel determinando o fim do banimento no País, a reportagem voltava a atacar o regime, revelando que a concessão não passava de uma mera ilusão. Afinal, logo após a assinatura da determinação, uma lista com caráter policialesco foi divulgada constando o nome de oito “indesejáveis”, sendo que apenas um deles estava oficialmente banido, os demais exilados. Entre os “Oito Odiados” estavam o professor Paulo Freire, um dos pesquisadores na área da Educação mais renomados mundialmente e que nunca teve uma militância política; além de comunistas e lideranças políticas conhecidas como Miguel Arraes e Leonel Brizola.

O *Jornal do Brasil* chegou a publicar um caderno especial sobre os banidos, mas, segundo o *Posição*, o material não passava de um conjunto de informações apuradas, redigidas e editadas pela própria polícia. O caderno classificava os banidos como seres humanos “frios e sanguinários”, “elementos altamente perigosos”, “assassinos” e “irrecuperáveis”. Buscava dificultar a integração destes ao convívio social.

Para debater o assunto o alternativo capixaba recapitulou acontecimentos históricos, como os sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos, República Federal Alemã e Suíça, além do cônsul do Japão. A liberdade de todos foi trocada pelo envio de presos políticos para fora do País, totalizando 128 banimentos. Com o decreto do governo, essas pessoas se tornaram apenas exiladas. *Posição*, entretanto, revelava na sua 50ª edição que, desse montante, 116 se encontravam efetivamente fora do Brasil em 1979. Dois foram expulsos do país por terem dupla nacionalidade e um deles morreu em um acidente de carro na França, dois suicidaram-se no exílio na Europa; o major Joaquim Pires Cerveja, “desapareceu” em meio à ditadura argentina; três foram assassinados pelos órgãos de repressão ao voltarem clandestinamente para ao território brasileiro; e outros três regressaram e respondiam a processos por conta de seus supostos crimes.

Vale destacar em especial um trecho da reportagem que deixa transparecer a mudança ideológica do *Posição*, resultado do maior espaço de membros do PCdoB no periódico. Naquela edição, Luzimar Nogueira Dias já atuava como editor e a material explicava, como forma de defesa, o que levou vários

opositores da Ditadura Militar a pegar em armas e promoverem guerrilhas urbanas e rurais.

Perseguidos, presos, torturados e condenados – e, muitas vezes, eliminados pelas policiais paralelas ao regime -, os vários grupos de oposição ilegais à ditadura militar foram encurralados, no ano de 1969, numa espécie de beco sem saída. Sua atuação às claras era de uma tal forma reprimida que outra alternativa não lhe foi dada senão resistir pela força extrema: a luta armada. A equação era fácil e tentadora, especialmente para um contingente de jovens idealistas, comprometidos em uma luta sem tréguas a um regime inconstitucional e impopular: matar ou morrer. Um lema talvez romântico, mas numa época ainda não muito distante da guerrilha heroica de Sierra Maestra, cujo lema era Pátria ou Muerte (POSIÇÃO, ed.50, p.12)

A reportagem da 50ª edição ainda contava com um cartaz da CBA usado como ilustração. Lembrando os anúncios do velho oeste americano, a palavra “Procurados” vinha logo em cima da composição e, ao lado, uma faixa com “Anistia – Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro da Anistia mais próximo”. Fotos de 28 pessoas, entre homens e mulheres, estavam em ordem logo abaixo de um pequeno texto que dizia: “Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos”¹⁸⁸.

O mesmo cartaz foi novamente publicado na página 3 da 52ª edição, em 16 de março de 1979, mas o motivo da veiculação era diferente da anterior. A reportagem era “Tortura e torturadores: Limite Intransponível” e vinha acompanhada da reprodução da capa do jornal mineiro *Em Tempo*, que havia publicado uma lista com 442 nomes de militares acusados de tortura ou de infringir os direitos humanos. A denúncia fazia parte do livro “Documentos de presos políticos acerca da repressão fascista no Brasil”, do Comitê Pro-Anistia dos Presos Políticos do Brasil e publicado pela Edição Maria da Fonte, de Lisboa. Aquela era a segunda lista. A primeira, contendo 233 nomes, havia sido publicada em julho do ano anterior pelo mesmo periódico e resultou em três atentados à sede do jornal mineiro por membros de grupos não identificados.

A reportagem trazia nomes de membros das cúpulas das forças armadas, inclusive alguns com patentes de coronéis e brigadeiros, e detalhava as diversas reações do regime com publicações da imprensa contra o status quo. Fonte

¹⁸⁸ POSIÇÃO, ed.50, p.12

ligada ao governo havia revelado ao jornal o clima de apreensão que a lista trouxe para os militares, que temiam perder o controle das tropas. Logo, algumas ações foram promovidas. Foi aberto, por exemplo, um processo contra a revista *Veja* que havia veiculado uma ampla reportagem sobre os porões da ditadura. Além disso, o general Reinaldo Melo de Almeida – ex-comandante do I Exército – foi eleito presidente do Superior Tribunal Militar em detrimento do general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, defensor dos direitos humanos.

Posição publicou um depoimento de uma fonte militar que destacou que “não se pode sequer pensar em colocar esses oficiais denunciados como torturadores no banco de réus, porque se estará julgando a própria instituição que se lançou como um todo nessa guerra”¹⁸⁹. Por fim, ainda pontuou que os exemplares do jornal *Em Tempo* com a lista dos militares haviam sido apreendidos e questionava: “E a ‘abertura’, como é que fica?”

Naquela mesma edição, com o título “Anistia”, o colaborador Fausto Porto ainda redigia um artigo sobre o evento de lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, secção do Espírito Santo, no qual foi eleito o advogado Ewerton Montenegro Guimarães e o professor Ferdinand Berredo de Menezes como presidente e vice, respectivamente, da entidade. O procurador Hélio Bicudo, figura nacional da oposição, esteve presente no evento e, segundo Fausto, a imprensa tradicional fez questão de não registrar o motivo da visita ao Estado. “A chamada grande imprensa do Espírito Santo, que afinal não chega a ser grande, preferiu ignorar o acontecimento, dando mais uma vez demonstração de seu elevado grau de sanidade e de estar mesmo impregnado de reacionários”, pontuava o colaborador. No final, clamava ao povo por maior participação na luta.

Há muitos anos o Barão de Itararé descolou uma definição antológica pra Anistia: ato pelo qual um governo despótico e violento perdoa os outros pelos seus próprios erros. Se assim tem sido no passado, nos dias atuais, pela conscientização das massas, a anistia tende a ser uma conquista do movimento democrático, o eco do brando dos aflitos a alimentar a cuca dos dirigentes da nação.... Ainda é tempo irmão. Lute agora pela anistia pra que ela venha breve AMPLA, GERAL E IRRESTRITA” (POSIÇÃO, ed. 52, p.10)

Duas páginas depois do artigo, na contracapa daquela edição, *Posição* voltava a abordar um assunto que englobava a anistia: o exílio da capixaba Zélia Stein

¹⁸⁹ POSIÇÃO, ed.52, p.03

no México. O texto era de Maurício Correia. Ela era líder estudantil em Vitória em 1969, asilou-se no Uruguai e passou a sofrer com a ditadura daquele país. Ficou presa por cinco meses, até conseguir um salvo-conduto que a permitiu voar para a Cidade do México, onde passou a trabalhar como jornalista. O periódico independente trouxe um depoimento exclusivo da exilada no qual ela conta sua história.

Ela relatou ao nanico capixaba que no Uruguai foi orientada a renunciar o asilo, para que o governo local não fosse acusado de incitar o retorno de exilados. Fez o que foi pedido e depois foi presa, quase extraditada, liberada, novamente presa, torturada, passou cinco meses na embaixada do México em Montevidéu e, por fim, reiniciou a vida em outro país. Zélia deixou uma filha no Brasil, que em 1979, iria completar 10 anos, e também teve um filho que não sobreviveu.

Quando recebeu a notícia do decreto assinado por Geisel contou ao *Posição* que correu para a embaixada brasileira na Cidade do México, onde já se encontravam diversas exilados. Foi informada que o órgão não havia recebido nenhuma ordem oficial e que, em cerca de uma semana, poderia haver alguma novidade. Dias depois a capixaba foi informada que conseguiria um salvo-conduto para o Brasil, mas que não teria expedido o seu passaporte. Porém, Zélia temia passar por tudo aquilo que sofreu no Uruguai novamente: “gato escaldado tem medo de rio seco”, pontuava no depoimento, no qual também não deixava dúvida sobre a vontade de voltar para rever a filha, comer jiló, maxixe, quiabo, feijoada com carne seca, tomar muita batida e dormir em uma boa rede.

Só penso em voltar. Desde que saí do Brasil (1969), só penso em voltar. É obsessão, claro, que povoou meus sonhos e pesadelos em Montevidéu, em Buenos Aires, na cadeia, na embaixada do México, no avião, aqui no México, de noite, de dia, com sol, com chuva, com terremoto e poeira. A minha cabeça, o meu coração, meus projetos, meus medos, a minha filha. Está tudo aí (POSIÇÃO, ed.52, p.12)

Em uma edição com diversas alusões a anistia, o editorial não poderia fugir ao tema. A equipe do alternativo apontava que depois de 15 anos, o momento era de crise no regime. Uma crise social que se mostrava irreversível desde janeiro daquele ano, o que também tornava impossível prever o rumo do processo político. O texto apontava que setores como os estudantes, os sindicalistas, os trabalhadores, a classe média, pequenos e médios empresários e os

assalariados passaram a dar força aos movimentos em prol da anistia, da democracia e de uma constituinte. Por outro lado, os detentores do poder proclamavam que a anistia só seria concedida àqueles considerados “não perigosos”. O editorial finalizava sua reflexão apontando que havia sido este o contexto da instauração do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo.

Já o editorial da 55ª edição, publicado quando o jornal passou a ser semanal, trouxe um texto com tendência mais à esquerda bem forte. Assim como na reportagem de cinco números anteriores, *Posição* voltou a defender a luta armada, composta, segundo o periódico, por homens de vanguarda que se propuseram a lutar. Relembrava também o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, orquestrada por membros do MR-8, que estava sendo detalhado por dois dos seus líderes em uma reportagem daquela edição. Além disso, apontava que a situação política do Brasil não mudou muito depois de 10 anos do ocorrido. Utilizava, por fim, um trecho de um comunicado divulgado pelas estações de rádio e TV de todo o País no qual se exaltava a união dos movimentos populares e a anistia.

Hoje, ninguém, mas ninguém mesmo, poderá negar que as condições que levaram esses grupos à luta armada são as mesmas. Pelo contrário, não há qualquer dúvida que o nível de exploração das classes trabalhadoras chegou a um ponto irreversível. E a ditadura ampla, geral e irrestrita é agora um ponto de luta contra o regime. Todos que combateram o regime devem estar hoje, fora das grades, junto com o povo na rua (POSIÇÃO, ed.55, p.2)

E as ruas também foram parar nas páginas do *Posição*. Em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 3 de julho, o jornal divulgava a intenção de promover uma manifestação em prol da anistia, ampla, geral e irrestrita realizada por todos os setores representativos da comunidade cachoeirense. Seria uma noite de vigília, organizada pelo jornalista Arnaldo César de Araújo Barreto, na qual se reivindicaria a devolução de todos os direitos aos políticos, jornalistas, estudantes, escritores, cientistas, operários, militantes, líderes sindicais, cassados e presos após o dia 31 de março de 1964. O local da vigília era a Câmara de Vereadores daquele município. Meses antes, em dezembro de 1978, também ganhou as páginas do periódico alternativo uma passeata de protesto contra a ditadura promovida pelo Movimento Estudantil em Vitória, na qual faixas

pedindo “Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita” foram estendidas pelas principais vias da capital.

No mesmo período da vigília cachoeirense, o jornal da Ordem de Advogados do Brasil, seccional capixaba (OAB-ES), o *Ordem Jurídica*, também exigia a anistia, ampla, geral e irrestrita. Era o primeiro número da publicação que trazia em sua capa a instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo, um depoimento do procurador de São Paulo Hélio Bicudo e uma pequena entrevista com Frei Betto.

A 60ª edição do *Posição*, publicada um pouco antes da votação da lei da anistia, em 1º de julho de 1979, trouxe uma cobertura grande sobre os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, entre eles Perly Cipriano. Uma emblemática foto do grupo reunido estampou a capa da publicação, que destacava: “Eles sobreviveram ao centro de tortura do regime”. O periódico detalhava que aqueles homens eram acusados de “crimes de sangue” ou “crimes contra a humanidade” e, por isso, não seriam agraciados com a anistia proposta pelo presidente Figueiredo. No editorial, *Posição* reforçava qual era “a anistia que a ditadura queria”.

Não é a anistia pela qual lutamos. Queremos uma anistia AMPLA, GERAL e IRRESTRITA, que coloque, lado a lado a vanguarda revolucionária e os exploradores de todo o País. O projeto de anistia desejado pelo regime e já enviado ao Congresso exclui – e assim mantêm encarcerados e banidos – dezenas de brasileiros que pegaram em armas para combatê-lo, sob a alegação que e eles cometera “crimes de sangue” ou “crimes contra a humanidade”. Anteriormente já divulgamos a opinião desses companheiros. A luta guerrilheira que apreenderam foi uma resposta à repressão e exploração exercidas pelo regime. Esta resposta foi aberta. As expropriações, os sequestros, foram uma exigência da luta contra a ditadura. O regime, sim, é criminoso! Enquanto tentava justificar seu aparelho repressivo, impondo censura à imprensa, prendeu, torturou e assassinou seus opositores. E *Posição Pública* o depoimento dos 15 presos políticos do presídio Milton Dias Moreira sobre as torturas e assassinatos perpetrados pela ditadura. (POSIÇÃO, ed.60, p.2)

Depois de publicados no jornal, os depoimentos foram compor o livro “A Esquerda Armada”, editado pela Edições do Leitor LTDA. – a obra será tratada no próximo subcapítulo. A reportagem principal do periódico naquela edição trazia um resumo dos anos da ditadura, destacando o retorno das organizações sindicais e a aprovação pelo Congresso da emenda do senador Paulo Brossard

que extinguiu o artigo 528 da CLT, que permitia a intervenção dos sindicatos. Além exaltar o retorno do movimento estudantil e o avanço das forças de oposição, mesmo sendo minadas constantemente pelo regime. A retrospectiva servia como gancho para a discussão principal daquele período: a anistia aos presos políticos.

Ao comentar a versão final do projeto enviado pelo então presidente Figueiredo ao Congresso, *Posição* classificou a proposição como sofismo, já que não era ampla, geral e nem irrestrita. Diferenciando aqueles que seriam beneficiados ou não. O jornal buscava mostrar a contradição da ditadura ao decidir que aquelas pessoas que cometeram atos violentos, sequestros e assaltos continuariam sendo punidas, sendo que semelhantes práticas teriam sido cometidas pelos agentes da ditadura, como torturas, fuzilamentos, mortes e desaparecimentos de diversos comunistas. Lembraram o atentado contra a casa de Pedro Pomar (um dos dirigentes do PCdoB) na Lapa (RJ), em 1976, quando diversos opositores morreram. “Quem são os fascistas atuais, que pensam fazer crer que estão certos ao deixarem companheiros presos por terem cometido violência política e, ao mesmo tempo, permanecerem livres torturados e assassinos de centenas de militantes?”¹⁹⁰, indagava o jornal.

O nanico capixaba chegava a clamar que não apenas torturados fossem punidos, mas que todo o sistema de repressão caísse. Até aquele momento, segundo dados reproduzidos da revista *Veja*, haviam 700 condenados por assalto a bancos, 28 por atos de terrorismo e 85 assaltantes (fora os de banco). Pela proposta governista, eles só receberiam anistia caso tivessem cumprido suas penas ou se estivessem foragidos. Restariam, então, 239 condenados, sendo que 149 deles foram julgados em primeira instância e poderiam recorrer ao Superior Tribunal Militar, os demais 90 estavam foragidos na época e teriam que submeter seus casos ao tribunal por meio de recursos, afim de saber se seus delitos são considerados ou não “crime político”.

Posição ainda reproduziu dados do jornal-documento “Anistia”, produzido pelos estudantes, que confirmou o número de mortos pelo sistema em 157 pessoas.

¹⁹⁰ POSIÇÃO, ed.60, p.8

“Isso já nem mesmo pode ser considerado crime mas sim ‘chacina contra a humanidade”, reforçava o periódico capixaba, que ainda enfatizava:

Uma evidência: a anistia virá. É questão de tempo. Com ela será enterrado o regime político instalado em 64. O desenvolvimento das condições políticas, econômicas, sociais, é um dado que o futuro praticará. É necessário lutar em favor do que existe de melhor (POSIÇÃO, ed.60, p.4).

E a anistia realmente veio, após uma discussão complicada no Congresso. A proposta original enviada pelo Executivo não atendia aos desejos de parte da população, afinal não contemplava os presos políticos acusados de crimes de terrorismo, ou seja, aqueles que pegaram em armas contra o regime; os demitidos; magistrados afastados da sua função; e os estudantes atingidos pelo decreto-lei 477. Durante o processo de votação, Figueiredo se pronunciou afirmando que não iria aceitar nenhuma emenda à sua proposta, como pontuou *Posição* no editorial de sua 62ª edição. A publicação alternativa chegou a acusar as lideranças do regime de não ter “respaldo moral” para ditar nenhuma norma social.

Uma pesquisa encomendada pela cúpula da ditadura e divulgada por alguns jornais dias antes evidenciava que parte da população apoiava a postura de Figueiredo. Porém, segundo o jornal nanico, aquilo não passava de uma estratégia do governo que tinha certa preocupação em conseguir o apoio popular para suas ações e, para isso, estampava seus líderes nos veículos midiáticos como sendo pessoas dignas, honradas e preparadas para aconselhar aos brasileiros.

Em contrapartida, logo abaixo do editorial daquela 62ª edição, havia uma carta assinada por 15 pessoas, entre eles Perly Cipriano. Eram os presos políticos da Frei Caneca que pediam apoio a uma anistia ampla, geral e irrestrita. O posicionamento veio pouco depois do senador Teotônio Vilela, presidente da Comissão Mista que analisava o projeto governista no Congresso Nacional, ter se reunido com os detentos, principais prejudicadas com a proposta de anistia de Figueiredo. Depois, o próprio parlamentar fez coro à posição dos insatisfeitos com a proposição: “o indulto não é apropriado aos presos políticos, pois os

retirariam da faixa política, enquadrando-os na faixa pena de crimes comuns”¹⁹¹, discursou o presidente da comissão.

Na carta, os presos políticos se mostravam enfáticos ao apontar as inconsistências do projeto e as irregularidades jurídicas. Além de classificá-lo como uma proposta contraditória, falha, aquém dos desejos populares, emoldurados por diatribes ideológicas e casuísticas. Entre as posições firmadas, os detentos acusavam o projeto da anistia parcial de ser uma forma de perpetuação do regime, já que não prevê o desmantelamento dos DOI-CODI e dos órgãos de repressão.

Conclamamos a todos os brasileiros que amam a liberdade, e que não compactuam com os crimes da ditadura militar nem com suas manobras continuístas, a se manifestarem, sob todas as formas possíveis ao seu alcance, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita que marcará um significativo avanço para pôr fim a este regime de terror, e estabelecer um regime democrático que expresse a vontade a participação do povo. (POSIÇÃO, ed.62, p.2)

Os autores da carta, no momento da publicação, já estavam focados na maior greve de fome do regime, que chegou a 32 dias. Na última página da 62ª edição, *Posição* substituiu as tradicionais charges por fotos dos presos políticos. A diagramação foi pensada para que se parecesse com um cartaz. Junto às fotografias, vinha uma única frase: “esses homens estão em greve de fome nos cárceres da ditadura... pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

Duas páginas antes, o periódico fazia coro aos argumentos da carta da edição passada, apontando também as contradições do projeto ao deixá-los de fora da anistia e detalhando a reação dos capixabas para com a proposição. Pichações a favor dos presos políticos e exigindo a anistia para todos surgiram nos muros de Vitória. Além disso, uma manifestação estava programada para o dia 14 de agosto de 1979, no Colégio do Carmo, com o mesmo intuito das pichações. O nanico capixaba ainda registrava que a postura intransigente do governo nada mais era do que uma tentativa de minar a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita que estava reunindo diversos grupos de oposição em torno de uma única bandeira. Sendo necessária assim ainda mais união de todos os segmentos que questionavam o status quo para reagir às manobras do sistema.

¹⁹¹ POSIÇÃO, ed.62, p.2

Da mesma forma encaramos a questão a anistia, que é apenas uma parte desse processo de democratização das estruturas políticas da sociedade brasileira. É certo que interessa – a essa altura das contradições sociais, da incontida explosão de greves e movimentos populares, do crescimento da oposição popular e do próprio descontentamento das facções burguesas – ao regime utilizar a anistia como uma arma para, de um lado, calar a oposição popular e, de outro recompor suas bases de apoio social. E esse o sentido e o significado da anistia parcial projetada pela ditadura militar. (POSIÇÃO, ed.62, p.10)

A 62ª edição vinha ainda com três cartas dos presos políticos. A primeira, datada em 22 de julho de 1979, era em conjunto e exigia o fim “de tanta demagogia”, se referindo à postura dos detentores do poder. As declarações desta correspondência eram uníssonas ao texto do *Posição* que a antecipava em prol de uma anistia total. Por fim, o texto explicava os motivos que os levaram a greve de fome.

Entramos em GREVE DE FOME, após muita reflexão, com o pensamento voltado para todos os brasileiros. E particularmente pensando nos nosso companheiros assassinados nas câmaras de tortura e que nenhuma anistia – por mais ampla que seja – irá restituir ao nosso convívio de seus entes queridos. É por isso que reafirmamos aqui a não aceitação de qualquer tipo de indulto; reafirmando o nosso compromisso inabalável com a luta pela ANISTIA, AMPLA, GERAL e IRRESTRITA; nossa opção por uma Greve de Fome em repúdio ao atual projeto de anistia e a aceitação serena do risco de nossa própria vida. (POSIÇÃO, ed.62, p.10)

A segunda carta tinha como função aproximar mais a luta dos capixabas. Escrita por Perly Cipriano, ela trazia os mesmos argumentos da anterior, afirmando que anistia parcial só iria favorecer torturadores. Também buscava regionalizar a discussão. “O Espírito Santo nestes 15 anos de ditadura pagou uma conta alta de sofrimento de opressão... Viu crescer o poder dos grupos, das oligarquias que exploram e impunemente tentam transformar o Espírito Santo em um senzala moderna”¹⁹², redigia o ex-militante da luta armada, que pediu o apoio do povo espírito-santense na tarefa de divulgar a greve de fome. A carta também foi escrita em 22 de julho de 1979.

A última correspondência foi redigida por Gilney Amorim Viana, também preso político. Pontuava que a greve de fome nada mais era do que um mecanismo para romper com as amarras do poder e quebrar o isolamento político. Clamava

¹⁹² POSIÇÃO, ed.62, p.11

por uma união entre os grupos de oposição – citando, inclusive, os partidos que estavam sendo criados MDB, PTB, PT e PPD – em torno da anistia ampla, geral e irrestrita.

Assim será possível a vitória. Pressionando o regime militar e sensibilizando o Congresso Nacional a votar em um projeto alternativo de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. E se isto não acontecer, restará significativos ganhos políticos para a oposição popular, pelo desmascaramento da meia Anistia e dos propósitos demagógicos da ditadura militar, representando acúmulo de forças para se continuar a luta até a conquista da Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita. (POSIÇÃO, ed.62, p.11)

Na última edição do *Posição* naquele ano de 1979, datada de 7 a 14 de setembro, a anistia voltou a ser citada no editorial. O foco era as ações da classe operária no processo de abertura, mas o nanico registrou como uma delas as manifestações nas ruas do Rio de Janeiro pela anistia ampla, geral e irrestrita, das quais participaram diversos trabalhadores. Aquela edição ainda contava com a última reportagem sobre a bandeira publicada pelo alternativo capixaba. Com o título “Estudantes debatem a anistia”, o texto cobria um debate ocorrido na Ufes em 27 de agosto. Participaram dele o presidente do CBA-ES, Ewerton Guimarães Montenegro – que comentou as arbitrariedade das penas daqueles brasileiros condenados por “crimes de sangue” –; representantes do DCE; o jornalista do *Posição* Adilson Vilaça; membros da equipe do periódico *O Trabalho*; e o professor Pedro José Bussinger.

Uma extensa carta de Perly Cipriano foi lida, registrando que ele era aluno da universidade e que ocupava o posto de presidente do Departamento da Faculdade de Odontologia e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE). O capixaba frisava no seu texto que a anistia se tornou a principal pauta da oposição naquele momento e que vinha agregando cada vez mais pessoas. Pichações, panfletos e a divulgação pela mídia tornaram a anistia uma luta de massa, inclusive com manifestações em Vila Velha e Vitória, ambas no Espírito Santo.

Perly ainda lembrava como ocorreram as repressões dentro da universidade, com intervenção na UEE, estudantes perseguidos e funcionários tento que responder a processos. Também pontuava o papel que os universitários

precisavam assumir naquele momento, se unindo às manifestações de rua para que um salto enorme na conscientização do povo fosse dado.

É pois, tempo dos estudantes redobrem os esforços para somar força com todos os setores sociais e políticos atingidos e perseguidos pela ditadura militar, enfim, como o povo do qual faz parte, para conduzir a luta pela Anistia e pelo fim da ditadura e um nível mais elevado, cada vez mais próximo da vitória (POSIÇÃO, ed.65, p.10)

Na mesma reportagem em que a carta de Perly foi divulgada, *Posição* registrou o lançamento do livro “A Esquerda Armada” de Luzimar Nogueira Dias, que ocorreu também durante aquele debate na universidade. A obra foi a primeira e única editada pela Edições do Leitor LTDA. e reunia um material relevante para a anistia e, principalmente para os presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira. Eram depoimentos de muitos deles, contando como foram presos e a luta que empreenderam, lista de torturadores, relações de tipos de tortura ocorridas no Brasil e uma análise da Justiça Militar. Um livro de extrema importante para os que se articulavam contra a Ditadura Militar e a repressão dentro e fora dos presídios.

4.4 – Anistia ultrapassa o tabloide: “A Esquerda Armada”

De todos os assuntos já cobertos pelo jornal *Posição*, a anistia foi o único que instigou a equipe para uma publicação que fugisse do padrão da informação jornalística e do formato do tabloide. A opção foi por um livro, no qual poderiam se aprofundar mais, detalhar mais, lutar mais. Assim surgiu “A Esquerda Armada”, uma obra feita às pressas, mas que tinha uma intenção nobre: dar visibilidade aos presos políticos do Rio de Janeiro e ser um canal de comunicação entre eles e a sociedade.

Escrito por Luzimar Nogueira Dias e com o apoio da professora Tânia Mara Corrêa Ferreira, responsável pela montagem e diagramação, a obra era a primeira aventura de ambos no meio literário e representou um grande apoio àqueles que estavam atrás das grades há anos. Mais do que isso, buscava transmitir sem rodeios e de forma crua muito do sofrimento daqueles homens.

“Veja bem, o *Posição* se dispôs a editar o livro e publicou cartas minhas e do Gilney. Ele teve um papel importante para os presos políticos”, exaltou Perly Cipriano¹⁹³. O autor deixava claro a intenção efetiva de sua obra no texto de apresentação.

Mais do que uma seleção de documentos dos presos políticos do Rio de Janeiro, a nossa proposta é a ampliação das denúncias sobre torturas e assassinatos de opositores ao regime até a conquista da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e a implantação de um governo dirigido pelas classes exploradas e oprimidas. A luta continua (DIAS, 1979, p.6)

Editado em 1979, o livro era dividido em quatro capítulos. O primeiro deles reunia os perfis e os testemunhos dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro; o segundo intitulado “O nosso testemunho” reunia a relação das torturas sofridas pelos detentos, métodos de torturas, lista de assassinatos de presos políticos e órgãos de repressão; em seguida o livro trazia um capítulo que surgiu a partir do documento “A instituição da tortura”, enviado aos membros da Ordem de Advogados do Brasil. Por fim, a última parte era composta por documentos sugerindo a “popularização da luta pela anistia”. Depois de finalizada, algumas partes da publicação acabaram sendo usadas em reportagem do *Posição*, como na matéria “A evolução da Tortura na Era Figueiredo”, na 59ª edição.

Uma imagem icônica de um cavaleiro decapitado com uma lança em mãos estampava a capa do livro. A estrutura do título lembrava em muito o padrão jornalístico, tendo o nome principal como uma manchete, “Esquerda Armada”, no topo e, logo abaixo, uma frase que lembra uma linha fina de reportagem com uma pequena explicação da obra: “o testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro”. O último item da capa era a frase “A luta continua”.

Já na contracapa, logo acima do resumo do conteúdo, a obra se mostrava em consonância com a cobertura feita pelo jornal *Posição*. Duas frases estavam em destaque: “pela anistia ampla, geral e irrestrita” e “pelo fim da ditadura militar”.

¹⁹³ CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

Um pequeno texto resumia a obra, enfatizando que ali estavam reunidos testemunhos sobre a inconstitucionalidade do aparelho repressivo e frisava que a “tortura foi, e, será sempre, uma arma dos opressores contra as classes oprimidas”.

Como dito anteriormente, coube a Luzimar Nogueira Dias, então editor do *Posição* o texto de apresentação. Segundo pontuou, tudo surgiu após a carta de um grupo sueco ao jornal pedindo informações sobre Perly Cipriano, como já havia sido pontuado em reportagem do periódico capixaba meses antes. Porém, a equipe tinha poucos dados sobre o preso político capixaba. Sabiam um pouco de sua história, mas precisavam conhecê-lo. Foram, então, entrevistá-lo. “Precoces fios brancos no cabelo e na barba, aos 36 anos, Perly é um homem afável, extremamente inteligente e de grande maturidade política, resultado de um longo período de luta clandestina e violenta prisão”, pontuava o editor.

Depois de um primeiro contato, foram horas de conversa. O capixaba sempre curioso em saber as novidades do Espírito Santo, comemorou ao ser informado sobre o retorno do movimento sindical capixaba. “Me falaram que no Espírito Santo tinham três sindicalistas mais expressivos. A Mirthes Bevilacqua que era do Sindiupes, Rogério Medeiros que era do sindicato dos jornalistas e Vitor Buaiz que era dos médicos”, conta o capixaba que é um dos fundadores do PT e relembra que os dois últimos sindicalistas queriam ajudar na criação do partido, já Mirthes era mais ligada ao partidão. “Tudo era notícia para a gente. Ter três sindicalistas no estado era para nós o máximo”, reforça.

Logo, outros presos políticos foram conversando com a equipe e passando seus testemunhos. Muitos também queriam saber sobre as lutas dos capixabas. Luzimar passou a se enturmar com facilidade. O diálogo se estendeu, sendo interrompido apenas pela greve de fome, que debilitou demais os detentos, o que levou a equipe a colocar, no lugar de alguns testemunhos, um pequeno texto com dados pessoais.

Fizemos a primeira visita e conhecemos o pessoal. Veio a greve de fome. Ficou um pouco mais difícil, o pessoal estava muito debilitado. Era um entra e sai de grupos ligados à anistia e não dava para conversar muito bem. Como era o momento para se publicar algo sobre eles, o Luzimar decidiu lançar o livro da

forma que estava. Apressamos para publicar. Não teve muito tempo para fazer o livro e acabou ficando jogado. A ideia inicial era ter depoimentos de todos eles. (informação verbal¹⁹⁴)

Ainda segundo Tânia Mara, a ideia de produzir o livro surgiu durante as visitas ao presídio. Perly lembra que ajudou na seleção dos documentos e dos testemunhos. Como passar por revista era comum na entrada e na saída do complexo penitenciário, os documentos produzidos pelos presos eram escondidos dentro das roupas dos visitantes ou na sola dos sapatos. Outra estratégia era comprar algum dos quadros produzidos pelos detentos. No forro da pintura eram transportados de forma clandestina alguns papéis com informações preciosas, até mesmo as entrevistas, já que os jornalistas não usavam gravador, apenas papel e caneta.

Além dos relatos presenciais, a equipe do *Posição* buscou relatos concedidos anteriormente por alguns dos presos a outros semanários, como o *Pasquim* (no caso dos depoimentos de Alex, Paulo Henrique e Jorge Raimundo Junior). O destaque da obra ficou a cargo do testemunho de Manoel Henrique Ferreira, que foi condenado a 57 anos de prisão e usado como joguete pelos militares para desmoralizar os grupos que atuavam nas guerrilhas.

Ele é um ex-presos político que foi muito torturado. A polícia pediu para o Manoel Henrique renegar a luta para ser solto. Ele foi para a televisão e disse que renegava a luta, que tinha sido bem tratado. Acabou de fazer isso, a repressão manteve ele isolado e depois o mandou para o meio dos presos políticos. Esperavam que matassem ele. Ele ficou isolado por um tempo e tomou consciência do absurdo que fez (informação verbal¹⁹⁵)

Manoel tinha 29 anos no período da produção do livro e era acusado de integrar o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi preso no Rio de Janeiro em 7 de maio de 1971, desde então passou por uma série de presídios. Ao contar sua história, ele destacava que muitas vezes as pessoas usam os jornais ou a televisão para se retratar de alguma prática anterior e se dizia arrependido. Relatava ele:

¹⁹⁴ FERREIRA, Tânia Mara. *A produção do Posição*. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

¹⁹⁵ CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

Eu vivi uma situação desta. Fiz um pronunciamento público renegando minha prática anterior e minhas ideias. E desta maneira sinto-me em condições, por conhecimento de causa, para através deste depoimento, esclarecer e denunciar de que modo se dão estas retratações, e o porquê das pessoas se prestarem a fazer tal coisa, indo contra os seus ideias (pelos quais dias antes lutavam e se achavam dispostos a dar vida por eles), mentindo, invectivando seus ex-companheiros, traindo (DIAS, 1979, p.29)

O preso político relatou como ingressou na militância política após a morte da mãe e a obrigação de ajudar a cuidar dos cinco irmãos mais novos. Tempo depois, os enviou para o interior paulista para casa de parentes e passou a participar do movimento estudantil e do movimento sindical. Aderiu ao comunismo em seguida, ingressando em organizações revolucionárias para tentar se opor à realidade de miséria que havia sido submetido. Buscava promover a tão sonhada Revolução Socialista. Foi preso após quatro anos de militância e levado para o DOPS/RJ, onde foi torturado. “Desde o momento que fui preso, vi-me tomado de verdadeiro pânico”¹⁹⁶, relatou.

Revelou que para diminuir a tortura, acabava revelando informações que comprometeram a liberdade de outros companheiros. Por causa da colaboração com o regime, aceitou contribuir de forma propagandista. Logo, os interrogatórios passaram a ser feitos em formato de palestra, com a presença de oficiais da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP) e gravados. O material seria usado para desmistificar as informações sobre torturados no Brasil que circulavam principalmente no exterior. Manoel foi orientado a afirmar que no País não havia tortura, apenas uma forma de interrogatório mais duro. Chegou a escrever, com o corpo cheio de ferimentos, que não sofria nenhum tipo de violência na prisão. Depois, os militares ofereceram uma diminuição da pena se o preso político se pronunciasse na televisão.

Esse pronunciamento deveria ter como objetivo impedir que outras pessoas ingressassem na subversão. E, para que eu conseguisse esse objetivo, deveria dirigir-me principalmente à juventude, e mostrar o que é uma organização subversiva. Eu deveria falar sobre a utilização das pessoas pelos chefes dessas organizações, sobre o assassinato daqueles que pretendem abandonar o terrorismo e também sobre a promiscuidade que reina dentro dessas organizações. Deveria também falar sobre

¹⁹⁶ DIAS, 1979, p.32

o bom tratamento que estava recebendo, sobre a inexistência de torturas e, no final do pronunciamento, dirigir-me diretamente à juventude brasileira, incitando-a a não seguir o mesmo caminho que eu (DIAS, 1979, p.37)

Depois da TV, Manoel teve que prestar depoimento na Justiça Militar, incriminando outras pessoas e revelando detalhes das operações da oposição. Tudo que disse foi usado para composição de processos judiciais. Passado este momento, o preso político relatou que ficou na expectativa por semanas para que fosse solto. Porém, ao contrário disso, foi colocado em uma cela com outros detentos, o que gerou mal-estar. Pediu para ser transferido para outra cela, mas isso não aconteceu. Também não foi cumprida a promessa de Manoel passar 15 dias com familiares em Minas Gerais. Voltou a ser torturado mesmo depois de colaborar com o regime e foi vítima de piadas relacionadas à sua traição.

Quando foi colocado na cela com outros 15 presos, estes cuidaram dos ferimentos de Manoel, mas não sabiam sobre o pronunciamento dado por ele na TV. Dias depois, os militares levaram uma televisão para dentro da cela e passaram a gravação do depoimento. “Aquilo foi uma verdadeira agressão aos presos, principalmente pela surpresa, e pelo fato de tê-los enganado... eu não entendia a atitude da repressão... os companheiros que ali estavam, como não deveria deixar de ser, passaram a não mais falar comigo”, relata. Um coronel chegou a entrar na cela para ameaçar. Disse que não iria aceitar nenhum tipo de discriminação entre os detentos e que, se continuasse, o tratamento na prisão iria endurecer. Até mesmo a entrada de livros e jornais foram proibidos.

Logo, alguns presos foram transferidos de celas para amenizar o clima. Manoel passou por meses de isolamento “O jogo que eu fizera com a repressão terminara. E eu perdi. Assim, como perdera, nessa trajetória, a amizade de companheiros e até mesmo de mim mesmo”¹⁹⁷, declarou. Os presos não só o hostilizavam, mas também não o aceitavam no convívio coletivo. “Decidi enfrentar a realidade em que vivia, pois, ou me matava ou enfrentaria essa situação como homem”¹⁹⁸.

¹⁹⁷ DIAS, 1978, p.42

¹⁹⁸ DIAS, 1978, p.43

Manoel foi transferido para Fortaleza de Santa Cruz e passou a travar as lutas conjuntas com os presos, ao invés de mostrar certa subserviência aos carcereiros. Em um dos momentos, durante uma greve de fome, foram presos em uma cela e até bombas de gás lacrimogêneo foram jogadas. Depois foram transferidos para a Ilha Grande.

O preso político ainda fez questão de deixar um testemunho no livro “A Esquerda Armada” sobre o assassinato de Stuart Edgar Angel Jones. Manoel estava presente no Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica quando ocorreu a morte, teve oportunidade de denunciar diversas vezes, mas não o fez, até então. Naquela noite, segundo relatou, ouviu gemidos e gritos durante a madrugada em uma das celas próximas e, em determinado momento, uma balbúrdia no corredor e alguém pedindo para trazer um tapete. Os gemidos se cessaram.

Para o livro, por fim, Manoel redigiu uma conclusão de tudo aquilo que viveu, se mostrando arrependido e buscando resgatar parte da sua ideologia esquerdista e sua vontade de lutar contra o regime que o enganou:

Finalizando devo acrescentar que, apesar de tudo o que fiz, continuo sendo comunista e, embora traga comigo diversas limitações, dentro e de acordo com essas limitações, procurarei empenhar-me na luta pela implantação desse regime que exterminará toda a opressão, miséria e exploração do regime em que vivemos (POSIÇÃO, 1979, p.46)

Os outros presos políticos que tiveram seus dados publicados no livro foram: Antônio Pereira Matos, Jorge Santos Obria, José Roberto Gonçalves de Rezende, Nelson Rodrigues Filho e Paulo Roberto Jabur. Porém nenhum deles concedeu depoimentos. O primeiro com testemunho foi Alex Polari de Alverga, de 27 anos, preso em Pernambuco em 1971, acusado de integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ele relata que teve opção, assim como muitos ali presos, de ficar ou não na luta armada. Mas “já tendo uma visão crítica em relação ao que estava acontecendo” acabava aderindo por causa dos aspectos éticos e morais, mesmo aquele que viveu sendo um dos momentos mais violentos das guerrilhas. “Naquele momento já havia fatores que levavam a antever tudo que ia pintar: mortes, prisões...”, relatou.

O motorista de taxi Carlos Alberto Sales, também de 27 anos, acusado de pertencer à Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) preferiu contar sobre as torturas que sofreu. Pontuou que no dia que foi preso no Rio de Janeiro chegou nu no batalhão, tamanho foi o espancamento que sofreu no caminho. Foi submetido a torturas variadas, inclusive choques em diversas partes do corpo. O relato não foi muito diferente do concedido pelo também motorista de taxi Hélio da Silva, 36 anos, acusado de participar do mesmo grupo de oposição que seu colega de profissão e cárcere.

Já o testemunho de Gilney Amorim Viana, de 35 anos, acusado de integrar o Partido Comunista Brasileiro e com pena de 20 anos e três meses de prisão, foi o mesmo que já havia sido publicado por *Posição* alguns meses antes tratando das intenções da greve de fome. Mas, não eram só os brasileiros que acabavam presos pela repressão acusados de “crime de sangue”. No grupo do presídio Milton Dias Moreira estava o espanhol Jesus Parede Soto. Preso em São Paulo, foi acusado de participar da MR-8 e da VPR. O operário metalúrgico respondia a dois processos, um deles decorrente do sequestro do embaixador alemão Von Hollebein. Havia sido condenado a 9 anos e seis meses de reclusão.

Comum depois de anos na prisão e sendo submetido a diversas torturas, o relato do estudante de direito Jorge Raimundo Junior revelava certa desmotivação com a oposição, admitindo que superestimou a esquerda revolucionária no Brasil. Porém, o universitário havia esmorecido da intenção de novos partidos comunistas. “A minha preocupação hoje em dia é muito mais a luta contra a velha esquerda, por uma esquerda democrática, interna e externamente na sociedade. Uma retomada do marxismo”, frisou. Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, estudante de fisioterapia, também deixava transparecer certo desconforto com a prisão. “A gente se pergunta: em que eu acabei me transformando? Há um amargo, entende? A perda da juventude também. Eu vim para cadeia com 22 anos e estou com 31”, lamentou. Porém, analisava como sendo essencial a luta e a organização dos grupos de oposição para a sociedade naquele momento político.

Perly Cipriano fechava os testemunhos do livro. Ele optou por relatar o motivo pelo qual todos ali optaram pela luta armada. Segundo ele, aquela era única das

alternativas que não estavam obstruídas. Também criticava certo afastamento entre a vanguarda de esquerda e o movimento de massas. A anistia, todavia, era o principal foco do relato do preso político que viveu no Espírito Santo.

Os capixabas conheceram na carne as manobras e artimanhas da ditadura militar. O 64 chegou cheio de tudo o que é ruim contra o povo. Facilitou e intensificou a exploração e a repressão policial contra a população. O golpe militar produziu um caldo de cultura que facilitou toda a sorte de delação, perseguição política, autoritarismo desenfreado contra a população. Uma tarefa hoje de suma importância é a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, sabendo-se que a sua plena realização não será conquistada sem o fim da ditadura, sem a intervenção das massas populares. (DIAS, 1979, p.54)

O segundo capítulo intitulado o “Nosso testemunho” trazia dados numéricos e relações de nomes importantes sobre a repressão. Foi detalhada a máquina de tortura com os principais quartéis onde ocorriam prisões e violência contra presos políticos. Nomes de lideranças assassinadas como Carlos Marighela, Mário Alves, Carlos Lamarca, entre outros também foram relacionados. Entre os métodos de torturas sofridos por aqueles que estavam reclusos no presídio Milton Dias Moreira listaram: capuz; formas de imobilização; espancamento; corredor polonês; “telefone” (pancada com as mãos em forma de concha nos ouvidos); pau-de-arara; choque elétrico; hidráulica; palmatória; escova de aço; nó da máfia (amarra-se com uma corda o pescoço da vítima e a outra extremidade à ponta do pé, quando a vítima se mexe, causa enorme sensação de enforcamento); queimadura de cigarro; “cadeira do dragão” (instrumento para dar choques elétricos); tamponamento com éter; tortura sexual; soro da verdade ou pentotal (trata-se do composto químico barbitúrico que produz um efeito progressivo); além da geladeira, que reunia várias dessas formas de tortura.

Os presos políticos também relataram outros métodos que não utilizados neles, mas que tinham conhecimento que ocorriam nas sessões de tortura, como a utilização de ratos e cobras; coroa de cristo (fita de aço que envolve o crânio e possui parafusos); tortura de familiares e amigos na frente do prisioneiro, entre outro. Os nomes de 20 presos políticos assassinatos e as condições de suas mortes também tiveram destaque, entre ele Stuart Edgard Angel Jones, Edgardo de Aquino Duarte, Frei Tito de Alencar, o cartunista do *Jornal do Brasil* Vagn. No livro “Esquerda Armada” ainda foram publicados os métodos utilizados para

ocultação de assassinatos, os nomes dos comunistas desaparecidos e torturas, além de uma lista de diversos torturadores.

No livro “Esquerda Armada”, eu listo o nome de todos eles (torturadores). Eu vi todos eles. Como foi em 1970, eles não se preveniram. Não colocaram o capuz em mim e nem neles. Eu vi a cara de todos e citei os nomes. Até Armando Samico, que depois se tornou reitor da Universidade Federal de Pernambuco, ele era professor de odontologia, coronel e me torturou... Fizemos esse documento que é muito importante porque faz a relação dos torturadores. É um dos primeiros que é feito no Brasil que vai para o exterior citando os tipos de torturas que sofremos ou tomamos conhecimento e quais são os torturadores. (informação verbal¹⁹⁹)

Além de denunciar os aspectos da tortura, a obra trazia uma carta dos presos políticos refletindo a evolução da repressão, a tentativa da ditadura em encobrir seus crimes e a possibilidade de apuração das torturas. “Haverá apuração à medida em que as massas populares vão se organizando e pressionando politicamente”²⁰⁰.

O capítulo “A institucionalização da tortura” foi composto por um documento enviado pelos prisioneiros políticos à Ordem de Advogados do Brasil. A intenção era dispor de subsídios para uma análise sobre a Justiça Militar ligando-a, obviamente, ao regime de exceção. “Nosso objetivo é apenas esse, mostrar as interligações entre tortura, organismos de repressão, Legislação de Segurança e Justiça Militar, como elas compõem a legalidade do regime”²⁰¹.

O documento foi dividido entre alguns elementos: os arbítrios e a violência da repressão, a política de repressão; a tortura como arma de intimidação, método de coleta de informações, e sustentáculo da Justiça Militar. Além disso, novamente relacionou os tipos de tortura e os aparelhos de repressão e, como uma conclusão, foi publicada uma análise sobre a Justiça Militar. Neste aspecto, os presos políticos relataram as formas de omissão e cobertura da tortura, os processos judiciais, os tipos de julgamentos, analisaram os juízes e tribunais, os conselhos ordinários e especiais e as penas decretadas. Concluindo, assim, que a tortura estava intrinsecamente ligada à corte militar.

¹⁹⁹ CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

²⁰⁰ DIAS, 1979, p.80

²⁰¹ DIAS, 1979, p.85

A tortura é portanto um dos métodos essenciais para a sobrevivência do regime, assim como a Justiça Militar que a acoberta. Se a primeira é o ponto de partida dos procedimentos repressivos do regime, a segunda é o seu desdobramento lógico, e ambas correspondem aos interesses da dominação dos grupos que sustenta o regime militar. Sendo a tortura e a Justiça Militar as duas fases da mesma moeda é, porém, e esta última que cabe – através de suas leis de exceção, normas de processo e tribunais – dar a fachada de legitimação necessária ao Estado autoritário. Também a ela cabe infringir seus próprios preceitos legais quando os interesses políticos do sistema assim o exigem. (DIAS, 1979, p.109)

Perly chega a apontar este capítulo como o mais importante da obra “A Esquerda Armada”. “Tem um dado desse livro que acho muito importante que é o que fizemos sobre a Justiça Militar, porque são poucos os estudos sobre ela e como funcionava”, pontuou o capixaba.

O último capítulo do livro de Luzimar tratava da “Popularização da luta pela Anistia” e é composto por duas cartas enviadas pelos prisioneiros políticos. A primeira endereçada aos comitês e movimentos pela anistia e a segunda foi redigida para ser lida no Encontro Nacional pela Anistia. Os detentos registraram, no início da primeira correspondência, datada de 15 de outubro de 1978, que avanços já foram alcançados, como tornar a bandeira da anistia central nas lutas políticas nacionais e mobilizar comitês e movimentos específicos para a luta. Porém, sugeriram algumas medidas que deveriam ser assumidas por aqueles que reforçavam a batalha contra a ditadura militar, como: tornar a questão da anistia uma luta integrante das grandes massas populares; adequar as diversas bandeiras específicas que orbitam em torno da anistia e transformar a CBA e MFPA em organizações de massa.

Essas e outras questões devem merecer discussão, e a nosso ver, só serão avaliadas concreta e corretamente se vistas dentro do contexto da luta social e política que se trava hoje no Brasil. Visando contribuir nesse sentido destacamos os seguintes pontos: a conjuntura política nacional é favorável ao avanço da luta pela Anistia; o Avanço da luta pela Anistia depende da superação das limitações sociais e organizatórias atualmente existentes; a Anistia como luta de massas exige táticas e formas de organização e luta adequadas; a bandeira da Anistia está intimamente ligada às demais bandeiras políticas da oposição popular. Por um Comitê Nacional pela Anistia e por comitês em todas as cidades, bairros e setores sociais. (DIAS, 1979, p.113)

O momento, segundo os presos políticos, era propício para o crescimento das lutas em prol da anistia ampla, geral e irrestrita. Afinal, naquele contexto, o regime havia perdido sua credibilidade, estava em crise e apenas uma nova

ordem política-institucional interessava aos membros das classes exploradas e oprimidas. A anistia, assim, seria um “nó górdio que a ditadura militar”²⁰² não conseguiria desatar e estaria ligada as “lutas pela liberdade sindical, de organização e expressão; pelos direitos de greve, pelas eleições diretas contra todas as leis de exceção, pela constituição e, de uma forma geral, pelas liberdades democráticas”²⁰³.

Afirmavam que as estratégias do regime como pseudo-reformas, a nova Lei de Segurança Nacional e promessas de revisão de punições não iriam diminuir o ímpeto das campanhas da Anistia, apenas iriam mudar as suas formas. Os presos políticos ainda recapitularam o início da luta em prol da bandeira, em 1968, mas pontuando que ela só veio a crescer a partir de 1974, quando houve condições para o ressurgimento com as conquistadas do MDB na eleição daquele ano. Sindicalistas, cassados, demitidos, presos, asilados e familiares entoaram o grito pela anistia. Mas ainda era necessário englobar mais gente, envolver as massas, por meio de reuniões em bairros populares, associações de moradores, conjuntos habitacionais, favelas, reunião de sindicatos, paróquias e igrejas. Para os presos políticos, já não era hora de discutir teorias em mesas redondas, entrevistas ou comícios. Era hora de se criar novas formas de comitês e movimentos pela Anistia.

Até mesmo pela necessidade de reforçar a bandeira, a Anistia deveria se vincular a outras lutas populares e contar com estratégias de propaganda, como shows e até mesmo visitas de casa em casa em bairros populares. Por fim, para os prisioneiros tidos como terroristas pelo regime, era necessário criar um Comitê Nacional pela Anistia para unificar as ações promovidas pelas diversas entidades regionais. Construindo também formas de aglutinar elementos mais combatíveis da massa, como estava ocorrendo no Rio de Janeiro, com a criação do Comitê de Imprensa pela Anistia e do Comitê de Economistas pela Anistia.

A segunda correspondência, datada de 13 de junho de 1979, em muito lembrava a primeira – mesmo sendo enviada anteriormente, vinha depois da endereçada aos comitês na composição do livro –, afirmando o enfraquecimento do regime,

²⁰² DIAS, 1979, p. 114

²⁰³ DIAS, 1979, p. 114

as lutas do povo oprimido ganhando força e a necessidade de articulação em torno da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. “A incorporação de amplos setores sociais... na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é a garantia de uma conquista, como também para efetivar a derrocada da ditadura militar, e realizar a democracia no País”, finalizava.

Segundo Tânia Mara, houve um bom comparecimento principalmente de acadêmicos e adeptos das lutas de oposição no lançamento do livro, que ocorreu durante um evento na Universidade Federal do Espírito Santo em 27 de agosto de 1979. Os exemplares da obras poderiam ser encontrados nas principais bancas do centro de Vitória, nos diretórios acadêmicos da Ufes, na sede do DCE, entre outros locais. No Rio de Janeiro, “A Esquerda Armada” foi lançado no dia 17 de setembro de 1979, na Livraria Muro.

Para os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, aquela era mais do que uma obra, era uma ajuda. “Mostrava que na nossa luta não estávamos sós... Isso ajudou a motivar. Do lado de fora mostrou que a ditadura é criminosa e do lado de dentro mostrou que não estávamos sozinhos”, afirmou Perly. Além do livro, os prisioneiros tratados como terroristas pelos militares também ajudaram na produção de um filme intitulado “Sal, água e açúcar” que mostrava a luta dentro da prisão e chegou a ser exibido na Europa.

CONCLUSÃO

O jornal alternativo capixaba *Posição* foi lido, comentado e incomodou bastante. Essa evidência é a primeira que claramente se alcança quando se aprofunda na história de um dos periódicos mais ousados que circulou pelas ruas do Espírito Santo durante a década de 1970. O contexto era complicado, a repressão dos últimos anos afugentava qualquer intenção mais arrojada de questionamento ao regime, a máquina pública já estava nas mãos dos militares há 12 anos e os meios de comunicação sofriam com a imposição do silêncio sobre vários assuntos.

Bilhetes chegavam às redações cerceando informações e eram colocados em quadros e profissionais dos grandes veículos da imprensa eram fichados nos órgãos de inteligência. Documentos com carimbo de confidencial e sigiloso eram produzidos no Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES) contendo informações de jornalistas, desde filiação até ideologia e empresas que já trabalharam. Nem correspondentes e publicações do interior do Estado fugiam à fiscalização. Definitivamente, não era um período propício para se aventurar no ramo jornalístico. Mesmo com todas essas adversidades, um grupo de homens e mulheres lançou um periódico de contestação, no final de 1976. Com experiência em grandes redações e certa ideologia esquerdista, essas pessoas ainda tinham em comum o fato de terem sido de alguma forma prejudicadas pelo regime.

Posição demorou cerca de dois anos para efetivamente ser publicado. Diversos “número zero” foram produzidos antes de chegar às bancas. Isso evidencia que a publicação não era casuística e nem improvisada. Foi pensada e estudada, principalmente a primeira edição.

Iniciado de forma cautelosa, se precavendo de eventuais retaliações, o jornal alternativo capixaba foi se atrevendo gradativamente a noticiar aquilo que não tinha espaço na mídia tradicional, tocando em assuntos espinhosos e expondo a face não tão apresentável da sociedade, aquilo que o regime queria esconder. Desde problemas cotidianos como a falta de remédios e ônibus em determinados bairros da Grande Vitória, até casos mais sérios como o relato de vítimas de

tortura e exilados, tudo tinha espaço no tabloide. Com isso o periódico ganhava mais leitores, o que mantinha a equipe empolgada, afinal os membros raramente recebiam algum dinheiro pelo serviço prestado ao jornal. Atuavam, em sua maioria, apenas pelo espírito de luta. No ápice das vendas, *Posição* chegou a cinco mil exemplares, um total considerável tendo em vista a época, a quantidade de analfabetos e a dificuldade logística.

Mesmo tendo características regionais – o que levou essa pesquisa a ter um enfoque mais local, porém, se precavendo para não perder de vista a consonância com a realidade nacional – o alcance do periódico nanico não se limitou ao Espírito Santo, era vendido em estados vizinhos e adquiriu certa visibilidade na região Sudeste. Chegou a participar de um debate em Juiz de Fora, Minas Gerais, no qual estiveram presentes membros de jornais alternativos de circulação nacional, como o *Pasquim*, e se estabeleceu como importante representante da imprensa independente fora do eixo Rio-São Paulo.

Assim, a existência do *Posição* evidencia que a Ditadura Militar foi dura e repressiva também no Espírito Santo, assim como em outras regiões da federação. Ou seja, o Estado não passava por um oásis de tranquilidade e desenvolvimento nas duas décadas de governo militar. A censura e a perseguição ocorreram, assim como as tentativas da sociedade de revidar aquilo que não concordava. O periódico alternativo tinha essa função.

Lido na universidade, nos órgãos públicos e também nos quartéis – como admitiu o coronel Luiz Aurich – *Posição* se tornou um veículo a partir do qual várias organizações sociais, que naquele momento encontravam dificuldades em partir para a luta direta contra o regime, orbitavam. Jornalistas até mesmo com emprego na grande imprensa colaboravam com o jornal independente, assim como estudantes da Ufes e membros de partidos comunistas clandestinos, a exemplo do PCdoB. Estes, levavam suas pautas para dentro do jornal que passou a cobrar mais ações de oposição efetiva do MDB, apontou as vezes que a censura (governamental, empresarial e autocensura) cerceou a imprensa tradicional e deu visibilidade às articulações e lutas dos estudantes.

Fomentado em meio ao sistema de repressão, o fim do jornal precedeu a abertura do regime, quando as liberdades gradativamente começaram a ser

resgatadas. Isso realça certa ligação intrínseca do periódico com a própria Ditadura Militar, ou seja *Posição* existiu enquanto a função de contestação das decisões dos representantes das forças armadas era necessária. A partir do momento que a sociedade passou a contar com um pouco mais de direitos, como de organização social e de expressão, o jornal perdeu funcionalidade, minguando nas vendas e no faturamento. Além disso, um passo duvidoso dado pela equipe foi a transformação do periódico em semanário. Foi uma decisão arriscada tendo em vista as dificuldades de produção. *Posição* fechou as portas pouco tempo depois, no segundo semestre de 1979.

Essa trajetória não é exclusiva do periódico capixaba. Como ficou evidente nas abordagens de Rivaldo Chinem e Bernardo Kucinski, o mesmo desfecho atingiu outras publicações, inclusive com mais vendas, como o caso do *Movimento* e do *Em Tempo*. Com a maior liberdade atribuída à imprensa tradicional devido ao fim da censura, pautas que eram próprias dos alternativos começaram a ser adotadas pela grande imprensa e setores como o movimento sindical lançaram publicações voltadas para públicos específicos. Com isso, o ciclo alternativo chegou ao fim.

Para a análise do *Posição*, os questionamentos elaborados por Luca (2011) para orientar e respaldar os trabalhos acadêmicos que elegem periódicos como objeto de pesquisa foram de suma importância e conseguiram ser respondidos. A primeira questão: qual a motivação que levou àquela publicação? *Posição* nasceu da indignação de jornalistas que buscavam uma forma de se opor ao regime. Muitos dos fundadores haviam de alguma forma sido prejudicados pelo autoritarismo militar, sendo ceifados das redações, perdendo empregos ou mesmo sendo perseguidos ao ponto de deixar seus estados de origem e migrarem para o Espírito Santo.

Quem era o grupo responsável pela linha editorial? *Posição* passou por cinco fases, como ficou evidente após a análise das mais de sessenta edições e das entrevistas concedidas por membros e pessoas ligadas à publicação. A primeira delas tinham como foco a produção de um jornalismo feito por jornalistas sem interferências econômicas ou de partidos políticos. Porém, no decorrer dos quatro anos de existência do periódico, lideranças ligadas aos partidos comunistas clandestinos começaram a ver no jornal um espaço de confronto ao

regime mais seguro e mais eficiente do que a luta armada. A linha editorial então se alterou. A mudança nos cargos de direção e edição acabaram por refletir nas reportagens, alterando a linha editorial.

Ainda nos preceitos de Luca (2011), os colaboradores do jornal eram pessoas com ideologia de esquerda, como a dentista Laura Coutinho, presa durante a Ditadura e vítima de tortura – perdeu um bebê durante o tempo que esteve atrás das grades – e o advogado José Ignácio Ferreira, que havia tido seu mandato de deputado estadual cassado.

Com uma tiragem inicialmente restrita à Grande Vitória e ganhando os demais municípios gradativamente, *Posição* tinha como público alvo os militantes de oposição ao regime militar, estudantes universitários, membros de partidos clandestinos e a população que via no poder dos militares um risco aos Direitos Humanos.

Por ser um jornal alternativo de oposição ao regime, não mantinha uma relação direta com o governo. Seu custo era bancado por contribuição de prefeituras comandadas pelo Movimento Democrático Brasileiro e as publicidades consistiam em anúncios dessas prefeituras ou de pequenos serviços como escolas e cursinhos.

Luca (2011) questiona, por fim, se existe interferência na autonomia para a veiculação de informações? Diretamente, *Posição* não sofreu nenhuma interferência, já que as edições saíam sem censura prévia. O que ocorreu algumas vezes foi a apreensão de algumas edições por autoridades do regime militar, além de barreiras logísticas impostas pela repressão, como a dificuldade de impressão do jornal.

Posição foi efêmero, mas mesmo assim de grande valia para a luta por democracia e por justiça às vítimas da repressão. O depoimento de Perly Cipriano ratifica essa afirmação. A Anistia Ampla, Geral e Irrestrita era tida como o primeiro passo para uma abertura democrática. A luta em torno dela ganhou respaldo de diversos movimentos sociais e políticos. Porém, o governo militar evitava o tema, o que levava os grandes jornais – que mantinham uma visão empresarial e buscavam passar o mais ilesos possível por um dos períodos mais conturbados da história recente do País – a não destacarem as campanhas,

comitês, manifestações e discursos envolvendo a anistia. Coube, então, ao jornal alternativo tal função. Ele, inclusive, diversas vezes criticou a grande imprensa por não tocar no assunto.

A equipe do *Posição* levantou a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o que foi feito com mais afinco após os jornalistas conhecerem pessoalmente Perly Cipriano, o capixaba que estava na “sucursal do inferno”, como o periódico chegou a noticiar. Aquele era o personagem e o rosto que a publicação iria usar toda vez que a anistia fosse veiculada, tornando a pauta mais próxima dos moradores do Espírito Santo, dos estudantes da Ufes – já que o preso político estava prestes a se formar em Odontologia – ou dos comunistas, que sabiam que um conterrâneo estava irredutível na luta, apesar das adversidades.

Posição também contribuiu com aqueles que estavam atrás das grades. Para eles, como pontuou Perly Cipriano, as reportagens do alternativo e o livro “A Esquerda Armada” foram responsáveis por divulgar as lutas que empreendiam diariamente no cárcere, expondo as diversas formas de crueldade que estavam sendo submetidos. *Posição* não foi o único veículo do País a entrevistar os detentos do presídio Milton Dias Moreira. A greve de fome promovida por eles repercutiu em diversos meios de comunicação, mas foi a cobertura feita pelo *Posição* que contribuiu para o que fato atingisse o público capixaba, principalmente estudantes, professores e militantes da esquerda. Era uma força a mais na tentativa de unificar as frentes de oposição em torno da anistia. A obra escrita por Luzimar Nogueira Dias corroborou ainda mais com esta busca de visibilidade e unidade.

Após a pesquisa também ficou claro que o jornal nanico, mesmo promovendo uma cobertura importante, não abordou a anistia desde as primeiras edições. A bandeira passou a ser discutida, coincidentemente, pelo Movimento Feminino pela Anistia de forma mais ampla no mesmo período que *Posição* ganhava as ruas de Vitória. Porém, na época, o jornal se preocupava mais em cobrir as articulações do Movimento Democrático Brasileiro e apontar as contradições do regime. A anistia ganhou espaço a partir da 35ª edição, em 11 de maio de 1978, quando diversos movimentos sociais já haviam aderido à luta encabeçada inicialmente pelas mulheres que reivindicavam a versão ampla, geral e irrestrita do benefício.

A própria Campanha no Anistia no Espírito Santo, inclusive, é um tema que carece de mais estudos, o que pode ser tratado em futuros trabalhos acadêmicos. Outro assunto que necessita de mais aprofundamento é a História do Tempo Presente, um campo histórico fértil e promissor. Uma discussão propícia e atual também se baseia em investigar quem são os herdeiros dos veículos alternativos em meio a era da internet. Seriam os blogs os sucessores dos jornais independentes? Em tempo de redes sociais, uma publicação ainda seria necessária para unificar pessoas combatíveis?

Essas são questões que ainda precisam de respostas. Alguns colaboradores e jornalistas do *Posição*, em entrevistas, apontaram que a sociedade atual ainda necessita de publicações sem as amarras dos acordos econômicos, políticos e limitações empresariais. Seria esse um caminho para garantir plenamente a democracia brasileira, tantas vezes ameaçada?

Esta pesquisa, como dito anteriormente, não ousou ser um compilado definitivo da história da imprensa alternativa no Espírito Santo. Muito ainda precisa ser pesquisado, revisto e registrado. A intenção foi mais modesta: contribuir com o debate sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo e no Brasil. Corroborando, assim, com a necessidade de maiores estudos sobre um dos períodos mais conturbados da história recente. Como pontua Chagas (2015), “é preciso levantar-nos contra a ditadura das teorias, assim como a teoria das ditaduras”²⁰⁴. *Posição*, o jornal escrito por jornalistas, cumpriu essa missão.

²⁰⁴ CHAGAS, 2015, p.325

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A resistência à ditadura: um movimento guerrilheiro se forma na Serra do Caparaó** in FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org). O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985). Vitória: GM Editora, p. 61-84, 2014.
- ANGELO, Vitor Amorim. **Luta armada no Brasil** – São Paulo: Claridade, 2009
- BORGES, Vany Pacheco. **O que é História**. 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 2009
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000
- AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento: uma reportagem** – Belo Horizonte, MG: Editora Manifesto, 2011
- BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença da história**. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002
- BERNSTEIN, Serge, MILZA, Pierre. **Conclusão**. In CHAUVEAU, Agnès. TETART, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999
- BRETON, Philippe, PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação** – São Paulo: Edições Loyola, 2006
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, 11ª ed., – Brasília: Editora UnB. 1998
- BORGNETH, Flávio Ferreira. **Memória do período militar em Vitória antes do AI-5. Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.67-102, 2009
- BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. **A Gazeta: uma longa história de tradição e transformação**. In Martinuzzo, José Antônio (Org). **Impressão Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Departamento de Imprensa oficial o Espírito Santo, Vitória, 2005.
- CAETANO, Alexandre. **O movimento estudantil na UFES e a luta contra a ditadura: 1964 – 1968** in FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org). O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985). Vitória: GM Editora, p.114-146, 2014.
- CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil** – São Paulo: Editora Claridade, 2011
- CASTRO, Pedro Jorge (Org). **Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil: entrevista por Carlos Chagas**– Brasília: Editora Senac-DF, 2006

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e o golpe dentro do golpe: a história contada por jornais e jornalistas** – Rio de Janeiro: Record, 2014

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais: a história contada por jornais e jornalistas (1970-1985)**. 1 edição – Rio de Janeiro: Record, 2015

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet** – São Paulo: Disal, 2004.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995

CORDEIRO, Janaína Martins. “**Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé**” in AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

DANTAS, Audálio. “**As duas guerras de Vlado Herzog**” – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

DIAS, Luzimar Nogueira. **A esquerda armada**. Vitória: Edições do Leitor, 1979

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES)**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, v. 15, n. 2, p. 293-309, 2011

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A Mobilização pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita na visão da repressão política**. Revista do Arquivo Nacional. Disponível em file:///C:/Users/user/Downloads/472-490-1-PB%20(3).pdf

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295 – 316, 2013

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. **Considerações sobre atuação dos bispos católicos do estado do Espírito Santo sob visão dos agentes do DOPS/ES (1970 – 1984)** in FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, p.147-171, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. **As Esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos, **Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar** – Rio de Janeiro: Editora Record, 2004

_____ **O golpe de 64: momentos decisivos** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada** - 2ª ed. Rio De Janeiro: Intrínseca, 2014
_____. **A ditadura acabada** – Rio De Janeiro: Intrínseca, 2016
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais**. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015
- GRECO, Heloisa Amélia. “**Dimensões fundacionais da luta pela anistia**” – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003
_____. **Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia**. In: SANTOS, Cecília MacDowel I; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009a.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto à uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiros, 2003
- JEANNENEY, Jean-Noel, **A Mídia**. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRH, 1996,
- JUNIOR, José Arbex, **Editorial** in MELO, José Marques de (Org.) *Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo* – São Paulo: FTD, 1992
- KOSSOY, Boris - **Os tempos da fotografia: do efêmero ao perpétuo** – São Paulo: Ateliê Editorial, 2007
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa** – São Paulo: Scritdad, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- LACCOUTURE, Jean. **A História imediata**, In LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001
- LE GOFF, Jacques. “**História e Memória**” – 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012
- LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011
- MARTINUZZO, José Antônio (Org). **Impressão Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Departamento de Imprensa oficial o Espírito Santo, Vitória, 2005.
- MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história a censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005
- MAZZEI, Vitor Reis. **Jornal O diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011

MEDEIROS, Rogério; Guerra, Cláudio; Netto, Marcelo. **Memórias de uma Guerra Suja** – Rio de Janeiro: TopBooks, 2012

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

_____. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros** – 2ª ed., Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, (2009) “**A imprensa periódica na época joanina**”. In Neves, Lúcia Maria Bastos P das (Org). Livros e impressos: retrato do Setecentos e do Oitocentos – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009

NORA, Pierre. “**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”, in PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Brasil, 1993

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org). **Ditadura não são eternas: memória da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo**. Vitória, ES: Ales, 2014

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de Arena E MDB (1964-1982)**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013

_____. **O Golpe de 64 e seus rebatimentos no estado do Espírito Santo**. In FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org). O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985). Vitória: GM Editora, p.85-213, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

REMÓND, Réne. **Uma história presente**. In: RÉMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRH, 1996, p. 14-36.

RESENDE, Lino Geraldo, **A Censura Contra a cidadania**. Vitória: Editora Comum, 2011.

RIOUX, Jean-Pierre, “**Entre História e Jornalismo**” In CHAUVEAU, Agnès. Questões para a História do Presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999

ROCHA JUNIOR, José Carlos. **No encaço dos companheiros: Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje**. In AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

RUDIGER, Francisco. **A escola de Frankfurt**. In: HOHLFELDT, Antônio, MARTINO (Org), Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da comunicação: conceito, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

SILVA, Rafael Souza. **Caricatura**, in MELO, José Marquez. Gênero jornalísticos na Folha de São Paulo – São Paulo: FTD, 1992

SILVA, Erilaine Ribeiro. **Considerações sobre a atuação dos bispos católicos do estado do Espírito Santo sob a visão dos agentes da DOPS/ES**. In FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de. (Org). O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985). Vitória: GM Editora, p.196-217, 2014.

VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. **A Tribuna: memória de um jornal sem registros**. In Martinuzzo, José Antônio (Org). Impressão Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Departamento de Imprensa oficial o Espírito Santo, Vitória, p. 103 -124, 2005.

BIBLIOGRAFIA ONLINE

- **Arquivos da Ditadura: Documentos Reunidos por Elio Gaspari**: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-poderes-general-olympio-mourao-filho-> acessado em 19 de junho de 2015

- **Institut d’Histoire du Temps Présent**: <http://www.ihtp.cnrs.fr/> - acessado em 05 de novembro de 2015

- **Caderno Anistia**: Movimento Estudantil www.resistirepreciso.org.br. Acessado em 1º de agosto de 2016

- **Catálogo da imprensa alternativa**: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo_imprensa_alternativa.pdf acessado em 29 de março de 2016

- **Clipping**: http://www.cpafrro.embrapa.br/media/arquivos/documentos/Manual_de_clipping_Impresso_e_Internet.pdf acessado em 28 de julho de 2016

- **Comissão da Verdade**: <http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/309-cnv-promove-primeira-audiencia-para-ouvir-vitimas-do-es.html> acessado em 19 de junho

- **Conte (2004), A impossível pureza humana: um estudo da objetividade da notícia**: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2079/1822> - acessado em 18 de março de 2016

- **Eleições da década de 1970**: <http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores-a-2006> acessado em 19 de junho

- **Lei 477**: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/lei-477-o-ai5-das-universidades/> acessado em 17 de junho de 2016

- **Jornal O Fato:** <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/de-fato-jornal-construido-entre-um-sonho-e-a-amarga-realidade>

- **Jornal Maria Quitéria:** <http://resistirepreciso.org.br/alternativa/maria-quiteria-boletim-do-cba-anistia-correio-da-manha/> acessado em 30 de julho de 2016

- **Millor Fernandes:** <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/002/018.htm> - acessado em 05 de novembro de 2015.

- **Movimento:** <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/> acessado em 19 de julho de 2016

- **Millor Fernandes:** <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/002/018.htm> - acessado em 05 de novembro de 2015.

- **'Posição': 'Um jornal que depende do leitor:** http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorioacademico/_ed800_posicao_um_jornal_que_depnde_do_leitor/

- **Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas – FENAJ: Pela Memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros (1964-1985).** Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo. 2015 - http://www.fenaj.org.br/federacao/relatorio_comissao_verdade_jornalistas.pdf. Acessado em 5 de novembro de 2015

- **Portal Brasil de cinema:** http://www.portalbrasileirodecinema.com.br/leila/depoimentos/05_11.php acessado em 29 de março de 2016

- **Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo:** <http://www.tre-es.jus.br/> acessado em 14 de fevereiro de 2016

PERIÓDICOS IMPRESSOS

A Gazeta, 16 de março de 2014, p. 25-27

A Gazeta, 29 de março de 2014, p.30

A Gazeta, 30 de março de 2014, p. 20 - 21

A Gazeta, 31 de março de 2014, p. 17-18

A Gazeta, 13 de março de 2014, p. 22-23

A Gazeta, 18 de abril de 2014, p. 19

A Gazeta, 30 de maio de 2014, p. 27

A Gazeta, 24 de agosto de 2014, p. 20-21

A Gazeta, 23 de agosto de 2014, p. 20-21, 25-27

A Gazeta, 28 de maio de 2015, p. 20

A Gazeta, 13 de outubro de 2013, p. 44-46

Posição, edições 1 a 66. (acervo da Biblioteca Estadual do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo e coleção preservada por Tânia Mara Ferreira)

ARQUIVOS

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo:

Caixa 5:BR ESAPEES, DES.0.MSAP.30 30 Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo 23/08/1979 09/07/1982 84 P.

CAIXA 25

BR ESAPEES, DES.0.EEC.3 3 Congresso Nacional de Jornalistas 11/09/1982 15/09/1982 14 P.

CAIXA 27

BR ESAPEES, DES.0.IRA.3 3 Investigações sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão. 10/04/1973 03/10/1984 129 P.

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Manoel Ceciliano Salles de. *Ufes, ditadura e Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

AMADO, Jô. *Criando o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

AURICH, Luiz. *Posição e a Polícia Militar*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

CHEQUER, Namy. *Posição e a ideologia comunista*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

CIPRIANO, Perly. *O Posição de dentro da prisão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016

COUTINHO, Laura. *Contribuindo com Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 21 de maio de 2016

ELLER, Orlando. *O jornal Posição olhado de fora*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 10 de maio de 2016

FERREIRA, Tânia Mara. *A produção do Posição*. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

MARTINS, Umberto. *A história do alternativo capixaba*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 10 de maio de 2016

MEDEIROS, Rogério. *A criação do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 18 de maio de 2016

MOREIRA, Robson. *Posição, um termômetro capixaba. Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil*. -- São Paulo: Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo: Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006, entrevista concedida a Ademar Possebom e Flávio Gonçalves

MOREIRA, Robson. *O Posição e a repressão*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016

TREVISAN, Luiz. *Contribuindo com o jornal Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 7 de maio de 2016

VILAÇA, Adilson. *A história do Posição*. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016

DOCUMENTÁRIOS ONLINE

COMISSÃO de Anistia - produção edição Fabiano Morari e Eduardo Pereira: disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DrCopijFIVQ> acessado em 5 de agosto de 2016

DOCUMENTÁRIO 30 Anos de Anistia - Parte 1 - Produzido pelo **Ministério da Justiça do Brasil** disponível - <https://www.youtube.com/watch?v=ML5qU4g4S1s> acessado em 5 de agosto de 2016

DOCUMENTÁRIO 30 Anos de Anistia - Parte 2 Produzido pelo **Ministério da Justiça do Brasil** disponível - <https://www.youtube.com/watch?v=PdabPTopgV4> 1 acessado em 5 de agosto de 2016

ANEXO 1



Equipe do *Posição* na sede do jornal, ed. Glória. Na foto, em sentido horário: Robson Silveira, Robson Moreira, Luiz Roberto Fabrino, Jô Amado entrevistando o ex-prefeito de Vitória, Setembrino Pellisari.

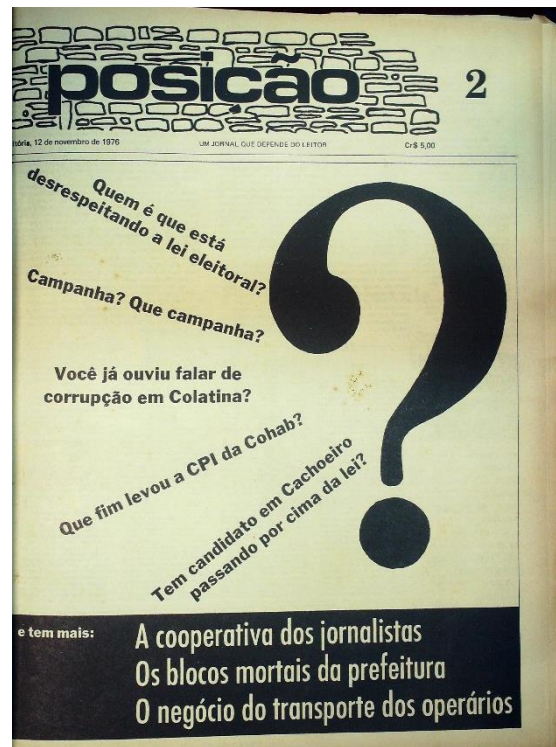
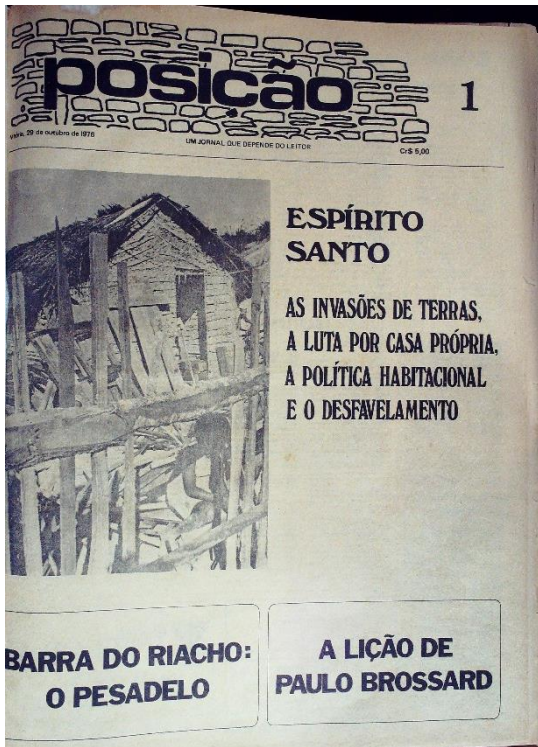
Acervo: Tânia Mara Ferreira

ANEXO 2



Cartaz em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita com os detentos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro
Acervo: Perly Cipriano

ANEXO 3



posição 5

Vitória, 3 de janeiro de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 5,00

finalmente acabou-se um ano-pesadelo

UM EX-GOVERNADOR EM DESGRAÇA - p.11
SECRETÁRIOS DEMITIDOS - p.3
PROFESSORAS MAL PAGAS - p.5
TRABALHADORES DESCONTENTES - p.7

e agora, com vocês

O FANTÁSTICO «AUMENTO» DO FUNCIONALISMO: MENOS 50%

O IMPÉRIO JOÃO SANTOS

posição 6

Vitória, 21 de janeiro de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 5,00

Denúncias e complôs: veja errado. O alvo era outro p.3

ARACRUZ INFORMA: MAIS UM LAVRADOR ROUBADO p.12

TRIBUNA em forma: demissões em massa p.4-5

O «ESFRIAMENTO» DO CASO CRISTIANO p.9

Idéias não morrem. Paulo Pontes vive p.10-11

posição 7

Posição
7
posição

Vitória, 7 de fevereiro de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 5,00

O ESPÍRITO SANTO SEM PRESSA
Economize seu combustível e suas ambições

A DESINFORMAÇÃO p.3
A DEGRINGOLADA p.4
O PREÇO p.5
A EXPECTATIVA p.6e7

O SONHO ACABOU

UBU: Morte de um trabalhador p.12
DOPS: Desaventuras de um estudante p.11

posição 8

Vitória, 06 de Março de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

PROCURA-SE

 **os processos contra OTACÍLIO COSER**

advogados PROCURANDO OS DIREITOS HUMANOS

operários Torturados e humilhados como se fosse lógico (procura-se uma explicação)

volta às aulas PROFESSORES À PROCURA DE UM EMPREGO

posição 9
 Vitória, 24 de março de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$55,00

**ÉLCIO ÁLVARES
 1975-1977
 O DEVEDOR
 DE PROMESSAS**
 (páginas 7 a 10)

IRMÃOS DIAS LOPES
sai Justiça, entram interesses (p.6)

ENSINO
**eleições na Universidade,
 política em nas escolas** (p.3 e 4)

MANOBRAS
sobe Resende, apaga-se Setembrino (p.5,6 e 16)

ECONOMIA
**multinacionais com tudo;
 a Siderúrgica não** (p.12 e 13)

posição 10
 Vitória, 11 de abril de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 6,00

**ESCOLAS PRIVADAS
 DE ENSINO
 SUPERIOR** p.6,7e8



**INPS:
 DESEMPREGANDO
 OS ACIDENTADOS** p.4e5

**COSER NA CPI:
 UMA FARSA
 DE CLASSE** p.12

MILSON

posição 11
 Vitória, 20 de abril de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$55,00

**O ESTADO ESTÁ
 DANDO
 TERRA
 DE
 PRESENTE** p.3

**NOS MANGUES E NOS
 MORROS CONTINUA
 A LUTA POR UM
 PALMO DE
 TERRA** p.6e7

Professores x Políticos
 PERSEGUIÇÕES, VIOLÊNCIAS, (p.4e5)
 ARBITRÍO E DEMISSÕES

**JOÃO ANTÔNIO p.12
 EXCLUSIVO**

posição 12
 Vitória, 11 de maio de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$55,00

assembleia legislativa, casa civil etc:
CABIDE DE EMPREGOS p.3

câmara de cachoeiro:
O CASO DO SUMIÇO DAS ATAS p.6-7

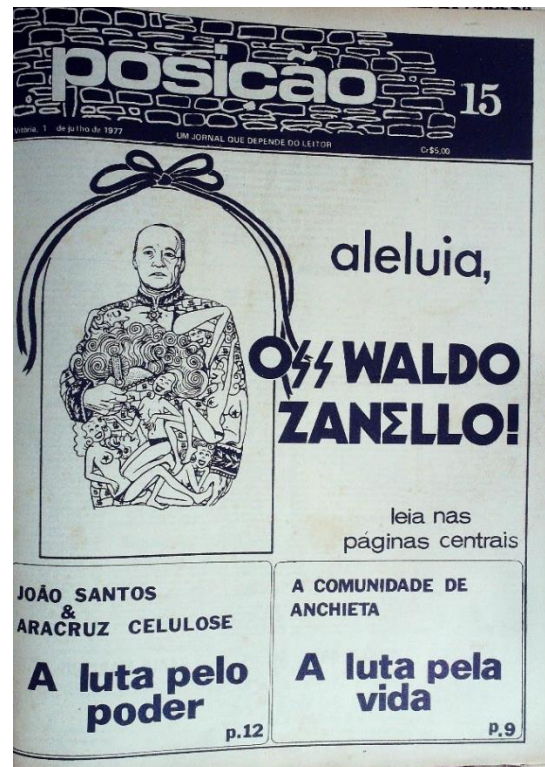
mês do aumento
 A GORJETA DOS JORNALISTAS p.5

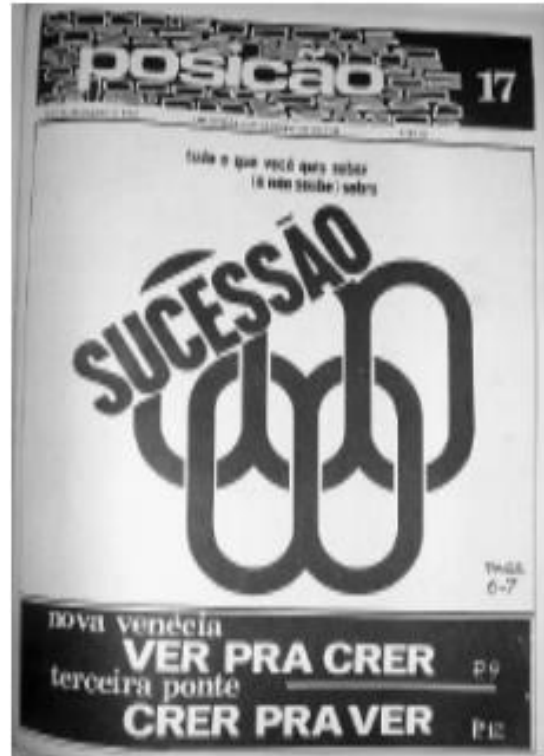
dia do trabalho
 TUDO NA SANTA PAZ p.9

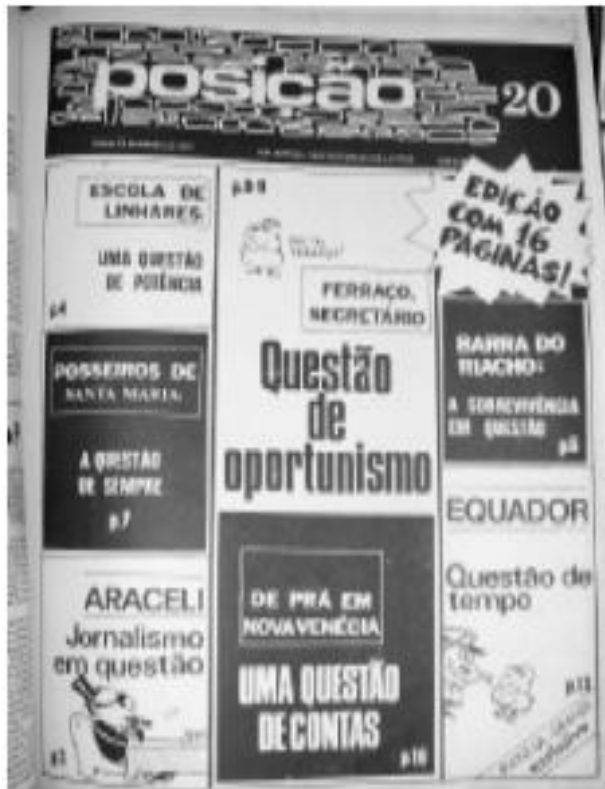
hora do almoço
 COMENDO BALA p.12



MILSON









posição 28

Viçosa, 17 de janeiro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-55,00

Nomeação de Rezende

A baforada indigesta que a Arena tem que engolir

frincasa, itanguá

EM CIMA DA CARNIÇA




CASCAS POPULARES DO INOCOOPES

Pagando 800% de aumento por um quilômetro de asfalto

posição 29

Viçosa, 17 de fevereiro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-55,00



Se houvesse eleição direta

VOCÊ VOTARIA NESTE HOMEM PARA GOVERNADOR?

SÃO TORQUATO Uma briga de poucos em prejuízo de muitos

posição 30

Viçosa, 21 de fevereiro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-55,00

Gerson Camata abre o jogo



NEM A ARENA CONFIA NO ÉLCIO

BISPOS DO BRASIL
Um clarão de lucidez

SECRETARIA DE SEGURANÇA
A ordem é apagar

posição 31

Viçosa, 7 de março de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-55,00

Declarações do governador

CASCATAS E MAMATAS

Sabão em dólar

Eleições sindicais

O colégio que não existe (e cobra caro)

Entrevista com Christiano Dias Lopes

Élcio pensa que é dono da Arena

posição 32
Vitória, 22 de março de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00

Três anos de propaganda e publicidade
ÉLCIO ÁLVARES
O homem de 1,5 milhão de dólares

ES. emp.	OS	ES. emp.	OS	ES. emp.	OS	ES. emp.	OS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO							
1375	0,100	1976	292	1975	11.348	1975	292
1381	3.210	1976	292	1975	11.348	1975	292
1376	1.500	1976	292	1975	11.348	1975	292
1390	12.200,00	1976	292	1975	11.348	1975	292
Total	1.940	131.800,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DA FISCALIA							
1375	900	63.000,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	4.095	278.780,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	3.789	591.290,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	-	-	1976	292	1975	11.348	292
Total	13.730	933.070,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE FINANÇAS							
1375	2.678	175.560,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	3.540	231.400,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	3.423	207.670,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	-	-	1976	292	1975	11.348	292
Total	9.641	614.630,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
1375	2.290	146.640,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	5.946	399.190,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	1.504	102.280,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	9.740	648.110,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DA SAÚDE							
1375	1.780	115.400,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	15.124	1.272.320,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	4.357	305.740,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	61	4.670,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	21.222	1.708.130,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO							
1375	7.730	514.000,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	1.786	116.885,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	-	-	1976	292	1975	11.348	292
1378	-	-	1976	292	1975	11.348	292
Total	9.516	630.885,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE TRANSPORTES E TURISMO							
1375	14.570	944.125,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	24.221	1.648.970,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	11.800	795.460,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	800	62.300,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	37.391	2.450.855,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE HABITAGEM							
1375	2.600	176.000,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	990	62.300,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	10.794	705.100,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	-	-	1976	292	1975	11.348	292
Total	14.384	943.400,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS							
1375	58.758	3.997.775,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	4.790	324.300,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	63.548	4.322.075,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS							
1375	34.573	2.376.270,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	95.034	6.159.110,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	25.900	1.697.070,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	380	29.300,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	155.987	10.261.750,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE DEFESA							
1375	68.620	4.315.615,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	140.756	9.545.420,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	97.470	6.977.984,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	10.794	705.100,00	1976	292	1975	11.348	292
Total	317.640	21.544.119,00	1976	292	1975	11.348	292
SECRETARIA DE JUSTIÇA							
1375	277.947	15.632.270,00	1976	292	1975	11.348	292
1376	5.900	390.000,00	1976	292	1975	11.348	292
1377	24.300	1.590.000,00	1976	292	1975	11.348	292
1378	-	-	1976	292	1975	11.348	292
Total	58.147	3.912.270,00	1976	292	1975	11.348	292

posição 33
Vitória, 8 de abril de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00

EDSON LUIZ, 10 ANOS DEPOIS:
PRESENTE!

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948-1978)

posição 34
Vitória, 25 de abril de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00

ESCOLHERAM ELE.
COITADO DO ESPÍRITO SANTO

Saúde, democracia e medicina social
Ainda não está tudo perdido

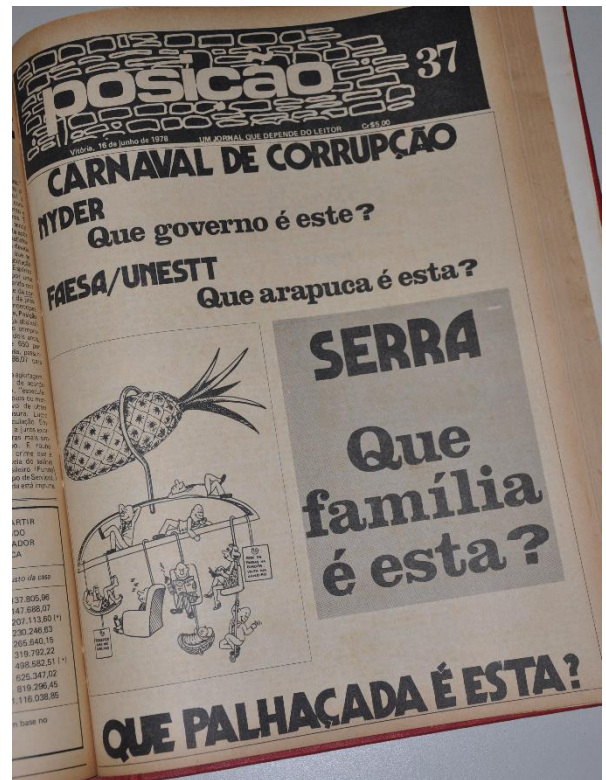
Sobre o imperialismo
MOVIMENTO

posição 35
Vitória, 11 de maio de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00

JULIANO
Sobre as ligas a terra e o cartopões

Ne fundo do povo do Rio de Janeiro, com uma água mais rêmora e brilhante, bulham os olhos das pedras moídas Terra, povo e pedra, não são uma mesma unidade. Ancestral da periferia, não são os mesmos. Quando a Terra fôr mais, e povo fôr mais a liberdade, os pedras e o povo são a mesma e os mesmos. Quando a Terra fôr mais, e povo fôr mais a liberdade, os pedras e o povo são a mesma e os mesmos. Quando a Terra fôr mais, e povo fôr mais a liberdade, os pedras e o povo são a mesma e os mesmos.

ANISTIA



posição 40
 Vitória, 4 de agosto de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE O LECTOR CR\$2,00



**Operários,
 reivindicações
 e o arrocho
 salarial**

**UMA NOVA
 VOZ
 ATIVA**

**PARTICIPE DA CAMPANHA
 DA IMPRENSA DE
 RESISTÊNCIA**

**Alvorada, Planeta e o governador
 A ESTRANHA CONCORRÊNCIA
 QUE NÃO CHEGOU A HAVER**

Luella
posição 41
 Vitória, 22 de agosto de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE O LECTOR CR\$2,00

**tráfico de menores, corrupção,
 bestialidade**



ELES!


posição 42
 Vitória, 11 de agosto de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE O LECTOR CR\$2,00

**eleições
 1978-79: NIRE e o povo**

**TRABALHADORES
 DE BOLSOS VAZIOS**

**Cadê os quatro
 bilhões do PIS?**

**ESTUDANTES
 DE BRAÇOS ERGUIDOS**



Basta de arbítrio!

**CONTRIBUINTES
 DE CALÇAS NA MÃO**

Chega de mordomias!

posição 43
 Vitória, 22 de agosto de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE O LECTOR CR\$2,00

**FIGUEIREDO NO ESPÍRITO
 SANTO**



FEDEU!

**Acorda, Sepé Tiaraju!
 Eles tão roubando
 tuas terras**



posição 44
 Vitória, 7 de outubro de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LECTOR Cr\$8,00

transporte coletivo
O AVANÇO DAS LUTAS POPULARES

a anistia e as sucursais do inferno



DEPOIS DE 10 ANOS DE SUFOCO E REPRESSÃO
1500 estudantes parados



REVE

posição 45
 Vitória, 28 de outubro de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LECTOR Cr\$8,00

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO: 20 PÁGINAS!

Geisel assina sentença em Aracruz
CELULOSE DEMITE 10.000 E CONDENA A POPULAÇÃO

Os porões do regime estão fedendo.
 Coronel Ludwig: "Só é preso corrupto burro."

ÊTA, GOVERNINHO INTELIGENTE ESSE QUE TÁ AÍ, SÔ!

documento
AS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA DO ESPÍRITO SANTO:



O avesso da História

posição 46
 Vitória, 18 de novembro de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LECTOR Cr\$8,00

Basta de arbítrio!
 Basta de ditadura!

Dá-lhe povo!

É hora de botar pra rachar!



CASO VLADO
 É hora de exigir cabeças

TERCEIRA PONTE
 É hora de roubar

posição 47
 Vitória, 17 de dezembro de 1978 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LECTOR Cr\$8,00

ELEIÇÕES

A DITADURA TREMEU!

18 milhões votaram contra o governo

O PREÇO DA DERROTA NO ESPÍRITO SANTO

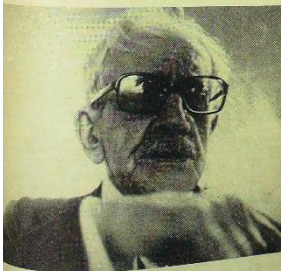


Arena: Cr\$ 100.000.000,00 Povo: zero

posição 48
 Vitória, 16 de dezembro de 1978
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$28,00

condenado pela ditadura a 84 anos de reclusão, o preso político capixaba Perly Cipriano fala com exclusividade para POSIÇÃO.

“AS GRADES SÓ SE ABRIRÃO PELAS MÃOS DO POVO”



SOBRAL PINTO

Lugar de militar é no quartel

posição 49
 Vitória, 05 de janeiro de 1979
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$28,00

TRAGÉDIA BRASILEIRA

Abre-se o pano. Cai o 5º ato

vingte anos sem coca-cola



PARISINHA, líder sindical capixaba casando em 64

A hora é de organizar as forças democráticas

FLÁVIA SCHILLING, brasileira presa como "tupacero", escreve da prisão

Ninguém nasce lutador, mas se faz lutador

posição 50
 Vitória, 24 de janeiro de 1979
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$28,00

O fim chegou. Povo derruba ditadura, solta presos políticos e decreta liberdade

(NO IRÁ)



Os estranhos métodos de investigação policial

CUIDADO! VOCÊ TAMBÉM PODE SER UM 'SUSPEITO'

posição 51
 Vitória, 09 de fevereiro de 1979
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$28,00

DEUS É O CULPADO?



Colheitas, casas, gado e gente destruídos, perdidos, mortos. O prejuízo é ainda incalculável. O Estado, por seu lado, já adiantou que não indenizará ninguém, por falta de recursos. Apenas os "bens públicos" serão reparados. No entanto, se as inundações não são culpa de Deus ou da Natureza mas sim o resultado de uma ocupação indevida do solo, do um desmantamento criminoso e da falta de planejamento que respeite aos interesses da população — em tudo incentivado e provocado pela ação do próprio Estado — não caberia a ele indenizar os atingidos?

Quem pagará as mortes, os desabrigos, a destruição? Deus? A Natureza? O Estado? Não! É, na verdade, o próprio povo que, mais uma vez, sofre e paga as consequências.

GOVERNO ELCIO ALVARES

Corrupção, descaso e incompetência

posição SEMANAL
 Vitória, 18 a 25 de maio de 1978 Nº 55 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR

SEQUESTRO DO EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO



Jogavam Fluminense e Bangu naquela tarde do dia 7 de setembro de 1969. No mesmo momento, não muito longe do Maracanã, mas distante dos olhos do público que superlotava o estádio, desenrolava-se uma batalha silenciosa entre as forças repressivas e um comando armado do MR-8 e Aliança Libertadora Nacional. Pouco antes do final do jogo o comando libertaria o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, sequestrado há três dias — em troca, a junta militar que sucedera o general Costa e Silva já havia banido do país 15 revolucionários que se encontravam presos em seus cárceres. Os depoimentos de dois participantes do sequestro são publicados por POSIÇÃO nesta edição.

Chaz de Souza Filipe

De repente olha eu de novo



A luta do professor e a UPES

Os homens de Eurico Rezende

O 21º Congresso Nacional dos Educadores, nos dias 20 e 21 de maio, reuniu representantes de mais de 400 escolas de todo o país, no Complexo da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. O objetivo do congresso é a reestruturação do União Nacional dos Educadores (UNE), entidade para reger o ensino logo após o 1º de abril. (P. 5)

posição SEMANAL
 Vitória, 25 de maio a 1 de junho de 1978 Nº 56 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR



É ferro nas bonecas e na Polícia Federal. Os tempos mudam

Ditadura não quer, mas Perly Cipriano será anistiado

POVO MISERÁVEL, ESSE CAPIXABA

Figueiredo poderia ter arrebeitado 40% da população

No caso de livre acesso do ensino alimentar 39,22 por cento da população capixaba está, sem tardo e impossibilitados de ter uma alimentação normal — são 636.437 pessoas que não podem cumprir o decreto-lei 329, que estabelece a dieta mínima para alimentação de um adulto. É o ditador de quanto amargura prender e arrastar quem não compra privar os bits do revolve. E a sanção dos países de sociedade. Os membros da maioria absoluta, oficiais, estão na página central e no editorial desta edição.

posição SEMANAL
 Vitória, 7 a 8 de junho de 1978 Nº 57 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR



Muniz deixa cela livre para Benedito Soter Lyra

EX-DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA ENFIA O CACETE NA "ABERTURA"

Ex-deputado pelo Partido Comunista no Espírito Santo, Benjamin de Carvalho Campos fala também sobre o trabalho da organização do Estado, suas lutas, os ex-companheiros do Comitê Central, os debates sobre novos partidos, etc. Para ele, um partido dos trabalhadores deve ter uma ideologia marxista-leninista e ponto final. (Leia a entrevista nas páginas 6, 7 e 8)

NOITE VOGUE: O discreto charme da burguesia capixaba

O que é que a Maria Lucas tem? Agora ela está no TC

posição SEMANAL
 Vitória, 8 a 15 de junho de 1978 Nº 58 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR



EURICO SÓ FALA BESTEIRA. E A GANG ESTÁ ENFIANDO A MÃO NOS COFRES PÚBLICOS

Com poucas exceções, 37 procuradores do Espírito Santo oneram a folha de pagamento do funcionalismo público em mais de Cr\$ 2 milhões. E nada fazem. Mas, segundo o bilhêo Eurico Rezende, a corrupção é irmã gêmea do capitalismo. Enquanto isto, 90% do funcionalismo recebem menos de 3 mil cruzeiros mensais. (Página 5).

A Igreja e o marxismo Pág 11

General comanda despejo Pág 3

posição
 Nº 63 - C\$ 10,00
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

22 a 28 de julho de 1979

Presos políticos fazem greve de fome pela ANISTIA Pág. 2

As demissões do biônico: POPULAÇÃO REPUDIA A SAFADEZA



Na terça-feira da semana passada, o biônico Eurico Rezende resolveu demitir mais de 10 mil funcionários; segundo ele, para conter despesas e obter uma economia de Cr \$ 75 milhões. Para isso, ele poderia demitir apenas 300, mas o biônico quer especificar a chamada mais pobre do funcionalismo. Diversas entidades e personalidades, também, um "Ato Público de Fé em Solidariedade", ontem, na Catedral Metropolitana, aos demitidos".

POSIÇÃO se junta a esses setores e repudia o ato de Eurico Rezende, que, durante os quatro meses de mandato, introduziu mais de mil apadrinhados e cabos eletrotorais no governo. Fez 300 nomeações para administração direta. Publicamos a lista desses 300, elaborada pela União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e outras informações. NA PÁGINA 5.

POSIÇÃO tá de saco cheio com os Feu Rosa Pág. 5

BA e Consultec iludem Operários da construção civil falam do capitalismo Pág. 4

posição
 Nº 64 - C\$ 10,00
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

5 a 11 de agosto de 1979

UMA DITADURA PRODUZ UM HOMEM COMO REZENDE



O biônico Eurico Rezende queria refletir a imagem de um "governante" capaz de mobilizar os gastos com o ditador público. Dispôs-se a fazer um levantamento estatístico de "administrados". Eurico Rezende, alegando a necessidade de controle de despesas. Esperamos de certa maneira, e mantinha convicções de garantir com altos funcionários, o "governante" aderira a reforma da previdência social, o "governante" aderira a reforma da previdência social de cerca de 100 mil funcionários, com o custo de cerca de Cr \$ 500.000,00, somente com a aquisição do material de construção. Um gasto que poderia ser evitado. (Leia na página 5) sendo alguns crochês de dados estatísticos.

Oposição sindical na construção civil páginas 6, 7 e 8



MINISTERIO DE EXERCÍCIO
 I Ex - 1º ARM
 3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR
 (antiga 3ª CA)
 PRISÃO PARA OS TORTURADORES
 ABAIXO A DITADURA

Na Grande Vitória, dezenas de pessoas requeiram o projeto de lei para a criação de uma comissão de inquérito ao Congresso Nacional. Participe você também da luta pela anistia civil, geral e estrutural. (Páginas 10, 11 e 12)

posição
 Nº 65 - C\$ 10,00
 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

7 a 14 de setembro de 1979

GREVE



EXPLODE O ÓDIO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A condição de vida imposta aos operários pela ditadura dos patrões não poderia ser pior. Salários miseráveis, que nem mesmo dão para cobrir o custo da vida, ou para a reprodução da força de trabalho. O capitalismo no Brasil chegou a um nível insuportável para os trabalhadores. Em todo o país, os operários respondem a esta situação. A cada dia com maior vigor, com maior consistência. A violência cabe como resposta à violência. No Espírito Santo, os operários de construção civil estão demonstrando quem possui mais força.

Pág. 6 e 7

Porque Eurico é leviano e mentiroso Pág. 4

Montran: Uma arapuca de dr. Cristiano Pág. 5

PM-ES revoltada com arrocho salarial Pág. 2

posição
 Nº 66 - C\$ 50,00

29 de outubro de 1981

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

PSIU! OLHA NÓS DE NOVO

EURICO

AI, MEU SACO!

NÃO TOMA JEITO. ATÉ A NETA ENTROU NA CACHORRADA



Logo que assumiu o governo, o sr. Eurico Rezende implantou o que chamamos de "política de autoridade e moralização da administração pública". Baseado nela é que o governador biônico e seu secretário de Comunicação, Edson Lucas do Amaral, institucionalizaram um vergonhoso favorecimento à família Monjardim (um de seus sócios, Marco Antônio Monjardim, é casado com a neta de Eurico, filha de Egil Rezendes). A família Monjardim é proprietária da firma Imagem e Comunicação Ltda., que faz todos os filmes publicitários do governo para a televisão, sem a promoção de qualquer tipo de licitação. A denúncia do escândalo foi feita pelo deputado Roberto Valadão, na última terça-feira.

(LEIA NA PÁGINA 5)